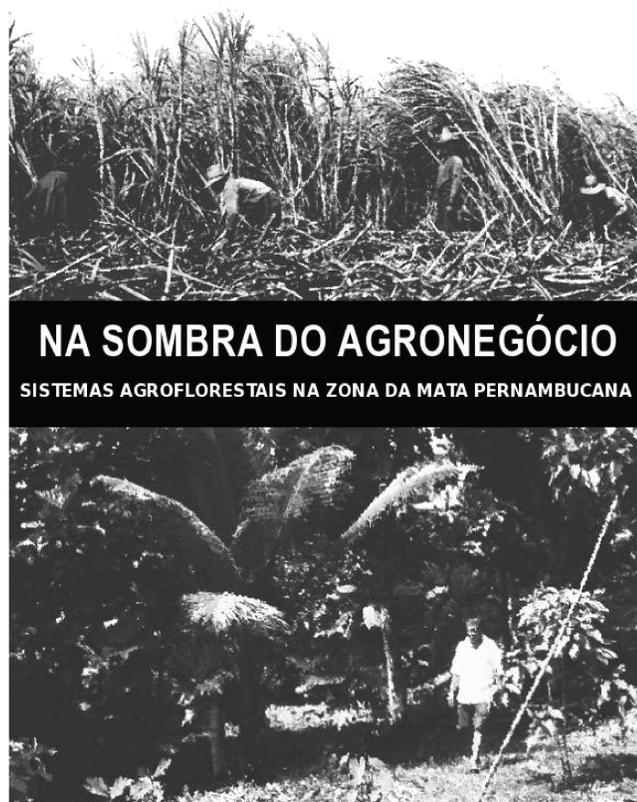


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Dissertação de Mestrado



Mariana de Oliveira Portella

Campinas - SP

30 de março de 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

NA SOMBRA DO AGRONEGÓCIO – SISTEMAS AGROFLÓRESTAIS
NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA



Prof. Dr. Umar Kibeir, Ph.D.
M. 01. 25292-8
Coordenador de Pós-graduação
TECAGRICAMP

Mariana de Oliveira Portella

Orientação: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Campinas – SP
Março de 2011

Unidade BCCL
T/UNICAMP

Cutter D832

V. 182202 Ed. 91393

Tombo BC 75 P-120-11

Proc. 75 P-120-11

C D

Preço 71,00

Data 27/06/11

Cód. tit. 795525

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

D832
0832s

Portella, Mariana de Oliveira,

Na sombra do Agronegócio: Sistemas Agroflorestais na Zona da Mata pernambucana / Mariana de Oliveira Portella.

-- Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sistemas agroflorestais – Mata, Zona da (PE).

2. Agricultura familiar. 3. Sociologia rural. I. Lourenço, Fernando Antonio, 1955 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: In the shadow of agribusiness: Agroforestry Systems in Pernambuco

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**Agroforestry Systems – Mata, Zona da (PE)
Family agriculture
Rural sociology**

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Fernando Antonio Lourenço, Rubem Murilo Leão Rêgo, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Data da defesa: 30-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Mariana de Oliveira Portella

**“NA SOMBRA DO AGRONEGÓCIO – SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA
ZONA DA MATA PERNAMBUCANA”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Fernando
Antonio Lourenço

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/03/2011

BANCA

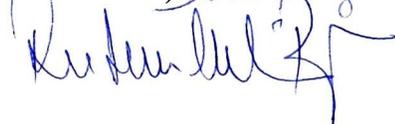
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Orientador)



Profª Drª Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (membro externo)



Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego (membro interno)



Profª Drª Giovanna Garcia Fagundes (suplente externo)

Prof.Dr. Josué Pereira da Silva (suplente interno)

Março / 2011

Ao Allan, amado companheiro, minha boa sorte e grande parte de minha inspiração.

Aos meus filhos, Caetano e Manoela, que amo tanto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Fernando, meu orientador, pela confiança, competência e companheirismo. Minha satisfação em ter sido sua orientanda é enorme e passa pela liberdade que tive durante o processo de pesquisa, pelo apoio que recebi na busca pelos meus direitos e pelas excelentes contribuições literárias e poéticas.

Aos agricultores que visitei. Essa dissertação é uma tentativa singela de imortalizar suas histórias e seus modos de vida. Agradeço muito a acolhida e o tempo que dedicaram à nossa conversa. Sonho com o dia em que eles serão ouvidos por todos.

Aos meu amigos, parceiros no estudo e no trabalho agroecológico. Esse trabalho também é fruto de nossas tantas discussões, reuniões e ações conjuntas. À Aida, Maíra, Marcelo, Roberta, André, Marcos, Pedro, Chico, Giovanna, Kellen, Alice e Eliane, minha sincera e enorme gratidão.

Ao Allan, por nosso amor, pela infinita paciência, pelas leituras e contribuições. À minha família, pelo apoio e por todo o amor que existe.

À Christina, secretária da pós graduação em sociologia do IFCH, pela paciência e empenho em ajudar-me na busca dos meus direitos enquanto estudante e mãe.

Ao CNPq, pelo incentivo à pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação aborda o cultivo agroflorestal em cinco municípios da Zona da Mata pernambucana. Discussões teóricas são feitas no primeiro e segundo capítulo, sendo o terceiro de ordem empírica. No primeiro capítulo, uma analogia é feita entre Sistemas Agroflorestais e roças de coivara, de modo a apontar para as semelhanças e diferenças entre os dois sistemas e fazer considerações acerca do método agroecológico de construção de tecnologias. O segundo capítulo trata da Zona da Mata pernambucana e traça um histórico da agricultura na região, mostrando como o monocultivo canavieiro se implantou, homogeneizou a paisagem local e determinou a estrutura fundiária da mesorregião, sendo uma de suas consequências a organização de movimentos sociais pela reforma agrária. O terceiro capítulo é composto pelos estudos de casos. Cinco agricultores foram visitados e suas experiências foram analisadas, no sentido de compreender suas vivências agroflorestais e de entendê-las dentro de seus contextos rurais específicos. Alguns aspectos importantes do modo de vida desses agricultores foram brevemente analisados, sendo eles a postura de resistência política, a ideologia preservacionista, a viabilidade econômica e a reprodução social. Tal análise permite a compreensão dos sistemas agroflorestais na Zona da Mata pernambucana enquanto ferramentas de resistência e de afirmação da agricultura familiar e ecológica. Os agricultores que adotam a agrofloresta como sistema produtivo não estão apenas sobrevivendo como podem, estão reproduzindo um modo de vida crítico e autônomo, bem como a ideia de um novo paradigma de desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This research addresses the agroforestral cultivation in five municipalities of the Zona da Mata in Pernambuco. The first two chapters discuss theoretical issues. In the third chapter several empirical studies are presented. The first chapter draws an analogy between agroforestry and slash-and-burn systems in order to point out the similarities and differences amid these two systems and to further analyze the development of agroecological technologies. The second chapter elucidates the history of agriculture in the Zona da Mata of Pernambuco. It displays the implementation of the sugar cane monoculture, resulting in a homogenized local landscape and determining the land structure of this mesoregion. This transformation eventually led to the organization of social movements which advocate land reforms. The third chapter consists of case studies. Five agriculturists were visited and their way of life was analyzed in order to understand their agroforestral experiences within their specific rural contexts. Several important aspects concerning the way of life of these agriculturalists were briefly discussed; among them the attitude towards political resistance, the preservationist ideology, economic viability and social reproduction. Within this analysis, agroforestral systems in the Zona da Mata of Pernambuco can be understood as instruments of resistance and as an affirmation of ecological and family agriculture. Agriculturalists adopting agroforestry as their system of production are not merely surviving, but they are rather reproducing their critical and autonomous way of life as well as the idea of a new paradigm of rural development.

Índice de gráficos, tabelas e figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Mesorregiões do Estado de Pernambuco..... | 2 |
| Figura 2: Área de estudo..... | 111 |
| Figura 3: Cidades pernambucanas onde ocorrem feiras agroecológicas.... | 113 |
| Tabela 1: Número e Área dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar..... | 114 |
| Tabela 2: Produção de cana-de-açúcar em Pernambuco, por mesorregiões (2006)..... | 115 |
| Tabela 3: Estabelecimentos agropecuários que plantaram cana-de-açúcar nas microrregiões da Mata Pernambucana, por grupos de área total (2006)..... | 116 |
| Gráfico 1: Área plantada de cana-de-açúcar nas microrregiões da Mata pernambucana (1990-2009)..... | 118 |
| Tabela 4: Número e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica..... | 119 |
| Figura 4: Lavoura canavieira e agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana..... | 120 |
| Figura 5: Biu em seu sistema agroflorestal; colhendo abacate..... | 122 |
| Figura 6: Pedro em seu SAF; viveiro de mudas florestais (abaixo)..... | 129 |
| Figura 7: Oto (esq.) em sua cachaçaria; divisa entre a propriedade de Oto (esq.) e a de seu vizinho; abaixo, duas imagens do seu SAF. | 134 |
| Figura 8: Heleno (foto de Ticiano Lapenga); abaixo, duas imagens de seu SAF..... | 139 |
| Figura 9: Cícero em frente a sua casa; imagens de seu SAF (abaixo)..... | 143 |

Sumário

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| Agroecologia e Sistemas Agroflorestais Sucessionais..... | 4 |
| Meio rural: conceitos e transformações..... | 7 |
| CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA E FLORESTA..... | 13 |
| Apresentação..... | 13 |
| Agricultura no meio da floresta – as roças de coivara..... | 16 |
| Herança agrícola..... | 34 |
| Agricultura com a floresta – os SAFs..... | 46 |
| A vanguarda da tradição | 67 |
| CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA..... | 81 |
| Apresentação..... | 81 |
| CAPÍTULO 3 - SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA..... | 109 |
| Apresentação..... | 109 |
| Narrativas..... | 121 |
| Palmares: Severino Mendes da Silva..... | 121 |
| Ribeirão: Pedro José..... | 126 |
| Chã Grande: Oto Barreto Silva..... | 131 |
| Vitória de Santo Antão: José Severino da Silva..... | 136 |
| Tracunhaém: José Cícero de Melo..... | 141 |
| CONCLUSÃO..... | 159 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 167 |
| Fontes primárias..... | 167 |
| Bibliografia..... | 168 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da experiência de alguns agricultores familiares com a adoção de sistemas agroflorestais sucessoriais (SAFs) na Zona da Mata de Pernambuco. Essa região – que atualmente corresponde às mesorregiões administrativas Mata Pernambucana e Região Metropolitana do Recife¹ (ver Figura 1) – ocupa, como o nome indica, a área original do bioma Mata Atlântica no estado. Atualmente, apenas 2,5% dessa área original continua coberta por floresta. Desde o descobrimento, o principal destino histórico da terra na região tem sido a o cultivo agrícola, especialmente a monocultura canavieira. A estrutura agrária atrelada a esse tipo de produção também se caracteriza historicamente pela grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, sendo a terra trabalhada inicialmente pelo trabalho escravo e, num segundo momento, por uma massa de homens pobres.² O cultivo da cana-de-açúcar encontrou no nordeste brasileiros condições ambientais ideais para que prosperasse: o solo argiloso, o calor e chuvas tropicais. As possibilidades de competir nos circuitos mercantis internacionais também impulsionou ainda mais o cultivo da cana no Brasil. Fato é que a economia açucareira fundamentou a elaboração da sociedade nordestina, que tanto em contexto regional quanto nacional foi individualizada pela sua dedicação integral à plantação e ao processamento da cana-de-açúcar. Autores como Gilberto Freyre e Manoel Correia de Andrade mostraram a influência da economia açucareira – e as formas produtivas inerentes a esta – sobre a solidificação de uma estrutura social hierárquica e dicotômica, aparentemente dividida em duas classes de homens: os escravos e os senhores,³ o que culminou na predominância dos latifúndios e na submissão das famílias agricultoras à lógica extensiva. A longevidade das determinações causadas pela economia açucareira sobre a sociedade nordestina é algo que impressiona. Apesar dos anos passados, a essência da relação entre a

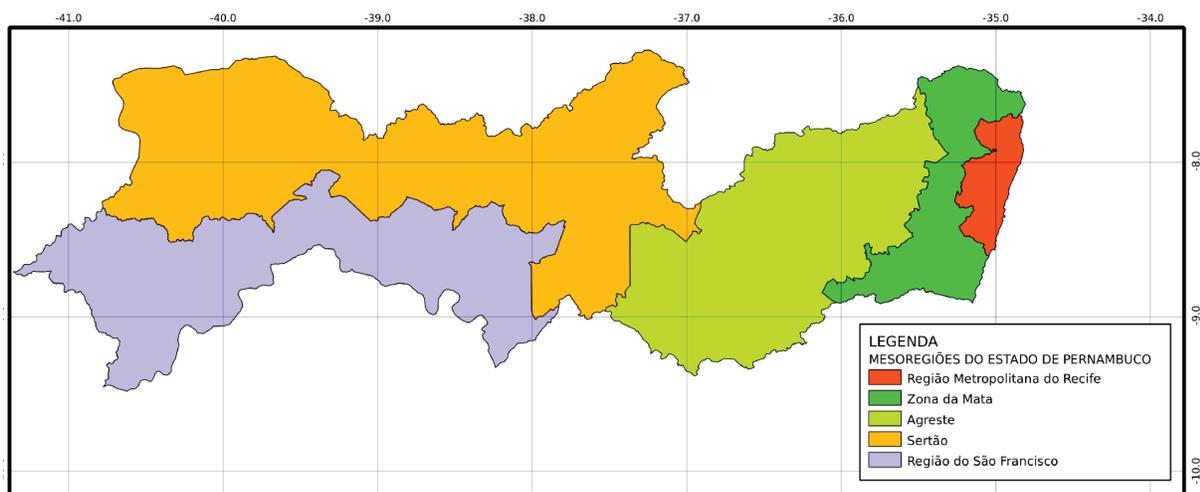
¹ Sua população, segundo dados do Censo Demográfico 2000, ultrapassa a marca de 1 milhão de pessoas, das quais 69% habitam áreas urbanas e 31% habitam áreas rurais. IBGE - Censo Demográfico 2000.

² Ver Cláudia Satie Hamasaki, *O setor sucroalcooleiro e seus trabalhadores: emprego e pobreza na Zona da Mata de Pernambuco*. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife; Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho*. Recife: Editora da UFPE, 2007; Manuel Correia de Andrade, “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”, in Manuel Correia de Andrade, John Redwood III e Raul Fiorentino, *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU/UFPE, 1982.

³ Gilberto Freyre, *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

monocultura canaveira e a agricultura familiar parece ter sido mantida. Naturalmente, a cultura da cana-de-açúcar, em escala regional, sempre se caracterizou pela predominância da grande propriedade, o que somado à atenção do poder público para o incentivo da sacaricultura, reservou um papel subordinado e degradado às famílias agricultoras.⁴ A lógica comercial que envolve a cultura e o processamento da cana-de-açúcar obviamente vai muito além do suprimento de mercados locais ou das necessidades alimentícias familiares. A manutenção de culturas de exportação costuma demandar altos níveis de investimentos financeiros e tecnológicos, que impossibilitam a família agricultora de gerenciá-los. Os empreendimentos açucareiros, para manterem-se competitivos no mercado internacional, requerem recursos que a pequena agricultura não pode alcançar. Por isso, mesmo quando detém a posse de lotes de terra, as famílias agricultoras costumam submeter-se à lógica do domínio dos grandes empreendimentos agropecuários.⁵

Figura 1 – Mesorregiões do Estado de Pernambuco



Fonte: IBGE - Malha digital (2001)

A concentração de terras na Zona da Mata pernambucana foi historicamente mantida e atualmente é a causa principal de tantos embates regionais ligados à reforma agrária. A zona

⁴ Maria de Nazareth Baudel Wanderley, *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

⁵ Marcos Lanna, *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste...*, op. cit.

canavieira de Pernambuco é um dos mais importantes cenários de luta pela reforma agrária do país.⁶ A imensa maioria dos assentamentos realizados no estado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das ocupações de terra feitas por movimentos sociais e organizações populares estão na Zona da Mata.⁷ Numa das áreas de tão antiga colonização e fortemente marcada pela hierarquização da sociedade, somente a manutenção desta poderia justificar tamanha mobilização popular pela reforma agrária. Além de refletirem as desigualdades existentes na Zona da Mata pernambucana, esta mobilização também representa novas possibilidades para a agricultura familiar na região. Possibilidade ainda mais real à medida que a economia açucareira em Pernambuco já não se Tradução de Francisco Mendonça mostra tão rentável e que muitas usinas vêm sendo desativadas, processo esse que se estende desde o fim do Proálcool – por volta de 1986. A desativação e falência de tantas usinas, o pagamento de dívidas trabalhistas com lotes de terra (pela repartição de latifúndios), a perda do posto de “maior produtor de cana-de-açúcar” (atualmente São Paulo lidera isoladamente a produção e o processamento da cana no Brasil) e uma economia açucareira em franco declínio, gera oportunidades de inserção para a agricultura familiar na região.⁸ Ainda que a maioria dos agricultores familiares permaneça atuando sob a lógica do monocultivo canavieiro, fato é que a região, atualmente repartida entre assentamentos e propriedades familiares, também é palco das mais antigas iniciativas em agroecologia do país. São diversas as Organizações não governamentais (Ongs) que atuam nesta área e, somadas aos incentivos governamentais (em sua maioria via Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério do Meio Ambiente – MMA) e ao interesse das próprias famílias, vêm consolidando redes de agricultores agroecológicos na Zona da Mata pernambucana. Na expectativa de inverter o papel de submissão que a agricultura familiar desempenha secularmente em Pernambuco, sistemas agroflorestais são implantados com a intenção de valorizar a capacidade produtiva dos pequenos sítios e de promover novas possibilidades de inserção no mercado de

⁶ MDA/INCRA, *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> Acesso em Set/2009.

⁷ INCRA/Superintendência Regional em Pernambuco, *A questão da reforma agrária em Pernambuco e no Brasil*. Brasília, 2002.

⁸ Lygia Sigaud, “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cuadernos de Antropología Social*, n.20, jul/dic 2004. pp.11-23

alimentos. Em suma, a implantação de sistemas agroflorestais busca construir aquilo que nem a sacaricultura colonial nem a sacaricultura industrializada trouxeram ou permitiram para a região: a soberania alimentar das famílias agricultoras e uma alternativa à monocultura e mercantilização da cana-de-açúcar.

AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS SUCESSIONAIS⁹

A partir da década de 1970, a agroecologia surge como campo de produção científica e passa a ter seus princípios empregados na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. De maneira geral, seu enfoque considera a agricultura enquanto atividade sistêmica e dinâmica, composta e definida pela interação entre elementos de ordem econômica, social e produtiva. Em outras palavras, para a agroecologia não há sentido considerar a agricultura unicamente do ponto de vista técnico ou produtivo. Os elementos sociais que também compõem o universo rural são de fundamental importância para a agroecologia e acabam por fundamentar a desconstrução de noções de desenvolvimento pautadas unicamente sobre índices de crescimento econômico e de produção. Devido a este caráter “prático”, aos questionamentos inerentes à agroecologia, hoje esta é uma “ciência” que se insere também na esfera política (sendo, por exemplo, objeto de políticas públicas), além de circular no meio acadêmico.¹⁰

Entre tantas tecnologias de cultivos agroecológicos, os sistemas agroflorestais sucessionais (SAFs) têm merecido destaque. Sua ideia central é a valorização do potencial produtivo que existe na interface agricultura/floresta. Para isso, o sistema agroflorestal trabalha especialmente com a diversificação da produção, o que por sua vez possibilita a otimização do uso dos recursos naturais e revela as vantagens que as particularidades de um ambiente pode

⁹ O processo de sucessão florestal é caracterizado pela gradativa substituição de espécies e aumento da diversidade destas num ambiente qualquer. Em função das condições ambientais (luz, umidade, nutrientes disponíveis) que vão sendo modificadas com o crescimento de algumas espécies, outros indivíduos, adaptados à nova condição, instalam-se e acabam por criar novas condições ambientais, num processo de gradativa recomposição florestal.

¹⁰ Ver João Carlos Costa Gomes e Marcos Flávio Silva Borba, “Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis”. *Ciência e Ambiente - Práticas Agroecológicas*, vol. 29, 2004, pp. 5-14; Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002 e Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, “Perspectivas para uma nova extensão rural agroecológica”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, jan/mar, 2000.

trazer em termos produtivos. A essência de um sistema agroflorestal se resume na seguinte frase: “Trata-se de partir do princípio de que é mais gratificante enriquecer o lugar do que explorá-lo”.¹¹ Um sistema de cultivo planejado sobre os moldes de um sistema agroflorestal assemelha-se a uma floresta em sua estrutura e dinâmica, ao passo que diferentes espécies (agrícolas e florestais) coabitam o mesmo espaço, ocupando os distintos nichos que o compõe. A inovação de um sistema agroflorestal, quando comparado a um sistema de monocultivo, reside no aproveitamento de cada estágio sucessional que precede a formação de uma floresta. Simplificando, a ideia de uma monocultura é “congelar” o estágio sucessional que viabiliza o crescimento de determinado cultivo, enquanto numa agrofloresta aproveita-se as condições de cada estágio sucessional para enriquecer a diversidade de gêneros de cultivo. Como uma agrofloresta não necessariamente é planejada visando o reflorestamento de uma área, o agricultor pode manejar seu sistema agroflorestal de modo a mantê-lo por mais tempo (sem “congelar”) em determinado estágio sucessional, e assim controlar a diversidade de sua produção. É importante frisar que há uma essência comum a todos os sistemas agroflorestais – basicamente traduzida em diversidade produtiva e consórcio de espécies agrícolas e florestais – mas não há um modelo estrito a ser seguido para o planejamento de um SAF. A composição de espécies que podem fazer parte de uma agrofloresta varia amplamente de acordo com as características ambientais da região e com o propósito do agricultor a respeito de sua produção.

Os benefícios trazidos com a implantação de sistemas agroflorestais em propriedades familiares passam pela dimensão ambiental, social e econômica. Compreender o que significa assumir um campo de cultivo enquanto um ecossistema é também trabalhar pelo seu equilíbrio ecológico sem abrir mão de sua potencialidade produtiva. Em outras palavras, fazem parte de um sistema agroflorestal processos ecológicos cíclicos que garantem a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes industriais, o controle de pragas e ervas daninhas sem o uso de pesticidas, o controle da erosão e a proteção de nascentes e cursos d’água, sem que seja necessário ignorar a sua capacidade de produzir alimentos (inclusive com um melhor aproveitamento do espaço de lavoura).¹² A respeito das implicações sobre a dinâmica social e econômica dos agricultores,

¹¹ Ernest Gotsch, *O renascer da agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

¹² Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas...*, op. cit.

pode-se elencar alguns desdobramentos que a adoção da prática agrofloresta pode desencadear: maior independência do mercado de fertilizantes, pesticidas e demais insumos químicos; diversificação da produção de alimentos e de outras matérias-primas (por exemplo madeira para lenha, ferramentas, cercados, etc); a possibilidade de comercializar produtos com valor agregado (selos orgânicos, por exemplo); suprimento mais significativo da demanda familiar por alimentos; alterações na organização da força de trabalho e na qualidade de vida da família agricultora e o estímulo a formas coletivas e associativas de produção e comercialização (formação de cooperativas, organização de trabalho em mutirões, construção de benfeitorias coletivas, etc). O questionamento, e por vezes o abandono, que a adoção de práticas agroecológicas impõe sobre o uso de métodos agrícolas convencionais também é um processo interessante, que não merece menos atenção. Ainda que o processo de transição agroecológica¹³ ocasione, apenas no nível técnico, uma alteração na maneira de conceber a sua produção, o agricultor que a percorreu tornou-se crítico do modo agrícola convencional. Este, sem dúvida é um processo que merece foco, mas que pode acontecer de maneira muito mais intensa quando a família adota práticas agroecológicas e atribuem a elas um sentido ideológico de resistência que vai além de uma substituição técnica e que traz à família um sentimento de maior autonomia, de forte vínculo com o sítio e com suas formas de produzir. De um lado podemos encontrar o agricultor que viu no sistema agroflorestal a possibilidade não de romper com as exigências da agricultura industrial, mas ao contrário, de temperar a mesma relação comercial com nova roupagem, tirando proveito de um nicho mercadológico que demanda produtos naturais ou orgânicos, por exemplo. Não há nisso qualquer questionamento à dinâmica mercantil capitalista. A agrofloresta, neste contexto, legitima e reproduz sob nova mediação societária a lógica de subordinação ao capital. No outro lado, podemos ter o agricultor que entende a adoção de sistemas agroflorestais como uma alternativa de burlar a obrigação de adquirir insumos químicos para produzir de maneira convencional, sem atender a demanda alimentar de sua família, entre outros aspectos inerentes à produção agrícola industrial. Entre esses dois extremos, há uma vasta gama de motivações que justifiquem a adoção de sistemas agroflorestais.

¹³ O termo “transição agroecológica” é utilizado para designar o caminho percorrido por agricultores que migraram da forma convencional de produção agrícola para um modelo de agricultura agroecológica.

Em geral, todas as iniciativas agroflorestais no Brasil se explicam pela existência de pessoas que se articulam em torno de sua realização. Normalmente compondo organizações não-governamentais ou movimentos sociais, essas articulações se somam a incentivos do governo federal e assim encontram condições para impulsionar processos de transição agroecológica junto a agricultores familiares. Toda essa movimentação gerada em nome da realização de iniciativas agroecológicas nos mostra que, estas últimas, não poderiam estar inscritas na condição de vida das famílias agricultoras mas, ao contrário, se explicam pela atuação de pessoas e organizações. Não surgindo de forma isolada, essas experiências agroecológicas acontecem de forma conectada, dispersando-se em rede. Em uma rede que lhes confere identidade. O objeto de estudo dessa pesquisa se insere neste quadro, uma vez que os agricultores visitados iniciaram suas experiências agroflorestais a partir de seus contatos com Ongs, movimentos sociais e outros coletivos de agricultores.

Desse panorama geral descrito até o momento é possível já indicar os principais interesses de investigação desse projeto. Das transformações do meio rural pernambucano, uma interessa em especial: a emergência de novas realidades que despontam a cada experiência em cultivar alimentos de forma “agroecológica”. Experiências que envolvem não apenas uma transformação no nível da prática desses agricultores, mas também suas concepções e modos de vida. Num contexto mais amplo, essa nova realidade confere outra dimensão à questão do papel da agricultura familiar, ao assumir seu valor potencialmente revolucionário. Na sombra do agronegócio, é possível que tais transformações signifiquem uma forma de resistência.

MEIO RURAL: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

Há três maneiras básicas de conceitualizar o meio rural. A primeira, de inspiração sociológica, o enxerga como setor particular de uma sociedade maior. Em decorrência desta perspectiva, o rural pode ser concebido em função de suas diferenças em relação ao meio urbano, no que toca aos traços fundamentais que os compõem.¹⁴ Os traços essenciais, de

¹⁴ Aldo B. Solari, “O objeto da sociologia rural”, in Tamás Szmrecsányi & Oriowaldo Queda (org.), *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p.3-14, 1976; Pitirim A. Sorokin e Carle C. Zimmerman, *Principles of rural-urban sociology*. New York: Henry & Company, 1929.

acordo com Solari, são 1) a ocupação, pela qual a sociedade rural pode ser caracterizada como aquela em que indivíduos ativos trabalham em atividades agrícolas; 2) a dependência dos processos elementares da natureza, observada de forma mais intensa nos habitantes do campo à medida que os resultados de seu trabalho contam com forças naturais que fogem ao domínio do homem; 3) tamanho das comunidades, pela qual sociedades rurais caracterizam-se como menos populosas ou adensadas; 4) homogeneidade psicossocial dos integrantes, relacionada a pouca diferenciação e variação social nas sociedades rurais; 5) mobilidade, sendo a mobilidade vertical menos intensa no campo do que na cidade, de maneira que os habitantes do campo possuem menos possibilidades de ascensão social e frequentemente mantém a ocupação agrícola herdada de seus pais; 6) interação social, mais numerosa e diversificada na cidade, enquanto restrita à vizinhança, no meio rural; e por último 7) o número e caráter das interações sociais, sendo as mesmas mais concretas, diretas e imparciais no meio rural, à medida em que o habitante do campo sabe muito mais daqueles com que trata do que os habitantes citadinos.¹⁵ Uma segunda perspectiva, de caráter culturalista, está mais ligada à antropologia. Embora não negue a participação do rural à sociedade envolvente, seu enfoque prioriza tratar suas características culturais internas e que definem sua particularidade (sistemas de parentesco, de herança, aspectos religiosos, técnicas e hábitos costumeiros, etc.). Como resultado, o universo das culturas tradicionais do homem no campo compõe um “mapa de famílias culturais associadas a grandes rotas de ocupação: manchas sertanejas, amazônicas, gaúchas (etc.)”.¹⁶ A terceira perspectiva é a econômica, que enxerga no campesinato ora um modelo econômico, ora um modo de produção particular. Nesse último caso, destaca-se a contribuição de Chayanov em torno do conceito de “modo de produção camponês”.¹⁷

Nenhuma dessas caracterizações do rural, no entanto, autorizam concepções cristalizadas. O “rural” não se constitui como uma essência imutável que pode ser encontrada em cada sociedade.¹⁸ Ao contrário, esta é uma categoria histórica, em constante transformação. Cabe, portanto, ao pesquisador, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades

¹⁵ Aldo B. Solari, “O objeto da sociologia rural”, op. cit.

¹⁶ Mauro William Barbosa de Almeida, “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris* (Campinas), v.1, n.2, p.157-186, 2007. p. 158.

¹⁷ Alexander V. Chayanov, *The Theory of Peasant Economy*. Illinois-The American Economic Association, Homewood, 1966.

passadas e presentes”.¹⁹ A integração econômica, social e cultural à “sociedade englobante” e a perda da autonomia relativa que possuíam, aparecem como motivos importantes do intenso processo de transformação percorrido pelas sociedades rurais tradicionais.²⁰ Nesse quadro de transformações, as de cunho econômico afetaram e afetam profundamente as formas de produzir do campesinato tradicional, empurrando-as sempre que possível para a mecanização, para a absorção de novas tecnologias e para a integração aos mercados não locais, caracterizando o modelo agrícola produtivista. O sucesso inegável da modernização agrícola gerou, paralelamente e ao mesmo tempo, suas expressões negativas. A primeira delas é o controle que a propriedade fundiária detém sobre a força de trabalho rural, engendrando grupos de trabalhadores que se reproduzem de forma miserável. A segunda se exprime no nível de distribuição de renda e de marginalização das populações rurais, o que, em outras palavras expressa o contrassenso de uma modernidade que mantém pessoas no nível da precariedade.²¹

A modernização da agricultura somada ao desenvolvimento industrial (concentrado em espaços urbanos) teve consequências evidentes que se expressam, por exemplo, no êxodo que “esvazia” o mundo rural de muitos de seus habitantes e acompanha a intensificação da influência da cultura urbana sobre o modo de vida do campo. Tratando as questões agroalimentares enquanto problemática social, pode-se ainda falar na “persistência intolerável da fome e da desnutrição”,²² apesar de todos os avanços tecnológicos e aumentos de produtividade. Ainda pode-se referenciar a dimensão ambiental: o uso de práticas ambientalmente insustentáveis vem gerando sérios desgastes dos recursos naturais. Se é certo, portanto, que o mundo rural não é de modo algum estático ou estagnado, a industrialização da

¹⁸ Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos sociedade e agricultura*, n.15, p.87-145, out/2000.

¹⁹ Jean Rémy, “Le rural et l’urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne”. *Espaces et Sociétés* (Paris), n.72, p.31-47, 1993 apud Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “A emergência de uma nova ruralidade...”, op. cit., p. 2.

²⁰ Marcel Jollivet, “A 'vocalção' atual da sociologia rural”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, p.5-25, out/1998; Marcel Jollivet & Henri Mendras (dir.), “Les collectivités rurales françaises”. *Étude comparative de changement social* (Paris), 1971 apud Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “A emergência de uma nova ruralidade...”, op. cit.

²¹ Hugues Lamarche (coord.), *A agricultura familiar I – Comparação internacional: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.183.

²² Fernando A. Lourenço, *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.195.

agricultura reserva um novo papel para o meio rural e para os agricultores na sociedade moderna. O processo de industrialização e a conseqüente urbanização da vida rural são temas bastante recorrentes em pesquisas e discussões da sociologia rural. Muitos trabalhos se encarregam de caracterizar a realidade rural transformada por um paradigma produtivista, indagando inclusive sobre o possível “desaparecimento” das comunidades rurais e, como decorrência, da própria sociologia rural.²³ Uma vez completado esse processo, e atingida estreita aproximação entre o homem rural e o homem urbano, teria-se por fim a urbanização total do meio rural.²⁴

No entanto, uma importante discussão se coloca a este respeito: talvez a profecia da “morte do camponês” tenha se dado somente no campo teórico e conceitual, já que a noção de sociedades camponesas ou de civilizações agrárias²⁵ hoje se mostram, em certo sentido, incapazes de abarcar a considerável diversidade e complexidade presente na “massa rural” marginalizada no sistema capitalista. Essa diversidade é composta de realidades locais e particulares que não mais se encaixam facilmente nessas concepções antigas e que hoje se expressam em grupos caboclos, caiçaras, sertanejos, índios, seringueiros, quilombolas, sem-terras e (por que não?) “agrofloresteiros”. De acordo com Almeida, se a noção de sociedades camponesas já não permite compreender a questão agrária em sua totalidade é porque desconsiderava essas variações pontuais em seus modelos de estrutura social, abordando o universo camponês somente de duas formas possíveis: como arcaísmo neolítico (resquício de uma agricultura arcaica e ultrapassada) ou como subordinado num quadro político e econômico (dependente e vinculado a mercados externos). Tais abordagens levam a concepções muito definidas do “universo agrário” e terminam por atribuir caráter intermediário aos camponeses:

²³ Marcel Jollivet, “A 'vocaçãõ'...”, op. cit.

²⁴ Aldo B. Solari, “O objeto da sociologia rural”, op. cit.; Maria Isaura Pereira de Queiroz, “Do rural e do urbano no Brasil”. In: Tamás Szmrecsányi & Oriowaldo Queda (org.), *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p.160-176, 1976.

²⁵ São modelos de estrutura social camponesa justificados principalmente, pelas relações de parentesco e por ideologias religiosas, e que não conferem autonomia às sociedades que pretendem explicar, mas as concebem como subordinadas às sociedades urbanas. Eric Wolf, um dos autores que desenvolveu tais modelos, define o camponês como uma forma de sociedade a meio caminho entre as primitivas e as industriais. O que diferencia o camponês dos povos primitivos, por sua vez, é o fato dos primeiros fazerem parte de uma sociedade mais vasta e complexa, ainda que em condição de subordinação. Eric Wolf, *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

“Geograficamente situados na fronteira entre paisagens primevas e aglomerações industriais, temporalmente situados na passagem da barbárie dos coletores-caçadores para a ordem estatal; sociologicamente constituídos como um mosaico de relações de parentesco e de vizinhança; epistemologicamente encerrados em visões de mundo fechadas e arcaizantes; economicamente a meio caminho entre dádiva e mercado”.²⁶

No entanto, atualmente, as realidades rurais perderam qualquer associação com noções definidas de universo agrário e podem carregar papéis múltiplos, para muito além das categorias intermediárias. Hoje a sociologia rural anda muito mais atenta à crítica da narrativa da modernização e à resistência dos que dela estão excluídos,²⁷ do que à busca por teorias universais. Neste sentido, os problemas globais são alcançados pelo entendimento de realidades locais, muitas vezes marcadas por situações de disputa e conflito. Este contexto de resignificações conceituais foi impulsionado pela própria transformação de um modo de vida que antes facilmente se encaixava em categorias como a de “sociedades camponesas”. A industrialização da agricultura, a influência da cultura urbana, a integração a formas mais complexas de economia de mercado alteraram (por vezes até inverteram) algumas características elementares dessa caracterização antiga, como, por exemplo, a garantia à autossuficiência alimentar do grupo familiar. No entanto, neste mesmo contexto nota-se o surgimento de grupos de agricultores resistentes ao processo incisivo de industrialização. Se esse processo trouxe consigo a homogeneização das paisagens rurais, a sua crise, como caracterizada por Lamarche, também abre espaço para focos de resistência, de contestações ao modelo produtivista, no que diz respeito à sua orientação sociopolítica, econômica e ambiental.²⁸

A diversidade de movimentos sociais rurais, a crescente formação de Ongs ligadas ao tema e algumas instituições do governo federal, são os principais agentes de contestação ao modelo produtivista de agricultura. Pela ação desses agentes criam-se formas de resistência e alternativas ao padrão vigente de agricultura. São formas que visam a construção de certa autonomia produtiva – ainda que parcial – e que podem ser consideradas diminutas frente ao contexto agrícola nacional. No entanto, são iniciativas merecedoras de bastante atenção, já que autorizam a elaboração de novas interpretações sobre a questão agrária e subsidiam a

²⁶ Mauro William Barbosa de Almeida, “Narrativas agrárias...”, op. cit. p. 169.

²⁷ Idem, op cit.

²⁸ Hugues Lamarche (coord.), *A agricultura familiar I...*, op. cit, p.183.

elaboração de propostas de transformação social. Tais propostas costumam seguir uma lógica inversa àquela que fundamenta a agricultura produtivista e que, conseqüentemente, ocasiona impactos negativos sobre a dimensão social, econômica e ambiental do meio rural. Em outras palavras, estas propostas tratam de reconstruir e atribuir novo sentido às práticas camponesas de produção. É neste contexto que a agroecologia surge também como bandeira política, sustentando muitas destas propostas, opondo-se ao agronegócio e impulsionando a capacidade produtiva da agricultura familiar.

CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA E FLORESTA

A ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura.

Susanna Hecht, “A evolução do pensamento agroecológico”.

APRESENTAÇÃO

Há uma relação direta que se estabelece entre modelos de produção agrícola e formas de organização social. Qualquer modelo de produção agrícola reflete e acarreta uma sociedade específica, e vice-versa. A maneira de se pensar e de se constituir a relação do homem com o meio – sendo a agricultura uma das expressões mais significativas desta relação – traz consigo valores e representações da sociedade na qual tal relação se insere. As seguintes frases, ditas por Marc Bloch na ocasião de seus estudos sobre a agricultura europeia do século XVIII, ilustra bem esta relação: “(...) problemas agrários levam a colocar problemas de ordem social de uma amplitude muito vasta”¹ e “o estudo do desenho agrário não devia ser absolutamente separado do habitat, estreitamente ligado, ele mesmo, à estrutura social”².

Me aproximando dos objetivos de meu texto, digo que a medida que a agroecologia trabalha pela elaboração de lavouras menos extensivas e menos dependentes de insumos químicos, e ainda tece alternativas que valorizam a importância da agricultura familiar em âmbito nacional, ela acaba por elucidar também formas de reorganização social. Em dimensões que não necessariamente estabelecem com a agricultura uma relação tão direta e elementar, como a distribuição e consumo alimentar no meio urbano, a migração de

¹ Marc Bloch, *A terra e seus homens*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 2001. p. 149.

² Idem, op. cit., p.170. Neste mesmo sentido, de buscar relações entre a organização social dos homens e as maneiras de cultivar a terra, o trabalho de Ester Boserup também deve ser lembrado. Em especial, seu livro *Evolução agrária e pressão demográfica*, que será novamente citado mais adiante.

populações rurais e a organização do povoamento rural e urbano. Desta maneira, a agroecologia se revela como campo aberto e convidativo à análise sociológica. Afinal, muito mais do que uma técnica de cultivo, a agroecologia também se apresenta carregada de ideologia e traz em seu projeto uma vasta gama de reformulações sociais. Seu ponto de partida é o entendimento da real problemática agrícola. Suas primeiras indagações recaem sobre a maneira de se pensar a agricultura e o papel do homem no campo. Seu ponto de chegada é a reformulação da ordem social em seu sentido mais abrangente. Segundo o sociólogo Eduardo Sevilla-Guzmán, “o aporte fundamental da Agroecologia tem uma natureza social, uma vez que se apoia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também, neste sentido, sociológica”.³

Considerando as técnicas agrícolas que fundamentam a prática agroecológica, não poderíamos deixar de demonstrar interesse pelo seu método. Muitas vezes são práticas antigas de cultivo que inspiram a agroecologia e fundamentam seus sistemas agrícolas. Práticas “rudimentares” que, não raramente, foram largamente execradas em outros tempos, justamente por representarem uma forma de organização social indesejável. No entanto, não se trata de um simples resgate de técnicas mas de uma releitura das mesmas: é a retomada, a sistematização e a racionalização de práticas agrícolas de uso longínquo que criam o paradoxo agroecológico. Trata-se de uma “ciência” moderna que elabora suas propostas fazendo uso de técnicas “obsoletas”. Contudo, é fundamental reforçar o seguinte argumento: da mesma maneira que a agroecologia não se trata de um resgate de técnicas, ela também não busca resgatar antigas formas de organização social, ou seja, a agroecologia não busca a restauração de uma lógica social vivida em outros tempos – e supostamente refletida na maneira de se fazer agricultura – mas trabalha com técnicas agrícolas antigas a partir das quais propõe um novo modelo de produção rural adaptado à atualidade. É neste sentido que podemos traçar uma breve comparação entre as roças de coivara (também chamadas de roças volantes, itinerantes ou roças de mato virgem), tal como descritas no passado, e os sistemas agroflorestais contemporâneos. De um lado, a coivara de antigamente, feita por lavradores (colonos e

³ Eduardo Sevilla Guzmán, “A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, vol. 3, n.1. Janeiro/Março 2002. p. 18-27, p. 18.

indígenas) menos ligado à noção de propriedade privada, que partiam em busca de roçados a serem feitos no meio das matas virgens e que se distanciavam dos aglomerados humanos numa conduta itinerante. A coivara fundamentava, para alguns, uma sociedade de bárbaros. De outro, a agrofloresta, que surge como alternativa agroecológica e se direciona ao agricultor familiar já completamente envolto pelo contexto de um sítio particular ou assentamento rural, família e comunidade. A agroecologia não resignificou apenas o uso desta interface agricultura/floresta, já que propõe um novo modelo de sociedade rural, absolutamente distinta da sociedade dita *bárbara e desorganizada* antes associada à coivara. A agroecologia surge com propostas voltadas para a agricultura familiar (no sentido de atribuir-lhe importância e soberania) e trabalha por uma agricultura sem insumos e menos impactante. Estes são os pilares de suas reformulações sociais. Em outras palavras, o paralelo se dá da seguinte maneira: onde antes a coivara desterrava os homens, pouco os fixando à terra, hoje a agrofloresta surge como estratégia agrícola voltada a fixar o pequeno agricultor familiar no campo. Onde antes o seu método era visto como atrasado, sua forma atualmente resignificada busca conferir certo ar de inovação, frente ao que acabou se tornando convencional. Onde a coivara independia da propriedade, criando posses em meio à floresta, hoje a agrofloresta busca trazer a mata para dentro da propriedade rural.

As seções que seguem visam explorar essa comparação entre o método da coivara – tal como praticado e descrito no passado – e a prática agroflorestal contemporânea. Antes, é necessário dizer que boa parte das próximas duas seções é fruto de uma pesquisa que venho desenvolvendo em parceria com o pesquisador Allan Monteiro (Fundação Joaquim Nabuco). Tal pesquisa ainda encontra-se em fase inicial de projeto, na qual levantamos bibliografias e fontes relacionadas ao método da coivara praticado no passado e suas implicações nas formas de organização da sociedade. Dessa fase inicial, destinada a embasar a redação do projeto propriamente dito, sistematizamos um artigo⁴ escrito a quatro mãos e que em verdade já aponta para muitos resultados. Esse texto-base responde a interesses comuns de nossas pesquisas de pós-graduação e vem servindo tanto à tese de doutorado de Allan – já em fase de conclusão e

⁴ Allan R. Arantes Monteiro; Mariana de Oliveira Portella, “A coivara no Brasil colônia: percepções sobre irracionalidade, ócio, nomadismo e selvageria” in *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações* (CD ROM), Florianópolis, 2010.

onde ele aborda a formação da paisagem no período colonial a partir do estudo de caso do município de São Luiz do Paraitinga (uma das povoações fundadas durante o governo de morgado de Mateus, 1765-1775) – quanto a minha dissertação de mestrado, onde exploro principalmente as características técnicas do método de coivara, como base de comparação aos métodos agroflorestais.

AGRICULTURA NO MEIO DA FLORESTA – AS ROÇAS DE COIVARA

Para dissertar sobre o sistema de coivara invoco primeiramente as considerações de Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, feitas durante sua condição de governador da capitania de São Paulo (1765 - 1775). Morgado de Mateus respondia às diretrizes da alta administração colonial numa tentativa de defender os domínios coloniais portugueses e incrementar a produção de suas mercadorias, num contexto em que historiadores atuais situam como início da crise do antigo sistema colonial.⁵ Morgado de Mateus encontrou a capitania de São Paulo em estado de decadência e sua missão era reestruturá-la.⁶ Dotado de visão iluminista, D. Luiz Antonio expôs, já em sua oração de posse, um programa de governo que abarcava metas econômicas, demográficas e militares, refletindo

⁵ Fernando Antonio Novais, *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São paulo: HUCITEC, 1986, p. 136-198 e p. 213-298.

⁶ Quando criada, em 1709, a capitania de São Paulo – então chamada capitania de São Paulo e Minas do Ouro – abarcava um território extenso, fruto das buscas paulistas por índios e minérios e equivalente à junção dos territórios atuais da região sul, sudeste e centro-oeste (com as exceções do Rio de Janeiro e Espírito Santo). Seus limites eram imprecisos e foram sucessivamente alterados durante os primeiros 40 anos de existência da capitania. De modo que, em 1748, a capitania de São Paulo e Minas do Ouro encontrava-se desprovida de boa parte de seu território (referente à Minas Gerais, Ilha de Santa Catarina e continente de São Pedro, Goiás e Mato Grosso) e de sua autonomia administrativa, agora nas mãos do governo do Rio de Janeiro. A ideia da Coroa portuguesa em desmembrar sucessivamente a capitania de São Paulo e Minas do Ouro era proteger – e melhor controlar – as áreas mineradoras e evitar atividades de roubo e extravio dos minérios. Tais desmembramentos ocorreram até o momento em que se perdeu o sentido de manter uma estrutura governamental em São Paulo. A atenção da Coroa focou-se em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (que tornou-se, em 1763, capital do Vice-Reino) enquanto a capitania de São Paulo, completamente desfigurada, assumia lugar subordinado (ver Documentos Interessantes (D.I.). Vol. 47. p. 65-66. Carta Régia de 9 de novembro de 1709; D.I. Vol. 11. p. 6-7. Alvará de 2 de Dezembro de 1720; D.I. Vol. 47. p. 109-111. Provisão Régia de 11 de Agosto de 1738; D.I. Vol. 73. p. 112-123. Alvará de 9 de maio de 1748; Pedro Taques de Almeida Pais Leme. *História da Capitania de São Vicente; com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 127; Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura. 1979. p. 32.

as políticas prioritárias da coroa e o intuito de reformar profundamente a capitania de São Paulo:

“Foi sua Majestade servido de me mandar com o governo desta Capitania, encarregando-me de procurar por todos os meios estabelecê-la ao seu antigo esplendor, procurando os modos mais eficazes de acrescentar as suas povoações, estender aos confins dos seus domínios, fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, idear novos caminhos, penetrar incógnitos sertões, descobrir o ouro das suas minas e finalmente fortificar as suas Praças, armar o seu Exército, fazer observar as Leis e respeitar a Justiça”⁷.

Segundo Maria Luiza Marcílio, “A violência e a selvageria, a falta de justiça e de leis da primeira fase da formação regional caracterizava a sociedade que os governadores-gerais da capitania paulista restaurada (1765) encontraram”. Os governadores-gerais, como D. Luiz Antonio, foram os agentes responsáveis pela interdição e imposição de padrões, normas, leis e condutas próprias da cultura portuguesa.⁸ Tendo isso em vista, a primeira reação do governador frente a forma de cultivo predominante – a coivara – foi absolutamente negativa. O sistema de coivara não condizia em nada com suas intenções de reerguer a capitania de São Paulo, que obviamente, incluía o aprimoramento das técnicas de lavoura. Para ele, todas as mazelas que assolavam a capitania de São Paulo derivavam do modo de vida de seus habitantes e, conseqüentemente, da maneira como pensavam e faziam agricultura.

Se a primeira impressão de morgado de Mateus, ao desembarcar no Rio de Janeiro, se referira à qualidade incomparável das terras, à sua fertilidade sem precedentes (jamais vista em lavouras europeias), a segunda se ateve em classificar os homens que nelas trabalhavam como ociosos e bárbaros. Morgado chegou a dizer que nestas terras coloniais, tudo poderia ser cultivado, inclusive produtos de interesse internacional, direcionados à exportação: seda, algodão, madeira, couro, trigo, carnes, entre outros. No entanto, tal abundância só seria alcançada se tais produtos fossem reduzidos à cultura, “desterrando a negligência e o ócio do naturais”.⁹ Este é o pilar que sustenta suas impressões e os planos frente à capitania de São Paulo: o paradoxo entre poder produtivo das terras coloniais e a sua subutilização por parte

⁷ Idem, op. cit., p. 87.

⁸ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista – 1700–1836*. São Paulo: HUCITEC/Edusp. 2000. p. 156.

⁹ *D.I. Vol. 72*. p. 40-42. Carta ao conde de Oeiras de 30 de julho de 1765. O nome do conde de Oeiras era Sebastião José de Carvalho, quem viria a ser Marquês de Pombal.

dos naturais¹⁰, o que de certo, resultava na visível pobreza dos habitantes da capitania. Na seguinte passagem, morgado elenca algumas de suas impressões sobre o modo de vida dos colonos, mas ainda não estabelece, de fato, uma relação entre as suas maneiras de tratar as lavouras e a sua condição de extrema pobreza:

“Os habitadores são muito miseráveis; dispersos em grande distância uns dos outros, só se comunicam em canoas pelo mar; vivem da pesca e de alguma tênue lavoura de mandioca e algumas laranjas que cultivam junto à praia; sem comodidade para ouvirem missa; e todo o resto do país, que são morros muito altos, estão cobertos de densíssima e asperíssima mata”.¹¹

A ideia do contraste entre a promissora fertilidade da terra e o tipo de cultivo feito pelos colonos sempre esteve fortemente presente nas ideias iluministas que fizeram parte da nossa história. José Augusto Pádua, em seu livro *Um sopro de destruição*, tratou de elencar muitas ideias que, no passado, já criticavam ferozmente a suposta irracionalidade presente nas lavouras do Brasil colonial, em especial aquilo que tange a subocupação e a superexploração da terra. Superexplorada pois, pelo sistema predatório de agricultura – incluindo a coivara – imensas extensões de mata eram consumidas. Subocupadas pois tal sistema não facilitava, ou até mesmo impedia, a fixação do homem na terra.¹²

Como dito acima, aqui a questão da dispersão espacial dos colonos ainda aparece de forma modesta, sem aparente relação com a maneira de se fazer agricultura. Ou seja, por enquanto os homens vivem dispersos no mato, são miseráveis e realizam uma agricultura irracional e agressiva, mas esses fatores não possuem, ainda, nenhuma relação entre si. Mais tarde é que D. Luiz Antonio, tomando parte de todos os pormenores que compunham a situação da capitania de São Paulo, passaria a atribuir uma relação forte entre os fatores descritos; o que fundamentaria suas intenções iniciais de governo. Mostravam-se fundamentais e urgentes a reorganização do padrão de povoamento e a reforma da produção agrícola. Morgado de Mateus passou a enxergar na produção agrícola da capitania todas as razões para o seu insucesso. Em outras palavras, a produção agrícola dos homens naturais fundamentava

¹⁰ D. Luiz Antonio, utilizando o termo “homens naturais” se referia não somente aos grupos indígenas, mas também aos colonos habitantes da capitania.

¹¹ *D I. Vol. 72. p. 40. Carta ao conde de Oeiras de 25 de julho de 1765.*

¹² José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crise ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002. p. 42.

uma sociedade onde não há religiosidade, senso de união e justiça; na sua visão, uma sociedade de bárbaros, de feras:

“Cada dia vou me formalizando mais nos inconvenientes ao serviço de Deus e o de S. Majestade, e ao bem comum deste Estado por causa do mal método da lavoura que em toda a parte se pratica, fundando-se somente no uso das roças de Mato Virgem. O primeiro inconveniente é o da falta de Religião e é certo que aonde se falta a Deus (...) não pode haver coisa boa. (...) O segundo inconveniente é a falta de Sociedade, (...) porque consistindo ela da união com que os homens se ajudam uns aos outros, nada é tanto contra esta união como o referido método de lavoura que se pratica. O terceiro é a falta de Justiça, porque vivendo os homens fora do povoado, metidos pelos matos sem ouvirem mais que a sua família, faltos de instrução e de doutrina e até dos primeiros princípios da nossa Fé, que hão de ser senão piores do que feras”.¹³

O grau de civilidade dos habitantes da capitania é apresentado como consequência direta da distância à igreja, à comunidade e às instituições representantes do Estado. Para D. Luiz Antonio, a aglomeração dos homens em povoados deve possuir sua essência pautada nestas três instituições: igreja, comunidade e Estado. De seu ponto de vista, onde não há tais influências e proximidades, não pode haver sociedade civilizada. De toda forma, o importante a se ressaltar aqui é a ênfase dada pelo morgado à produção agrícola – ou melhor, ao método de produção agrícola – como desencadeador de tamanho barbarismo:

“A raiz de todo o mal é o método da lavoura que se pratica, e estou persuadido que se descobrir modo de se emendar este método se acharão juntamente os meios de atalhar os referidos inconvenientes”.¹⁴

O método de cultivo agrícola então se revela, para ele, como o principal responsável pela dispersão espacial dos homens, e conseqüentemente pelo sofrível nível de civilidade dos mesmos. O método, essencialmente itinerante, de se fazer agricultura – “para terem o necessário alimento ignoram todos os meios que não sejam o de irem fazer roças em mato virgem”¹⁵ – influi no padrão disperso de povoamento da capitania e, em decorrência, no modo de vida contrário às noções de sociedade, cristandade e governo. Morgado de Mateus não hesita em relacionar a situação dos criminosos habitantes da colônia com as tais “roças itinerantes em mata virgem”. Em outra de suas cartas ao conde de Oeiras, o morgado fala ainda da criminalidade – presente na capitania – banalizada e isenta de julgamentos. “Basta só que um destes se dê para consigo mesmo por ofendido de outro para fazer logo intenção de o

¹³ *D.I. Vol. 23* p. 1-3. Carta ao conde de Oeiras, 23 de dezembro de 1776.

¹⁴ *D.I. Vol. 23* p. 3. Carta ao conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.

¹⁵ *Ibidem*

matar (...) e a maior parte das vezes não se pode saber quem mandou matar; e se acaso se sabe, foge logo e fica sem castigo”. Em seguida, continua:

“Informando-me eu dos motivos que haviam de grassar tão execrados costumes, me disseram que [é] a facilidade com que esta gente muda os chamados sítios, que assim se denominam as casas que há pelas ribeiras, feitas de taipa de canas, cobertas de folhas com suas laranjeiras ao pé, algumas bananas e uma pequena roça de mandioca e nada mais, porque os seus móveis são duas redes, uma em que dormem e outra com que pescam e destas há infinitas em toda parte, e ali vivem anos sem missa, nem pároco, nem civilidade (...) e mudando de sítio passam a outra capitania e lá estabelecem o mesmo cômodo”.¹⁶

Em palavras gerais, as roças de coivara situam-se na raiz da questão dos maus costumes e da pouca civilidade. Este modo de vida, disperso pelo mato, se configurava como facilitador da selvageria e brutalidade dos que assim viviam. Esta foi a proposição construída por morgado de Mateus, ainda que nem todos os habitantes da capitania fossem realmente criminosos. O fato é que tais homens faziam roças de coivara dispersas pela mata virgem. E a questão por traz disso é que se estivessem, tais homens, vivendo em povoados, cercados pelo controle da justiça e da lei, certamente suas condutas, de maneira geral, seriam outras. A roça de coivara e o nomadismo estavam profundamente vinculados à uma lógica social indesejável, na qual as desavenças resolviam-se entre os moradores – eventualmente sob o uso da força bruta – sem qualquer intermediação da justiça.

No que se referia ao modo de vida itinerante, o próprio D. Luiz Antonio fazia distinções com relação à classe de homens que o praticavam. Ao se referir à classe dos comerciantes, tropeiros e lavradores, o nomadismo não era visto como problema tão grave. Estes “se conservam com seu modo de vida (...) ou a maior parte do tempo em povoado, pois é certo que eles tem toda a civilidade que se requer”.¹⁷ No entanto, o nomadismo entre os homens pobres representava um problema e um empecilho ao desenvolvimento da capitania:

“Fazem um sítio, isto é, uma casa barreada de terra coberta de palha ao pé de um morro e junto a um rio, na qual há por alfaias um cachimbo, uma espingarda e duas redes, uma em que dormem de noite e de tarde; e outra em que pescam desta; e da espingarda comem o que caçam; vestem às vezes uma camisa de algodão, outras, uns calções de peles; o mais que têm são dois covados de baeta em que se embrulham, a que chamam tanga, e não passam daqui. (...) No morro roçam o quanto basta para plantar meia dúzia de bananas e um prato de milho; nestes tais sítios há muitos que apenas ouviram dizer que há general e que há pároco, porque distam de um e outro vinte, trinta, quarenta e mais léguas; e ali passam a vida sem nunca

¹⁶ *D.I. Vol. 72.* p. 96. Carta ao conde de Oeiras de 22 de setembro de 1765.

¹⁷ *D.I. Vol. 23* p. 1-3 Carta ao conde de Oeiras, 23 de dezembro de 1766.

ouvirem missa; e há muitos que só se desobrigam de anos a anos, e esses são os melhores. (...) Ainda este sítio não é permanente, [de] tanto que roçam aquele mato, ou se enfadam de viver ali, ou cometem algum crime, põem o fogo à choupana e marcham para onde lhes parece; e daqui nasce que ninguém tem rendas, nem modo de cultivar as suas terras; alguns que cultivam é com escravos, porém, como estes acabam, também a lavoura não é permanente e nem sempre os filhos têm dinheiro para os restabelecer; ainda com os tais escravos nunca conseguem um celeiro de milho ou de farinha, ou de outros frutos que possam vender ao público porque não conheço ninguém que o tenha; só plantam para o seu sustento. (...) Como os rios e o mato oferecem mantimentos a pouco custo, e o calor do país escusa vestido, vivem a maior parte das gentes vadiando sem emprego, sem ocupação, sem domicílio, na liberdade, na ociosidade e na miséria; e o que mais é, faltos de religião e de polícia; e daqui nasce a sua pobreza e os horrorosos crimes que cometem, porque os bens são os que prendem e conservam os homens”.¹⁸

A passagem acima é suficiente para compreender a caracterização geral que morgado de Mateus faz dos homens pobres da capitania de São Paulo (levando-se em consideração que a roça em mato virgem, a roça de coivara, era uma prática disseminada entre os moradores da capitania). O primeiro ponto ressaltado diz respeito à miséria dos habitantes. Miséria esta espelhada pela falta de bens e posses; pela modéstia ao morar e ao vestir. Em seguida, a ociosidade – ou preguiça – expressa no displicente contentamento em plantar e colher somente o que lhes bastam para se auto sustentarem e na ausência de qualquer espírito empreendedor voltado para possibilidades comerciais. Ociosidade também expressa na aversão ao trabalho, quase sempre entregue nas mãos de escravos, e no uso demasiado de uma terra que lhes oferece mantimentos (cultivo, caça e pesca) a pouco custo. O terceiro ponto ressaltado é a instabilidade de tais homens. Implícita nas lavouras não-permanentes; na facilidade com que se enfadam de seus sítios e de suas lavouras; no modo de vida itinerante; no desapego à terra. O último ponto tratado é a liberdade com que vivem. Este ponto, de certa forma, acaba por resumir todas as outras características apontadas por morgado, já que se expressa na vadiagem com que tais homens permanecem perambulando, de sítio em sítio, sem empregos, na impunidade e apenas exigindo da terra o necessário para sua sobrevivência. Expressa também no seu distanciamento de outros homens, da vila e da igreja.

A definição do sistema de coivara como “agricultura de subsistência” é um ponto que merece mais algumas linhas. Morgado de Mateus julgava que os homens da capitania contentavam-se em plantar somente o que necessitam para sobreviver (“*meia dúzia de bananas e um prato de milho*”). De fato, a agricultura colonial voltava-se prioritariamente para

¹⁸ D.I. Vol. 73 p. 89-90. Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

a reprodução das famílias. Segundo Maria Luiza Marcílio, “as espécies plantadas são as que se destinam ao consumo imediato e direto do grupo familiar, particularmente as ricas em hidrato de carbono: cereais – milho, feijão (especialmente); tubérculos – mandioca, em primeiro lugar, e outros (inhames, batatas, amendoim)”.¹⁹ Trata-se de uma economia fechada, com pouca troca e que atribui à agricultura a responsabilidade de atender às necessidades alimentares do grupo doméstico. “Sendo fundamentalmente uma economia de subsistência, a agricultura do repouso florestal, do fogo e da roça era baseada quase que exclusivamente no trabalho familiar, alargado, vez por outra, pela extensão da família do agricultor pelo agregado ou pelo escravo (índio ou negro). O sistema visava então a garantir a sobrevivência da família, do grupo doméstico de produção. A economia era de autoconsumo com escasso excedente para troca; a família do roceiro, base econômica, social e cultural do sistema de agricultura de repouso florestal, era, no entanto, predominantemente pequena, resumindo-se na célula conjugal e nos poucos filhos solteiros sobreviventes”.²⁰ Marcílio ainda explica que a produção agrícola também não fazia uso de qualquer insumo que não viesse do próprio roçado. Mesmo sementes e mudas eram produzidas no próprio sítio.

Voltando à citação de Morgado, todas as características – miséria, ociosidade, instabilidade e liberdade – descritas por ele convergem na formação de um estilo de vida, antes de tudo, disperso. O homem pobre da capitania de São Paulo – homens “em busca do mato virgem” – era uma figura exilada da sociedade. “Por seguirem o engodo do mato virgem, largam a habitação das povoações e vão atrás do mato, afastando-se cada vez mais da sociedade civil, reduzindo-se a viver sem missa e sem doutrina, familiarizando-se com as feras”.²¹ O governador Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, em *Memória econômico-política da Capitania de São Paulo*, também fez suas considerações a respeito do modo de vida disperso na capitania: “Por uma consequência necessária deste grão de grosseria, e rusticidade, vivem as famílias dispersas pelos matos em pequenos prédios, que ou têm comprado, ou deles se têm senhoreado, cujos prédios são aqui conhecidos com o nome de sítios. A distância, que ordinariamente separa estes sítios uns dos outros, deixa incomunicáveis

¹⁹ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista – 1700–1836*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 2000. p. 159.

²⁰ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 160.

²¹ *D.I. Vol. 73* p. 91. Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

as famílias, e põem entre eles uma divisão tal, que muitas raras vezes se procuram os que entre si não têm alguma relação de parentesco”.²² Este modo de vida disperso, ancorado na feitura de roças volantes, gerou uma expansão da ocupação e povoamento da capitania, ainda que sua dinâmica não tenha propiciado o surgimento de novos núcleos e aglomerados humanos. Ou seja, apesar da criação de poucas vilas e povoados durante as primeiras décadas do séc XVIII, o crescimento demográfico da capitania não se estagnou, assim como a ocupação de novos territórios. “Algumas vilas são povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nelas se conservam são os que tem sítios mais próximos, porque os que os tem mais longe só acodem à vila pelas festas do ano ou em solenidades maiores (...) de sorte que os fregueses de Cotia, que dista desta cidade sete léguas, atrás do mato virgem são já hoje fregueses de Sorocaba, que dista da dita Cotia vinte léguas”.²³ Em outras palavras, a população crescia significativamente e a extensão de terra ocupada também, mas dissolviam-se as vilas e os povoados. “A população sendo minguada dentro de territórios muito amplos, sem estender suas fronteiras naturais para muito longe, não necessitava de uma agricultura mais avançada e mesmo não se permitia a isso”, diz Maria Luiza Marcílio. Ao se referir às vilas que conheceu, fazendo exceção à cidade de São Paulo e à algumas outras vilas (que abarcavam pequeno comércio), morgado diz: “todas as mais povoações são quase volantes; as mesmas vilas que já estão povoadas vão-se desfazendo”.²⁴ E frisando, mais uma vez, a agricultura situava-se na raiz desta problemática.

O despovoamento associado à agricultura itinerante, já havia sido apontado mesmo antes de D. Luiz Antonio conhecer o Brasil. Durante os anos (1741 a 1757) em que morou na Amazônia, Padre João Daniel observava efeito semelhante da agricultura sobre o padrão de povoamento:

“Como podem as povoações aumentar-se e florescer se não têm terras permanentes os seus vizinhos? Como poderão cobrir as cidades e vilas as matas que as cercam à roda, se cortadas em um ano se deixem crescer nos seguintes? Deste modo, por mais séculos que tenham de fundação os lugares, nunca se verão desabafados de matas; nunca se poderão chamar cultivadas as suas terras; e nunca se verão limpos os seus subúrbios”.²⁵

²² Apud Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 158.

²³ *D.I. Vol. 23* p. 4. Carta ao conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.

²⁴ *D.I. Vol. 73* p. 89. Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

²⁵ Padre João Daniel, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Belém: Contraponto. vol. 2. 2004. p. 161.

Por sua vez, José Gregório de Moraes Navarro, em 1799, publicou seu “*Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*”, onde ele demonstra ter chegado a semelhante conclusão e diz (referindo-se às vilas e cidades fundadas pelos portugueses):

“Mas como se acham hoje todas essas antigas povoações? Como corpos desanimados. Porque os lavradores circunvizinhos, que por meio da agricultura lhes forneciam os gêneros de primeira necessidade, depois de reduzirem a cinza todas as arvores, depois de privarem a terra da sua mais vigorosa substância, a deixaram coberta de sapé e samambaia, que é uma espécie de grama (...) e abandonando as suas casas com todos seus engenhos, oficinas e aboarias, se foram estabelecer em novos terrenos”.²⁶

Saint-Hilaire, no início do século XIX, também fez considerações a esse respeito, associando a agricultura volante a padrões de povoamento instáveis e a modos de vida selvagens: “a destruição das matas não é a única consequência lamentável desse sistema [de roçado]. Uma população fraca, disseminando-se por uma extensão imensa, torna-se mais difícil de governar: vivendo a grandes distâncias uns dos outros os lavradores perdem pouco a pouco as ideias que inspiram a civilização; o criminoso escapa com mais facilidade ao rigor das leis; o Estado experimenta maiores dificuldades em recolher os impostos; e, em caso de necessidade, o país não pode, senão após muito tempo, reunir seus defensores”.²⁷ O mesmo autor ainda se refere as roças de coivara como um mau a ser combatido – e neste ponto Saint-Hilaire também compartilha das visões de D. Luiz Antonio, Padre João Daniel e José Gregório – quando se busca o melhoramento e a civilidade da sociedade:

“Adotem (...) o uso do arado e dos fertilizantes, e não mais terão necessidade de destruir suas matas; e essas terras (...) dar-lhes-ão todos os anos abundantes colheitas; os filhos morrerão perto dos lugares em que repousam as cinzas de seus progenitores, e a população não mais se estenderá senão à medida que for aumentando”.²⁸

Maria Luiza Marcílio sintetiza em algumas linhas os parâmetros da relação apontada entre agricultura e povoamento:

“A fase do bandeirante correspondeu à fase mais primitiva da agricultura paulista. Todo o problema residia numa escassa população, com falta de mão de obra A mestiçagem com o índio, mais abundante em número

²⁶ José Gregório Navarro, *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica no Brasil*, Lisboa, 1799 apud José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição...*, op. cit., p. 34

²⁷ Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975. p. 92.

²⁸ Idem, op. cit., p. 92.

que o colonizador pioneiro contribuiu para o aumento relativo da população. A solução do problema da mão de obra para o colono pobre, sem capitais, foi encontrada na escravidão do índio e nas razzias às aldeias jesuíticas espanholas. Com isso foi possível aumentar um pouco a população das capitânicas paulistas e sobretudo permitir a sobrevivência e fixação do homem nos dois primeiros séculos. Apesar de tudo, a limitada população que se formou nos territórios paulistas (...) não permitiu, até o século XVIII, o rompimento do círculo vicioso: populações esparsas e agricultura de repouso muito longo e florestal”.²⁹

Diante do problema da escassez populacional – aliada à abundância de terras – as roças de coivara parecem mesmo uma saída razoável para a necessidade de sobrevivência. Ester Boserup, em *“Evolução agrária e pressão demográfica”*, atrela a adoção da cultura itinerante à falta de mão de obra. A autora explica que por se tratar de um procedimento sumário – onde o fogo faz a maior parte do trabalho – a roça de coivara parece ir ao encontro das necessidades de uma sociedade na qual faltam mãos trabalhando.³⁰ Segundo Marcílio, “a agricultura de subsistência que prevalecia em São Paulo colonial, por ser rudimentar e extensiva, não exigia praticamente nenhum capital, porque seu instrumental e as técnicas agrícolas eram simples e precárias. Nos primeiros tempos do desbravamento e estabelecimento das roças em meio das matas, bastavam o facão e machado. O enterramento das sementes de milho e feijão ou das mudas de bananas ou mandiocas podia ser feito com a “cavadeira” dos índios, bastão pontiagudo de madeira, fabricado pelo próprio caboclo. Parece que nem mesmo a enxada era necessária (...)”.³¹

Não é tarefa árdua notar que a percepção que associa agricultura itinerante a padrões instáveis e *bárbaros* de povoamento e sociabilidade, esteve presente em boa parte da nossa história. A raiz comum, o ponto que faz convergir o cenário agrícola itinerante e o padrão disperso do povoamento, é justamente a questão da mobilidade das roças e a instabilidade presente em ambos, além da pouca mão de obra necessária ao processo de roçado. No entanto, não é trivial apontar a qual dos dois elementos – a roça e o povoamento – cumpre o papel de causa e de consequência neste processo. As certezas afirmativas do morgado, Saint-Hilaire e José Gregório, nos deixa claro que as roças de coivara situam-se na raiz do problema. Ou seja, a roça itinerante determina um padrão disperso de povoamento e ainda todas as mazelas de mau comportamento que junto dele caminham. Talvez fosse mais coerente e parcimonioso

²⁹ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 158.

³⁰ Ester Boserup, *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987.

³¹ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 166.

considerar que tanto as roças quanto a dispersão da população fazem parte do mesmo sistema de sociabilidade e modo de vida. Encarar ambos como elementos paralelos presentes no mesmo cenário social; partindo do princípio de que todo modo de produção responde à pressões sociais e formas de organização do trabalho, ao mesmo tempo em que é delimitado por elas. Mas, o que nos interessa neste momento é justamente focar a visão construída sobre as roças de coivara. Minha atenção se volta à ideia de sociedade construída – por personagens da época – e vinculada à agricultura itinerante (num momento em que a mesma era predominante no cenário rural). Sendo assim, não há maiores delongas: para boa parte dos nossos pensadores, durante o tempo de Brasil colônia, as roças de coivara situavam-se na raiz (na causa) da nossa miséria e de nossos infortúnios, desembocando numa sociedade bárbara, pouco civilizada.

Aos olhos europeus dos viajantes e cronistas que fizeram parte da nossa história a roça de coivara se mostrava demasiada caótica. Esses personagens combateram ideologicamente os métodos que fundamentavam a prática agrícola brasileira. Tinham como referencial a agricultura europeia: campos ordenados, searas de grãos, limites claramente demarcados e o uso de arados e fertilizantes. No entanto, a discussão em torno deste tema obviamente não se dá somente em tom de julgamento, no sentido de eleger quais seriam as melhores – e mais apropriadas às condições tropicais da colônia – práticas agrícolas. A crítica não se volta unicamente à prática em si, mas também, e principalmente, ao que ela representa socialmente. Inegavelmente as considerações acerca das roças de coivara tratam de condenar a queimada, o abandono da terra, a falta de estrumes e de maiores cuidados; mas condenam especialmente toda a lógica social vinculada a tais métodos. E, neste momento, pouco importa qual dos fatores surge como causa ou como efeito. O fato é que a roça de coivara casa-se perfeitamente com um modo de vida absolutamente indesejável, representado pelo padrão disperso de povoamento, pela falta de doutrina jurídica e religiosa dos homens, pela violência banalizada e pela preguiça, irracionalidade e aversão ao trabalho. A lavoura itinerante não condizia com um modelo de nação – ainda que sob a condição de colônia – minimamente civilizado. O cenário criado pelas roças de coivara mais se aproximavam da barbárie do que de qualquer nível de civilidade. Nas palavras de Saint-Hilaire:

“No Brasil, o terreno que se acaba de semear só apresenta a imagem da destruição e do caos; a terra está coberta de cinzas e carvões, de enormes galhos esparsos semi-carbonizados pelas chamas, e no meio deles se elevam troncos enegrecidos e despojados da córtex: espetáculo tanto mais pavoroso, quanto contrasta com as majestosas belezas das florestas circunjacentes”.³²

Esse cenário descrito saltava aos olhos europeus dos nossos viajantes. Abismados com tamanha falta de ordem, não demoravam em proferir palavras de condenação ao referirem-se às roças volantes brasileiras. Ora revelado como causa, ora como efeito das roças, o espírito itinerante e instável associado as mesmas também era digno dessa condenação. Na visão desses personagens, essa agricultura somente poderia ser fruto da irracionalidade que permeia o modo de vida brasileiro e não fazia jus ao enorme potencial produtivo de nossas terras, gerando por fim o contrassenso de um povo miserável que caminha sobre terras fecundas.

Algumas hipóteses foram formuladas, especialmente por Saint-Hilaire, na tentativa de elucidar a maneira com a qual se lidava com a terra produtiva, no Brasil. Ele disse:

“Homens que podiam dispor à vontade de um território imenso, não tinham nenhuma necessidade de tomar precauções para poupar o pedaço de terra em que acabavam de colher alguns grãos. De mais a mais, era bem raro que, vindo à América, tivessem o designio de aí se fixar definitivamente; queriam amontoar riquezas, para ostentá-las em seguida aos olhos dos seus compatriotas, e mal computavam, em sua existência, o tempo que passavam longe da pátria. Durante esse intervalo, era preciso viver, certamente; os processos adotados foram os mais expeditos, os que melhor convinham à vida nômade que levavam, as das tribos mais bárbaras”.³³

Em suma, a constatação feita por Saint-Hilaire apoia-se em outras duas observações. Primeiramente, a abundância de terra. O território era imenso e completamente tomado por mata densa, sempre pronta para receber novo roçado. Homem algum necessitava preocupar-se com suposta escassez de terra produtiva. A oferta de terra era muito superior à sua demanda. Em outras palavras, a terra era um bem sem valor.³⁴ Em seguida o autor nos traz a ideia do

³² Idem, op. cit., p. 90.

³³ Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias...*, op. cit. p. 90

³⁴ É válido lembrar que a noção de abundância de terras na província de São Paulo não pode ser encarada como característica natural e própria do ambiente em questão. Pierre Monbeig mostrou que, ao contrário disso, a expulsão e o genocídio daqueles que habitavam a terra foi o processo social responsável pela criação de tal “abundância”. Sendo que, mais tarde (a partir de meados do século XIX) e em nome da expansão do café, as mais violentas “dadas” – expedição sanguinolenta de “brugueiros”, os caçadores de índios – foram realizadas e seguidas pela invasão de terras, falsificação de títulos de propriedade, grilagens e outras operações ilegais. O historiador Sérgio Silva também contribui neste mesmo sentido: “Na medida em que as fronteiras do café deslocam-se para o interior do país, a proporção de terras ‘devolutas torna-se maior. Então os homens do café ocupam, apropriam-se dessas terras. Para fazer isso, era necessário estabelecer um título de propriedade, coisa fácil para a burguesia cafeeira, que controlava diretamente o poder. Assim, de um dia para o outro, essas terras

colono português protagonista de aventuras em terras tropicais. Estes homens, na esperança de retornar ao Reino, não encontravam sentido em investir em moradas fixas em terras brasileiras. Dom Luiz Antonio também partilhou desta observação:

“Não obsta que os filhos do Reino que se acham neste país não pratiquem geralmente a mesma lavoura que no Reino se cultiva; porque além de que alguns deles a usam nestas terras, em algumas partes com o mesmo proveito, está averiguado que a razão por onde todos não fazem o mesmo é porque os naturais do Reino vêm com o sentido de voltarem para sua pátria e não procuram estabelecer-se nestas terras; e ainda aqueles que cá andam há muitos anos, estão com esse sentido; e como destes é o maior número, a seu exemplo estabelece a opinião geral de que não há cá lavoura como no Reino”.³⁵

Entretanto, a prática da roça de coivara no Brasil, obviamente não se limitava aos colonos portugueses. Os homens nativos, os “naturais da terra” eram os grandes responsáveis pela disseminação da roça volante. E, ao tentar compreender o fato das gerações seguintes aos primeiros colonos permanecerem cultivando por meio de roças de coivara, Saint-Hilaire – assim como padre João Daniel – arrisca lançar-se sobre a possibilidade do apego aos “costumes”. Muitos dos colonos nunca retornaram à Portugal e seus filhos, que em terras brasileiras nasceram, não cresceram com o parâmetro agrícola europeu embutido em suas mentes e simplesmente acostumaram-se a cultivar a terra nos moldes tropicais. Para Saint-Hilaire, “a morte, as enfermidades, uma série de circunstâncias frustraram frequentemente os cálculos desses homens aventureiros: seus filhos não podiam sentir saudades das margens do Tejo nem dos frutos saborosos do Douro; estavam fatigados de ouvir falar continuamente de um país que não conheciam; ficaram naquele em que nasceram, e o Brasil se povoou; mas estavam acostumados às práticas imperfeitas dos primeiros habitantes, e essas se perpetuaram até nossos dias”.³⁶ Padre João Daniel também buscou no “apego aos costumes” uma justificativa para a disseminação da roça de coivara entre os habitantes da colônia. De acordo com E. P. Thompson, ambos se encaixam na tendência secular de encarar usos e práticas

tornavam-se sua propriedade e eles podiam nelas estabelecer o café. Como essas terras jamais haviam ‘pertencido’ a alguém, a lei estava do lado do proprietário. Tratava-se simplesmente de expulsar os ocupantes. Para isso, a burguesia cafeeira empregava homens hábeis no gatilho. Se a resistência era muito grande, ela apelava para a milícia estadual ou mesmo para o exército”. Pierre Monbeig, *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984 e Sergio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo : Editora Alfa Omega, 1976. p. 71.

³⁵ *DI. Vol. 67*. p. 145. Carta para Lourenço Ribeiro de Andrade da vila de Curitiba de 21 de maio de 1767.

³⁶ Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas províncias...*, op. cit., p. 90

enquanto “costumes”. Ele diz que “no século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado”.³⁷ Thompson é um autor capaz de nos ajudar muito a pensar sobre a questão dos costumes e práticas tradicionais.

Em seu livro *Costumes em comum*, ele defende a tese de que a consciência e os usos costumeiros eram fortemente característicos no século XVIII, o que poderia representar uma resistência às pressões em favor da “reforma” cultural, vinda normalmente “de cima para baixo” e intensamente vivida na Europa desta época. Obviamente não tomo a agricultura itinerante como forma de resistência. Não acredito que seu uso fosse revestido de qualquer discurso reivindicativo, ou pelo menos não é possível detectá-lo nos escritos de nossos viajantes e cronistas. A “reforma” cultural (que naturalmente se desdobraria e alcançaria âmbitos econômicos também) era palavra de ordem para morgado de Mateus e outros governantes, que, no entanto, nunca enxergaram a coivara como forma de resistência ou protesto, mas sim como reflexo de mentes estagnadas e preguiçosas. Contudo, este será um ponto importante no fechamento deste capítulo. Retomarei esta discussão mais adiante.

De volta à disseminação das roças de coivara por toda a colônia, o efeito desse processo foi em linhas gerais, a conservação de um modo de vida pouco preocupado com questões territoriais, relações comerciais, itinerante e pautado no desapego à terra. Este é o cenário – instável e aparentemente desorganizado – que recebe duras críticas de morgado, padre João Daniel e Saint-Hilaire. É na distância entre a agricultura portuguesa e brasileira – sendo que a realidade agrária forma-se também pelos modos de vida e padrões de sociabilidade que a compõem – que surgem elementos que viriam a tecer um ideal de sociedade. Obviamente, distinta (senão oposta) daquela atrelada à agricultura itinerante. Toda a motivação dos cronistas aqui citados em criticar severamente o método da coivara situa-se nas diferenças entre a realidade colonial e europeia. Enquanto a Europa formou-se por povoamentos estabelecidos há séculos, lavouras estáveis, propriedades demarcadas e toda uma tecnologia voltada ao manejo agrícola; a colônia ocupou-se por homens pouco ou nada ligados à propriedade, lavouras caóticas e volantes e práticas toscas de lida com a terra. Esse conjunto de diferenças, na visão geral desses cronistas, era determinante na constituição da riqueza ou

³⁷ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16.

da miséria de um povo. Em palavras gerais, a falta de fazendas e outros “bens de raiz” era a causa primeira da miséria vivida em terras coloniais. Agora, encontramos outro ponto que mereceu duras críticas: a agricultura itinerante não trazia o potencial nem de, ao menos, promover um regimento de terras pautado na legitimação de propriedades particulares e na transmissão de “bens de raiz” entre herdeiros. Considerando que a propriedade, o “bem de raiz”, pressupõe ou exige do homem o mínimo de sedentarismo, fixação e estabilidade (e que estes caracterizam-se por serem intrínsecos à noção de civilidade) o que é que se poderia esperar de uma nação que se desenvolve apoiada sobre a manutenção de uma agricultura itinerante? Na opinião dos nossos cronistas: nada, além da barbárie e da miséria. Como já dito, a terra era um bem sem valor. Sem valor tanto no sentido figurado quanto no sentido literal, já que a terra não era um bem comercial, não tinha praticamente valor monetário neste contexto de sociedade arcaica. Segundo Maria Luiza Marcílio, a noção de propriedade do solo já existia, havia sido trazida pelo Estado capitalista comercial português. No entanto, “o sistema de utilização do solo com diminuta população e com abundância de terras [socialmente produzida, de acordo com Silva e Monbeig], fez com que essa noção se diluísse, se desintegrasse”.³⁸ A autora diz que pelo sistema de sesmarias, foram estabelecidas as formas legais da propriedade da terra bem como da sua transmissão hereditária. Mas, apesar da requisição e confirmação formais das sesmarias, seus proprietários não tinham condições de mantê-las tendo em vista que cultivavam por meio de roças de coivara. Marcílio explica: “A mesma família, ao longo de sua vida, requeria sucessivamente sesmarias e sucessivamente as abandonava quando suas terras se esgotavam. A agricultura primitiva não criava condições para a fixação da família do roceiro, e por isso mesmo a propriedade da terra se desintegrava”.³⁹ Morgado de Mateus também contribui para elucidar esta questão: “Continuando-se deste modo [por roças de coivara] a desfrutar a Sesmaria vai se extinguindo o mato ou se acaba com uma demanda com outro vizinho de outra Sesmaria sobre as demarcações que nenhum deles tem, ou acabado o mato pretendem outra Sesmaria para outra parte, abandonando aquela terra por inútil para nunca mais servir nem fortificar”.⁴⁰

³⁸ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 167.

³⁹ Idem, op. cit., p. 169.

⁴⁰ *DI. Vol. 73.* p. 91. Carta ao Conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

Desta forma e como já dito, o combate ideológico à roça de coivara – tanto por parte de Dom Luiz Antonio quanto de padre João Daniel – não se dirige somente à questão da prática em si, mas trata de rechaçar todo o padrão de sociabilidade que caminha ao seu lado. Neste sentido, a agricultura itinerante deixa de ser abordada exclusivamente sob viés agrícola e passa a ser objeto de interesse – à medida que fundamenta um modelo de sociedade – daqueles que pensam a sociedade de maneira sistêmica. Munidos de certo princípio ilustrado, os cronistas até aqui citados buscaram melhorias para a colônia e dividiram, mesmo sem terem se conhecido, as mesmas opiniões acerca da agricultura que aqui se fazia. A transformação da agricultura se impunha como pré-requisito para a reorganização do território. Por sua ocorrência nômade e imediatista, as roças volantes levavam a culpa pela miséria dos homens no Brasil e chegaram – em Julho de 1776 – a serem caracterizadas enquanto crime, uma vez que por resolução Real as roças de coivara foram proibidas e os moradores obrigados a aglutinarem-se em povoações.⁴¹ Medidas estas que tinham como meta o reordenamento populacional. No entanto, é importante lembrar que a derrubada da mata pelo machado e pelo fogo foi amplamente utilizada na agricultura brasileira mesmo quando esta assumiu seu caráter extensivo, que configurava a agricultura de exportação. Viabilizando tais plantações – *plantation* – o método da coivara não deixou de ser empregado, especialmente no nordeste brasileiro. Dessa forma, em um novo contexto; ou melhor, servindo à ampliação da agricultura extensiva, a prática da agricultura de corte e queima já não poderia ser caracterizada somente como “bárbara” e “arcaica”; ao contrário disso, nela despontava sua aplicação mercantil.

Nenhum dos dois principais cultivos de exportação experimentados até o século XIX – a cana-de-açúcar e o café – romperam com a prática de corte e queima em suas plantações. Por mais improvável que possa parecer, a agricultura de subsistência e a agricultura de exportação fizeram uso do mesmo aporte tecnológico para se reproduzirem. Ao menos no que se refere ao plantio. Em linhas gerais, Warren Dean descreve como era feita a rotatividade do cultivo da cana:

“A cana, plantada nas cinzas da vegetação que ela substituíra, era colhida após um ano e deixada a rebrotar de suas raízes por duas colheitas mais, para depois ser queimada e replantada. O ciclo se repetia por uma ou

⁴¹ *DI. Vol. 23.* p. 8. Carta ao Conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.

duas vezes e depois o campo era abandonado para reverter a floresta, a princípio pelo tempo necessário para se formar uma capoeira moderadamente alta, talvez vinte anos”.⁴²

O ciclo do café também não alterou a maneira vigente de lidar com o principal meio de produção, a terra. “O café é uma planta perene – leva quatro anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtiva por trinta anos – e assim podia-se imaginar que, uma vez implantado, representaria um regime agrícola de perspectivas estáveis e conservadoras. Mas não era assim. Nas plantações do Rio de Janeiro, plantações velhas não eram replantadas mas abandonadas, e novas faixas de floresta primária eram então limpas para manter a produção”.⁴³ Nas palavras de João Luís Fragoso, “um dos traços que caracteriza a forma de reprodução do sistema agrário escravista-exportador é a repetição do mesmo processo de produção na lavoura. Isto é, se verifica na história deste sistema, grosso modo, a manutenção, no tempo, do mesmo padrão tecnológico agrícola”.⁴⁴ Apesar de tantos avanços tecnológicos empregados no beneficiamento dos produtos, suas lavouras garantiram a permanência da agricultura de corte e queima. Ou melhor, segundo José Luís Fragoso é justamente o emprego de novas tecnologias de beneficiamento que garantem a reprodução da agricultura de corte e queima:

“Se contrastamos este avanço [no beneficiamento] com a permanência das capoeiras, das queimadas nestas mesmas fazendas, relevando assim a persistência do sistema de uso da terra e das técnicas na lavoura, isso nos leva a repensar aquele avanço técnico. Em outras palavras, o avanço nas técnicas de beneficiamento deve ser entendido a partir da própria lógica de reprodução do sistema agrário. Ao possibilitar a economia de mão de obra, a melhoria do beneficiamento permite a manutenção, a não mudança, das técnicas de lavoura, garantindo assim a reprodução do sistema, que se via ameaçado pela carência de mão de obra, por mais algum tempo. Deste modo, aquele desenvolvimento técnico deve ser visto como indicador da elasticidade de uma forma de produção cujo fundamento era uma agricultura extensiva”.⁴⁵

Além da relação entre as melhorias no beneficiamento e a manutenção da agricultura de corte e queima, fica claro na passagem acima a importância da situação relativa à mão de obra⁴⁶ na organização da produção agrícola. “Os grandes fazendeiros procurariam

⁴² Warren Dean, *A ferro e fogo – a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras. 1996. p. 191.

⁴³ Warren Dean, *A ferro e fogo...*, op. cit., p. 196.

⁴⁴ João Luis Fragoso, “A roça e as propostas de modernização da agricultura fluminense do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, 6 (12) mar./ago, 1986, p.125-150. p. 125.

⁴⁵ Idem, op. cit., p. 147.

⁴⁶ A lei que regulamentou o fim do tráfico negreiro (1850) deu início a profundas alterações no quadro da força de trabalho no Brasil. Seguida de leis que engrossavam o movimento abolicionista (ventre livre, sexagenários), o fim do tráfico gerou importantes transformações nas unidades agrícolas produtivas.

contrabalançar com um certo desenvolvimento das técnicas de beneficiamento e com isto transferir desse setor para a lavoura parte do contingente de escravos”.⁴⁷ Referindo-se às práticas de lavoura, Fragoso caracteriza a lavoura de café para exportação como uma “lavoura de alimentos alargada”; é como se a agricultura de exportação multiplicasse numa só propriedade as técnicas de preparo do solo, os instrumentos de trabalho e o sistema de uso de terra antes relacionados somente à cultura de alimentos para consumo interno.⁴⁸ “Nesta medida, percebe-se no tempo, a persistência do modo de cultivo antes encontrado na lavoura de alimentos”.⁴⁹ Dean atribui a permanência da agricultura de corte e queima à sua praticidade e baixo custo. “Por certo, a derrubada e a queimada eram a maneira mais barata de iniciar a produção e isso talvez bastasse para justificá-los”,⁵⁰ e conclui: “A exploração mais racional de um recurso natural é a mais rápida, acompanhada pelo menor dispêndio de trabalho ou capital para que o recurso possa ser transformado o mais rapidamente possível em mais capital, uma herança maior que o recurso intocado a ser transmitido para a posteridade”. Não se pode questionar que a frase faz bastante sentido quando aplicada a um contexto capitalista, onde grande parte das unidades agrícolas e força de trabalho volta-se para a produção de exportação.

Para encerrar a primeira sessão deste capítulo, espero que tenha se elucidado, ao longo das páginas anteriores, a relação que um dia foi apontada entre a forma itinerante de cultivo agrícola – neste caso, roças de coivara – e uma sociedade tida por pouco civilizada. Essa relação nos permite alcançar uma certa ideologia embutida nesta maneira de se fazer agricultura. Não se trata de uma ideologia pregada – em nível consciente, digamos – pelos colonos e indígenas, ainda que estes fossem os personagens responsáveis pela manutenção e dispersão do método da coivara; mas sim da ideologia criada por aqueles que analisaram a agricultura dentro de um cenário social mais amplo, e que tentaram compreender quais os efeitos desta forma de lavoura sobre a organização dos homens em sociedade. É no entendimento desta relação – agricultura e modelo social – que mora a possibilidade do paralelo entre as roças de coivara e os sistemas agroflorestais. Duas técnicas que compartilham significativas semelhanças e que, ao mesmo tempo, trazem consigo valores e representações

⁴⁷ João Luis Fragoso, “A roça e as propostas...”, op. cit., p. 146.

⁴⁸ Idem, op. cit., p. 128.

⁴⁹ Idem, op. cit., p. 129.

⁵⁰ Warren Dean, *A ferro e fogo...*, op. cit., p. 197.

tão distintas. De um lado a agricultura itinerante, nada vinculada a noção de propriedade privada⁵¹, desterrando homens, vista como método atrasado e determinante na consolidação de uma sociedade bárbara. De outro lado, o sistema agroflorestal, adaptado também ao contexto de propriedades, buscando fixar o homem no campo e já concebido como novidade e alternativo, em contraposição ao que se tornou agricultura convencional. Enquanto a coivara consiste em um roçado “no meio da” mata virgem, o sistema agroflorestal busca promover a entrada da mata na propriedade e uma agricultura “com” a floresta. Enquanto o primeiro, em sua origem destinava-se exclusivamente ao abastecimento da família agricultora; o segundo produz excedentes e se insere no contexto mercadológico, apesar de também representar importante estratégia para segurança alimentar das comunidades rurais. Desta forma, expostas tantas as diferenças, digo novamente que minha intenção não é tomar a coivara do passado como sinônimo da agrofloresta do presente, mas explorar o que uma e outra contribuem para uma discussão entre técnicas, métodos, modos de vida e contextos sociais de cada época. E em quê essa mudança de valores entre contextos tão distintos refletem na própria sociedade rural.

HERANÇA AGRÍCOLA

A prática das roças de coivara, adotada por colonos europeus é uma questão que provoca certa polêmica. Existem autores que aceitam a origem indígena da coivara e que trabalham com a noção de “regressão” do europeu; ou seja, o colono que já detinha conhecimentos agrícolas diferenciados (uso de arado e fertilizantes, basicamente) passaram a utilizar técnicas originárias da população local. Outros autores contestam esta hipótese, sugerindo que tal prática já havia sido empregada na Europa. João Dornas Filho é um exemplo desse segundo grupo de autores, ele se opõe à ideia de origem indígena da coivara na tentativa de combater tamanha injustiça com o “nosso silvícola”. O autor afirma – baseando-se em alguns documentos que sugerem que tal prática era também empregada em Portugal antes do descobrimento – que “o nosso índio, se não aprendeu com o invasor o processo de combater as

⁵¹ Em sua origem. Me refiro às roças de coivara feitas por índios e colonos europeus, desconsiderando, nesta comparação, o uso mercadológico que foi feito posteriormente da técnica que fundamenta a coivara: o corte e a queima.

matas pelo fogo, pelo menos não o ensinou”.⁵² Willian Denevan também sugere que a agricultura de corte e queima, na Amazônia, foi uma prática introduzida somente com a chegada dos europeus; afinal, foi a partir disso que ferramentas de metal tornaram-se disponíveis na região. O autor presume ser impossível a derrubada de uma floresta com uso exclusivo de ferramentas de pedra.⁵³ No entanto, segundo Maria Luíza Marcílio, os primeiros europeus desembarcados no Brasil chegaram a nutrir certa esperança de que seria possível transpor o modo de vida que traziam de Portugal (o que não incluía a prática da coivara, segundo a autora). A autora diz:

“O próprio donatário já trouxera, em sua bagagem, mudas de cana-de-açúcar e gado. Com poucos recursos tentou-se a introdução da grande lavoura colonial, formaram-se os primeiros canaviais e algumas pequenas moendas. O jesuíta instalou seus colégios e concentrou em aldeias os índios que conseguiu atrair. As vidas material e espiritual pareciam estar garantidas”.⁵⁴

Contudo, a realidade tropical logo caíra sobre suas cabeças: “Faltavam, igualmente, recursos humanos para subjugar o índio, o dono das terras. Faltavam capitais para pôr a terra a serviço do colonizador, e suas técnicas conhecidas não serviam ainda ao meio virgem e diverso. O esforço que se impôs foi despendido incansavelmente contra as forças da natureza, para dominá-las, duplicado na luta por dominar o índio. (...) No entrelaçamento dos três elementos – o Índio, a Natureza, o Colonizador – este acabou por ter de abdicar de grande parte de sua carga cultural para poder viver, adaptando-se às técnicas do nativo.”⁵⁵. Marcílio ainda completa: “Para sobreviver, o português regrediu”.⁵⁶

Referindo-se aos indígenas como “primeira leva de invasores humanos”, Warren Dean, em seu livro *A ferro e fogo*, nos conta como que a agricultura feita pelos índios “transformou radicalmente a relação dos homens com a floresta”⁵⁷.

⁵² João Dornas Filho, *Aspectos da economia colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1958. p. 252.

⁵³ William M. Denevan, *Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes*. New York: Oxford University Press, 2001.

⁵⁴ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 154.

⁵⁵ Idem, op. cit., p. 154.

⁵⁶ Idem, op. cit., p. 154.

⁵⁷ Warren Dean, *A ferro e fogo – a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras. 1996. p. 44.

“O que havia sido um recurso residual [plantas de cultivo], produto inferior para os caçadores-coletores, queimado por descuido ou acidente quando se tocava ou atraía a caça, agora se tornava seu principal habitat. Descobriram que os solos do cerrado eram demasiado arenosos, secos, ácidos e saturados de alumínio para cultivar. A agricultura era muito mais viável nos solos da floresta. Desde o começo, a agricultura na região da mata atlântica – de fato, em todas as áreas de baixada do continente – exigiu o sacrifício da floresta”.⁵⁸

De uma forma ou de outra, o fato é que o uso do fogo como primeira e principal maneira de se roçar – sacrificar, nas palavras de Dean – as matas nativas tornou-se predominante em todo o território nacional. Sérgio Buarque de Holanda atribuiu “a persistência dos processos rotineiros herdados, quase sem mudança, do indígena”⁵⁹, às próprias condições que, no Brasil, impediam a feitura de lavouras permanentes. Junto ao consenso da herança indígena, veio o consenso das condições primitivas, atrasadas e rudes de tal prática. Euclides da Cunha viu nas roças volantes “um mau ensinamento do aborígine”⁶⁰, enquanto Sérgio Buarque de Holanda viu na adoção de tais práticas pelos colonos um retrocesso a padrões primitivos e toscos de lida com a terra, o que, em suas palavras, gerou um “padrão técnico em nada melhor do que os velhos métodos indígenas”.⁶¹ Gilberto Freyre, por sua vez, afirmou que “do indígena quase que só aproveitou à colonização agrária no Brasil o processo da *coivara*, que infelizmente viria empolgar por completo a agricultura colonial”.⁶² João Luís Fragoso sistematiza a opinião daqueles que creem na origem indígena da coivara em três linhas de pensamento: a primeira, afinada com as ideias de Saint-Hilaire, sugere que os colonos chegados ao Brasil sofreram um processo de “amnésia tecnológica”, que os fizeram esquecer suas bagagens agrícolas e adotar a “rude” maneira indígena de cultivar alimentos; a segunda, sugere que os lavradores vindos de Portugal para o Brasil não seriam os “mais inteligentes de lavoura”⁶³ e que essa “falta de inteligência” os teria feito abandonar práticas agrícolas melhores e mais avançadas por métodos rudimentares; e a terceira, busca compreender o uso da coivara pela sua possível coerência e lógica, inteligível somente a partir

⁵⁸ Idem, op. cit., p. 44.

⁵⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras. 3ª edição. 1994. p. 204.

⁶⁰ Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*. Porto: Livraria Chandron, de Lelo & Irmão. 6ª edição. 1923. p. 203.

⁶¹ Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, op. cit., p. 205.

⁶² Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Schmidt Editor. 1938. p. 62.

⁶³ *O Auxiliador Indústria Nacional*, 1940 apud João Luís Fragoso, “A roça e as propostas...”, op. cit., p. 138.

das condições tropicais.⁶⁴ Ana Primavesi é categórica em mostrar que muito dificilmente técnicas importadas de um ambiente temperado prosperariam em solos tropicais:

“A tecnologia importada das zonas temperadas não é apropriada para os solos tropicais e deveria ser modificada. Cada região desenvolve uma tecnologia apropriada, adaptada às condições locais, para criar condições favoráveis ao desenvolvimento vegetal. E esta tecnologia é um 'ecótipo', dificilmente podendo ser usada em condições diferentes”.⁶⁵

“Na antiguidade, os países produtores de alimentos, 'o celeiro do mundo', eram os subtropicais. Nas zonas temperadas a fome rondava os povos. A produção agrícola era muito incerta devido ao clima frio e instável. 'Os riscos climáticos' eram grandes demais. Porém, depois, esses povos descobriram a maneira de fazer suas terras produzir bem: revolviam-nas para aquecê-las também embaixo, expuseram-nas ao sol, para enxugá-las melhor da água de degelo, mantinham-nas limpas para permitir o máximo de insolação, e, de repente, essas zonas desfavorecidas tornaram-se os maiores produtores de alimento do mundo”.⁶⁶

Na citação acima, a autora descreve a razão e a função do uso do arado: revolver a terra que sofre com o frio. No entanto, certamente esse era o último dos problemas dos solos brasileiros. Assim, Primavesi retrata a experiência do arado em terras tropicais como fadada ao insucesso. Revolver o solo em regiões de clima temperado causa um verdadeiro milagre produtivo, uma vez que esquenta a terra e possibilita a germinação de sementes e o crescimento dos cultivos. No entanto, a mesma técnica aplicada em região tropical contribui para a destruição da bioestrutura do solo e conseqüentemente para a diminuição da produtividade.⁶⁷ Seguindo a linha de raciocínio da autora, Fragoso conclui: “O que os viajantes e publicistas chamavam de rotina, em realidade, consistia na reprodução de um sistema agrário que tinha por base aquele modo de cultivo. Antes desta rotina revelar a ignorância do lavrador, indicava sim os mecanismos de reprodução de um sistema agrário historicamente definido. E é naquele sistema de uso da terra, no que ele representava em termos de tempo de trabalho e custos de produção, que devemos procurar parte da explicação do porque do caráter extensivo daquele sistema agrário”.⁶⁸ Se a partir de Primavesi pode-se justificar a agricultura de corte e queima pela sua adaptabilidade às condições ambientais tropicais, recorrendo à Ester Boserup

⁶⁴ Idem, op. cit., p. 138.

⁶⁵ Ana Primavesi, *Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002. p. 10.

⁶⁶ Idem, op. cit., p. 222.

⁶⁷ Idem, op. cit., p. 358.

⁶⁸ João Luis Fragoso, “A roça e as propostas...”, op. cit., p. 142.

voltamos à, também importante, questão da disponibilidade de mão de obra. Segundo a autora “carpir e limpar [com uso da enxada] um hectare custa muito mais tempo do que limpar superficialmente o mesmo hectare com machado e fogo”.⁶⁹ Boserup ainda nos lembra que o uso do arado aliado à aplicação de adubo animal pressupõe a criação de animais, usados como força de tração, e um significativo aumento de trabalho na coleta, preparação e aplicação do adubo. Ou seja, numa sociedade onde há escassez de mão de obra, o corte e a queima de matas virgens parece ser um método de melhor relação custo/benefício.⁷⁰ E assim, monta-se um retrato do sistema agrário vivido naquela época e fundamentado – justificadamente – sobre a coivara.

As roças de coivara podem aparecer, na literatura científica mais recente, com variada nomenclatura⁷¹ e caracterizadas especialmente como “sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que aqueles destinados ao pousio”⁷² e também como estratégia de manejo de recursos, sendo que o capital energético do ecossistema florestal (traduzido pela relação solo-vegetação) é o principal – quiza único – recurso a ser considerado.⁷³ Alguns estudos também dedicam-se à compreensão do uso atual da técnica agrícola itinerante e de sua importância para a subsistência de famílias, especialmente habitantes dos trópicos.⁷⁴ Voltando ao período colonial, Morgado de Mateus enfatizou principalmente seu caráter simples e possível de ser realizado com o mínimo de esforço. Ele resume tal processo à derrubada das grandes árvores – que acaba por derrubar as

⁶⁹ Ester Boserup, *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. Transaction Publishers, 2005. p. 30.

⁷⁰ Idem, op. cit., p. 32.

⁷¹ “Na literatura, muitos são os termos usados para denominá-la [a agricultura de corte e queima], como swidden (Inglaterra), rai (Suécia), coivara, milpa, conuco, roza, chakra, chaco (América Latina), shamba, chitemene (África), jhum (Índia), kaingin (Filipinas), ladang (Indonésia e Malásia), dentre outros. No entanto, os termos mais abrangentes e frequentes na literatura para designar esse sistema agrícola são: agricultura de corte e queima (slash and burn agriculture), agricultura itinerante e, menos frequentemente, swidden”. Nelson Novaes, Rui Sérgio Murrieta e Cristina Adams, “A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação”. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, maio/ago, 2008. p. 154.

⁷² Idem, op. cit., p. 154.

⁷³ David G. McGrath, “The role of biomass in shifting cultivation”. *Human Ecology*, v. 15, n. 2, 1987, p. 221-242.

⁷⁴ Ver FAO, Food and Agriculture Organization, *The tropical forestry action plan*. Rome: UN Food Agricultural Organization, 1985; Jean Paul Lanly, *Tropical Forest Resources*. Rome: FAO, 1982 e Nelson Novaes, Rui Sérgio Murrieta e Cristina Adams, “A agricultura de corte e queima...”, op. cit.

menores durante sua própria queda – e ao atear fogo sobre o que restou; obtendo assim, terreno limpo e o enriquecimento do solo pelas cinzas. Em duas de suas cartas ao conde de Oeiras, ele esclarece:

“As roças fazem-se com muita facilidade; não é mais que picar nos morros as árvores todas de uma parte e derrubar do alto as primeiras; estas precipitadas levam diante de si as vizinhas e umas depois das outras, e fica tudo raso. Secas em poucos dias, ataca-se-lhe o fogo e nas cinzas planta-se; e nunca mais se lhe bole até vir a colheita”.⁷⁵

“E então é que vai buscar o que escapa dos pássaros e dos macacos, porém sempre colhe muito a respeito do que semeou, porque a terra intacta e fertilizada daquelas muitas cinzas, paga por milhares o que recebe; (...) passada esta primeira colheita cresce segunda vez a mata menos forte e se chama Capoeira, mas cortada esta, e escandalizada a terra com fogos que tem experimentado não torna a dar mais mata, fica campo, e produz um feno, que nem para pasto serve. Continuando deste modo a desfrutar a sesmaria vai se extinguindo o mato (...) [e] acabado o mato pretendem outra sesmaria para outra parte, abandonando aquela terra por inútil para nunca mais servir nem fortificar”.⁷⁶

Padre João Daniel, no entanto, diverge das palavras ditas por morgado. Em seu *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, ele se refere à feitura das roças de mato virgem utilizando expressões como “trabalho insano”, sempre no sentido de mostrar que o processo de derrubada e queima da mata é algo extremamente custoso e demanda muita mão de obra. A transformação de uma área de mata virgem em campo semeável é algo que leva semanas, às vezes meses, para se concluir. Após a queimada ainda há os cuidados a serem tomados afim de que a roça não venha a se transformar em mata novamente, cobrindo as plantas de cultivo. Quando a fertilidade do solo já não compensa o trabalho dispendido em semear, cultivar e colher, a mudança de sítio faz-se necessária. E então, todo o ciclo de tarefas, envolvido na feitura das roças de coivara, tem início novamente. Descrição semelhante faz Saint-Hilaire, algumas décadas depois. O autor julga ser o processo de realização das roças de coivara algo “extremamente fatigante”. Nas palavras do Padre João Daniel, “o maior emprego dos operários no estado do Amazonas é cortar matas, queimar, encoivarar, e plantar, ou semear, nisto é que consomem a maior parte do tempo, as forças e os cuidados; por isso quem tem ofício ou benefício acha mais conveniência em comprar a farinha para comer do que em

⁷⁵ *DI. Vol. 23.* p. 6. Carta ao conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.

⁷⁶ *DI. Vol. 73.* p. 91. Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

cultivar, porque além de tantos gastos, e fadigas, são excessivos os gastos nos trabalhadores, ainda que sejam escravos”.⁷⁷

João Daniel ainda diferencia as roças de mato virgem originalmente indígenas daquelas – coivaras propriamente ditas – que foram adaptadas pelos colonizadores europeus. Essa descrição cuidadosa não fez parte das observações de D. Luiz Antonio. O método tradicionalmente indígena não envolvia a derrubada da mata. Inicialmente, somente os arbustos, cipós e a vegetação de subosque (que cresce sob a copa das árvores maiores) eram retirados. Logo em seguida, realizava-se o método de “pisar a casca das árvores”. Este consistia em retirar um anel da casca de cada grande árvore e esperar que a mesma, desprovida de seiva, venha a secar. Nas palavras do autor: “privada a árvore do suco e umidade da terra, que só recebe pela casca, (...) entra a mata a murchar, entram a secar-se as folhas e a cair no chão; também se secam as pontas dos galhos e ramos mais tenros até finalmente lhes cair todas as folhas, e ficam em árvore seca”.⁷⁸ E assim, o terreno encontra-se pronto para o fogo, que não viria a se alastrar mata adentro, pois somente a parte seca – da roça que se cria – será consumida pelas chamas. E é neste cenário que os índios farão seu roçado, mantendo de pé as árvores maiores que não se queimam por completo. Warren Dean, inspirado no principal documento deixado por Saint-Hilaire (já citado neste texto) também faz uma rica descrição do que teria sido o método indígena de roçado:

“A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas mas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio, sem qualquer utensílio além de um bastão de cavoucar. A floresta, que nunca antes havia sido queimada, não só ficava maravilhosamente fértil mas também livre das sementes de plantas invasoras e, dessa forma, pouca capina era necessária. (...) Regiões de solo arenoso e altamente lixiviado precisavam ser abandonadas porque as safras declinavam rapidamente, mas na região da mata atlântica os solos geralmente eram férteis o bastante para permitir cultivos mais longos. O abandono da faixa cultivada era provocado, mais provavelmente, pela invasão de ervas daninhas e pragas. As ervas podiam ser desenraizadas à mão, mas não havia defesa contra as pragas, entre as quais a mais terrível era a formiga-cortadeira, mais conhecida como saúva”.⁷⁹

⁷⁷ Padre João Daniel, *Tesouro descoberto...*, op. cit., p. 33.

⁷⁸ Idem, op. cit., p. 154.

⁷⁹ Warren Dean, *A ferro e fogo...*, op. cit., p. 45.

A adoção deste método pelos colonos – para então vir a chamar-se coivara – incluiu o uso do machado e a derrubada completa de todas as árvores, incluindo as de maior porte. Os troncos e galhos das árvores derrubadas eram então picotados em pedaços menores. Faziam-se montes com os pedaços e então, punha-se fogo. Dessa maneira, os homens conseguiam limpar o máximo possível do terreno. E, no espaço da roça, nada ficava acima das plantas de cultivo.

As divergências entre as roças originais – indígenas – e as roças de coivara – adaptadas pelos colonizadores – merecem ainda mais da nossa atenção. Diferentemente de morgado de Mateus, que condenava por princípio qualquer tipo de roça originada da queima de mata virgem, padre João Daniel censurava a segunda, especialmente. Sua expressão “trabalho insano” se dirigia à coivara, à limpeza completa das áreas de mata virgem. Para João Daniel, uma agricultura feita sob o uso do arado e insumos – nos moldes europeus – era impraticável no Brasil, terra de matas densas e de terra firme. Ele ainda trata de elencar quais são os benefícios das roças indígenas sobre a coivara: Primeiramente, João Daniel se refere à facilidade de execução. Enquanto a coivara demandava o trabalho de vários homens para ser concluída em algumas semanas, a roça indígena era feita no prazo de um dia, pelas mãos de apenas um homem. Ele diz: “porque vai muita diferença do cortar e lançar por terra um madeiro que sobe às nuvens e com dureza quase de ferro, a só amassar-lhe ou dar-lhe à roda na casca uma só pisadura ou golpe; porque isso se faz por divertimento e sem cansaço”. Em seguida, o padre se refere à segunda e à terceira vantagem, que decorrem da primeira – a facilidade de execução – e que se resumem à brevidade da tarefa e à baixa demanda de mão de obra. A quarta vantagem, é justamente a característica que diferencia as roças indígenas das roças de coivara. Como já dito, na primeira as árvores de maior porte mantêm-se de pé, na segunda todas as árvores são consumidas pelo fogo. Isso se torna uma vantagem a medida em que se usa a madeira das grandes árvores para a construção de casas, embarcações, ferramentas e afins. O método da coivara exige que toda a vegetação da área seja queimada, com o objetivo de “limpar” o máximo possível do terreno. No entanto, quando tal serviço é feito de maneira incompleta e deixa a desejar perfeição, o trabalho necessário para que se venha a “consertar” a roça de coivara é de tanta magnitude que muitas vezes os homens acabavam por decidir recomeçá-la em outro local. Isso não acontecia nas roças indígenas, já que não se fazia

necessário a limpeza absoluta e minuciosa da área de roçado. Além disso, no método indígena, o tempo esperado para que se possa atear fogo sobre a área é muito menor, já que esperava-se secar por completo apenas árvores de pequeno e médio porte. Enquanto que no método de coivara, esperava-se secar mesmo as grandes árvores já derrubadas. Qualquer erro neste processo resulta numa coivara mal queimada e, como dito acima, as consequências disso não são nada boas: podem significar o recomeço de todo o trabalho numa área distinta, e virgem.⁸⁰

Curioso é notar que, enquanto padre João Daniel atentava para o grande esforço empregado na feitura de uma roça de coivara, o morgado de Mateus não vê outra relação de tal agricultura se não com a preguiça e ociosidade dos lavradores paulistas. Nas palavras deste último:

“Todos esses povos, assim homens como mulheres, pela maior parte [do tempo] não fazem nada; de noite e de dia estão deitados, ou balançando na rede, ou cachimbando; e é tal a sua vaidade que têm por desprezo o trabalho; entre eles não há mãos que obrem, senão as dos pretos; quem não tem escravo perece, porque não tem quem lhe ganhe ou lhe procure de comer; e algum, a que a suma necessidade obriga a fazer alguma coisa, é ocultamente [que o faz], porque se persuade que se ouvirem trabalhar fica mal”.⁸¹

Anos depois Saint-Hilaire também tratou de comentar, em ritmo de chacota, a respeito da preguiça que impregnava o modo de vida do brasileiro. O autor ouviu de um de seus anfitriões a “sátira da vida preguiçosa” e, assim, a descreveu:

“Descansa-se na segunda-feira da fadiga de ouvir no domingo uma missa de quarto de hora; na terça-feira deixam-se os negros a trabalhar em seu lugar; na quarta e quinta é necessário ir à caça para obter um pouco de carne; é necessário pescar na sexta e no sábado porque são dias magros; finalmente, nos domingos descansa-se das cansaças de toda a semana. Cai uma árvore em um caminho, faz-se uma picada passando pelo mato, e vai-se encontrar o caminho do outro lado; gastar-se-ia menos em cortar a árvore; mas seria necessário empregar o machado. (...) Precisa um homem de farinha, monta no seu burro, leva um pequeno saco e faz seis viagens: colocando um alforje no animal poderia levar toda a carga de uma só vez; seria, porém, obrigado a andar a pé”.⁸²

Independe do tom de zombaria e possíveis injustiças cometidas com comentários deste tipo, o fato é que tanto morgado quanto Saint-Hilaire, tecem suas considerações acerca do modo de vida dos homens brasileiros – sem fazer distinções entre índios e colonos. E, desta forma, explicitam seus julgamentos sobre a forma genérica de “se viver” no Brasil, sem

⁸⁰ Padre João Daniel, *Tesouro descoberto...*, op. cit., p. 153-157.

⁸¹ *DI. Vol. 73*. p. 92. Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766.

⁸² Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias...* op. cit.

poupar esforços em atribuir aos habitantes traços de preguiça, ócio e aversão ao trabalho. Nosso interesse, a respeito disso volta-se às formas com que a agricultura predominante se relacionava com tal modo de vida. E, nesse caso, o morgado conclui que as coivaras se “alimentam” desta preguiça e, fundamenta-se nela para se alastrar pelo país. Para ele, esta forma de agricultura “é a suma preguiça e negligência não só dos naturais, mas dos mesmos filhos do Reino que se conformam com ela e [a] aumentam”.⁸³ A divergência de opiniões entre D. Luiz Antonio e padre João Daniel se deve ao ponto de partida de cada um no momento de caracterizar as roças de coivara. Enquanto João Daniel a compara com as roças originais (indígenas), morgado de Mateus tem como parâmetro as lavouras portuguesas. Essa é uma hipótese que poderia justificar a razão pela qual ao padre a coivara se mostra extremamente trabalhosa, enquanto que para morgado se mostra como pura expressão da preguiça e do ócio. Esta constatação nos ajuda a calibrar as opiniões de ambos. Até mesmo porque, para padre João Daniel, as roças indígenas eram melhores do que as coivaras apenas no que tange os terrenos de terra firme (aproximadamente metade das sesmarias amazônicas). Quando se refere aos outros tipos de terreno (várzeas e campinas alagáveis), João Daniel prega pelo uso de lavouras de trigo, arroz e milho. E ainda condena o abandono das áreas que serviram às roças indígenas – ou coivaras –, afirmando que para estas, o melhor seria o emprego de cultivos permanentes, como os de cacau e café. Desta forma, voltamos a unificar as opiniões de D. Luiz Antonio e do padre João Daniel. Ambos tomam o padrão de povoamento, a não fixação do homem à terra e a falta de incrementos agrícolas como cerne da questão⁸⁴. Sendo que, tanto para um quanto para outro, as roças de mato virgem são a causa primeira do nomadismo e da instabilidade dos homens e de seus sítios.

O descabimento inerente às roças de coivara, do ponto de vista de D. Luiz Antonio e padre João Daniel, diz respeito à sua condição volante e, em especial, ao abandono das áreas que serviram como roçado. Na opinião de ambos fica claro que, neste sentido, o termo de

⁸³ *DI. Vol. 23*, p. 5-6. Carta ao Conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.

⁸⁴ Padre João Daniel faz ainda explícita menção ao desapropriado cultivo de mandioca – ainda hoje base alimentar dos povos da Amazônia. Para ele, o plantio da chamada “farinha de pau” é deveras custoso e sua priorização, em detrimento do cultivo de grãos (tal como feito na Europa), deixa de trazer benefícios econômicos, sociais e nutricionais aos colonos e indígenas. Concebendo a mandioca como causadora da miséria dos homens na Amazônia, João Daniel volta a condenar diretamente a agricultura itinerante, já que desta forma – por meio de roças indígenas e coivaras – a mandioca era semeada.

comparação é a agricultura lusitana, composta de lavouras ordenadas, incrementadas e feitas em áreas permanentes. Da parte do colonos, D. Luiz Antonio ouvia que as roças itinerantes eram necessárias em função da “dureza” da terra, que se mostrava fértil apenas nas suas camadas mais superficiais. Em resposta a tais justificativas, morgado de Mateus afirma:

“Responde-se que a terra é fria porque nunca lhe lançaram estrume, que só dá na superfície porque só nele tem o pouco estrume das ervas naturais que ali secam e apodrecem, pela mesma razão que o fundo da terra é estéril, porque nunca levou estrume; no mesmo Reino quando fazemos *dessuados*, como eu tenho feito em *Trás-os-Montes*, aquela terra que é do fundo não dá frutos, enquanto não passam dez e mais anos, que chegue a embeber-se dos estrumes e fazer-se pretas: o mesmo é que sucede cá no campo, aonde nunca chegou estrume. (...) Dizem que por cá não há os estrumes; não os há porque não querem ter o trabalho de criar os gados e de os ajuntar e porque se desprezam todos de trabalhar e abandonam este cuidado ao serviço e diligência dos pretos”.⁸⁵

Desta passagem, alguns aspectos devem ser ressaltados: primeiramente a ideia de que a agricultura não prescinde, no caso da coivara, da presença da mata. Onde não há mata, não há agricultura. Toda e qualquer “adubação” do sistema de lavoura provêm das “ervas naturais que ali secam e apodrecem”. A mesma ideia foi levantada por Saint-Hilaire: “todo o sistema de agricultura brasileira é baseado na destruição das florestas, e onde não há matas não existe lavoura”.⁸⁶ Outra impressão contida na passagem diz respeito aos portugueses que no Brasil, sob a condição de colonos, passam a praticar a coivara e distanciaram-se da ideia de agricultura europeia. A justificativa desta conduta reside nas próprias condições da terra que, como todo solo de mata, apresenta alto grau de fertilidade apenas em suas camadas mais superficiais, sendo que este depende diretamente da decomposição da própria vegetação florestal. Têm-se então, esta fertilidade como efêmera. Após alguns anos de cultivo a terra se torna pobre e improdutiva. Este é o momento de migrar, buscar por novas áreas e deixar a antiga roça descansar, sob a ação do tempo e da natureza. Frente a este discurso, D. Luiz Antonio lança mão de argumentos que envolvem a possibilidade de criar gado e, conseqüentemente, produzir o esterco que adubaria a terra. Isto tornaria bem menos significativa a relação entre agricultura e floresta. O que, na sua visão, seria um grande avanço. Padre João Daniel também se preocupa em descrever as justificativas dos lavradores para o uso da coivara. Ele nos conta que na Amazônia, os praticantes do “método coivara” – voltado

⁸⁵ *DI. Vol. 23. p. 7-8. Carta ao Conde de Oeiras de 23 de dezembro de 1766.*

⁸⁶ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias...*, op. cit., p. 90

para o cultivo de mandioca – têm predileção por áreas extensas e compostas por mata mais densa possível. Esses dois critérios (área e densidade da mata) determinariam a produtividade da coivara. A explicação para isto reside na obviedade do seguinte fato: quanto maior a mata, maior o incêndio; quanto maior o incêndio, maior a quantidade de cinzas depositadas sobre o solo.

Contudo, diferentemente do que desejavam nossos ilustres cronistas, a agricultura colonial manteve-se rudimentar ainda por muito tempo. Mesmo o uso da enxada, ferramenta tão elementar, só se deu “quando se justapôs à economia de subsistência um alargamento para um esboço de economia de troca, que visava ao abastecimento de cereais, pelos paulistas, das populações condensadas em torno das minas de ouro”.⁸⁷ Segundo Ester Boserup, somente com o aumento populacional e o início de uma economia rudimentar de troca, o uso da enxada disseminou-se e as roças passaram para um estágio de pousio arbustivo⁸⁸. No fim do século XIX, com o adensamento significativo da população e com o desenvolvimento de técnicas mais avançadas de utilização do solo (culturas perenes, por exemplo), justificou-se o uso de adubos, irrigação e ferramentas agrícolas mais elaboradas.⁸⁹

Como já dito, não é difícil compreender que o que permeia todas essas considerações e divergências é a enorme distância existente entre os dois modelos de agricultura considerados: a agricultura europeia, concebida racionalmente – tanto por morgado quanto por João Daniel – e composta de campos limpos, searas de grãos, tratados pelo arado e por fertilizantes; e a agricultura brasileira, fruto de suposta irracionalidade, desenvolvida pelo contato entre colonos e indígenas, fundamentada na experiência concreta de lidar com a floresta tropical e mantida – e disseminada – na esteira da preguiça e do ócio.

⁸⁷ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 166.

⁸⁸ O conceito de pousio “significa basicamente a interrupção do cultivo de uma área, por um ou mais anos, para que a fertilidade natural da terra possa se regenerar” José Eli da Veiga, *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991. O estágio de pousio arbustivo compreende menos tempo de repouso para o solo quando comparado ao pousio florestal, e justamente por isso requer práticas agrícolas mais elaboradas. Ver Ester Boserup, *Evolução agrária e pressão demográfica*, op. cit.

⁸⁹ Maria Luiza Marcílio, *Crescimento Demográfico...*, op. cit., p. 166.

AGRICULTURA COM A FLORESTA – OS SAFs

Toda a exposição feita até agora sobre o método da coivara e das roças indígenas – ambas concebidas no meio da mata virgem com o uso do fogo – abre espaço para uma abordagem comparativa aos sistemas agroflorestais (SAFs). Esta comparação faz sentido a medida em que os sistemas agroflorestais se constituem numa maneira de cultivar produtos agrícolas em um ambiente florestal. Como nas roças de coivara, a interface agricultura/floresta existe no sistema agroflorestal e é fundamental para que se faça prosperar o desenvolvimento dos cultivos. Em ambos os sistemas, a floresta atribui sentido ao cultivo agrícola, dando-lhe proteção física, alimentando o solo com matéria orgânica e fornecendo um meio em que processos ecológicos estariam idealmente em estado de equilíbrio (ou próximos disto). Desta maneira conclui-se que, também para os SAFs, “onde não há mata não há agricultura”. Nesse caso, a agricultura não prescinde da existência da floresta. É a floresta que possibilita que o sistema agrícola, o roçado, não necessite de injeções de adubos ou fertilizantes. Idealmente, o próprio meio se incube de equilibrar populações de pragas e ervas daninhas, a fertilidade do solo e o impacto de intempéries, como ventos e tempestades. É claro que um sistema agroflorestal difere em muitos aspectos de uma floresta onde não se cultivam espécies agrícolas. Na realidade, todo e qualquer sistema de produção agrícola difere de um ambiente essencialmente natural. Qualquer sistema moldado pelas mãos do homem é resultado de perturbações ocasionadas ao meio natural, neste caso, à mata. Warren Dean, em *A ferro e fogo*, diz que

“todos os regimes agrícolas representam transtorno a um ecossistema natural. Na verdade, procuram congelar a sucessão natural em seu estágio mais primitivo, introduzindo plantas cultivadas, que, em seu estado selvagem, tinham sido espécies precursoras. Esse tipo de lavoura, chamada de itinerante ou de derrubada e queimada, é o menos invasivo, porque imita a escala natural de perturbação e, em vez de congelar permanentemente o processo de sucessão, apenas o explora de forma temporária”.⁹⁰

Assim, o autor nos traz um elemento de análise muito interessante, ao se referir à coivara como método pouco – ou menos – invasivo. Para o autor, o fato da roça itinerante ser temporária – o que permite que aquela porção de mata venha a se regenerar – e ainda ser feita justamente com o uso do fogo – visto como “escala natural de perturbação” – determina o

⁹⁰ Warren Dean, *A ferro e fogo...*, op. cit., p. 45.

baixo impacto que tal método exerce sobre a floresta. A metodologia agroflorestal, ainda que concorde com isso, é concebida de forma sutilmente distinta. O sistema agroflorestal trabalha com a noção de floresta *dentro* da propriedade. Melhor dizendo, os SAFs trabalham com a noção de floresta num espaço delimitado. São sistemas fixos, que garantem a fertilidade do solo pelo decorrer de seus próprios ciclos ecológicos, tornando desnecessário o pousio (e a rotatividade) das áreas de lavoura. O cultivo agrícola, neste caso, se encontra espacial e funcionalmente junto à floresta. Ou seja, plantas de cultivo e espécies florestais dividem o mesmo habitat, o mesmo espaço comum. Além disso, o SAF sempre é modelado de forma que cada espécie cumpra sua função ecológica no sistema e, com isso, contribua para estágios sucessivos de proximidade ao equilíbrio, de forma geral. Em outras palavras, a agricultura num sistema agroflorestal só é possível se há floresta no mesmo espaço destinado aos cultivos, e não apenas em seu entorno, como no caso das roças volantes. Neste sentido, poderíamos dizer que os SAFs seriam ainda menos impactantes do que as roças itinerantes, já que não pressupõem a derrubada da mata.⁹¹ Os SAFs não possuem necessariamente relação com o conceito de agricultura itinerante. O importante a ser frisado é que a prática agroflorestal se dá num espaço delimitado, que não entrará em pousio obrigatoriamente. Atualmente, agroflorestas têm sido implantadas especialmente em pequenas propriedades, sítios familiares, terras indígenas e em assentamentos rurais, seguindo a mesma lógica que inspira todas as práticas agroecológicas. Em regiões onde a agricultura de corte e queima itinerante ainda é muito presente, sistemas agroflorestais e práticas de pousio melhorado⁹² são alternativas ao abandono de áreas improdutivas e a derrubada de nova parcela de floresta. É o que explica Fabiana Peneireiro, referindo-se à agricultura familiar no Acre:

“A agricultura de corte e queima é uma prática milenar já utilizada pelos primeiros habitantes do Brasil e até hoje praticada por centenas de milhares de agricultores. Após uma boa produção por poucos anos, a terra onde a mata bruta fora derrubada e queimada começa a dar sinais de que está 'fraca', e o agricultor geralmente abandona essa área em descanso para que se recupere a partir das próprias plantas, consideradas invasoras ou daninhas e, depois de algum tempo, seja restabelecida a fertilidade. Assim, se o agricultor voltar na área após alguns anos poderá novamente plantar as culturas que gostaria de ter plantado anos atrás

⁹¹ Muitas vezes, inclusive, um sistema agroflorestal pode ser o “ponta-pé inicial” quando se planeja o reflorestamento de uma área que tenha sido desmatada.

⁹² A prática do pousio melhorado envolve o manejo da área abandonada em pousio. Um exemplo deste manejo é a introdução de plantas de rápido crescimento e reconhecida capacidade de fixar nitrogênio no solo, como as leguminosas.

e que observou que não produziria nada, porque após o pousio aquela terra volta a ser produtiva. Porém, hoje em dia o que se vê é um rastro de pasto acompanhando as pequenas áreas de roçado. Onde teria uma capoeira para recuperar a terra para a produção de lavoura branca, mais e mais encontramos pastos degradados, pouco produtivos. Assim vai crescendo a área de pasto nas colônias dos agricultores familiares. Já é comprovado que o retorno econômico de 1 ha de pasto é muito inferior a um hectare de plantio de hortaliças ou culturas perenes. Para solucionar o problema da perda de fertilidade sem necessitar do tempo de pousio, a proposta que a agricultura moderna apresenta é a mecanização, com introdução de calcário e fertilizantes químicos. O solo sempre descoberto, exposto ao sol e chuvas intensas, acaba se degradando cada vez mais, exigindo do agricultor cada vez mais insumos, gerando um ciclo de pobreza e degradação. Essa tecnologia até pode trazer resultado econômico em um curto período de tempo, mas depois de alguns anos, o solo está compactado, erodido, sem vida, e os igarapés (riachos) assoreados e secos. No caso de contornar o problema da terra fraca, ou de apresentar formas mais sustentáveis de manter a fertilidade do solo, procuramos desenvolver sistemas agroflorestais biodiversos onde há, como elementos fundamentais, as que chamamos de árvores de serviço, que são aquelas que não têm interesse econômico direto, mas que são importantes no sistema por contribuírem para a ciclagem dos nutrientes, gerarem um microclima adequado para as culturas de interesse econômico, estabelecer interações positivas entre as plantas e também a vida do solo. A poda é a ferramenta de manejo para dinamizar todo o sistema”.⁹³

De maneira geral, pode-se afirmar que todas as práticas associadas à agroecologia, incluindo a agrofloresta, priorizam a alta diversidade de espécies numa mesma lavoura – opondo-se à monocultura – e rechaçam o uso de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas, além de voltarem-se especialmente para a agricultura familiar, de pequena escala.⁹⁴ A definição do verbete agroecologia presente na obra organizada por Marcia Motta, *Dicionário da terra*, tal como escrita por Janaína Seva, começa da seguinte maneira:

“A agroecologia constitui um dos ramos da produção agrícola, tendo elementos específicos que a determinam como alternativa produtiva ao modelo agrícola vigente no século XX. Tem conexões com a agricultura orgânica, agricultura familiar, modos familiares e tradicionais de produzir, agroflorestas e, é claro, com o desenvolvimento sustentável. Partindo de outras premissas do que as da monocultura, da produção intensiva em larga escala e de exportação, a agroecologia como estratégia de desenvolvimento – que compreende um outro sistema de conhecimento contra-hegemônico – possui uma estrutura metodológica de trabalho própria, utilizando os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais”.⁹⁵

Por uma abordagem aglutinadora e agrônômica, poderíamos definir a agroecologia como a aplicação de princípios e teorias ecológicas no desenho e manejo de agroecossistemas

⁹³ Fabiana Peneireiro, “Sistemas agroflorestais e pousio melhorado como alternativa à agricultura de corte e queima”. Publicado originalmente em *Agrianual 2002 – Anuário da agricultura brasileira*. Disponível em http://www.agrofloresta.net/bibliotecaonline/agrofloresta_cortequeima_peneireiro.htm. Acesso em Nov/2009.

⁹⁴ Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

⁹⁵ Márcia Motta (org.), *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

sustentáveis.⁹⁶ Para Francisco Caporal e José Antônio Costabeber, “a agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis”.⁹⁷ Isso no que diz respeito à sua vertente técnica e ecológica, mais voltadas ao estudo das ciências naturais, da dinâmica dos ecossistemas e das técnicas e tecnologias agrícolas. Esta ressalva merece ser destacada porque a agroecologia como “ciência” multidisciplinar, trata de elaborar conceitos teóricos e de propor alternativas no que concerne às dimensões sociais e econômicas também. Para o sociólogo espanhol Eduardo Sevilla-Guzman, a agroecologia, sendo mais do que uma disciplina específica, se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico. Para o pesquisador Miguel Altieri, a agroecologia é um enfoque teórico, metodológico e multidisciplinar que, sob abordagem ecológica, estuda tudo aquilo que concerne o universo produtivo no meio rural. Para Altieri, é fundamental que se entenda a agroecologia como uma abordagem holística que, por princípio, analisa todo tipo de processo agrário em seu sentido amplo. Em outras palavras, através da agroecologia os processos biológicos, os ciclos minerais e as relações socioeconômicas inerentes à produção rural, têm os seus pormenores analisados.⁹⁸

Como se pode perceber, a agroecologia vai além das questões técnicas e estritamente agronômicas para também se apresentar como “estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas” e como “agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”.⁹⁹ Foi na década de 70 que a agroecologia surgiu como campo de produção científica e passou a ter seus princípios empregados na agricultura, na organização

⁹⁶ Stephen R. Gliessman, *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

⁹⁷ Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, *Extensão rural e Agroecologia*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. p. 11.

⁹⁸ Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas...*, op. cit.

⁹⁹ Stephen R. Gliessman, *Agroecologia...*, op. cit., p. 55.

social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza. A relação entre a agroecologia e o conceito de desenvolvimento sustentável já é amplamente aceita e solidificada.¹⁰⁰ Atualmente, é objeto de políticas públicas e, como ciência, insere-se no meio acadêmico.¹⁰¹ Trata-se de uma ciência questionadora por definição, que propõe alternativas ao modelo produtivista. A dimensão social da agroecologia refuta noções de desenvolvimento pautadas apenas pelo crescimento econômico (importante, porém insuficiente para que a própria sociedade possa sustentar-se no longo prazo), mas preza por uma abordagem integral e dinâmica da agricultura, atribuindo fundamental importância às variáveis sociais.¹⁰²

Concluindo, a agroecologia revela-se como uma abordagem voltada para o meio rural e preocupada em incorporar elementos relativos à questão ambiental, à dinâmica social das famílias agricultoras e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. É inegável que a agroecologia consolidou-se sobre múltiplas influências e que por isso se propõe a abarcar considerações a respeito de uma infinidade de problemáticas referentes às sociedades rurais. O pensamento agroecológico recebeu influências das ciências agrícolas (considerando suas vertentes ecológicas, agronômicas e sociológicas), da ecologia, sociologia, antropologia e geografia. Atualmente, muitos dos estudos em agroecologia tratam de desenvolver temas como os impactos sociais da tecnologia voltada para a agricultura, os efeitos da expansão do mercado de commodities, a dinâmica social de famílias agricultoras, as transformações nas estruturas de posse da terra, as relações ecológicas inerentes aos cultivos agrícolas, questões de comercialização, entre outros. Francisco Caporal e José Antônio Costabeber foram felizes ao escrever sobre a confusão feita ao desconsiderar a agroecologia como portadora de enfoque científico e diminuí-la à condição de “tipo” de agricultura:

¹⁰⁰ Já é sabido que os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e de agricultura sustentável recebem múltiplas definições. Mais adiante, nesta mesma seção, esta questão será desenvolvida com mais profundidade, e dela delinearemos com clareza o conceito de desenvolvimento rural sustentável admitido pela agroecologia.

¹⁰¹ João Carlos Costa Gomes e Marcos Flávio Silva Borba, “Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis”. *Ciência e Ambiente. Práticas Agroecológicas*. UFSM: Santa Maria-RS, vol. 29. 2004, pp. 5-14.

¹⁰² Miguel Altieri, *Agroecologia...*, op. cit.; Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, “Perspectivas para uma nova extensão rural agroecológica”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. v. 1, n. 1. jan./mar. 2000, pp. 16-37.

“Entretanto, se mostra cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos 'limpos' ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: 'existe mercado para a Agroecologia'; 'a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional'; 'a Agroecologia é um novo modelo tecnológico'. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, 'agora a Agroecologia é uma política pública' ou 'vamos fazer uma feira de Agroecologia'. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável”.¹⁰³

Os sistemas agroflorestais sucessionais constituem a prática de cultivo por excelência da agroecologia. Sua proposta valoriza a interface agricultura/floresta e reconhece o papel do enriquecimento e da diversificação ambiental como alternativa à exploração simples dos recursos disponíveis, otimizando (e não maximizando) o uso destes. Trata-se de partir do princípio de que é mais gratificante enriquecer o lugar do que simplesmente explorá-lo.¹⁰⁴ O planejamento dos sistemas agroflorestais inspira-se na estrutura e dinâmica de uma floresta para compor um sistema de cultivo que combine espécies florestais (especialmente nativas¹⁰⁵) e espécies agrícolas¹⁰⁶. A ideia desse modelo é a de que cada estágio sucessional¹⁰⁷ de uma floresta oferece condições propícias à produção de determinado gênero de cultivo. Muitas vezes uma agrofloresta surge de uma área degradada¹⁰⁸. O primeiro passo, portanto, é a recuperação e o enriquecimento do solo, ao qual normalmente se recorre a espécies com grande capacidade de fixação de nutrientes¹⁰⁹. O próximo passo é a formação de uma cobertura

¹⁰³ Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, *Extensão rural e Agroecologia*, op. cit., p. 6.

¹⁰⁴ Ernest Gotsch, *O renascer da agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

¹⁰⁵ Em termos gerais, espécies nativas são aquelas que ocorrem naturalmente numa área (cidade, região, bioma, estado, país) há tempo determinado. Em contraposição, espécies exóticas são aquelas que foram introduzidas pelo homem no referido ambiente. Ver Charles R. Warren, “Perspectives on the ‘alien’ versus ‘native’ species debate: a critique of concepts”. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 4, 2007, p. 427-446.

¹⁰⁶ Espécies agrícolas são aquelas de interesse para a agricultura e cultivadas em sistemas deste tipo, por serem úteis ao homem.

¹⁰⁷ Define-se por estágio sucessional qualquer das etapas configuradas em determinada área natural ao longo do processo de sucessão florestal (mencionado anteriormente).

¹⁰⁸ Uma área natural em estado degradado encontra-se desprovida total ou parcialmente das suas condições naturais e originais, no que diz respeito principalmente à sua composição florística e faunística, qualidade dos solos, das águas e do ar.

florestal mínima, para a qual normalmente se utiliza (em regime de consórcio¹⁰⁹) espécies de crescimento rápido e adaptadas à alta luminosidade¹¹¹. A composição de espécies num SAF varia de acordo com as particularidades de região, clima, solo, umidade, relevo, entre outras. No entanto, é de extrema importância demarcar uma das características mais elementares de qualquer SAF: sua diversidade de composição florística¹¹². Outro aspecto importante nessa breve caracterização dos SAFs é o fato de que cada estágio sucessional contribui com determinada variedade de produção. Se o agricultor mantiver áreas de SAF em estágios sucessionais distintos, a diversidade de sua produção será conseqüentemente maior. Em estágios mais avançados a produção estará relacionada às espécies adaptadas ou tolerantes ao sombreamento¹¹³. O importante a ser frisado é que o objetivo último de um SAF não é necessariamente o de produzir uma floresta. O agricultor pode escolher manejá-lo caso queira manter o sistema em um estágio sucessional específico.

Assim, a ideia central por trás dos SAFs é que um campo de cultivo é um ecossistema¹¹⁴; esta dualidade, quando bem explorada, potencializa a atividade agrícola, contribuindo com uma outra ordem de benefícios que são, ao mesmo tempo, ambientais, sociais e econômicos. Podemos citar, como exemplos do primeiro, a melhoria da fertilidade dos solos (sem recorrer a fertilizantes industrializados), a proteção das culturas contra eventuais pragas (sem uso de pesticidas), o controle da erosão, a proteção de nascentes e de cursos d'água e o aproveitamento mais eficiente do espaço produtivo. Esses benefícios são também sociais e econômicos, na medida em que os SAFs buscam representar para os agricultores familiares uma alternativa em relação à dependência de insumos e às exigências de mercado (que muitas vezes condicionam a escolha do agricultor sobre o que produzir). A

¹⁰⁹ Pode-se exemplificar este tipo de espécies com algumas variedades de feijão, como feijão-de-porco e feijão-guandú, que são de grande importância para agricultores que visam o melhoramento da fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes industriais.

¹¹⁰ O consórcio entre plantas num sistema agrícola é realizado quando se nota o benefício trazido, em termos de produtividade, com o intercalar de 2 ou mais espécies (agrícolas ou não-agrícolas) em espaço determinado.

¹¹¹ Como é o caso do abacaxi, do mamão, banana, caju, milho, algodão, mandioca, feijão, cana; de espécies florestais como a embaúba, angico, ingá, urucum; além de espécies frutíferas, como graviola, cajá, pinha, goiaba, manga, etc.

¹¹² Composição florística é o conjunto total de espécies vegetais que compõe determinado ambiente.

¹¹³ Como cacau, café, açai, palmito e madeiras como o guatambú (usado como cabo de enxada ou mourão de cerca) e até mesmo seringueira para borracha.

¹¹⁴ Stephen R. Gliessman, *Agroecologia...*, op. cit.; Miguel Altieri, *Agroecologia...*, op. cit.

diversificação da produção, assim como a possibilidade de agregar valor aos produtos (por exemplo, vendendo-os como “orgânicos”) podem possibilitar outras formas de relação comercial, explorando nichos diferenciados de mercado. A organização da força de trabalho (com condições de trabalho mais humanizadas), a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias e o estímulo a formas associativas de produção e comercialização (por meio de cooperativas, mutirões, etc), também geram consequências importantes na dinâmica social desses agricultores. Outro aspecto desse sistema de cultivo está na sua capacidade de estimular no agricultor outras percepções a respeito de sua propriedade, da natureza e do homem. Há uma consequência, senão uma exigência que o SAF impõe ao agricultor, no sentido de repensar as práticas agrícolas convencionais, ainda que isso ocorra apenas no nível técnico. Entre o agricultor que encontra no SAF apenas uma alternativa econômica ao aumento da renda familiar e aquele que adota essa opção com um sentido ideológico de resistência à modernização agrícola, encontramos todo um gradiente de motivações. Ainda assim, mesmo que a nova percepção se mostre no plano mais elementar, um mínimo de mudança de mentalidade se faz presente¹¹⁵.

Na esfera social e econômica, a mais importante transformação trazida com a implantação dos sistemas agroflorestais é, como sugerido acima, a nova relação que o agricultor familiar tende a estabelecer com o mercado de alimentos. Se atualmente, a regulamentação do mercado é o que comanda a reprodução da produção capitalista no campo, é natural que agricultores venham substituindo estratégias de autossuficiência pela produção de gêneros de interesse para o mercado globalizado. Uma estratégia de sobrevivência – no mercado – trivial, que nasce e ganha forças a medida que o paradigma produtivista tem como modelo agrícola ideal as vastas culturas de *commodities*, e não a paisagem montada por pequenos sítios familiares voltados para o abastecimento alimentar local, e é disseminado pelo governo, pelas instituições de extensão rural, por empresas produtoras de insumos e pelos próprios agricultores:

¹¹⁵ Chama-se aqui de mínima mudança de mentalidade, a que diz respeito ao questionamento das práticas agrícolas, e somente delas, trazidas com a revolução verde. Mudanças ocorridas somente neste nível técnico, possivelmente não representam qualquer postura de resistência à lógica de subordinação ao capital e de sua reprodutibilidade, por não questionarem a dinâmica mercantil capitalista, mas legitimarem-na com novos ingredientes e mediações societárias.

“Uma vez que o mercado torna-se o 'disciplinador' ou o 'regulador' econômico, uma vez que os atores econômicos se tornam dependentes do mercado, no que diz respeito às condições da sua própria reprodução, até mesmo trabalhadores que são donos dos seus meios de produção, individualmente ou coletivamente, serão obrigados a responder aos imperativos do mercado – competir e acumular, abandonar as empresas 'não-competitivas' e seus trabalhadores, e a explorar a si mesmos. A história do capitalismo agrário e tudo que segue mostra com clareza que, onde quer que os imperativos do mercado regulem a economia e governem a reprodução social, não há como escapar da exploração”.¹¹⁶

No entanto, como alerta a historiadora marxista Ellen Wood: “a ética dos 'melhoramentos' no seu sentido original, no qual produção e lucro são indissociáveis, é também a ética da exploração, da pobreza, e do desamparo”.¹¹⁷ Em outras palavras, a lógica capitalista gera consequências importantes no meio rural, visíveis no esgotamento dos meios de produção agrícola e na fome e miséria que atinge populações rurais. O que parece um contrassenso – tecnologias de melhoramento coexistindo com a fome – na realidade mostra-se como resultado natural e previsto da implantação do capitalismo no meio rural. A autora esclarece, em seu artigo “As origens agrárias do capitalismo” a dualidade gerada: “por um lado, produtividade e capacidade de alimentar uma vasta população; por outro, a subordinação de todas as considerações aos imperativos do lucro. Isto significa, entre outras coisas, que pessoas que podiam ser alimentadas são frequentemente deixadas famintas. Na verdade, significa que existe em geral uma grande disparidade entre a capacidade produtiva do capitalismo e a qualidade de vida que proporciona”,¹¹⁸ e em seguida prevê: “a tentativa de alcançar a prosperidade material, de acordo com os princípios capitalistas, cada vez mais deverá trazer com ela somente o lado negativo da contradição capitalista, a expropriação e destruição sem os benefícios materiais, ao menos para a vasta maioria”.¹¹⁹ Na contramão deste processo, é importante compreender a alternativa que a implantação de sistemas agroflorestais – e de práticas agroecológicas de modo geral – traz para a agricultura familiar:

“Sistemas Agroflorestais (SAFs) podem gerar renda, assim como oferecer serviços e bens para o consumo da família rural. Além de fornecer renda monetária às famílias de agricultores, os SAFs podem constituir uma fonte de alimentos, serviços ambientais e insumos internos à propriedade (ex: forragens, sombra, matéria orgânica). Idealmente, portanto, a renda não deve ser separada dos serviços, insumos gerados

¹¹⁶ Ellen M. Wood, “As origens agrárias do capitalismo” (trad. Lígia Osório Silva). *Crítica Marxista*, nº 10, jun. 2000, p.p 12-29. p. 23.

¹¹⁷ Idem, op. cit., p. 22.

¹¹⁸ Idem, op. cit., p. 21-22.

¹¹⁹ Idem, op. cit., p. 23.

internamente e dos alimentos produzidos, por constituírem formas para garantir a eficiência da unidade produtiva sem incorrer em despesas monetárias, além de garantirem a segurança alimentar e a prestação de serviços ecossistêmicos”.¹²⁰

O autor da citação acima, Peter May, é claro quando diz que sistemas agroflorestais representam uma boa alternativa à alta dependência do mercado por parte de famílias agricultoras, sem comprometer em absoluto a qualidade de vida das famílias. Opiniões contrárias, segundo o autor, costumam estar associadas a equivocadas análises de viabilidade financeira, que ao averiguar o sucesso econômico de um sistema produtivo consideram apenas a estabilidade da sua produtividade/área/ano, sem notar que a eficiência do SAF em reciclar nutrientes minerais é de grande valor.¹²¹ Valor que se expressa na diminuição de gastos com fertilizantes químicos e na conservação duradoura da estrutura edáfica. Em suma, se essas análises não considerarem todos os elementos que compõe o sistema (o que inclui suas inter-relações ecossistêmicas, ligadas aos benefícios sociais gerados), ela será incapaz de compreender os benefícios trazidos com a implantação de um sistema agroflorestal. Nas palavras do autor:

“A análise da viabilidade financeira para geração de renda através da produção em SAFs geralmente é realizada pelos Agentes Financeiros que trabalham com o crédito rural, técnicos e demais interessados na viabilidade econômica desses sistemas produtivos. Esta visão privilegia produtos que evidenciam uma maior capacidade de pagamento de créditos e maior lucratividade dos fatores de produção (terra, mão de obra e capital)”.¹²²

“Uma alternativa à análise financeira restrita consiste em analisar o fluxo dos produtos agroflorestais sob uma visão sistêmica – envolvendo os grupos de unidades produtivas, as organizações que gerenciam e oferecem suporte técnico às suas atividades e suas relações com os demais segmentos das cadeias produtivas – considerando o destino final ao consumidor-comprador ou para o autoconsumo das famílias de agricultores. É por meio dessa perspectiva que podemos construir uma cadeia de valor para os produtos agroflorestais capaz de ser diferenciada das demais, por reforçar o elo entre a comunidade e a natureza”.¹²³

Mesmo do ponto de vista produtivista, já foram relatados algumas experiências com sistemas agroflorestais que apresentavam uma produção de alimentos extremamente

¹²⁰ Peter R. May, “Viabilidade financeira, renda familiar e serviços gerados pelos SAFs” in Peter R. May e Cássio Trovato, *Manual agroflorestal para a Mata Atlântica*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília, 2008. p. 66.

¹²¹ Nelson Novaes, Rui Sérgio Murrieta e Cristina Adams, *A agricultura de corte e queima...*, op. cit., p. 163.

¹²² Peter R. May, “Viabilidade financeira...”, op. cit., p. 66.

¹²³ Idem, op. cit., p. 67.

competitiva (tomando como referência lavouras convencionais). No entanto, acredito ser mais interessante a discussão que atinge outras características dos SAFs, elementos que proporcionam à família outra vivência e compreensão da vida rural. A diversidade inerente a qualquer sistema agroflorestal garante ao agricultor maior estabilidade e segurança na venda de seus produtos. Uma vez que flutuações de mercado (tanto nos preços dos alimentos quanto nos preços de insumos) são uma ameaça constante ao agricultor que cultiva um único produto; elas não representam um perigo tão eminente ao agricultor que oferece grande diversidade de alimentos ao mercado. A oferta contínua de produtos diferentes – lembrando que o sistema agroflorestal possui estratos “florestais” e pode passar de um estágio sucessional a outro – também garante a oferta constante de produtos. Perde-se a noção de “tempo de safra”, ou melhor: a cada momento vive-se a safra de algum produto. Em suma, “Os SAFs, quando bem planejados – reunindo técnicas de manejo apropriadas e integrando agricultores familiares organizados em torno de uma estratégia de abastecimento local/regional – são capazes de gerar renda ao longo de um período bem superior ao dos cultivos apoiados em monocultivos convencionais baseados nos pacotes da 'revolução verde'”.¹²⁴ A grande questão que envolve a implantação e a manutenção de um sistema agroflorestal é a dose de dinamismo e criatividade exigida. Diferentemente dos cultivos convencionais, não há receitas prontas que indiquem a melhor maneira de compor um SAF numa determinada região. Pelo contrário, a iniciativa agroflorestal demanda certo conhecimento sobre a região habitada, sensibilidade para decodificar sintomas apresentados pelo sistema num eventual quadro de desequilíbrio (textura do solo, aspecto das folhas, surgimento de pragas e ervas daninhas específicas) e a disposição para experimentações. Como mostra Peter May, o sucesso – inclusive econômico – de uma agrofloresta passa necessariamente pela identificação (até mesmo afetiva) do agricultor com a sua produção e pela consolidação de redes articuladas localmente:

“A formação de redes de intercâmbio são cruciais para que se aprenda a 'arte' de compor, dentro dos SAFs, os arranjos de árvores e demais componentes no tempo e no espaço, para a troca de experiências e de material de plantio. Dessa forma, os SAFs florescem com flexibilidade e dinamismo, permitindo sua transformação ao longo do seu processo evolutivo. Para que os agricultores se capitalizem e alcancem um nível satisfatório de segurança econômica e alimentar é necessário o planejamento, mas também um espírito aventureiro e inovador. Esses atributos permitem que a família rural administre, com eficiência e satisfação,

¹²⁴ Idem, op. cit., p. 67.

sua propriedade rural, se fortalecendo diante das dificuldades impostas pela lógica econômica vigente e das limitações do contexto institucional de regulação e suporte”.¹²⁵

Essa descrição sucinta parece suficiente para mostrar que a adoção de sistemas agroflorestais por agricultores familiares não emana de um movimento natural, de uma mudança trivial ou pré-determinada, já inscrita nas condições de vida e de produção que antes praticavam. Pelo contrário. Atualmente, o desenvolvimento de um sistema agroflorestal sempre se explica pela existência de um capital social articulado em torno de sua realização:

“Um dos elementos centrais para a manutenção da complexidade desses sistemas agrícolas é o capital social estabelecido pelas populações locais. O capital social é baseado em sistemas de confiança; em redes de troca e reciprocidade; em regras, normas e sanções comuns; e em formas de organização de grupos e associações”.¹²⁶

Isso significa dizer que é apenas em face desse contexto mais amplo de articulação social que diversos agricultores familiares encontraram estímulo para aderir a esse sistema. Não se trata, portanto, de um conjunto de experiências isoladas, mas de uma rede que lhe confere identidade. Não se trata também unicamente de uma questão de estímulo, mas de viabilização econômica da produção e de articulação política. Muitas vezes é a associação de agricultores que possibilita o beneficiamento de suas produções ou a certificação conjunta desta; além de tornar mais fácil o posicionamento das famílias frente a outros atores sociais envolvidos:

“Um aumento significativo da renda familiar pode ser alcançado com maior facilidade quando os agricultores estão organizados em associações ou cooperativas e envolvidos em atividades de beneficiamento dos produtos agroflorestais. Tais entidades, apoiadas por organizações de Ater governamentais e não governamentais, representam os interesses dos agricultores frente aos demais atores, seja em referência às políticas públicas ou agentes do mercado. Nesse sentido, alguns dos esforços conjuntos vêm alcançando uma produção significativa em volume e qualidade objetivando a certificação dos produtos, o que geralmente requer uma maior escala do que seria possível obter por famílias agrícolas atuando de forma independente e isolada”.¹²⁷

Esta identidade construída em torno das iniciativas agroecológicas, e especialmente agroflorestais, ganha posição de destaque no *hall* de ideias voltadas para o desenvolvimento

¹²⁵ Idem, op. cit., p. 68.

¹²⁶ Nelson Novaes, Rui Sérgio Murrieta e Cristina Adams, A agricultura de corte e queima..., op. cit., p. 159

¹²⁷ Peter R. May, “Viabilidade financeira...”, op. cit., p. 67-68.

sustentável. São ideias recentes, que vêm ganhando força a medida que a crítica ambientalista torna-se enfática e que o cenário social mostra-se preenchido de desigualdades e pobreza. Como já dito, a ideia de desenvolvimento sustentável e a noção de agroecologia caminham juntos. Ambos vieram em resposta ao agravamento da crise ecológica e social que vem sendo exposto à sociedade global pelas organizações ecologistas e movimentos anti-globalização. Estas tendências tornaram-se latentes nos últimos trinta anos e não deixaram de atribuir parte desta crise à internacionalização da agricultura industrializada como forma hegemônica de gerenciamento dos recursos naturais. Segundo Glória Casado, tal crise tem relação profunda com o “manejo industrializado dos recursos naturais que rompe as taxas de reacomodação e reposição dos resíduos, produzindo um crescente incremento da entropia”.¹²⁸

A industrialização da agricultura trouxe para o cenário rural um quadro repleto de transformações essenciais. As de cunho econômico afetaram e afetam profundamente as formas de produzir do campesinato tradicional, empurrando-as sempre que possível para a mecanização, para a absorção de novas tecnologias e para a integração aos mercados não locais, caracterizando o modelo agrícola produtivista. No Brasil, a industrialização da agricultura atingiu sua expressão máxima com a disseminação da chamada “revolução verde”. Antes de entrarmos no mérito da revolução verde, acredito ser útil uma breve explanação sobre a modernização da agricultura. Assim, poderá ser compreendido o processo de formação da agricultura convencional, anterior à revolução verde.

Com o advento da agricultura moderna – séculos XVIII e XIX – muitos povos já experimentavam cultivos em larga escala e a abundância de suas safras, dando fim a um longo período de escassez de alimentos. A crescente aproximação das atividades agrícola e pecuária em regiões da Europa Ocidental gerou o que chamamos “revolução agrícola”. Segundo José Eli da Veiga, “a agricultura moderna nasceu durante os séculos XVIII e XIX em diversas áreas da Europa. Um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que hoje chamamos de Revolução Agrícola, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou de uma gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânica e romana, que engendrou o feudalismo europeu, começou a aproximar

¹²⁸ Glória Guzman Casado, Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzalez Molina, *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid: Ed. Mundi-Prensa, 2000.

a prática agrícola, propriamente dita, da pecuária. Deixando de ser atividade opostas, para se tornar cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias. E esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos”.¹²⁹

O processo de fusão entre a agricultura e a pecuária exigiu por parte dos agricultores, o uso de sistemas de rotação de culturas, o plantio de plantas forrageiras leguminosas para “nutrir” o solo com nitrogênio e o aproveitamento do esterco animal para o enriquecimento do solo. Essas já eram práticas amplamente conhecidas pela agricultura europeia, mas que agora aliavam-se à produção em grande escala. Interessante notar que muitos desses *costumes* são atualmente repensados pela agroecologia. A abordagem agroecológica, como já dito, preza pelo uso de plantas que enriquecem o solo com seu próprio funcionamento fisiológico (como as leguminosas que fixam nitrogênio atmosférico) e pela rotação de culturas. Sempre no intuito de romper com o desgaste inerente à monocultura e usufruir das plantas que naturalmente contribuem para o equilíbrio químico e biótico do sistema agrícola. Porém, nota-se um desvio de caminho nisso tudo, senão uma leitura diferente. A revolução agrícola pautava-se em práticas “sustentáveis” mas não deixou de rumar em direção ao que hoje conhecemos como agricultura convencional. Novamente a questão da escala nos resolve a indagação. Ela está no seio da monocultura e, às avessas, no seio da agroecologia. A medida em que os sistemas se expandiam, o uso da terra se intensificava e com isso desapareciam lentamente os sistemas de pousio na Europa Ocidental.¹³⁰ O solo já não tinha tempo para se recuperar até o próximo plantio e o incremento do número de cabeças de gado não bastou para que fosse produzido esterco na mesma proporção em que o terreno cultivável aumentou. Além disso a adubação orgânica, provinda de esterco, demandava muitas horas de trabalho, o que começou a ser inviável diante do grande aumento, em área, da lavoura. Dessa forma, a manipulação de fertilizantes químicos tornava-se cada vez mais necessária. E a lógica do sistema agrícola se inverteu. Já não havia mais sentido em ocupar terras com plantas

¹²⁹ José Eli da Veiga, *O desenvolvimento agrícola...*, op. cit., p. 21.

¹³⁰ Ver Ester Boserup, *Evolução agrária...*, op. cit.

forrageiras. Elas permitiam a criação de animais mas impediam a expansão do cultivo de grãos, por exemplo, que por sua vez tornavam-se mais rentáveis que as cabeças de boi.

As portas se abriram para a “segunda revolução agrícola”. O avanço trazido com a primeira revolução – o aumento da área voltada a produção – foi alimentado com descobertas científicas e inovações tecnológicas, como fertilizantes químicos e melhoramento genético de plantas – em meados do século XIX. “Nessa fase, consolidava-se o padrão produtivo que vem sendo praticado nas últimas seis décadas, baseado no emprego intensivo de insumos industriais”.¹³¹ Por fim, este padrão produtivo denominou-se “agricultura convencional”. O Homem parecia ter controlado a natureza e os sistemas agrícolas atingiam altíssima produtividade. Já era possível certa independência em relação às condições naturais do meio e ao controle dos processos químicos e biológicos que determinam o crescimento e o rendimento da lavoura. A busca pela diversificação de cultivos, o consórcio entre plantas, a junção de criação animal com cultivo agrícola, a otimização de recursos e a concepção de unidade produtiva enquanto sistema fechado¹³² pareciam inúteis quando tudo poderia ser mais simples: uma única planta a ser cultivada, uma grande área cultivável e os insumos químicos apropriados às necessidades do solo e às pragas existentes no local.

Foi no final da década de 60 e início da década de 70 que o termo “revolução verde” ganhou força para transformar o meio rural em todo o mundo. Tratava-se de uma das maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia. Seu intento maior era o aumento da produtividade agrícola. Para isso, a revolução verde lançou mão de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas artificialmente. Eduardo Ehlers faz uma sucinta e fiel descrição da metodologia adotada pela revolução verde:

“A Revolução Verde fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Este conjunto tecnológico, também chamado de 'pacote tecnológico', viabilizou, na

¹³¹ Eduardo Ehlers, *Agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 20.

¹³² Sistema agrícola concebido enquanto sistema cíclico, onde os insumos necessários ao funcionamento da produção se originam no próprio sistema, tornando nada ou minimamente necessária a utilização de insumos externos. Toda matéria produzida (esterco por exemplo) é realocada e utilizada num segmento do sistema diferente daquele onde ela foi produzida (fertilização da lavoura por exemplo). Nestes casos, a entropia (a quantidade de energia do sistema) mantém-se estável.

Europa e nos EUA, as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais. Dentre essas inovações tecnológicas, o avanço da engenharia genética aplicada à agricultura foi, certamente, o ponto crucial da Revolução Verde. O próprio termo deriva da capacitação científica para o desenvolvimento de variedades vegetais “melhoradas”, também chamadas de variedades “de alto rendimento”, aptas a apresentar elevados níveis de produtividade, desde que empregadas em conjunto com as demais práticas que compõem o padrão tecnológico da Revolução Verde”.¹³³

É inegável que a revolução verde fez a agricultura alcançar níveis de produtividade nunca vistos. Neste sentido, a revolução foi um grande sucesso, levando vários países à “euforia das grandes safras e à esperança de resolver os problemas da fome”.¹³⁴ No entanto, o sucesso inegável da modernização agrícola gerou paralelamente e ao mesmo tempo, suas expressões negativas.¹³⁵ A primeira delas é o controle que a propriedade fundiária detém sobre a força de trabalho rural, engendrando grupos de trabalhadores que se reproduzem de forma miserável. A segunda se exprime no nível de distribuição de renda e de marginalização das populações rurais, o que, em outras palavras expressa o contrassenso de uma modernidade que mantém pessoas no nível da precariedade.¹³⁶ A tecnologização da agricultura somada ao desenvolvimento industrial (concentrado em espaços urbanos) teve consequências evidentes e se expressam, por exemplo, no êxodo que “esvazia” o mundo rural de muitos de seus habitantes e acompanha a intensificação da influência da cultura urbana sobre o modo de vida do campo. Tratando as questões agroalimentares enquanto problemática social, pode-se ainda falar na “persistência intolerável da fome e da desnutrição”,¹³⁷ apesar de todos os avanços tecnológicos e aumentos de produtividade, mostrando que o problema real talvez não esteja simplesmente na produção em si, mas na forma desigual como essa produção é distribuída. Referente à dimensão ambiental, o uso de práticas insustentáveis gerou sérios desgastes dos recursos naturais: a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a erosão genética e da biodiversidade; a contaminação dos solos e da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

¹³³ Eduardo Ehlers, *Agricultura sustentável*, op. cit., p. 32.

¹³⁴ Idem, op. cit., p. 17.

¹³⁵ Ver Hughes Lamarche (coord.), *A agricultura familiar I – Comparação internacional: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

¹³⁶ Idem, op. cit., p. 183.

¹³⁷ Fernando A. Lourenço, *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 195.

A crise no cenário da agricultura industrial nos traz de volta à questão da sustentabilidade. A definição deste conceito (bem como suas aplicações às noções de desenvolvimento, agricultura e desenvolvimento rural) é sabidamente polêmica. A agroecologia trabalha com uma definição que caracteriza o termo “sustentável” enquanto projeto de desenvolvimento que tem como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica. Em suma, trata-se de impor limites à exploração capitalista da natureza e dos seres humanos. Nestes termos, o projeto de desenvolvimento sustentável busca o favorecimento das necessidades humanas atuais e futuras pela racionalização do manejo de ecossistemas e dos recursos naturais. A essência desta definição é a necessidade de inverter a lógica exaustiva dos planos de desenvolvimento economicistas¹³⁸. No entanto, ao contrário do que se possa imaginar, a agroecologia não se limita a estimar por uma sustentabilidade que, grosso modo, se define somente na restrição do manejo dos recursos naturais em bases ecológicas. Para além disso, a agroecologia vem se constituindo uma importante frente de alternativas ao que se tornou “convencional” na agricultura, analisando também os impactos socioeconômicos da industrialização no campo e implantando programas de desenvolvimento rural em bases “verdadeiramente sustentáveis”.¹³⁹ A agroecologia não trabalha com “pacotes”, e isso é peça chave para esmiuçar seu conceito. Explico-me adiante.

A não ser que um “pacote tecnológico” desconsiderasse as práticas locais ou tradicionais de produção e as particularidades ambientais de cada lugar, ele não poderia ser difundido por enorme parte das comunidade rurais do planeta. Mas foi justamente dessa forma que a revolução verde atingiu amplitude global: ignorando a multiplicidade dos “meios rurais” e desenvolvendo homogêneos pacotes tecnológicos, constituídos por todo o aparato necessário à produção agrícola industrial (maquinário, sementes, fertilizantes, pesticidas, dentre outros). A agroecologia caminha na contramão dessa ideia. Uma vez que tais “pacotes” se definem enquanto insumos externos – à unidade produtiva, ao sítio, à fazenda – pelo viés agroecológico, a sustentabilidade não se encontra nestes. Ao contrário disto, o saber local ou

¹³⁸ Ver Pedro Jacobi, “Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão” in Clóvis Cavalcanti (org.), *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 384-390.

¹³⁹ Rodrigo Machado Moreira, *Transição agroecológica: Conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP-Brasil*. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 2003.

tradicional na agroecologia é portador de um potencial endógeno e representa fonte riquíssima de informações e, por isso, possibilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.¹⁴⁰ Essa ideia se contrapõe completamente à difusão de uma receita produtiva hegemônica, pelo simples motivo de que o *saber tradicional* é único em cada lugar do mundo. Trata-se do conhecimento de muitas gerações, resultado da interação do homem com meios específicos. E como cada meio possui características particulares (variáveis em escala geográfica e temporal), que os diferenciam uns dos outros, nada mais natural que as populações adaptem-se cada uma a sua forma. A sustentabilidade buscada pela agroecologia não poderia ser alcançada sem considerar tais formas de adaptação, ou melhor, tais saberes tradicionais. Estes são inerentes a cada região e foram construídos pelo homem em sua relação com meio tão específico, por gerações a fio. O início do seu processo de formação é datado do início da agricultura em cada localidade. Tem plasticidade para se modificarem em resposta às mudanças do meio. E como inicialmente não contavam com o uso de insumos externos (ainda menos químicos), carregam as práticas e hábitos que possibilitam o uso não-intensivo dos recursos disponíveis. Em sua maioria, estudam a unidade produtiva sob abordagem sistêmica. Da sua junção com o conhecimento científico, responsável pelo desenvolvimento de novas tecnologias “limpas” por exemplo, poderão emergir maneiras do homem produzir no meio rural. Estas novas maneiras de produzir é que são a essência da sustentabilidade agroecológica.

Acredito que, neste momento, uma breve explanação acerca de outras abordagens do termo “sustentabilidade” venha enriquecer o debate. O fato é que existe, também para a sustentabilidade, um discurso hegemônico de características etnocráticas ou, melhor dizendo, “ecoetnocráticas”.¹⁴¹ Explico-me. A adequação do termo à continuidade do modelo industrial de desenvolvimento rural visa promover alguns ajustes tecnológicos à crise social, econômica e ambiental na agricultura. Sempre no sentido de manter o modelo padronizado de agricultura tecnológica, mas desta vez sob o viés da postura “ecologicamente correta”. Na realidade, a definição do termo surgiu de um acordo entre muitas variantes do discurso desenvolvimentista

¹⁴⁰ Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina (ed), *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: La Piqueta. 1993.

¹⁴¹ Rodrigo Machado Moreira, *Transição agroecológica...* op.cit., p. 30.

e culminou na percepção do termo “desenvolvimento sustentável” enquanto “desenvolvimento econômico sustentável”. Este processo finda em “novas verdades” científicas, responsáveis pelo quase milagroso fim da fome e da pobreza no mundo e, principalmente, capazes de não frear o crescimento econômico das nações. Afinal, tal abordagem não deixa de ter parâmetros exclusivamente econômicos e desenvolvimentistas como cerne e, dessa maneira, acaba por não tocar nas verdadeiras bases da questão agrária. Não contempla problemáticas como a má distribuição de terras, a falta de acesso às tecnologias de produção por grande parte dos agricultores familiares, o êxodo rural, o escoamento da produção agrícola, as condições de trabalho no meio rural, entre outros.

Atrelada à noção de “sustentabilidade” está a ideia de “desenvolvimento sustentável”. Falar de uma é necessariamente falar de outra. Esta última surgiu em resposta aos visíveis efeitos da industrialização da agricultura sobre a sociedade rural e o meio ambiente. Foi em 1987 que a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU, lançou no relatório *Nosso Futuro Comum*¹⁴², o conceito de “desenvolvimento sustentável”.¹⁴³ Desde então é notável que a “ecologização”, dos mais variados discursos, busca – desconsiderando interesses de classe, políticos e mercadológicos – encontrar a brilhante solução para um desenvolvimento equilibrado. Nesta perspectiva, a aparente integração entre as três dimensões do desenvolvimento (social, econômico e ambiental) encobre o favorecimento de segmentos sociais apoiados na elite dirigente, que visa prioritariamente sua própria reprodução e ampliação.¹⁴⁴ O combate ao consumismo, de maneira geral, não fez parte das propostas “sustentáveis” da CMMAD. Pelo contrário. Referindo-se às nações altamente industrializadas, a CMMAD coloca que o desenvolvimento sustentável, nestes casos, permite – e incentiva – a plena atividade industrial destes países, pois entende que a indústria é motor

¹⁴² CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

¹⁴³ Segundo a CMMAD, o termo “sustentável” deve estar ligado à viabilidade econômica, à justiça social e ao equilíbrio ecológico. “O Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, afim de atender as necessidades e aspirações humanas”. CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), op. cit.

¹⁴⁴ Maristela Simões do Carmo, *A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável in* Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg (org.), *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora UFPR, 1998 e Rodrigo Machado Moreira, *Transição agroecológica...op.cit.*, p. 31.

indispensável do crescimento econômico, e que portanto deve ser impulsionada. A única ressalva colocada pela comissão diz respeito à “capacidade de suporte ecológico”. Neste sentido, ressalta-se que nenhuma nação, industrializada ou não, deve exceder sua produção industrial doméstica e a “capacidade de suporte ecológico” com um exagerado nível de consumo. Com relação aos países pouco industrializados, o desenvolvimento sustentável implica no fortalecimento do crescimento econômico, seguido pelo aumento do poder de consumo da população. Sempre considerando a “capacidade de suporte ecológico” de cada país. Segundo a CMMAD, isso é o que distingue basicamente um desenvolvimento sustentável de um desenvolvimento digamos, econômico somente: o respeito à “capacidade de suporte ecológico”, uma categoria um tanto quanto abstrata.¹⁴⁵

No que tange a agricultura, a CMMAD não rompe com qualquer paradigma que tenha idealizado a industrialização da agricultura e as práticas relacionadas a revolução verde. O relatório *Nosso Futuro Comum/1987* deixa claro que a comissão aceita a relação entre a fome que atinge países pobres e possíveis deficiências do modelo agrícola global. No entanto, a solução para esta questão estaria no desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive de ordem genética e molecular, que viriam a aumentar exponencialmente a produtividade das lavouras em todo mundo. Como suposto, tais tecnologias são apenas ferramentas técnicas, não alteram em nada a estrutura agrária de qualquer país. Basicamente, tratam-se de plantas geneticamente modificadas para melhor resistirem a pestes e doenças. Tudo com o intuito de diminuir a poluição dos solos e das águas por agroquímicos. Somente isso. Concluindo, esta definição de desenvolvimento sustentável busca, essencialmente, por estratégias ambientais que se apoiam no desenvolvimento industrial supostamente sustentável e na globalização do capital. Este é o discurso a que chamamos “ecoetnocrático” e que é amplamente rechaçado pela agroecologia.¹⁴⁶ A esse respeito, vale citar novamente Francisco Caporal e José Antônio Costabeber:

“Ademais, faz-se necessário considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, ou novo

¹⁴⁵ Idem, op.cit., p. 31.

¹⁴⁶ Eduardo Sevilla Guzmán e Graham Woodgate, “Sustainable Rural Development: from industrial agriculture to agroecology” in Michael Redclift e Graham Woodgate, *The International Handbook of Environmental Sociology*, 83-100, UK: Edward Elgar Publishing, 1997, p. 83-100.

tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania”.¹⁴⁷

Desde a década de 90 ouve-se falar em “desenvolvimento rural sustentável”, que seria a junção do discurso em torno do desenvolvimento sustentável com as estratégias de desenvolvimento rural integrado.¹⁴⁸ No entanto, enquanto estes conceitos rondarem a ideia de agricultura industrializada, estendendo o manejo industrial dos recursos naturais para torná-lo hegemônico, pouco ou nenhum avanço será feito no sentido de uma verdadeira sustentabilidade ecológica. Como advertem Miguel Altieri e Stephen Gliessman, a agricultura industrial transforma os ciclos naturais e os processos biológicos, forçando as bases da reprodução biótica do ar, do solo e da água. Todo este processo gera uma profunda transformação nos processos biológicos que permeiam os cultivos agrícolas e, invariavelmente, ocasiona erosão genérica.¹⁴⁹

Do outro lado da moeda está o conceito de sustentabilidade inerente à agroecologia. Já trabalhamos um pouco esta questão, acima. No entanto, acredito que falta ainda um único ponto a ressaltar sobre a sustentabilidade agroecológica, de modo a completar nosso raciocínio: seu caráter incipiente. Recentemente, em entrevista à revista “Caros amigos”, a ministra do meio ambiente Marina Silva disse que “o setor mais atrasado do agronegócio quer mudar a legislação ambiental [no Brasil]”.¹⁵⁰ Quer dizer, se alguns setores do agronegócio já são referenciados como “atrasados”, o que estaria no outro extremo? Que tipo de agricultura carrega a insígnia da “inovação”? Marina Silva ainda diz:

“Existe uma parte [do setor ligado ao agronegócio] que tem uma visão atrasada e que não consegue perceber que o melhor para a agricultura é transitar do modelo insustentável para o modelo sustentável, o

¹⁴⁷ Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, *Extensão rural e Agroecologia*, op. cit., p. 10.

¹⁴⁸ A ideia de desenvolvimento rural integrado surgiu, no Brasil, no início da década de 70. O intuito por trás dos planejamentos em desenvolvimento rural integrado é, de maneira geral, a tecnologização da agricultura. Sendo esta, obtida pelo incentivo à pesquisa e por estruturas de difusionismo. Algumas premissas básicas fundamentam o conceito de desenvolvimento rural integrado. Entre elas, a concepção de que a causa da pobreza rural nos países subdesenvolvidos reside na ausência de tecnologias agrícolas ou na falta de acesso às mesmas, e a ideia de que a formação de capital humano voltado para a difusão de tecnologias é imprescindível para o desenvolvimento da agricultura. O desenvolvimento rural integrado foi o berço dos programas de extensão rural no Brasil, assim como dos programas de crédito financeiro rural e de pesquisa em tecnologias agrícolas. Todos voltados para a intensificação do modelo tecnológico trazido com a revolução verde e para a consolidação dos ditos complexos agroindustriais.

¹⁴⁹ Stephen R. Gliessman, *Agroecologia...*, op. cit. e Miguel Altieri, *Agroecologia...*, op. cit.

¹⁵⁰ *Caros Amigos*, ano XIII, nº 148. “Entrevista com Marina Silva”. São Paulo: Casa Amarela. Julho/2009. p. 30.

que pressupõe o respeito à reserva legal, à área de preservação permanente, o uso de forma intensiva das áreas que foram abertas, uso de novas tecnologias. Existe um custo, mas ele está sendo depositado na conta da natureza. Daqui um tempo, ele será devolvido com menos chuva, menos possibilidade de polinização, e uma série de prejuízos. E, daqui a pouco, talvez seja tarde demais”.¹⁵¹

A VANGUARDA DA TRADIÇÃO

Em matéria de agricultura “inovadora” e sustentável, a agroecologia representa, talvez, a tecnologia mais evidente. O enfoque trazido com a agroecologia possibilita a atividade plena da agricultura em casamento com a preservação do meio ambiente. No entanto, este modelo agrícola nos parece distante a décadas, desde o sucesso produtivo da revolução verde. E agora, em resposta à crise ambiental, à gritante pobreza das comunidades tradicionais e ao êxodo rural, vem ganhando muito destaque. Como dito por José Eli da Veiga, no prefácio que escreveu para a obra de Eduardo Ehlers:

“(…) uma agricultura que preserve o meio ambiente não resultará da difusão de qualquer nova tecnologia genérica de fácil adoção. As atuais soluções sustentáveis não são facilmente multiplicáveis. São bem específicas ao ecossistema e muito exigentes em conhecimento agroecológico, além de pouco competitivas, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político. Nada impede que essa situação venha a se alterar sob as pressões sociais por alimentos saudáveis e respeito à natureza. Tais pressões certamente incentivarão muitos agricultores e pesquisadores a complementarem os esforços dos movimentos de agricultura alternativa na busca de soluções mais sustentáveis. Mas esse processo não poderá ter a rapidez embutida na ideia de “revolução super ou duplamente verde”. Foram necessários quase dois séculos para que a agronomia gerasse as milagrosas variedades de alto rendimento. Por mais rápido que seja o sucesso da campanha pela agricultura sustentável e a conseqüente conversão ideológica dos sistemas de pesquisa e extensão, é ilusório imaginar que a biologia molecular combinada com a emergente agroecologia revolucionem a produção de alimentos em apenas trinta anos. Em suma, a legitimação das propostas alternativas tende a ser paralela a um oscilante declínio do padrão atual da agricultura moderna. Estamos no início de uma longa transição agroambiental e não de uma fase de mudanças aceleradas que caracteriza as revoluções. O processo mal começou no Primeiro Mundo e já se apresenta cheio de incógnitas. A situação é ainda mais obscura onde há muita fome, como no Brasil. E, tanto lá como cá, muita gente continua confusa sobre o que vem a ser essa tal de agricultura sustentável”.¹⁵²

Além da sua exploração no meio acadêmico/científico, tem sido recorrente o aparecimento do tema “sustentabilidade” em jornais e revistas, o que nos mostra quão em pauta está a questão agrária aliada à questão ambiental. As mudanças climáticas, a devastação de florestas e o avanço da monocultura e pecuária extensiva (sobretudo na Amazônia) evocam

¹⁵¹ Idem, op. cit., p. 30.

¹⁵² José Eli da Veiga, “Prefácio” in Eduardo Ehlers, *Agricultura sustentável*, op. cit. p. 9-11.

discussões calorosas nos diversos setores da sociedade e também na esfera política. A título de exemplo, cito algumas contribuições recentes ao tema, tal como aparecem na pauta de alguns veículos impressos da mídia.

Na revista *Le Monde Diplomatique Brasil* de julho/2009, foram editadas algumas matérias a respeito do duelo entre o modelo de desenvolvimento economicista e a preservação ambiental. Uma delas recebe o seguinte título: “*O arcaico e o novo na Amazônia*”¹⁵³ e foi escrita também pela ex-ministra Marina Silva. Novamente Marina Silva faz alusão à monocultura e à pecuária industrializada como setores produtivos essencialmente atrasados. O atraso vem do modelo de desenvolvimento atrelado a tais setores produtivos. Trata-se de um modelo já amplamente insatisfatório para a sociedade civil. As palavras utilizadas pela ex-ministra para defini-lo são “arcaico e predatório”, sempre no sentido de caracterizá-lo como “mecanismos e práticas que destroem a biodiversidade, prejudicam os serviços ambientais, geram conflitos sociais, empobrecem a cultura, marginalizam populações, contribuem para agravar o aquecimento global e comprometem a imagem do país”.¹⁵⁴ Segundo trabalho do Imazon,¹⁵⁵ citado por Marina na matéria, o atual modelo econômico é batizado de “boom-colapso”, pois traz enormes ganhos monetários para um pequeno grupo proprietário enquanto expropria a sociedade em geral. Ainda neste trabalho, os autores chegam à conclusão de que, em curto prazo, a chegada de empresas dispostas a explorar recursos intensivamente traz melhoria nos indicadores socioeconômicos como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No entanto, não mais do que em dez anos, os recursos se esgotam e a pecuária e extração de madeira (especialmente na região Amazônica) deixam de ser negócio lucrativo. As empresas se retiram do lugar, e o município que as abrigou retorna com seus indicadores socioeconômico para a mesma situação em que se encontravam anteriormente. Mas agora o cenário é outro: não há mais recurso natural disponível. Atualmente, com suas florestas devastadas, tais municípios perderam a oportunidade de fazer uso manejado dos recursos e de

¹⁵³ Marina Silva, “O arcaico e o novo na Amazônia” in *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2. Nº 24. Julho 2009. p. 6-7

¹⁵⁴ Idem. op. cit., p. 6

¹⁵⁵ Ana Rodrigues, Robert Ewers, Luke Parry, Carlos Souza Junior, Adalberto Veríssimo e Andrew Balmford, “Boom-and-Bust development patterns across the Amazon deforestation frontier”. *Science*, vol. 324, n. 5933, p. 1435-1437, 2009.

consolidar uma economia local durável e com menos discrepâncias na distribuição de rendas e terras. Somado a isso, Marina Silva continua: essas localidades “herdam solos degradados, desemprego, concentração fundiária, êxodo rural, miséria urbana e, é claro, o fim de suas florestas e dos recursos naturais que antes dispunham”.¹⁵⁶

Na mesma revista (*Le Monde Diplomatique*), uma outra matéria recebe o seguinte título: “*A monocultura avança sobre a floresta*”. Nesta, fala-se especialmente sobre a atuação dos movimentos ambientalistas na Argentina. O que ocorre é a subversão das leis ambientais de modo a manter o padrão de desmatamento em nome do desenvolvimento econômico do país. Em situação análoga à brasileira, empresas argentinas muitas vezes fazem uso do termo “desenvolvimento sustentável” como forma de neutralizar as críticas ao modelo produtivista, sem representar de fato, qualquer alteração ao paradigma vigente. O sociólogo Horacio Machado diz que “em nome do desenvolvimento sustentável segue-se impulsionando modelos de produção e de consumo claramente não sustentáveis nem generalizáveis. E que geram uma massa de excluídos de alimentos básicos e de deslocados ambientais, com o simples objetivo de satisfazer os consumos energéticos de uma porção cada vez mais reduzida e seleta da população mundial”.¹⁵⁷ Este cenário tem gerado uma série de mobilizações por parte de indígenas e camponeses, que questionam a postura de seu governo em facilitar a instalação e operação de empresas agrícolas multinacionais em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar nacional. Marcos Pastrana, cacique de Tucumán entrevistado pelas jornalistas, diz se tratar de uma “luta para sobrevivência” dos povos tradicionais. “Luta de vida”,¹⁵⁸ ele diz. Para Horacio Machado “o que está em crise é o modelo civilizatório a partir do qual o capitalismo pensou e impôs as relações hegemônicas de articulação entre natureza e sociedade”. E continua: “os desafios passam por recriar as formas de habitar a terra e produzir os meios de vida, e não só por estatizar os recursos sem tocar as formas de exploração”.¹⁵⁹ Em outras palavras, a questão da sustentabilidade ambiental toca essencialmente a forma de exploração dos meios de produção e não tanto o controle estatal/privado sobre estes; enquanto os recursos

¹⁵⁶ Marina Silva, “O arcaico e o novo na Amazônia”, op. cit., p. 6.

¹⁵⁷ Carina Ambrogi e Ximena Cabral, “A monocultura avança sobre a floresta” in *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 2. Nº 24. Julho 2009. p. 12.

¹⁵⁸ Idem, op. cit., p. 13.

¹⁵⁹ Idem, op. cit., p. 13.

forem tidos como fontes de lucro imediato, pouco ou nenhum avanço será obtido com relação à durabilidade de seus atributos ou ao alcance da soberania alimentar da população. Horácio explica que mesmo dentro da retórica anti-neoliberal, “progressista” e que caracteriza parte dos governos latino-americanos, nenhuma grande alteração foi feita sobre a “política de saque”. “Continuam [os governos latino-americanos] apoiando-se em um modelo primário exportador que não é ambientalmente sustentável e que é enganosamente 'redistributivo’”.¹⁶⁰ Dessa forma, mesmo os governos tidos como “radicais” (Venezuela, Bolívia e Equador), contribuem para a soberania nacional a medida que limitam a desnacionalização da economia e priorizam o controle estatal dos recursos. “Mas isso é, de todas as formas, insuficiente enquanto não se desmonte o paradigma extrativista”,¹⁶¹ diz o sociólogo.

A busca por este caminho é mundial, e neste panorama o Brasil é visto como um país-chave para a inversão do paradigma extrativista e adoção global do modelo de desenvolvimento de base sustentável. Muito disso em função da abundância de recursos naturais presentes, mas também pelas boas condições à implantação de energias renováveis e pela forte expressão da agricultura familiar no país. Portanto, a expectativa dos ambientalistas é grande e volta-se toda para cá, na esperança de que o Brasil sirva de exemplo na adoção do desenvolvimento sustentável. Segundo a ex-ministra:

“Chegamos assim, a um limiar. O governo brasileiro precisa fazer uma escolha clara. Se deseja liderar uma transição que torne o país referência para a busca de novos parâmetros globais de desenvolvimento, ou se continuará sendo fiador do passado, garantindo sobrevida a uma concepção ultrapassada de mundo, baseada em privilégios e na superexploração dos ativos sociais e ambientais para usufruto de poucos, sem pesar as consequências. (...) Vivemos no Brasil um momento crucial, que exige escolhas corajosas de mudança de rota e de padrões, para que seja possível prosperar. As alternativas já existem, têm forte base tecnológica, concepção política e institucional inovadora e setores de ponta dispostos a ultrapassar seus limites adotando-as. É um desafio que não é só nosso. Impõem-se a toda a comunidade planetária. Evidentemente, o país que detém um patrimônio de tantos significados como é a Amazônia tem uma missão diferenciada a cumprir. Diria que é uma missão desbravadora, nos termos do século XXI. Se antes, na história da humanidade, desbravar significava dominar, subjugar e impor, hoje quer dizer ter a capacidade de reinventar a civilização, acrescentando-lhe o ambiente natural como parâmetro para a superação dos excessos e equívocos da sociedade de consumo, em uma perspectiva antecipatória da sociedade sustentável que queremos ver consolidada”.¹⁶²

¹⁶⁰ Idem, op. cit., p. 13.

¹⁶¹ Idem, op. cit., p. 13.

¹⁶² Idem. op. cit., p. 7.

Enquanto isso, a sociedade civil cada vez mais, organiza-se “pró-adoção-de-medidas-sustentáveis”. Em maio de 2008, pesquisa do Instituto DataFolha revelou que 96% da população brasileira apoia a legislação ambiental e não aceita, enquanto consumidores, a justificativa de produzir alimentos à custa da degradação ambiental.¹⁶³ Desta maneira, o conceito de agroecologia passa a ser vastamente invocado no momento de definir, de fato, quais seriam os pilares de sustentação deste dito “novo modelo de desenvolvimento”; em outras palavras definir no que se constitui a alternativa ao atual paradigma produtivista. E então, constata-se que o próprio conceito de agroecologia passa a representar o que há de mais inovador em termos de desenvolvimento e de preservação ambiental. Quando o momento é de recriar modos de vida baseados no uso responsável dos recursos naturais, a agroecologia parece apresentar muitas respostas, parece caminhar nesta direção. O que em tempos atuais, significa carregar uma valoração extremamente positiva. É dessa maneira que a ideia de sistema agroflorestal vem ganhando notoriedade, vem sendo objeto de estudos acadêmicos, surgindo na mídia como prática promissora e direcionando a definição de políticas públicas. No ano de 2008, um manual agroflorestal foi produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob coordenação de Peter May e Cássio Trovatto. A intenção primordial do lançamento deste material foi a divulgação de experiências agroflorestais, na tentativa de fomentar outras iniciativas deste tipo. Logo na apresentação do manual, lê-se:

“Hoje os SAFs estão se expandindo rapidamente no bioma Mata Atlântica e chamam a atenção não somente dos agricultores e técnicos de campo, mas também de gestores de políticas públicas. Devido ao reconhecimento cada vez maior desses sistemas, na última década começaram a ser propostas várias políticas públicas específicas para este tema”.¹⁶⁴

Seguindo a mesma lógica, a apresentação de um caderno especial sobre agricultura familiar no sertão pernambucano, lançado no jornal “*Diário de Pernambuco*” em 17 de junho de 2008, diz:

“Uma legião de agricultores do semiárido nordestino tem o que festejar hoje, quando se celebra o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca. Eles praticam a agroecologia, sistema que combina culturas agrícolas e florestais, não utiliza nenhum tipo de agrotóxico ou adubo químico e serve-se de recursos da

¹⁶³ Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=891. Acessado em 12/08/2009.

¹⁶⁴ Peter Herman May e Cássio Murilo Moreira Trovato (coord.), *Manual agroflorestal para a mata atlântica*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2008. p. 11.

própria natureza para proteger as plantações e os animais. Em terras muitas vezes inférteis, que pareciam condenadas a virar deserto, eles criam, plantam, colhem, aumentam a produção de alimentos e geram renda. São protagonistas de uma tendência que se expande no mundo inteiro e que conta com o futuro a seu favor”.¹⁶⁵

Em uma das reportagens publicadas nesta mesma edição do “*Diário de Pernambuco*”, selecionei algumas passagens que nos ajudam a ilustrar a discussão atual sobre os sistemas agroflorestais. A matéria apresenta a experiência de “Seu Noé”, agricultor familiar do município de Triunfo (PE):

“Seu Noé, de 51 anos, começou sozinho. Era igual a tantos outros agricultores que vêm aos poucos apostando na agrofloresta e no cultivo de alimentos orgânicos. A base da agroecologia está em plantar numa mesma área culturas agrícolas e florestais consorciadas, a exemplo do cajueiro e da aroeira, aproveitando espaços e o fertilizante natural que uma oferece para a outra. Hoje, no entorno do sítio Carro Quebrado, cerca de 10 agricultores testam o uso de adubos orgânicos, regam sementes importadas de outras regiões, criam abelhas e vendem tudo. Seu Noé Ursulino tornou-se multiplicador da sua experiência e referência para outros camponeses que querem deixar o “alugado”. Na linguagem do sertanejo, trabalhar em “alugado” significa prestar serviços por diária em plantações de terceiros. 'Deixei as terras dos senhores porque plantei essa semente que agora vejo germinar', filosofa [Seu Noé]”.¹⁶⁶

Não nos restam dúvidas de que, atualmente, a agrofloresta é um assunto em pauta. E então voltamos à primeira parte deste capítulo, onde escrevi a respeito das roças de coivara. Apesar das diferenças essenciais que existem entre os SAFs e as roças itinerante, não podemos deixar de notar os traços que dão similitude às práticas. Ambas lidam com um sistema agrícola íntimo do meio florestal. Em outras palavras, a floresta atribui sentido à lavoura, tanto em SAFs quanto em roças itinerantes. O engenheiro e médico Nilo Cairo, em seu livro *Guia prático do pequeno lavrador*, publicado originalmente em 1920, já dizia que

“O revestimento vegetal das terras de um sítio é a tradução do que estas valem como alimentação para as plantas. Diz-se assim que *a terra é boa, quando o mato é forte, e que a terra é má, se o mato é fraco*. O *mato forte*, visto de longe, tem uma cor verde carregada, escura, azulando-se com a distância; de perto, é constituído por grandes árvores, de *tronco grosso* e altura elevada, de cor escura e viço vivo, alteando umas sobre as outras por espessas ramarias abertas em chapéu de sol, e separadas entre si por espaços mais ou menos livres de arbustos daninhos, por onde se pode caminhar em relativa facilidade. Entre essas árvores alterosas avultam, no centro do Brasil, o Pau d'Alho, a Figueira Branca, a Peroba, o Cedro e o Jequitibá, e, no norte do país, o Jacarandá, o Cedro, a Figueira Branca (Gameleira), o Jucá, o Angico, o Juaseiro, a Braúna, o Paud'Alho e a Cabiúna. O *mato fraco*, pelo contrário, visto de longe, apresenta uma cor verde-

¹⁶⁵ Silvia Bessa, “Frutos da Caatinga – A agricultura dos pequenos produtores” in *Caderno Especial, Diário de Pernambuco*, 17 de junho de 2008.

¹⁶⁶ Silvia Bessa, “Seu Noé e suas quatro faculdades” in *Caderno Especial, Diário de Pernambuco*, 17 de junho de 2008.

amarelada, com uma ramaria baixa de superfície mais ou menos uniforme; de perto, é constituído por árvores quase todas pequenas, mais ou menos todas da mesma altura, de *tronco fino* quase vertical, roliço e pouco esgalhado, muito juntas e apertadas entre si, e intercaladas por arbustos encipoados, trepadores e espinhentos, que tornam difícil o andar do homem dentro dele, e formam o que se chama *o cerrado*, nome que recebe assim o mato que reveste as terras más. Entre essas árvores e arbustos raquíticos contam-se a Batalha, a Massaranduba, a Samambaia, o Taquari (Taquara fina) e a Navalha de Mico (capim de folhas cortantes)”.¹⁶⁷

O ensaio estatístico de Daniel Pedro Müller, de 1838, também nos ajuda a compreender quais as razões técnicas que fundamentavam a prática do roçado itinerante. Afinal, o paralelismo traçado entre sistemas agroflorestais e roças de coivara seria invalidado caso não houvesse qualquer proximidade metodológica entre eles. No entanto, a escolha da mata como abrigo para a lavoura se dá em função da dinâmica social vivida na época (questões populacionais e de capitalização dos agricultores) e da abundância de matas, mas é importante frisar que há também um sentido ecológico nesta escolha. Além das florestas, a província de São Paulo era farta em “férteis campos”, nas palavras do autor. No entanto, a agricultura foi vinculada ao ecossistema florestal. Daniel Müller diz:

“É em geral o método de rotear as terras, segundo o uso transmitido dos primeiros cultivadores, o de as roçar, queimar, e plantar, e conservar o terreno que se planta bem mondado; disto resulta a periódica destruição das matas, desprezando-se os férteis campos. Daqueles com efeito, colhem mais quanto mais espessa e antiga é a mata. É pois este o meio conhecido de estrumar, e beneficiar os terrenos, ao qual ajuda muito o que por si obra a natureza; pois durante a estação do inverno caem as folhas da maior parte das árvores, e no verão fermentando estas com as chuvas, e intenso calor do sol, beneficiarão desta sorte as terras, e produz o estrume nutritivo, que auxiliado pelo estrume estimulante das cinzas, faz produzir as sementes com grande lucro: estes terrenos ficam depois em descanso por alguns anos, a fim de se reproduzir neles novas árvores, as quais depois de suficiente crescimento, passam pela mesma operação. (...) Apesar de ser todo o terreno da Província (com poucas exceções) próprio para a lavoura, escolhe-se contudo, como havemos já notado, os terrenos vestidos de boas matas, e as terras brancas, ou massapês”.¹⁶⁸

A outra face da analogia traçada entre SAFs e sistemas de coivara consiste no antagonismo de suas representações. De um lado a roça de coivara, simbolizando o atraso de uma população, o descaso perante a floresta, fundamentando uma sociedade bárbara; do outro lado os sistemas agroflorestais, expressão máxima do pensamento agroecológico, tecnologia inovadora, manifesta-se como a possibilidade de unificar a necessidade de desenvolver-se com

¹⁶⁷ Nilo Cairo, *Guia prático do pequeno lavrador*. São Paulo: Vieira Pontes & CIA. 1938. p. 13.

¹⁶⁸ Daniel Pedro Müller (Marechal), *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de São Paulo. 1923. p. 26.

a preservação do meio ambiente. Sendo assim, considerar a agroecologia uma ciência emergente e assumir que o modelo agrícola agroecológico se distanciou da realidade rural brasileira – somente – com a ascensão da revolução verde, parece paradoxal. Entretanto, a chave para resolver esta questão está no caráter das práticas agroecológicas. E é nesta resposta que reside o paralelismo possível entre duas práticas agrícolas tão distantes. Os sistemas agroflorestais e os sistemas de coivara distanciam-se no tempo e na concepção de seus termos. Mas, em se tratando de práticas, há mais paridades do que distinções entre eles. E com certa tranquilidade pode-se afirmar que este não é um evento raro para a agroecologia. Não raramente a agroecologia se apropria de práticas antigas, já esquecidas, obsoletas para o desenvolvimento de suas tecnologias. Como dito por Márcia Motta no *Dicionário da terra*:

“Ter como pano de fundo uma concepção holística que incorpore inclusive a racionalidade camponesa e as técnicas de manejo tradicionais dos recursos (etnociência) e adicionar o princípio da diversidade ao de produtividade constituem premissas básicas para se manejar um sistema agroecológico”.¹⁶⁹

Segundo a geógrafa Susanna Hecht, a agroecologia dos sistemas desenvolvidos localmente por populações tradicionais está por exemplo, na adoção de práticas voltadas para o controle biológico de pragas, na adoção de variedades nativas, na preservação de sementes crioulas¹⁷⁰, e no uso de recursos renováveis disponíveis na região.¹⁷¹ Estas práticas e manejos remontam antigos tempos de agricultura indígena e constituem uma espécie de herança agrícola, que ao longo do desenvolvimento da agricultura foi praticamente desconsiderada pelas ciências agrárias convencionais. Reafirmando a constatação feita pela autora, Peter May e Cássio Trovato dizem:

¹⁶⁹ Márcia Motta, *Dicionário da terra*, op. cit., p. 28.

¹⁷⁰ Sementes crioulas são aquelas que modificaram-se ao longo dos anos na ausência de processos oriundos da engenharia genética. Usualmente, são cultivadas por agricultores familiares e populações tradicionais, que pela conservação, seleção e melhoramento das mesmas, alcançam uma vasta gama de variedades de cultivos. Variedades estas adaptadas às particularidade do meio em que são cultivadas. Nos moldes da revolução verde, algumas multinacionais expandem seu controle sobre a produção e comercialização de sementes. De início com o desenvolvimento das sementes híbridas e mais recentemente com o surgimento das sementes transgênicas (sem poder germinativo). Dessa maneira – pelo processo de “erosão genética” – muitas dessas sementes, e conseqüentemente variedades, vem se perdendo. Diante disto, a Via Campesina lançou durante o III Fórum Social Mundial a campanha “Sementes: Patrimônio da Humanidade”. Ver Horácio Martins de Carvalho, *Sementes – Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular. 2003.

¹⁷¹ Susanna Hecht, “A evolução do pensamento agroecológico” in Miguel Altieri, *Agroecologia...* op. cit.

No Brasil, a prática de Sistemas Agroflorestais (SAFs) está presente entre as populações indígenas muito tempo antes da “descoberta” do país, ou mesmo do próprio continente. Atualmente, após a chamada Revolução Verde ter declarado guerra a todos os sistemas de produção antigos, os SAFs biodiversificados vêm ganhando notoriedade, sobretudo por meio de ações em rede.¹⁷²

É preciso valorizar os conhecimentos históricos dos agricultores familiares que ainda praticam sistemas de produção complexos e de ampla diversidade. Nesse sentido, temos fontes exemplares de conhecimentos tradicionais nos grupos de agricultores familiares que praticam o sistema cabruca de produção do cacau, no manejo de bananais sombreados de comunidades caiçaras, na produção da erva mate na sombra do pinheiro-do-paraná, e no sistema faxinal praticado no Paraná e Santa Catarina.¹⁷³

Este momento parece apropriado para retomarmos a discussão – citada na primeira parte deste capítulo – sobre a questão dos “costumes”. Se no passado, a coivara era vista como costume desprovido de qualquer caráter “resistente”, apenas alimentado pela preguiça dos que no Brasil viviam, hoje, sua versão reelaborada – sob a forma de agroflorestas – possui caráter político, já nascendo essencialmente reivindicativa e carregada de ideologia. Thompson, ao estudar a permanência dos “costumes” na Europa do século XVIII, enxergou nestes algo de resistência, um caráter rebelde. O autor diz que “a cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”/“racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”.¹⁷⁴

Não acredito que haja uma maneira de refletir a linha de raciocínio do autor sobre a manutenção da agricultura itinerante no Brasil colônia, ainda que a mesma tenha sido caracterizada como “costumeira” pelos viajantes europeus. Ao menos não é isso que os relatos destes últimos deixam transparecer. Mas, muito interessante é a possibilidade de aplicar a

¹⁷² Peter Herman May e Cássio Murilo Moreira Trovato (coord.), *Manual agroflorestal...*, op. cit., p. 11.

¹⁷³ Idem, op. cit., p. 16.

¹⁷⁴ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19.

lógica de Thompson a uma experiência tão incipiente como a agrofloresta. Sendo uma alternativa voltada para famílias agricultoras que não possuem aporte técnico e financeiro para acompanhar a tecnologização da produção agrícola, e consolidada sobre o conhecimento tradicional, podemos expandir a abrangência do conceito de “costumes tradicionais” e, neste movimento, abarcar a agrofloresta. Ainda mais apropriado e útil para nos esclarecer tal definição, é a utilização do conceito de *habitus*, tão trabalhado por Pierre Bourdieu. *Habitus* define-se por “jogo social incorporado, transformado em natureza”¹⁷⁵ e em última instância pode ser lido como “estratégia”. Estratégia esta formulada pelos atores sociais durante o jogo social vivido e composta não por simples obediência às regras, mas pelo sentido do jogo incorporado, somado às escolhas racionais frente ao jogo que se vive.¹⁷⁶ Se tomarmos como “jogo social vivido” a situação marginalizada das famílias agricultoras, a opção pelo cultivo em sistemas agroflorestais pode ser abordada como *habitus*, estratégia de reprodução ou costume. Caracterizar as iniciativas agroflorestais enquanto consciente, rebelde e resistente não é tarefa difícil. O próprio caráter emergente dos sistemas agroflorestais nega a possibilidade da sua existência ser fruto de “discretas sobrevivências”. O nascimento da ideia de SAF para a agricultura familiar (bem como da agroecologia como “ciência”) já veio banhado em postura política e em resistência ao que se consolidou como *agricultura convencional*. Em outras palavras, a agroecologia nasce em resposta à tendência de industrialização da agricultura, responsabilizada pela exclusão de famílias do campo e pela homogeneização das paisagens rurais (resultado da adoção generalizada dos “pacotes tecnológicos”), e busca reconstruir a importância e a soberania alimentar da agricultura

¹⁷⁵ Pierre Bourdieu, “Das regras às estratégias” in *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.77-95. p. 82.

¹⁷⁶ Para Bourdieu, o pensamento em termos de estratégia se trata de um projeto teórico que busca reintroduzir, nos estudos sociais, o agente socializado (não somente o sujeito) e as estratégias do senso prático (em parte automatizada, em parte não). O autor se apropria do conceito de *habitus*, que está intimamente relacionado à noção de estratégia; as normas coletivas e coações impõem-se sobre o indivíduo, e este, quando possui o sentido do jogo internalizado tem capacidade de percebê-las e realizá-las. Em seus estudos sobre estratégias matrimoniais, Bourdieu refere-se às mesmas não como produto da obediência às regras, mas do sentido do jogo que leva os atores sociais a definirem seus casamentos considerando o jogo que se tem (as possibilidades boas e ruins) e a arte de jogar que se possui. Com esta abordagem dada aos estudos sociais, Bourdieu rompe com a fronteira entre etnologia e sociologia, já que une profundamente a teoria das estratégias de reprodução familiar (identificadas pelo trabalho etnográfico) à existência destas famílias enquanto grupo ou classe social, que por sua vez pode estar em processo de surgimento, desaparecimento ou de transformação. Ver e Pierre Bourdieu, “O camponês e seu corpo”. *Revista de Sociologia Política*. v. 26, jun 2006, p. 83-92 e Idem, “Das regras às estratégias”, op. cit., p.77-95

familiar. Ao passo que a industrialização da produção rural gerou um cenário de crise, abriram-se espaços para o surgimento de focos de resistência e de contestações à tendência industrial, no que diz respeito às suas orientações sociopolítica, econômica e ambiental.

Numa analogia cheia de ressalvas, poderíamos considerar o uso da terra pelos antigos sistemas de coivara como contexto de uso comum do solo; sabendo que já havia sido instituído o regime de propriedade privada mas que seus detentores não possuíam condições de gerenciá-las (como explicou Maria Luiza Marcílio), o que abrisse precedentes para que a terra fosse também utilizada por colonos não-proprietários. Isso nos serve para aproximar a agricultura brasileira do século XVIII daquilo que Thompson conceituou como costume ou uso comum na Inglaterra do século XVIII: “Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei”.¹⁷⁷ O autor sugere que o uso comum das terras “vigoravam num contexto de normas e tolerâncias sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento”.¹⁷⁸ E ilustrando o seu tema, complementa: “A terra em que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostras num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta”.¹⁷⁹

As roças de coivara eram feitas no Brasil num momento em que praticamente não havia pressão demográfica. Os relatos citados neste texto, feitos pelos viajantes europeus e por governadores da capitania de São Paulo não nos fazem crer que havia, entre os colonos agricultores, qualquer noção de “manejo florestal”. No entanto, podemos aqui estar diante de uma visão um tanto caricaturada e estigmatizada pelos viajantes com relação aos sistemas agrícolas brasileiros. Se a itinerância dos lavradores não fosse assim tão irracionalizada quanto retratada, temos então um sistema com outro funcionamento. Melhor dizendo, se o dito “abandono” da área fosse, na realidade, um tempo de pousio que permitisse à mata regenerar-se, para que o mesmo lavrador voltasse ali após alguns anos, passamos a entendê-lo então mais como uma forma de manejo do que como um abandono de fato. Seria um manejo que busca a

¹⁷⁷ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum...*, op. cit., p. 86.

¹⁷⁸ Idem, op. cit., p. 89.

¹⁷⁹ Idem, op. cit., p. 86.

manutenção da fertilidade do solo e a claridade, condições favoráveis ao cultivo de alimentos. Ainda seria um manejo bastante distinto daquele feito em agroflorestas, que basicamente com podas, derrubadas de alguns indivíduos e plantio de outros, busca as mesmas condições. Um manejo diferente, talvez não tão “sustentável”, mas ainda assim um manejo, bem diferente do puro abandono. Outra característica importante é que a agricultura itinerante não possuía outro impulso senão o da própria economia doméstica. Por se tratar de um sistema voltado para a subsistência das famílias, as roças de coivara não se relacionavam de forma significativa com a economia de mercado; talvez no máximo a de troca. Desta vez, a condição irracional da agricultura itinerante é o que nos serve para distanciar este quadro daquele retratado por Thompson.

Em um contexto específico (Inglaterra do século XVIII), o autor se empenha em descrever o uso comum regulado pelos próprios *commoners*, articulados na busca de seus direitos históricos. Thompson diz que “os próprios *commoners* não eram desprovidos de bom senso. Ao longo do tempo e do espaço, os usuários das terras comunais desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impôs restrições e limites ao uso”.¹⁸⁰ No entanto, o contexto da agricultura – caracterizado acima – no Brasil do século XVIII também se distancia do que proferiu Garrett Hardin em seu famoso artigo *The tragedy of the commons*¹⁸¹. Hardin tornou-se um entusiasta dos cercamentos e privatizações, ao considerar que a variante malthusiana somada à ausência da posse “legal” da terra (por parte daqueles que a utilizam) e à pressão mercadológica, determinariam invariavelmente uma demasiada exploração dos recursos (e penso aqui nas florestas). Não havia pressão mercadológica atuando sobre nossos colonos itinerantes. Não foi este o motivo da superexploração e exaustão das nossas florestas. Desta forma, torna-se ainda mais distante da teoria de Garrett Hardin, o curso que tomou a agricultura e as florestas brasileiras. A verdade é que, fracionadas em propriedades particulares (“legais” e passíveis de fiscalização), que assumidamente voltaram-

¹⁸⁰ Idem, op. cit., p. 93.

¹⁸¹ Garrett Hardin, “The tragedy of the commons”. *Science*, vol. 162, n. 3859, 1968, p. 1243–1248. Disponível em http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acessado em ago/2009.

se às exigências do mercado agrícola nacional e internacional, as florestas brasileiras deram lugar à monocultura e à pecuária extensiva.¹⁸²

Especificamente no Brasil, é a partir dos anos 80 que o conjunto de transformações sofridas pelo meio rural passa a ser cada vez mais contestado e confrontado por agricultores marginalizados – num cenário aparentemente homogêneo – culminando, nos anos 90, em uma diversidade de movimentos sociais questionadores do modelo produtivo e tecnológico privilegiado pelo Estado e suas políticas públicas.

“Formas inauditas de resistência e de criação de espaços de manobra, de construção de uma autonomia mesmo que parcial e relativa, construída gradualmente, mas de forma alguma irrelevante, tornam-se imprescindíveis para a elaboração de reinterpretações sobre questão agrária, tanto quanto para a formulação de propostas de transformação social, pautadas pelo diálogo entre diferentes mediadores e comunidades rurais. Tais estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção da autonomia – e sua particular interação com o processo de mercantilização e externalização da produção – podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades agropecuárias (...)”.¹⁸³

Tais iniciativas, segundo Luiz Norder, assumem a forma de projetos que refutam “de forma cada vez mais consistente os impactos sociais, econômicos e ambientais da modernização agrícola”¹⁸⁴ e que apresentam parâmetros inovadores para a construção de nova lógica produtiva. Estas formas de luta convergem para a reconstrução das práticas camponesas e contrastam fortemente com os parâmetros homogeneizadores e intrínsecos ao processo de industrialização agrícola. Neste contexto, a noção de agroecologia surge como uma bandeira política. De forma explícita, opõe-se ao agronegócio e aglutina diversos caminhos na busca por novas práticas agrícolas e pecuárias, sendo a agrofloresta uma de suas mais fortes expressões. Seguindo este caminho lógico, acredito que seja natural abordar a prática dos SAFs, da mesma maneira que Thompson conceituou os costumes tradicionais: “*sui generis*: ambiência, *mentalité*, e um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa”.¹⁸⁵ Como a agroecologia surge como forma de alternativa “resistente” onde há conflito, atores sociais excluídos, contradições sociais e culturais, relações de trabalho

¹⁸² Josué de Castro, *A geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 e Warren Dean, *A ferro e fogo...*, op. cit.

¹⁸³ Luiz Antônio Cabelo Norder. “Questão agrária, agroecologia e questão territorial”. *Lutas & Resistências*, Londrina. vol.1, set 2006, p. 107-120. p. 114.

¹⁸⁴ Idem, op. cit., p. 114.

¹⁸⁵ Edward Palmer Thompson, *Costumes em comum...*, op. cit., p. 14.

assimétricas e pautadas na exploração, é perigoso referenciá-la como pertencente à certa “cultura popular” ou “cultura camponesa”. Thompson nos adverte com relação a isso lembrando que o termo “cultura” pode ser caracterizado como sistema de valores, atitudes e significados incorporados, correndo-se o risco de esquecer que o conceito de cultura também está “localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência”.¹⁸⁶ Localizando a agroecologia neste cenário conflituoso e assumindo que a mesma elabora modelos de desenvolvimento rural pautados em práticas sustentáveis, torna-se possível compreendê-la enquanto enfoque científico de vanguarda. Indo adiante, atentar para sua grande inspiração, tirada dos “costumes tradicionais” das populações rurais, melhor ainda a conseguimos definir: carregando seu paradoxo fundamental, a agroecologia mostra o que há de vanguarda naquilo que já foi tradicional.

Para Susanna Hecht, os *costumes* e práticas tradicionais elaborados pela comunidades rurais nativas vem sendo denegrido e substituído à décadas; sendo que este processo apoia-se basicamente em três tendências fundamentais: 1) a destruição dos mecanismos populares de codificação, controle e transmissão das práticas agrícolas; 2) alterações muito significativas na dinâmica das populações tradicionais, obtidas pelo declínio demográfico e desagregação das mesmas; e 3) a ascensão da ciência positivista. É com a inversão destas três tendências que a agroecologia faz uso de antigas práticas agrícolas para compor um novo quadro para o meio rural, garantindo ao agricultor familiar um papel de destaque e unificando a necessidade do desenvolvimento (econômico inclusive) com a preservação do meio ambiente. Segundo a mesma autora, “o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura”.¹⁸⁷ O que impõe nova significação das práticas não são as práticas em si, mas o contexto em que tomam parte. Só assim podemos imaginar que o morgado de Mateus, Saint-Hilaire e o padre João Daniel, com toda elegância e ilustração de raciocínio com que um dia condenaram a coivara, talvez viessem a admirar, hoje, os sistemas agroflorestais, mais do que o fariam com extensos e civilizados canaviais.

¹⁸⁶ Idem, op. cit., p. 17.

¹⁸⁷ Susanna Hecht, “A evolução do pensamento agroecológico”, op. cit.

CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Quem viver em Pernambuco
Há de estar desenganado
Ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado.

Provérbio popular

Espero,
porque é mais espessa
a vida que se luta
cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave que vai cada segundo conquistando seu
voo).

João Cabral de Melo Neto, Cão sem plumas

APRESENTAÇÃO

Neste segundo capítulo procuro analisar a situação da agricultura familiar na Zona da Mata de Pernambuco sob um enfoque histórico, de modo a compreender seu papel ao longo do tempo nesta região.

Tão logo os portugueses tomaram posse das terras descobertas e paralelo ao fim do surto de extração do pau-brasil, a região da mata pernambucana viu-se desde cedo ocupada pela plantação e processamento da cana-de-açúcar, ao ponto de sua vocação canavieira poder ser vista quase como um destino. Promovido por oportunidades de inserção nos circuitos mercantis coloniais, o cultivo de cana-de-açúcar foi determinante na construção dos espaços

físicos, econômicos e sociais da Zona da Mata, na medida em que especializou a economia local e individualizou sua sociedade no contexto regional e nacional. Segundo o historiador Estevão Pinto,

“as primeiras informações a respeito da cultura da cana-de-açúcar são encontradas nas cartas jesuíticas e nas obras dos nossos cronistas ou historiadores mais antigos (sécs, XVI, XVII e XVIII). Menos de cinquenta anos após o descobrimento do Brasil, Pernambuco possuía dois engenhos, que se elevaram a vinte e três, aproximadamente no ano de 1570. Poucos tempos mais tarde, em 1585, as moendas pernambucanas atingiam a casa dos sessenta e seis e nas mesmas empregavam-se cerca de dois mil indígenas e dez mil escravos negros (da Guiné e de Angola). E, nas vésperas da invasão holandesa (1627), frei Vicente do Salvador registrava a existência de cem engenhos em Pernambuco”.¹

Além do grande potencial mercantilista do açúcar², todas as condições ambientais – basicamente o calor tropical e o solo argiloso – estimularam o sucesso produtivo nas lavouras de cana na Zona da Mata e mantiveram, por muitos anos, a produção brasileira no domínio dos mercados mundiais. Seu solo é composto por “terras de massapê” e Gilberto Freyre o descreveu em oposição às “areias secas do sertão”, atribuindo-lhe adjetivos como *nobreza* e *profundidade*. “O Nordeste de terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. (...) É terra doce sem deixar de ser terra firme: o bastante para que nela se construa com solidez engenho, casa e capela”.³ A zona canavieira servia perfeitamente ao cultivo da cana, que se alastrou pela região reconfigurando sua paisagem original. A derrubada da mata foi a primeira providência necessária ao estabelecimento das lavouras e manteve-se como alvo principal na necessidade posterior de alargar os canaviais:

“O processo de transformação e de desvalorização que a cana realizou no nordeste começou pela destruição da floresta, abrindo com as queimadas as clareiras para seu cultivo, alargando depois estes claros para extensão de seus canaviais por terras sem fim. No nordeste, se até os meados do século passado o relativo atraso dos processos fabris do açúcar, com sua produção por unidade, limitada por seus mecanismos rotineiros, não levou a extensão das culturas a ocupar inteiramente toda a área da mata, deixando algumas reservas, embora escassas, de terra, a partir de 1870, com o estabelecimento dos chamados 'engenhos centrais', precursores das grandes usinas atuais, a absorção das terras pelo latifundiarismo progrediu assustadoramente”.⁴

¹ Estevão Pinto, “Introdução”, in *O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco – Conferências e debates no Simpósio realizado, por iniciativa do IJNPS, em maio de 1963 (Recife)*. Recife: Imprensa Universitária, 1965. p. 11.

² Ver Eric Wolf, *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. Capítulo 11. *O Movimento das Commodities*, p. 373-422

³ Gilberto Freyre, *Nordeste*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1951. p. 36 e 38.

Diante da profunda alteração que sofreram seus “traços geográficos fundamentais” pela ação antrópica, Josué de Castro viu no nordeste açucareiro a mais perfeita possibilidade para a realização de ensaios de natureza ecológica:

“Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar”.⁵

Muitas vezes visto como verdadeira “vocação” regional, o casamento entre a Zona da Mata pernambucana e o a ugar produzido para exporta o frequentemente foi naturalizado e considerado enquanto “destinos naturais dessa terra” ou como consequência normal de sua adequa o ambiental   sacaricultura.⁶ Em última instância, o que segue por tr s deste discurso   a legitima o da concentra o fundiária, uma vez que a produ o da cana-de-a ugar voltada para a exporta o une-se em perfei o   monocultura feita em grandes propriedades. A respeito da concentra o fundiária na zona açucareira, a historiadora Christine Dabat afirma que “na zona canavieira de Pernambuco, a estrutura fundiária manifesta uma concentra o de terra tão extrema que constitui um quase monopólio, termo hiperbólico traduzindo, no entanto, fielmente seu perfil”.⁷

Publicado no início da década de 1960, *A terra e o homem do Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, traz uma ideia da magnitude das propriedades canavieiras no tempo dos antigos engenhos: as planta es m dias comportavam geralmente de 200 a 1.000 hectares!⁸ Sua produ o consistia em quatro produtos básicos, adquiridos por meio de processos mecânicos e térmicos: a ugar, melaço, cachaça e rapadura. Os engenhos reais foram aqueles que recebiam as canas plantadas pelos lavradores vizinhos e reduziam-na a a ugar, mediante o recebimento de boa parte do produto. Aqueles que ficaram famosos como engenhos *banguês*, eram os que obtinham a ugar pela evapora o da garapa em caldeiras submetidas a altíssima

⁴ Josué de Castro, *Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira. 2008. p. 103.

⁵ Idem, op. cit., p. 95.

⁶ Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho*. Recife: Editora da UFPE. 2007. p. 53-74.

⁷ Idem, op. cit., p. 53.

⁸ Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas. 1980. p. 97.

temperatura.⁹ Desde o início da implantação desses estabelecimentos, esteve associada a pessoas com condições financeiras para gerenciar uma monocultura canavieira altamente produtiva e instalações industriais para o processamento da matéria-prima, os senhores da terra.¹⁰ Ainda segundo Correia de Andrade, “através desse sistema, os amigos dos donatários e os auxiliares dos governadores gerais conseguiram doações sucessivas de terras [sesmarias] que ocuparam diretamente ou por meio de dependentes e protegidos (...)”.¹¹ A predileção por famílias abonadas – em detrimento dos imigrantes de poucas posses – e a adoção da mão de obra escrava, gerou no período colonial uma composição societária fundamentada num sistema de antagonismos e numa estrutura hierárquica que dividia os homens, as paisagens, as habitações e os animais em dois grupos distintos de coisas: de um lado, o senhor de engenho, o canavial, a casa grande e o cavalo de raça exprimindo o conjunto de valor positivo, aristocrático, dominador; e no outro extremo, o negro, a mata, o mucambo, a senzala e o boi de canga compondo o grupo de valor negativo, subordinado, degradado.¹² Contracenando sobre um território que mais se configurava como uma grande unidade produtiva, restava pouca alternativa para aqueles que não tinham acesso à grandes extensões de terra. Em geral, só restava a esses lavradores plantar cana e vender ao engenho mais próximo.

“Em Pernambuco, a situação dos lavradores, pelo menos nos meados do século XVII, devia ser pouco diferente da dos plantadores do Sul. Nos seus 'partidos', o lavrador cultivava a cana com os escravos fornecidos pelo senhor-de-engenho; as tarefas compreendiam a quantidade de produto que o engenho podia moer em vinte e quatro horas. Para um partido de quarenta tarefas, necessitavam-se de vinte escravos (com os respectivos instrumentos), de quatro a oito carros e de alguns bois. Do rendimento bruto de cada partido,

⁹ Estevão Pinto, “Introdução”, op. cit., p. 13.

¹⁰ A partir do século XVI o governo português doou grandes extensões de terra a quem tivesse capacidade de gerenciar uma unidade produtiva, usualmente composta por um engenho e vastas plantações de cana-de-açúcar que o circundavam. Naturalmente, tal tarefa caiu sobre grandes comerciantes e aristocratas, aptos a investir considerável capital no empreendimento, bem como comandar e disciplinar numerosa força de trabalho. Destes grupos, o governo português esperava não somente o sucesso em explorar as grandes propriedades que se formavam, mas também o poder de liderança sobre as populações residentes das primeiras vilas e cidades coloniais. Ver Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. 1965. p. 140-141, Gentil Martins Dias, *Depois do latifúndio – continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UnB, 1978. p. 17-59 e Francisco Varnhagem, *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

¹¹ Manuel Correia de Andrade, “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”, in Manuel Correia de Andrade, John Redwood III e Raul Fiorentino, *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU/UFPE. 1982. p.16

¹² Gilberto Freyre, *Nordeste*, op. cit.

3/5 pertenciam ao senhor-de-engenho e 2/5 ao lavrador. Ao senhor-de-engenho cabia ainda o 'açúcar de retame', a garapa e o bagaço (combustível por excelência).¹³

A relevância dessa população livre e não detentora de enormes propriedades agrícolas é assunto pouco trabalhado na literatura. Há vasta bibliografia a respeito da distinção entre senhores de engenho e escravos; a ponto de fazer-nos esquecer que a sociedade colonial não poderia ser unicamente composta por essas duas classes, que existiam também os homens pobres e livres.¹⁴ Guillermo Palacios, em seu livro *Campesinato e escravidão no Brasil*, revela a importância que teve essa camada da população na transformação do cenário econômico colonial. O ponto de partida para sua pesquisa foi a revolta protagonizada por agricultores pobres autônomos contra a promulgação de duas leis regulamentadas pelo Império em 1851 e que afetariam de forma direta seus modos de vida: a do Registro de Nascimentos e Óbitos e a que determinava a elaboração periódica de censos modernos. A partir dessa problemática, o autor seguiu em busca da formação dessa população autônoma e pobre, descobrindo que

“o surgimento e a fase inicial de crescimento do campesinato livre no Nordeste oriental ocorreram durante a primeira metade do século XVIII no contexto da crise do escravismo, que se deu sobre a base do cultivo desses produtos [tabaco e mandioca], articulados e operados pelos *comissários volantes*, um seguimento semiclandestino de pequenos comerciantes interatlânticos que não participava diretamente dos benefícios formais do sistema colonial.¹⁵

Caracterizando um pouco mais essa população a que se refere, Palacios diz que

“nos primeiros anos do século XVIII, extensas regiões das fronteiras de expansão das plantações escravistas de açúcar em Pernambuco já eram conhecidas e identificadas como espaços de concentração de homens e mulheres pobres e livres que, reunidos em pequenas comunidades nas proximidades das vilas principais, sobreviviam precariamente com base em uma paupérrima agricultura de subsistência centrada no cultivo da mandioca, do milho e de uma reduzida variedade de legumes. Isso era particularmente certo nas áreas do centro e do norte ocidentais dos confins das zonas dos canaviais, compreendidas no triângulo formado pelas freguesias de Santo Antônio, São Lourenço e Tracunhaém. A partir desse momento, e durante todo o século XVIII, esses grupos de agricultores pobres iniciaram um crescimento prolongado e acidentado que os transformaria em embriões de formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o surgimento de espaços socioeconômicos e socioculturais de resistência ao predomínio da plantação

¹³ Estevão Pinto, “Introdução”, op. cit., p. 13.

¹⁴ A esse respeito ver o trabalho pioneiro de Maria Sylvania Carvalho Franco, *Os homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976; que trata também da formação de uma população livre e expropriada num contexto de agricultura mercantil, sustentada pela escravidão. Sua referência máxima é a velha civilização do café que, no século XIX, se desenvolveu na região do Vale do Paraíba.

¹⁵ Guillermo Palacios, *Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores pobres e livres na Capitania Geral de Pernambuco (1700–1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 17.

escravista, espaços que cresceriam ao longo do século à medida que mais e mais homens e mulheres pobres e livres viravam camponeses, adotavam formas camponesas de produção de subsistência e de coesão social como alternativa para resistir à pressão do escravismo – a forma de produção predominante e excludente da sociedade colonial (...) Essa agricultura, apesar de ser praticada pelos produtores 'mais indigentes de Pernambuco', produzia um excedente, por pequeno que fosse, que permitia sua articulação com o conjunto do sistema colonial".¹⁶

Posteriormente, é o cultivo do algodão que serviria de substrato à reprodução social dos agricultores livres, durante o final do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. As questões referentes ao modo de vida desses agricultores livre e pobres girava, até então e grosso modo, em torno do plantio do algodão, do escoamento da produção, do recrutamento militar, das crises de subsistência e dos problemas de abastecimento alimentar, foi finalmente abalada também pelo processo de expansão da fronteira agrícola, com a tomada de posse estatal das florestas e terras ocupadas desde o início do século XVIII. Nas palavras do autor:

“surge um quadro nítido de expropriação e diferenciação social do campesinato do Nordeste oriental, iniciado nos primeiros anos da década de 1780 com a decisão do Estado de interromper a expansão dos cultivos de algodão e reforçado drasticamente pela apropriação estatal em 1797 das florestas virgens onde plantava e sobrevivia um número incalculável de famílias de agricultores de mandioca e algodão. Com a diferenciação, iniciar-se-iam três processos independentes que constituíram, por sua vez, as linhas mestras da história do campesinato nordestino ao longo do século XIX até a outra transição, a do chamado 'trabalho livre'".¹⁷

O uso de terras do litoral pernambucano por populações livres e pobres, durante o século XVIII, foi sempre estimulada (se não causada) pela improdutividade decadente em que se encontravam engenhos de açúcar até o final da década de 1770. O movimento de ocupação dessas populações também se deu em áreas ainda cobertas por florestas tropicais. Áreas que, até então, foram de uso exclusivo dos engenhos. Períodos de seca altamente danosos para a produção da cana-de-açúcar também contribuíram com o processo de ocupação de terras por populações de retirantes. As tentativas do governo colonial de integrar tais populações à produção do algodão em larga escala (pelo aproveitamento de mercados ingleses abertos pela Revolução Industrial) também foram muito significativas para o estabelecimento de muitas comunidades na Zona da Mata nordestina. A ocupação desses espaços de mata atlântica gerou intermináveis conflitos agrários entre lavradores e a oligarquia açucareira. Na realidade, antes

¹⁶ Idem, op. cit., p. 25–26 e 32.

¹⁷ Idem, op. cit., p. 21.

disso, o próprio governo colonial já considerava a derrubada de florestas para a criação de roçados uma violação abusiva. Em 1788, diversas medidas foram expedidas no intuito de manter extensas áreas de florestas sob tutela da Marinha Real, o que garantiria seu uso em necessidades estratégicas da Coroa. Pouco depois, foi declarado aos sesmeiros já estabelecidos que mantivessem intocadas as áreas de florestas dentro de suas propriedades. Posteriormente, o corte de madeiras de construção foi proibido em toda a Capitania Geral de Pernambuco. A expansão dos agricultores pobres e livres começava a encontrar limites bem claros. Palacios descreve em seu livro um clássico momento de conflito entre agricultores e grandes proprietários, senhores-de-engenho:

“O sinal de alarme mais ruidoso e beligerante contra a *invasão* camponesa foi dado na metade de 1792 pelos 22 mais poderosos senhores-de-engenho da zona da várzea paraibana, onde se produzia tradicionalmente o melhor açúcar nordestino. Em um extenso expediente dirigido a Lisboa, esses grandes proprietários, donos dos melhores escravos e engenhos da capitania, pediram, em resumo, que o Estado expulsasse, sem maiores explicações, da zona próxima ao litoral todos os agricultores pobres e livres que nas últimas décadas tinham feito das terras improdutivas da região campos de mandioca e de algodão”.¹⁸

Com suas próprias palavras, o autor diz que o documento que descreve o conflito expressa uma “visão integral do 'problema camponês' que os segmentos dirigentes da sociedade escravista do Nordeste oriental enfrentavam precisamente nas vésperas do reinício de sua expansão econômica”¹⁹. A justificativa formal para o conflito foram os danos causados pelo avanço dos animais sobre a plantação de cana-de-açúcar e às custosas fabricações recorrentes de cercas para defender a lavoura. No entanto, é claro que o problema advindo da proximidade dos agricultores com as lavouras possui caráter muito mais profundo e estrutural. A agricultura familiar já passava dos limites toleráveis para a convivência com a monocultura canavieira. Como Palacios conclui,

“era obviamente uma operação de imposição de limites com a intenção de manter os agricultores pobres e livres fora dos domínios de engenhos canaviais (...) De fato, para os proprietários, a convivência das comunidades de agricultores pobres e livres com os engenhos e canaviais paraibanos provocava problemas muito mais sérios, que afetavam a própria ordem e a disciplina da sociedade escravista (...) O requerimento era, na realidade, um completo e bem elaborado plano de ação para recuperar o domínio das plantações e do escravismo sobre terras ameaçadas pela grande expansão dos agricultores pobres e livres (...) Era uma

¹⁸ Idem, op. cit., p. 301.

¹⁹ Idem, op. cit., p. 301

proposta direta e clara de estabelecer esquemas de subordinação real que reservasse as melhores terras da região para os interesses permanentes das plantações”.²⁰

Como já comentado, as primeiras iniciativas de impor controle ao uso das matas e bosques – objetivando a racionalização do corte de madeiras úteis à construção – teve impacto direto sobre o avanço das populações agricultoras pobres, bem como sobre aquelas famílias já instaladas nessas áreas. A presença e a expansão territorial dessas pessoas que, usando da mesma precária tecnologia da agricultura escravista, abriam clareiras nas matas para plantar algodão e mandioca, já eram suficientemente indesejáveis aos interesses do comércio colonial para justificar medidas de expropriação contra os lavradores pobre e livres.

“Poderosos interesses articulavam-se no texto dos discursos oficiais para frear e fazer que retrocedesse a agricultura dos pobres e livres nas terras de matas virgens de Alagoas. Em ambas as situações, as pugnas de poder manifestavam-se de forma clara, explícita no caso paraibano, mais ou menos evidente na preocupação suscitada nos círculos governamentais do Recife e de Lisboa com os supostamente catastróficos desmontes, que estariam sendo praticados por grupos de camponeses que, pouco a pouco, convertiam a comarca de Alagoas, como já tinham feito com a Zona da Mata da Paraíba, em uma região extensamente povoada e cultivada com sistemas agrários autônomos e livres. (...) Começava a surgir a ideia de que a experiência alagoana reforçava a existência de uma incompatibilidade estrutural entre a agricultura camponesa dos pobres e livres e as atividades e os métodos próprios de uma economia colonial escravista que entrava em uma conjuntura local e internacional de expansão, no contexto de grandes inovações tecnológicas e reformas econômicas”.²¹

É importante afastar o anacronismo de qualquer valor puramente ligado à preservação ambiental das iniciativas preocupadas em regulamentar o uso das áreas de matas e florestas. A importância das florestas na sociedade brasileira colonial se expressava não pelo o que há de ético, sustentável ou belo na ideia de preservação ambiental, mas pela enorme quantidade de lenha requerida pelos fornos das fábricas de açúcar e pelo uso das madeiras em construções. Enfim, como recurso a ser racionalmente utilizado.²² A bem da verdade, as matas cumpriam seu papel na dinâmica da economia colonial e as famílias agricultoras pobres já incomodavam demais com seus roçados de subsistência e lavouras de algodão; estes sim, não condiziam com a lógica produtiva pautada na monocultura escravista de exportação. Apesar das justificativas incriminatórias para a expropriação das famílias agricultoras, Palacios lembra que

²⁰ Idem, op. cit., p. 302–305.

²¹ Idem, op. cit., p. 314 e 316.

²² Sobre esse assunto, ver: José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crise ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

“curiosamente, esse quase desaparecimento [dos registros e informações sobre a agricultura livre e pobre] deixou em evidência a invasão que essas mesmas áreas continuaram sofrendo por parte dos senhores de engenho, dos sesmeiros e dos grandes agricultores e ocupantes”.²³ Quer dizer, a derrubada de florestas deixou de ser uma questão após a expulsão dos pobres e livres, subentendendo-se que a derrubada passou a ser permitida – ainda que sob vista grossa – para a classe dominante.

Posteriormente, uma outra categoria de uso das terras litorâneas passaria a aparecer nos documentos. Tratava-se de ocupações feitas por agricultores livres em sesmarias forjadas, com o consentimento e mesmo a favor de seus posseiros e proprietários clandestinos. “A documentação permite vislumbrar que as invasões de grandes ocupantes e falsos sesmeiros ocorriam de maneira organizada, com equipes de trabalho, ao que parece, compostas por famílias camponesas que iniciavam imediatamente o cultivo das terras com alimentos e algodão”.²⁴ A hipótese que Palacios formula, ainda que reconheça as limitações da documentação consultada, é de que o uso arrendado da terra no século XVIII tenha precedido a relação de trabalho inscrita no sistema de morada.

“Parece legítimo argumentar que essas novas relações de trabalho, não mencionadas até este momento na documentação consultada, constituíam outro indício dos principais efeitos da expulsão, comparáveis ao êxodo forçado da agricultura camponesa para o interior. Isto é, representavam outro exemplo da segunda variante da diferenciação, a conversão dos agricultores pobres autônomos em moradores arrendatários das grandes propriedades, legais ou não, da zona de plantações (...) Dessa maneira, a dissolução da sociedade camponesa do *ancien régime* foi seguida por uma profunda mudança estrutural na agricultura do Nordeste oriental, centrada na captura paulatina dos mercados de alimentos, redutos tradicionais dos agricultores pobres e livres e de outros produtores de poucos recursos, pelas grandes fazendas e plantações escravistas. Em grande medida, isso se obteve por meio da *captura simultânea dos produtores desses alimentos por parte das plantações*, isto é, por meio da generalização do processo de conversão de camponeses livres em moradores situados dentro dos limites físicos, sociais, econômicos e culturais das grandes propriedades. A perda dos principais mercados que dinamizavam os remanentes da agricultura camponesa autônoma lançou seus milhares de praticantes a um violento declive de empobrecimento. Daí resultaria, na segunda metade do século XIX – como um processo geral –, o 'surgimento' de numerosos contingentes de mão de obra 'livre', originários dos distritos de cultivadores pobres do interior do Nordeste oriental, demasiado pobres e privados de condições de subsistência como para negar-se a aceitar sua incorporação do mercado de trabalho das plantações.”²⁵

²³ Guillermo Palacios, *Campesinato e escravidão no Brasil...*, op. cit., p. 320.

²⁴ Idem, op. cit., p. 321.

²⁵ Idem, op. cit., p. 322 e 350.

Há ainda quem relacione também a expulsão dos agricultores pobres e livres com a crise de abastecimento alimentar vivida na Capitania de Pernambuco entre 1798 e 1805. Este foi o período da máxima demanda inglesa pela produção de algodão, o que poderia justificar lavouras dedicadas a este gênero em detrimento da produção de mantimentos. Mas, a busca de famílias agricultoras por áreas de capoeira, já de solo cansado e pouco produtivo – uma vez que foram proibidos roçados abertos em mata virgem – parece mais convincente quando usada para explicar a baixa na produção alimentar no início do século XIX.²⁶

O fato é que, ainda segundo Palácios, “nos últimos anos do século [XVIII], inclusive proprietários de áreas da Zona da Mata norte, a mata seca, como Goiana, informavam que todas as terras dos arredores das vilas já estavam apropriadas por engenhos e canaviais”.²⁷ Enfim, nesse processo histórico de consolidação da soberania da monocultura açucareira na Zona da Mata pernambucana, a pequena agricultura praticada pelos homens livres e pobres foi sistematicamente expropriada do acesso à terra, condenada a um papel político coadjuvante, embora economicamente imprescindível ao fornecimento de alimentos para a região.

Mais focada na distinção extrema entre classes sociais na formação da sociedade pernambucana, Christine Dabat aponta que “a opção por uma camada senhorial e a preferência dada à mão de obra escrava definiram uma estrutura social e fundiária desprovida de alternativas, desenhada como uma grande unidade de produção, bipolar na sua arquitetura e dinâmica”.²⁸ Manuel Correia também teceu considerações neste mesmo sentido:

“A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico mantendo, porém as suas características fundamentais, através das quais a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas de ocupação”.²⁹

Como explica Christine Dabat, a legislação pós-independência não alterou a estrutura da organização fundiária em Pernambuco. Terras devolutas passaram a ser legalizadas a medida em que foram ocupadas. No entanto, a condição não-livre da maioria da população nas terras do açúcar e a omissão do poder público terminaram por consolidar o monopólio

²⁶ Idem, op. cit., p. 323.

²⁷ Idem, op. cit., p. 324.

²⁸ Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...*, op. cit. p. 53-54.

²⁹ Manuel Correia de Andrade, *A propriedade...*, op. cit. p.4.

preexistente de terras, apesar da nova legislação. O regime de sesmarias já havia sido extinto em 1822, mas foi somente em 1850 que se criariam normas de regulamentação da posse e da propriedade da terra. Alguns autores falam num vazio legal, vivido neste período intermediário.³⁰ Segundo Dabat, a chamada Lei de Terras (lei nº601, de 18.09.1850) decretou a compra como única forma legal de aquisição de terras, acabando com a já ínfima possibilidade dos trabalhadores rurais pobres de Pernambuco ocuparem terras para plantar. Essa constatação parece inicialmente contradizer um dos propósitos da Lei de Terras, uma vez que dentre todas as suas novidades jurídicas, um de seus disciplinamentos mais importantes foi justamente a regularização das posses já existentes. Como sabido, até 1822 a única forma de adquirir a propriedade da terra era por meio da solicitação de sesmarias, o que não se concedia a qualquer pessoa, mas basicamente àqueles já abastados, restando aos pobres unicamente a estratégia da posse direta e juridicamente precária. Nas palavras de José de Souza Martins,

“o regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os 'bastardos', os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo”.³¹

Se a Lei de Terras criou, ao menos teoricamente, a brecha para que as posses passassem à condição de propriedades, seria hipoteticamente esperado, portanto, que um indício dessa abertura fosse refletido na regularização das ocupações feitas pelos agricultores pobres e livres, que não haviam se beneficiado com as sesmarias. Contudo, não parece ter sido esse o caso na Zona da Mata em Pernambuco, o que em parte – descartando as hipóteses ligadas à dominação econômica e política dos grandes fazendeiros – serve de prova à constatação de que faltavam terras passíveis de apossamento nesse contexto dominado por latifúndios. Daí então o

³⁰ Ver Rui Cirne Lima. Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora. 2ª edição. 1954.

³¹ José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª edição São Paulo: Hucitec. 1991. p. 64.

surgimento da categoria dos moradores; homens livres e pobres, destituídos do direito legal à terra, servindo aos senhores de engenho em troca da autorização para morar e plantar em um pequeno lote cedido temporariamente. Dessa forma, “o escravo liberto, doravante morador, viu qualquer esperança de acesso à terra restrita a lotes cedidos precariamente pelo plantador”.³²

Essa visão vai ao encontro da lúcida interpretação de José de Souza Martins a respeito dos efeitos da Lei de Terras, expressos no que ele resumiu com a ideia de *cativeiro da terra*. Na iminência da extinção do escravismo, uma lei que decretasse a compra como a única forma legítima de aquisição de domínio – entendendo-se a herança apenas como uma consequência de um domínio já existente – serviria como compensação aos interesses dos grandes fazendeiros, os principais detentores do capital:

“De outro lado, havia os que advogavam um regime de terras livres que desse lugar, no Brasil, ao aparecimento de uma classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários. A fórmula consagrada na lei tinha, porém, o seu sentido naquela circunstância histórica. No mesmo ano de 1850 cessava o tráfico negreiro da África para o Brasil. A escravidão e o trabalho escravo estavam comprometidos. A própria Lei de Terras já define critérios para o estabelecimento regular de correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres que, com o correr do tempo, substituíssem os escravos. Se, porém, as terras do país fossem livres, o estabelecimento de correntes migratórias de homens igualmente livres levaria, necessariamente, a que esses homens se estabelecessem como colonos nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo, as fazendas ficariam despovoadas, sem possibilidade de expansão e de reposição de mão de obra. Por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativeiro da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país, como de fato o seriam às centenas de milhares até as primeiras décadas do nosso século. No processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários. O homem que quisesse se tornar proprietário de terra teria de comprá-la. Sendo imigrante pobre, como foi o caso da imensa maioria, teria de trabalhar previamente para o grande fazendeiro”.³³

O autor se refere especificamente ao contexto das zonas de expansão cafeeira do oeste paulista, onde a estratégia de contornar a falta de braços escravos recorreu ao fluxo de imigrantes europeus e pobres para servirem de mão de obra nas colônias. Guardadas as enormes diferenças, a mesma lógica serve para iluminar o contexto pernambucano. Na falta de escravos, a estratégia adotada pelos senhores de engenho foi a de cooptar os homens pobres e livres das redondezas em troca da autorização para ocuparem, viverem e plantarem em lotes

³² Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...*, op. cit. p. 55.

³³ José de Souza Martins. *Expropriação e violência...*, op. cit. p. 65-66.

localizados dentro dessas terras, cedidos pelos senhores. Foi nestes lotes que a agricultura familiar e a cultura de alimentos encontraram oportunidade de sobrevivência na Zona da Mata pernambucana. Os *moradores* trabalhavam no cultivo da cana e, no período entressafras, dedicavam-se à produção de alimentos nos lotes cedidos, onde também erguiam suas residências provisórias. Esta produção constituía importante estratégia de subsistência das famílias e também incrementava as feiras locais, fundamentais para o abastecimento alimentar da região, como explica Afrânio Garcia,

“as grandes plantações constituíram, até meados do século XX, unidades econômicas, sociais, culturais e políticas bastante específicas. Do ponto de vista econômico, esse era o quadro da organização do trabalho agrícola, no qual se combinavam o cultivo de lavouras destinadas ao comércio de exportação como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, o cacau, etc., com lavouras destinadas, sobretudo ao abastecimento alimentar da família do proprietário de terras e das diversas famílias de trabalhadores residentes (moradores, colonos, agregados) no domínio, como a mandioca, o milho, o feijão, além da criação de pequenos animais (aves, suínos, ovinos e caprinos)”.³⁴

Claro que a ausência diminuta de lavouras de alimentos gerou na região uma cultura alimentar extremamente deficiente. Josué de Castro, em *Geografia da fome*, mostra como o fortalecimento da monocultura gerou a escassez de alimento e ainda mantém, desde nossa colonização, a população da Zona da Mata trabalhando na lavoura de cana à base, quase que exclusivamente, de farinha de mandioca: “quando se estudam as condições de alimentação dessa área [nordeste açucareiro], o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região”.³⁵ A afamada “terra de massapê” não serviria somente à cana, uma vez que o solo da Zona da Mata é de “magnífica fertilidade”, nas palavras do autor. Sua riqueza mineral e orgânica, aliada a um regime de chuvas moderadamente disperso em estações bem definidas, fornece as condições perfeitas ao cultivo de cereais, frutas, verduras e leguminosas. Seu próprio nome – Zona da Mata – remete à cobertura vegetal original da região. Densa floresta tropical, na qual germinavam e cresciam, em prosperidade, muitas espécies de árvores frutíferas, tanto nativas (caju, goiaba, pinha, araçá, cajá, pitomba, umbu, jabuticaba, entre

³⁴ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, pp. 154-189. p. 161-162.

³⁵ Josué de Castro, *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008. p. 96.

outras) quanto exóticas (manga, jaca, coco, fruta-pão, entre outras), trazidas de continentes distantes, transplantadas e aclimatadas em solo brasileiro. No entanto, como escreveu o autor,

“tudo brotava com tamanho ímpeto e produzia com tanta exuberância nessas manchas de terra gorda do nordeste que não se pode acusar de descabido exagero a famosa frase do verboso escritor Pero Vaz de Caminha – de que 'a terra é em tal maneira dadivosa que em se querendo aproveitar dar-se-á nela tudo'. Infelizmente não se quis... não o quis o colonizador português. De nada valeram as grandes possibilidades naturais que foram malbaratadas e inteiramente desaproveitadas em sua capacidade de fornecer alimentos às populações regionais”.³⁶

Os portugueses, quando colonizaram o Brasil, trouxeram consigo um hábito alimentar baseado em grande diversidade de alimentos, e que remonta tempos de influência árabe sobre a Europa. Quando invadiram a Península Ibérica, no início do século VIII, os árabes também levaram – além de hábitos alimentares – um novo padrão de produção agrícola, fundamentado na policultura rotativa, intensiva e irrigada. Este modelo agrícola obteve tamanho sucesso que, até a era das grandes descobertas, Portugal e Espanha eram tidos como países essencialmente agrícolas.³⁷ No entanto, os fatores técnicos necessários para a manutenção dos hábitos alimentares portugueses, no Brasil, não se mantiveram. O descuido e a subutilização da terra contribuíram para

“sua desintegração, para a decadência precoce dessa sociedade, com seus senhores amolecidos por um regime com excessos de açucarados, mas deficiente em seus princípios essenciais, e com a massa de escravos e depois de camponeses e de operários definhando a olhos vistos, morrendo de fome quantitativa e qualitativa”.³⁸

Inicialmente, houve tentativas de estabelecer roças de produtos alimentares, que somada aos frutos silvestres coletados e à carne de caça, possibilitavam um regime alimentar diversificado aos primeiros colonos. Roças de mandioca também foram alvos de incentivo. Afinal, a farinha de mandioca substituía – forçosamente, é verdade – a farinha de trigo, cuja produção se mostrava inviável no Brasil e que era item básico na dieta de todo europeu. Mas, como explica Josué de Castro,

³⁶ Idem, op. cit. p. 97.

³⁷ Ver Jorge Dias, *Os arados portugueses e suas prováveis origens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1982; Eugénio Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1991 e Albert Hourani, *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia da Letras. 2006.

³⁸ Josué de Castro, *Geografia da fome...*, op. cit, p. 110.

“a policultura iniciada tão promissoramente foi logo estancada pelo furor da monocultura da cana: as roças de mandioca abandonadas aos cuidados primitivos do indígena, sem o amparo e o interesse do colono, as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas-grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor”.³⁹

Apesar da rica variedade de frutas regionais, pomares eram vistos quase como objeto de decoração nos quintais das *casas-grandes*. Não faziam parte da cultura alimentar do resto da população. O autor sustenta a ideia de que a pouca variedade de alimentos cultivados na Zona da Mata servia como combustível aos braços escravos que trabalhavam nos engenhos açucareiros. Apesar da herança agrícola portuguesa, o autor faz coro às ideias de Carlos Alberto de Medina, para quem

“a civilização introduzida pelos portugueses no Brasil não foi originariamente agrícola. Os colonizadores visariam ao enriquecimento rápido e nunca aplicavam os seus recursos por amor à terra, mas por amor à segurança de seus capitais e por amor à renda obtida, de onde resultaram a separação entre 'os senhores da terra' e os 'trabalhadores agrícolas' e o 'predomínio dos interesses dos mercados externos sobre os interesses da própria agricultura local’”.⁴⁰

Essa ideia apenas reforça a famosa e clássica formulação de Sérgio Buarque de Holanda de que não foi propriamente uma *civilização agrícola* o que os portugueses criaram nos trópicos, embora fosse, certamente, uma *civilização agrária*.⁴¹ Nesta lógica, a existência de algum discurso incentivador às roças de mandioca encobria a necessidade de alimentar a força de trabalho com alimentos altamente energéticos (como a farinha de mandioca), sem se preocupar com qualquer outra questão nutricional: “sem alimentos fundamentais para a gente dos engenhos não seria possível manter as atividades açucareiras, e com a farinha em maior abundância continuaria tranquilamente a produção do açúcar para exportação”.⁴² Assim Josué de Castro mostra como se aniquilou qualquer possível influência da agricultura ibérica sobre a zona canavieira nordestina. Rapidamente toda sua área viu-se ocupada pelos canaviais, com a exceção das roças indígenas – que teimavam em não se adaptar à agricultura mercantil –, aos moradores dos engenhos que faziam suas roças no interior das propriedades e às culturas alimentares quilombolas, que “desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas

³⁹ Idem, op. cit., p. 111-112.

⁴⁰ Estevão Pinto, “Introdução”, op. cit., p. 26–27.

⁴¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 49.

⁴² Josué de Castro, *Geografia da fome...op. cit.*, p. 112.

seu roçadinho de mandioca, de batata doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região”.⁴³ A oposição indígena e quilombola – assim como da agricultura feita por colonos brancos ou mestiços pobres e desprovidos de terra – foi denominada por alguns autores como a “brecha camponesa”,⁴⁴ mas obviamente não foi suficiente para interromper o desenvolvimento e expansão da monocultura canavieira na região. A pobreza da alimentação regional saltou aos olhos de cronistas e viajantes que passaram pelo nordeste açucareiro, o que sustenta não ser de hoje a má qualidade da alimentação do nordestino, caracterizando a zona canavieira como um grande bolsão de fome (“mancha de miséria orgânica”) e subdesenvolvimento. Christine Dabat afirmou que:

“a monocultura causou um déficit crônico em produtos alimentícios na região (...). Os viajantes se surpreendiam que faltasse alimento numa região das mais bem dotadas para produzi-los em termo de solo, de clima, de pluviosidade etc. Circunstâncias semelhantes permitiam, sob outras longitudes, várias safras de alimentos básicos ao ano”.⁴⁵

Com o decorrer do tempo, o homem nordestino foi então, perdendo o gosto e o hábito de alimentar-se com frutas, verduras e legumes: “comida de homem para essa gente é mesmo feijão, carne e farinha”.⁴⁶

Retomando a discussão acerca do sistema de *morada*, os lotes cedidos também representavam a legitimação dos minúsculos salários monetários pagos aos trabalhadores e garantiam a fixação destes em suas precárias “propriedades”, num momento que a malha rodoviária ainda era muito limitada e, por isso, a locomoção da força de trabalho não era coisa simples. Além disso,

“essas formas de dominação personalizada [relações de dependência pessoal e de subordinação recriadas, após o fim do regime de escravatura] que se generalizaram, na virada do século XIX para o século XX, supunham uma distribuição extremamente desigual do patrimônio fundiário, mas era através de práticas

⁴³ Idem, op. cit., p. 115.

⁴⁴ Ver Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...*, op. cit.; Jacob Gorender, *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática. 1990 e Ciro Flamarion Cardoso, *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

⁴⁵ Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...* op. cit., p. 70.

⁴⁶ Josué de Castro, *Geografia da fome...* op. cit., p. 136.

precisas de concessão do uso desse patrimônio que os grandes proprietários se constituíam uma clientela de famílias de trabalhadores submissa às suas ordens”.⁴⁷

Afrânio Garcia mostra como o sistema de *morada* se sustenta numa relação assimétrica e numa forma de coerção, desmistificando sua aparente forma cordial:

“Elas [as formas de seleção e gestão da força de trabalho] supõem efetivamente que haja contratos, ou seja, acordos de vontades de personagens distintas, acordos entre indivíduos formalmente “livres e iguais” diante do direito, mas esses contratos individuais, diante da brutal assimetria entre os parceiros, instituíam de forma duradoura a submissão de famílias de trabalhadores às vontades dos proprietários. Ao “pedir morada”, um chefe de família exibia ao *senhor-de-engenho* que se encontrava destituído dos meios mais elementares de assegurar a subsistência de seu grupo doméstico: nem dispunha de casa de morada para abrigar os seus nem possuía terras para trabalhar e fazer trabalhar seus familiares para obter seu sustento. Assim, muito além de um acordo de vontade entre 'iguais diante do direito', o ritual de solicitar abrigo em grande domínio rural enfatizava a dessimetria entre o patrão que acolhe um novo cliente e o indivíduo que se desqualifica como homem ao pedir apoio e proteção: ao entrar na propriedade, todo chefe de família contraía de imediato uma dívida moral com o proprietário, que ultrapassava de muito o valor material dos elementos de vida que eram providos pelo novo patrão”.⁴⁸

A partir do final do século XIX, a Zona da Mata pernambucana começou a vivenciar a expansão desenfreada de seus canaviais e o surgimento de suas primeiras usinas, que viriam a controlar áreas “superiores a 35.000 hectares, reunindo sob seu domínio mais de cinquenta antigos banguês”.⁴⁹ Seguindo a abolição da escravatura, a transformação da economia açucareira – que abrange especialmente o aumento da área de cultivo e a industrialização do processamento do açúcar – gerou mudanças estruturais na organização da sociedade nordestina e nas relações de trabalho inerentes a ela. Neste novo contexto, os senhores de engenho perderam parte de sua glória à medida que passaram a fornecer matéria prima às usinas, estas sim muito mais eficientes e produtivas no refino do açúcar. Mesmo antes das primeiras usinas, o governo imperial passou, em 1875, a desenvolver políticas de modernização industrial estimulando e financiando a construção dos engenhos centrais, que em sua concepção já separavam o trabalho agrícola do beneficiamento industrial.⁵⁰ Os primeiros engenhos centrais surgiram em 1884, quando muitos *banguês* fecharam, a medida que seus proprietários os vendiam e concordavam em vender sua produção de cana às novas empresas. Em decorrência

⁴⁷ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 170.

⁴⁸ Idem, op. cit., p. 167.

⁴⁹ Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste...op. cit.*, p. 97.

⁵⁰ Ver Henrique Augusto Milet, *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

de certa falta de planejamento e da pouca importância dada à questão da localização geográfica, tal como a proximidade das regiões portuárias em relação aos engenhos centrais, estes tiveram uma breve existência. Boa parte foi rapidamente convertida em usinas, sendo este processo de natureza muito mais intensa e duradoura. Caio Prado Júnior mostrou também a distância quantitativa que havia entre a produção canavieira dos antigos engenhos e as necessidades do processo industrial que se iniciava. Segundo o autor, a irregularidade do fornecimento de cana não permitiu que a ideia dos engenhos centrais prosperasse,⁵¹ de forma que os engenhos centrais são tidos, atualmente, como meros precursores das grandes usinas. O desenvolvimento de tecnologias agrícolas especializadas na produção da cana-de-açúcar permitiu a expansão da área produtiva e o aumento significativo da produção. Áreas anteriormente marginais às grandes lavouras – por serem impróprias ao cultivo da cana – passaram a ser incorporadas. Desta maneira, o sistema de *morada* foi bastante abalado, passando a ganhar força aquilo que vários autores chamaram de “proletarização da mão de obra rural”⁵², ainda que este processo seja bastante polêmico entre muitos estudiosos do tema.⁵³ No entanto, cabe registrar a interpretação de Afrânio Garcia, para quem

“a maior parte dos antigos moradores e colonos foi submetida a um processo de pauperização, porque se viram expropriados de suas condições tradicionais de existência, sem que isso signifique que tenham se transformado em um novo proletariado rural, titular de direitos e obrigações. Ao sair da propriedade, o trabalhador se via forçado a ter que assumir os custos materiais de uma nova morada, fosse ao pagar aluguel para prédios urbanos, fosse adquirir chão de casa para construir seu imóvel, fosse invadir terreno onde poderia estabelecer-se mesmo a título precário. Não dispunha mais do acesso à água e à lenha da antiga

⁵¹ Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1945.

⁵² Ver Lygia Sigaud, “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”, in Paul Singer, *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec. 1977.

⁵³ Para o antropólogo Marcos Lanna o sistema de morada não acabou, mas se transformou ao longo dos anos. Do seu ponto de vista, supor uma súbita transformação do morador em proletário rural significa conceber os atores sociais enquanto sujeitos passivos e indica uma visão reducionista da realidade nordestina. Em *A dívida divina*, o autor pretende “entender a realidade nordestina, da organização da morada ao controle patronal da comercialização, em termos culturais e a partir da concepção dos atores envolvidos”. Seguindo nesta lógica, Lanna conclui que algumas categorias do sistema de morada (como foro e condição) não são apenas práticas sociais, mas categorias estruturais; o que o autoriza a considerar o sistema de morada como algo em transformação (o que não implica no seu desaparecimento). O autor leva seu raciocínio a ponto de menosprezar diferenciações entre a grande propriedade monocultora, as fazendas de gado e a produção camponesa. “Por mais útil que tenha sido essa distinção, o que foi dito até aqui permite a conclusão de que não há mais sentido em opor rigidamente essas três formas de organização social”. “O ponto de vista desse trabalho é que as três categorias mencionadas devem ser entendidas como diferentes manifestações do sistema de morada”. Marcos Lanna, *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995.

propriedade, que nesta nova situação, tornavam-se novas mercadorias. Não dispunha ainda de *sítios* ou de terra para *roçados* onde pudesse cultivar na estação chuvosa as culturas alimentares: todo terreno de lavoura supunha agora contrapartida sob a forma de arrendamento ou meação: a terra impõe-se como mercadoria a todos”.⁵⁴

Diante da nova situação, trabalhadores rurais migraram em massa para os municípios urbanos da região, o que veio consolidar a figura do *corumba*, trabalhadores rurais temporários que não residem na unidade produtiva.⁵⁵ As culturas alimentares, antes restritas aos lotes dos moradores e às áreas marginais, tornavam-se então ainda mais ameaçadas.⁵⁶ A área ocupada pelo cultivo da cana aumentava gradativamente – a entre 1940 e 1975 ela triplicou!⁵⁷ – e com o tempo alcançou, além dos lotes de morada, os últimos resquícios de mata da região. Segundo Dabat,

“os benefícios que o Estado federal concedeu aos plantadores (e os usineiros figuram entre os maiores plantadores), com vultuosos financiamentos proporcionais ao aumento das superfícies cultivadas, tendeu a encorajá-los a não desprezar a menor parcela de terra ainda desprovida de cana. Portanto, acelerando um processo já em andamento, os sítios e roçados dos trabalhadores foram condenados à destruição, bem como os parques resquícios da mata original, alvos de preocupação ecológica uma vez sua sorte decidida pelos tratores das usinas”.⁵⁸

Caio Prado Júnior também contribuiu com dados sobre a concentração fundiária da região, chamando a atenção para o fato de que o número absoluto de grandes proprietários era, segundo o Recenseamento de 1950, superior ao número dos médios proprietários; o que sinaliza a intensidade extrema da concentração de terras. Numa área total de 1.024.485 hectares, os grandes proprietários (8,6% do total) possuíam cerca de 87,3% de toda a área da Zona da Mata pernambucana (suas propriedades possuíam ao menos 200 hectares). Os médios proprietários representavam 1,9% daqueles que detinham a propriedade da terra e ocupavam 3,8% da superfície, com suas fazendas variando de tamanho entre 100 e 200 hectares. Ao mesmo tempo, espremiavam-se sobre 8,9% do território os 89,5% dos demais proprietários de

⁵⁴ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 175.

⁵⁵ Ver Lygia Sigaud, *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁵⁶ Ver Afrânio Garcia, *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

⁵⁷ Apud Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...*, op. cit., p. 71.

⁵⁸ Idem, op. cit., p. 26.

terras, todos eles com propriedades menores que 100 hectares.⁵⁹ Diante deste quadro, o único acesso possível à terra pelos agricultores familiares era na forma de minifúndios, resultantes das múltiplas fragmentações sofridas pela pequena propriedade. Foi analisando o cenário descrito, que Caio Prado Júnior caracterizou o processo de multiplicação e fracionamento da pequena propriedade:

“Em suma, a grande propriedade oferece no Brasil considerável resistência ao fracionamento. A prova mais concludente disso se encontra no próprio tipo da estrutura da propriedade agrária na generalidade das zonas do País, onde a concentração se mantém, apesar do grande adensamento da população rural, e dos percalços sem cota que a grande propriedade tem sofrido, em consequência das sucessivas crises da grande exploração em que se ampara. A pequena propriedade fica por isso restrita a áreas relativamente pouco extensas, que nada mais são que margens e sobras que lhe concede a grande exploração lá onde não vingou, ou sofreu algum acidente fatal. Nessas áreas, a pequena propriedade se multiplica, mas a custa de seu fracionamento. A pequena propriedade, ao contrário da grande que tem a ampará-la a privilegiada exploração em larga escala, não oferece nenhuma resistência à partilha sucessória. E se vai por isso reduzindo cada vez mais, até atingir esses limites extremamente baixos que se encontram em tantos lugares, como no Nordeste, cujos dados estatísticos e onde a área média das pequenas propriedades (menos de 100 há) desce às vezes a uns poucos hectares apenas (...) Mantendo o domínio sobre a maior parcela de terras utilizáveis, obriga a pequena a se multiplicar indefinidamente nas estreitas áreas que lhe são concedidas e onde se vai comprimindo cada vez mais. O que em termos humanos significa o progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida gradualmente se aproxima e em muitos casos já se confunde com o dos trabalhadores sem terra empregados no grandes domínios. São aliás muitos aqueles que têm de dividir suas ocupações entre culturas próprias e alheias”.⁶⁰

Como visto, o monopólio de terras não se expressava somente na comparação entre as proporções relativas à quantidade de proprietários sobre a extensão do solo ocupado, mas inclusive na comparação entre números absolutos. Essa constatação é de suma importância, afinal

“entende-se classicamente por concentração fundiária aguda uma situação na qual as grandes propriedades, em número reduzido, ocupam a maior parte das terras, enquanto um grande número de pequenas unidades, abrange uma porção menor desta terra. Tal situação se verifica na Mata Norte: há muitas pequenas propriedades (a maior parte das vezes menores de 5 hectares), convivendo com algumas grandes propriedades. Mas na Mata Sul, não só a pequena propriedade (0 - 10 hectares) ocupa muito pouca terra (menos de 1% em onze municípios), mas ela é numericamente inferior à grande (100 hectares e mais). A concentração fundiária alcança aí, portanto, níveis que desafiam os instrumentos de medição (a curva de Lorenz não 'responde' mais, numa situação em que o número de grandes propriedades ultrapassa o das pequenas). Isto confirma, em suma, o caráter excepcional, embora duradouro, desta situação.”⁶¹

⁵⁹ Caio Prado Júnior, “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. São Paulo, Revista Brasiliense, n. 28, março/abril, 1960 in Caio Prado Júnior, *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1979. p. 40.

⁶⁰ Idem, op. cit., p. 74-75.

⁶¹ Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...op. cit.*, p. 62 – 63.

Mais uma vez, a abordagem numérica e quantitativa sobre a questão agrária na Zona da Mata pernambucana evidencia a dificuldade com que a agricultura familiar sobrevive nesta região. A concentração de terra, somada à demanda da economia açucareira por força de trabalho, engendrou uma massa de agricultores impossibilitados de recusar trabalho nos engenhos de açúcar, quer sob o sistema de *morada* quer sob o regime de proletarização.

As usinas instaladas vieram a substituir de vez os antigos engenhos *banguês* e passaram a concentrar a parte industrial da fabricação do açúcar. No entanto, se este processo trouxe mudanças significativas para a organização da sociedade e do trabalho local, manteve intacta a dominação agrária moldada historicamente na região, exacerbando o caráter monocultor e exportador da economia.⁶² Como já dito, muitas usinas não possuíam suas próprias plantações de cana, apenas fabricando o produto final, o açúcar. Posteriormente, graças ao apoio do governo federal,⁶³ as usinas passaram a refinar, além do açúcar, o álcool combustível. “Preocupações ambientais e de esgotamento de recursos não renováveis (o petróleo) tingiram positivamente essa modernização da agroindústria sucroalcooleira, rebatendo uma das principais críticas feitas aos empresários do setor: sua obsolescência”.⁶⁴ Com o Proálcool, atingiu-se o auge da tendência usineira em Pernambuco, com a lavoura de cana crescendo exponencialmente, alargando ainda mais o domínio fundiário das usinas e atropelando de vez as culturas alimentares. De maneira geral, o Proálcool percorreu três fases de existência: entre 1975 e 1979 vivenciou sua expansão moderada; entre 1980 e 1985 expandiu aceleradamente (atingindo inclusive regiões sem tradição no cultivo da cana) e entre 1986 e 1995 entrou em crise e declínio. A atuação do Estado no incentivo à cultura da cana sempre foi de suma importância para os senhores de engenho, com ações que foram desde a regulamentação dos preços de venda até o oferecimento de subsídios ao controle dos juros para exportação. Durante o governo de Getúlio Vargas e até 1990, tais ações de intermediação foram regulamentadas pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool). Órgãos desse tipo, na

⁶² Gadiel Pierucci, *A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶³ Ver Marcelo Jorge de Paula Paixão, *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1994.

⁶⁴ Christine Rufino Dabat, *Moradores de engenho...op. cit.*, p. 20.

realidade, serviram sempre como verdadeiros trampolins para o enriquecimento das oligarquias rurais, uma vez que impossibilitavam empresas pequenas e familiares de competirem no mercado agrícola.

“O IAA funcionou, por conseguinte, como um grande cartel, lastreado pelo Tesouro Nacional, que impediu as empresas mais ineficientes de arcarem com o ônus de sua ineficiência relativa (...) Os 'donos do poder' tiveram em órgãos como o IBC e IAA alavancas poderosas para direcionar o processo histórico no ritmo da modernização conservadora, impedindo simultaneamente destinos mais favoráveis a reconversões que privilegiassem as camadas desfavorecidas que lhes eram subordinadas”.⁶⁵

A crise do Proálcool obviamente atingiu muitos dos estabelecimentos açucareiros que priorizavam em suas atividades o refinamento do álcool combustível. Na raiz dessas dificuldades encontravam-se a queda do preço do petróleo, a inflação ascendente e o início da falta de apoio estatal. A este quadro ainda se somou o fechamento do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1990. Como consequência deste processo desfavorável às empresas usineiras, aquelas que possuíam menor aporte tecnológico foram fechadas ou somadas aos estabelecimentos mais dinâmicos.⁶⁶ O processo de abertura do setor sucroalcooleiro teve prosseguimento com a liberação gradativa dos preços dos produtos (açúcar, álcool combustível e álcool hidratado) e também da matéria-prima (cana-de-açúcar). Caracterizava-se então, o início do processo de desligamento entre o governo brasileiro – que já não se ocupava de tabelar preços – e a atividade açucareira. Isso gerou novos parâmetros para o desenvolvimento da economia açucareira. Na ausência do Estado, a organização das atividades açucareiras passou a competir prioritariamente à iniciativa privada⁶⁷ e conseqüentemente, teve que incluir estratégias individuais, pautadas na diferenciação do produto e na sua capacidade competitiva. Para muitos usineiros, o afastamento do governo brasileiro num momento de superoferta dos produtos oriundos da cana-de-açúcar foi o principal responsável pela brusca queda de preços e conseqüente falência de dezenas de usinas.⁶⁸ O fato é que a diminuição do protecionismo

⁶⁵ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 168-169.

⁶⁶ Pery Francisco Shikida e Carlos José Bacha, “Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995”. *Revista Brasileira de Economia*. v. 53, n. 1, jan/mar 1999, pp. 69- 89.

⁶⁷ Marta Cristina Marjota-Maistro, *Ajustes nos Mercados de Alcool e Gasolina no processo de Desregulamentação*. Tese (Mestrado – ESALQ/USP), 2002.

⁶⁸ Márcia Azanha Ferraz Dias de Moraes e Luciana Torrezan Silveira, “A Comercialização do Álcool Combustível no Período Posterior à Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro” in *Anais do 41º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Juiz de Fora, 2003.

estatal encaminhou – e vem encaminhando – muitas empresas açucareiras ao endividamento. Enquanto isso, aquelas que mantiveram-se ativas após o fim do Proálcool obrigatoriamente passaram por uma intensa tecnologização da sua cadeia produtiva, o que as possibilitou de continuar competindo neste outro contexto: numa economia de livre mercado. É o que afirma Lygia Sigaud:

“No final da década de 80, o Governo brasileiro alterou as diretrizes em relação à agroindústria açucareira, no bojo de uma política mais geral de retirada do Estado da economia: suprimiu os subsídios que há décadas garantiam o preço da cana e do açúcar; privatizou as exportações; e permitiu a elevação da taxa de juros. Estas medidas, assim como uma grande seca ocorrida no período, desencadearam uma crise no setor. Muitos patrões não lograram adaptar-se à falta de proteção do Estado e faliram. Outros tantos trataram de se reestruturar. Milhares de trabalhadores perderam o emprego, quer pela falência dos patrões, quer pela redução dos efetivos promovida pelas empresas”.⁶⁹

Afrânio Garcia também mostra que as dificuldades em manter o controle sobre a força de trabalho contribuíram – e muito – para o agravamento da situação de “crise” na qual se viam usineiros e donos de engenho:

“As práticas de recrutamento e administração da força de trabalho das plantations tradicionais tornaram-se ineficazes ou mesmo contraproducentes diante dos efeitos combinados de quatro conjuntos de fatores: a) a evolução dos mercados internacionais das lavouras comerciais; b) a possibilidade de se emigrar para as metrópoles que industrializavam no sudeste do país – sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; c) o surgimento de movimentos sociais camponeses, engendrando o reconhecimento do sindicalismo de trabalhadores rurais e a implantação de um novo quadro legal e institucional; d) a ampliação dos serviços educacionais e de saúde em meio urbano”.⁷⁰

O autor deixa claro, num dos itens da passagem acima, que o surgimento e a consolidação de movimentos sociais rurais são fatores importantes, que em parte determinaram o “baque” sentido pela estrutura hierárquica e tradicional das grandes *plantations*. Explicando mais detalhadamente, Afrânio Garcia diz que:

“Foi a criação das 'Ligas Camponesas' em meados dos anos 50, por Francisco Julião, em paralelo às organizações próximas ao Partido Comunista na ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que deu um impulso decisivo para que o Parlamento votasse finalmente o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963; contribuiu para isso, também, o pânico que se alastrou pela classe dos grandes proprietários com os rumos tomados pela Revolução cubana em 1960. Contudo é de se notar que a clientela

⁶⁹ Lygia Sigaud, “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cuadernos de Antropologia Social*, n. 20, jul/dez 2004. p. 15.

⁷⁰ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit, p. 170.

das Ligas não era formada por assalariados rurais, mas por foreiros, ou seja, por moradores de engenho abandonados pelos descendentes de senhores-de-engenho”.⁷¹

Com a falência de dezenas de usinas açucareiras, abrem-se novas possibilidades de inserção para a agricultura familiar na Zona da Mata pernambucana. De maneira progressiva, muitos empreendimentos açucareiros vêm sendo desativados e, em situação de endividamento, alguns usineiros abrem mão de suas terras na obrigação de quitar dívidas trabalhistas com os cortadores de cana. Dessa maneira, latifúndios foram repartidos em lotes menores e estes passaram a ser propriedade de famílias agricultoras,⁷² o que de certa forma até incrementou o debate sobre o papel da agricultura familiar pernambucana. Ainda segundo Afrânio Garcia,

“com a expansão do número de engenhos e fazendas transformadas em assentamentos, ganhou força o debate sobre a relevância da 'agricultura familiar', ou, mais precisamente, das estratégias de reconversão de populações desprovidas de recursos, que supõem o uso intensivo da força de trabalho do grupo doméstico, ou ainda, de desenvolvimento de pequenos e médios proprietários que utilizam sobretudo membros de seus grupos familiares”.⁷³

De todos os estados da federação, Pernambuco é que concentra o maior número de ocupações de terra desde a segunda metade dos anos 90.⁷⁴ A demanda pela reforma agrária na região é enorme e, atualmente, 70% das famílias (dez mil famílias) assentadas em Pernambuco pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), estão na Zona da Mata.⁷⁵ De acordo com Sigaud,

“cabe esclarecer que esta é uma das áreas de colonização mais antigas do Brasil e na qual a agricultura da cana e produção do açúcar sempre foi a atividade econômica dominante. Nesta região estruturou-se uma sociedade fortemente hierarquizada. No topo da pirâmide encontram-se os usineiros, industriais do açúcar e os grandes proprietários, ambos a explorar a agricultura da cana, e na base uma massa de cerca de 200 mil trabalhadores, submetidos por relações de assalariamento”.⁷⁶

A autora ainda explica como se dá, frente ao governo brasileiro, o requerimento de lotes de terra por parte dos movimentos sociais rurais:

⁷¹ Idem, op. cit., p. 172

⁷² Lygia Sigaud, “Ocupações de terra...”, op. cit.

⁷³ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 181.

⁷⁴ Lygia Sigaud, “Ocupações de terra...”, op. cit., p. 12. Ver MDA/INCRA, *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> Acesso em Set/2009.

⁷⁵ INCRA, *Superintendência Regional em Pernambuco. A questão da reforma agrária em Pernambuco e no Brasil*. Brasília, 2002.

⁷⁶ Lygia Sigaud, “Ocupações de terra...”, op. cit., p. 12.

“O Incra aceitou a legitimidade dos procedimentos: reconheceu os movimentos como representantes autorizados a solicitar desapropriações, acatando suas demandas, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à terra, dando-lhes uma parcela. Conferiu também aos movimentos e aos participantes dos acampamentos uma existência oficial em seus registros. Nas tabelas referentes às ocupações, nomeadas como áreas de conflitos, conflitos que como se viu foram criados pelos movimentos, figuram, ao lado das colunas com informações relativas à localização do conflito, ao tamanho da propriedade, ao número de famílias residentes, uma coluna com o número de famílias acampadas e outra com o nome do movimento que esteve na origem da ocupação. Nos formulários destinados a cadastrar os futuros beneficiários, figura o acampado, categoria sem amparo legal, ao lado de outras reconhecidas pelo direito como trabalhador rural, posseiro, etc. Como mais de 90% das desapropriações feitas pelo Incra contemplam as ditas áreas de conflito, ocupar engenhos e neles montar acampamentos, ou dito de outra forma, valer-se da forma acampamento, tornou-se um recurso incontornável. Este é o ato que cria o conflito por terra e desencadeia o processo que poderá desembocar na desapropriação”.⁷⁷

A expressiva demanda por uma reforma agrária e o cenário conflituoso que ocupa a Zona da Mata pernambucana refletem a impressionante longevidade da organização social e fundiária inerente à economia açucareira.⁷⁸ Também não deixam de representar a possibilidade de um novo papel para a agricultura familiar na região. As alterações ocasionadas nesse espaço pela ressignificação dos papéis e das relações sociais ao longo de tantas transformações que tocam a condição de pequeno proprietário – processo que acontece na Zona da Mata desde o primeiro abalo sentido pela condição de *morada* e atinge seu cume com as falências e atuações dos movimentos sociais – são importantes e decisivas para se entender os novos processos de organização da sociedade rural na região. Como alerta Afrânio Garcia,

“este verdadeiro movimento de 'desconstrução' de relações sociais teve efeitos sobre a totalidade do espaço social, pois, mesmo para pequenos proprietários ou pequenos comerciantes se alteram as condições de reprodução de suas posições sociais. Foi, assim, que o conjunto dos participantes das *plantations* tradicionais se viu obrigado a gerir, em condições desiguais, segundo os recursos materiais e simbólicos de que dispunha cada indivíduo, a reconversão de suas posições, de suas práticas e de suas categorias de pensamento e de percepção do mundo social”.⁷⁹

É nessa lógica que o autor explora o conceito de “reconversão”: reconversão dos papéis desempenhados por cada ator rural, reconversão da valoração atribuída a cada um deles. No

⁷⁷ Idem, op. cit., p. 19.

⁷⁸ A respeito dos movimentos sociais agrários na Zona da Mata pernambucana (e do papel desempenhado por esses na sociabilidade de suas cidades sede), consultar o trabalho de Marcelo Rosa, “Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco”. *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 1. Junho/2009. p. 157-180. Através de depoimentos dados pelos principais militantes desses movimentos, Marcelo Rosa sugere que a participação em organizações sociais desse tipo, muitas vezes adquire um sentido tão forte quanto a própria conquista da terra.

⁷⁹ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 174.

contexto desta dissertação, a importância desse conceito se justifica pela relação do termo com o processo de disseminação das agroflorestas pernambucanas, na medida em que a prática agroflorestal volta-se exclusivamente para os sítios e parcelas que funcionam sob a lógica produtiva familiar, sendo que parte significativa destas surgira com a desativação e desapropriação de antigos engenhos e usinas.

Tantas e significativas transformações ainda não são capazes, no entanto, de alterar regionalmente o papel subordinado que a agricultura familiar permanece a desempenhar. O movimento de reconversão dos agricultores, de desativação de antigos engenhos e usinas, a implantação de assentamentos são, sem sombra de dúvidas, processos animadores para a agricultura familiar, que trazem novo ânimo às lavouras brancas da Zona da Mata. Mas, ainda não é possível fechar os olhos para a persistência das relações de dominação inerentes ao cultivo da cana-de-açúcar, bem como para a concentração latifundiária que permanece em níveis alarmantes. Dessa maneira, nota-se como Manuel Correia de Andrade, ao retratar a sociedade açucareira no século XIX, consegue parecer bastante atual, como ele mesmo conclui:

“A sociedade açucareira era, na verdade, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se autointitulava 'nobreza da terra', formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário. Esta oligarquia formou-se a partir da família do primeiro donatário e de sua mulher – os Albuquerque –, dos descendentes dos primeiros migrantes que se associaram a esta família no século XVI e de novos migrantes, aqui chegados nos séculos XVIII e XIX, geralmente enriquecidos no comércio, e que conseguiram, através da compra de engenhos ou pelos laços do casamento, penetrar nesta sociedade fechada dos senhores de engenho. Ainda hoje a maior parte dos usineiros de Pernambuco descende destes colonizadores; são famílias que estão ligadas entre si tanto pelos interesses econômicos como por laços de parentesco”⁸⁰.

Seguindo a mesma linha, Afrânio Garcia atenta para a atualidade inscrita no título da mais importante obra de Gilberto Freyre:

“No próprio título de sua obra maior – *Casa-grande e Senzala* –, Gilberto Freyre assinalava como a sede dos domínios rurais era uma instituição que continuava a operar mesmo após a abolição da escravatura em 1888 e como a reunião de poderes econômicos, religiosos, culturais e políticos em uma só mão funcionava como princípio ordenador do mundo social, recriado, por uma lógica que supõe complementaridade, mas

⁸⁰ Manuel Correia de Andrade, *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989. p. 13.

diferença irreduzível, o mundo dos descendentes dos senhores das casas-grandes e aqueles dos escravos das senzalas”.⁸¹

Fato é que os tempos são outros, mas a mesma lógica parece iluminar o que hoje se passa entre a monocultura canavieira e a agricultura familiar, o latifúndio e a pequena propriedade. Com a persistência secular da polarização social, oriunda do acesso seletivo aos meios de produção, observa-se, até dias atuais, a ausência de camadas médias de produtores rurais.

“A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico mantendo, porém as suas características fundamentais, através das quais a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra”.⁸²

Ainda hoje, a cultura da cana-de-açúcar caracteriza-se pela preponderância da grande propriedade, dos latifúndios, reservando à pequena propriedade um papel subordinado;⁸³ os grandes proprietários, por sua vez, possuem pouquíssima ou nenhuma lida com a terra e acumulam atividades comerciais, industriais e inclusive políticas. Como evidenciado, na Zona da Mata de Pernambuco (assim como em todo Nordeste) as relações sociais se sustentam historicamente sobre a lógica de subordinação/dominação. A modernização veio, tecnologias agrícolas foram absorvidas e a produtividade aumentou significativamente, mas os pactos oligárquicos continuaram permitindo a manutenção das elites locais, de seus interesses e prioridades, de modo que as questões ligadas à solução de desigualdades sociais continuaram desmerecidas. É neste contexto complexo e por vezes conflituoso que despontam, em diversos municípios da Zona da Mata pernambucana, iniciativas que visam consolidar um conjunto diferenciado de práticas agrícolas, dentre elas o sistema agroflorestal. Muitas vezes, tais iniciativas são estimuladas e mediadas por organizações não-governamentais que, em parceria com as famílias agricultoras e órgãos públicos, buscam o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disseminação de tecnologias “agroecológicas”. A implantação de sistemas

⁸¹ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 163.

⁸² Manuel Correia de Andrade, *A propriedade da terra...*, op. cit., p. 4.

⁸³ Maria de Nazareth Baudel Wanderley, *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; Manuel Correia de Andrade, *A terra e o homem no Nordeste...*, op. cit.

agroflorestais consiste em uma das estratégias que mantém a agricultura familiar na expectativa de reverter o papel submisso que vem desempenhando há séculos na região. Em outras palavras, trata-se de esperar por aquilo que há de não inexorável nos caminhos a serem percorridos pelo homem do campo no nordeste: “As vias de transformação das relações sociais no campo não seguem itinerários inexoráveis, há caminhos alternativos, como demonstra o debate que salienta o desenvolvimento da “agricultura familiar” em paralelo ao da “agricultura empresarial”, ou ao crescimento do “complexo agroindustrial” ou de “agronegócio”.⁸⁴

⁸⁴ Afrânio Garcia, “A sociologia rural no Brasil...”, op. cit., p. 160.

CAPÍTULO 3 - SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana”

Josué de Castro, Geografia da fome

APRESENTAÇÃO

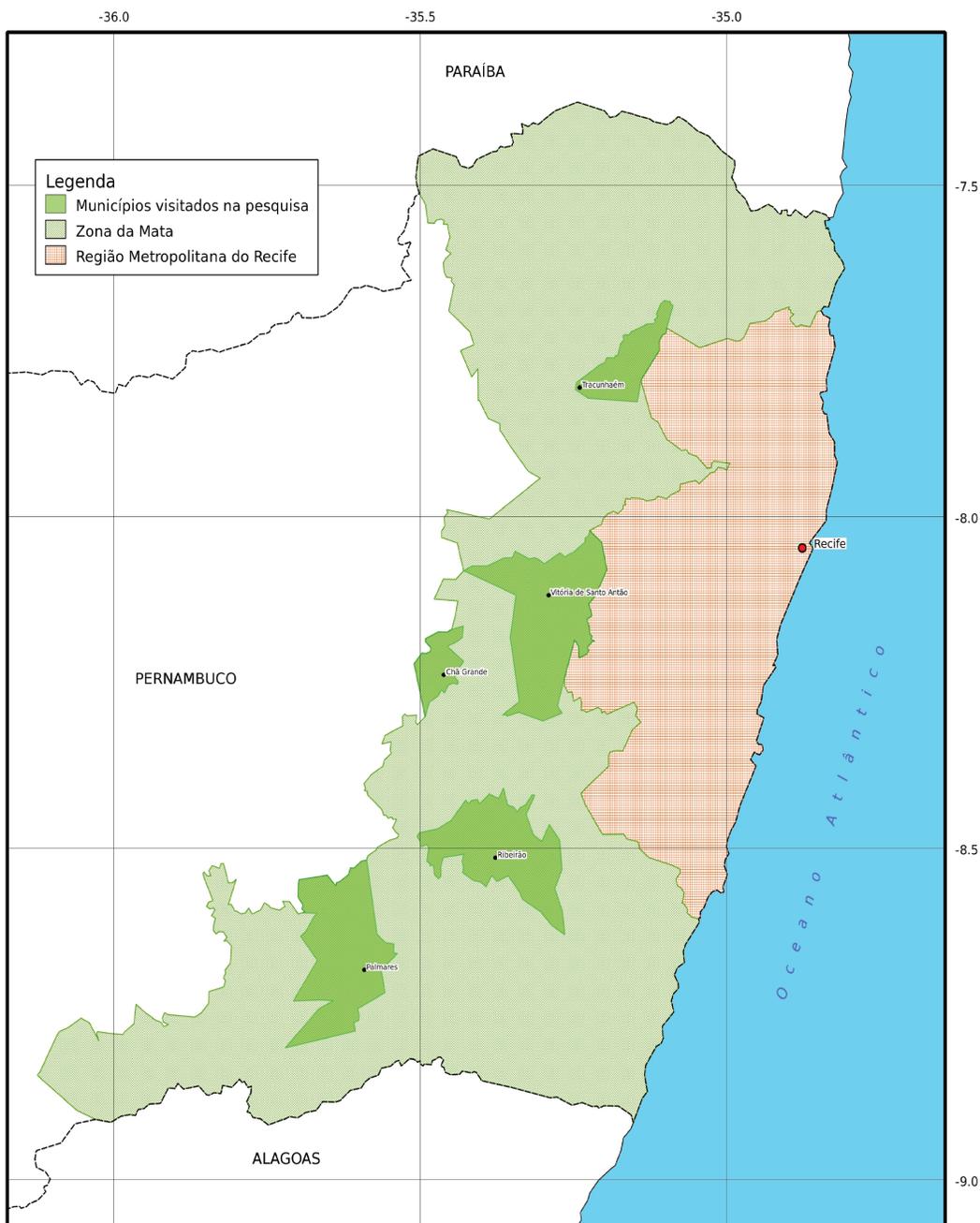
Este capítulo é resultado de pesquisa realizada em campo, com a finalidade de descrever e analisar alguns aspectos da vida de famílias que optaram pela produção de alimentos em sistemas agroflorestais. Melhor dizendo, trata-se de uma breve caracterização da realidade rural que essas famílias construíram para si próprias a partir da adoção de práticas ou princípios agroflorestais. A pesquisa de campo foi realizada na zona da mata de Pernambuco, região notoriamente conhecida pela vasta e histórica produção de cana-de-açúcar. Por conta

desse cenário, as primeiras hipóteses desta pesquisa consideravam que a a prática agroflorestal na região era empreendida quase que unicamente por famílias que migraram do cultivo da cana-de-açúcar para o sistema agroflorestal, fossem aquelas que mantinham suas lavouras de cana-de-açúcar aos moldes da agricultura convencional, fossem as que trabalharam como moradoras em terras de engenho e que, posteriormente, converteram radicalmente seus sistemas de plantio. No entanto, o trabalho de campo foi suficiente para mostrar que a prática agroflorestal na Zona da Mata pernambucana comporta motivos, escolhas, e trajetórias diversas. Junto do agricultor ex-morador de engenho, que conquistou sua parcela de terra por processo de reforma agrária e que atualmente – após anos de lida com a cana-de-açúcar – cultiva alimentos em sistemas agroflorestais, encontramos também aquele “novo agricultor” proveniente da metrópole, que migrou para o campo e que não depende de seu SAF para o sustento. Entre esses “extremos” há uma gama de perfis, modelos e históricos, todos compondo, conjuntamente, o cenário das iniciativas em torno dos sistemas agroflorestais. Dessa forma, o objetivo central da pesquisa de campo passou a ser avaliar como essas famílias vivenciam, no sentido mais amplo do termo, a experiência de cultivar agroflorestas.

Por vezes, deparei-me com dificuldades em discernir o que deveria ser pressuposto de minha pesquisa, daquilo que deveria ser meramente hipotético. Difícil assimilar a possibilidade de agricultores familiares cultivarem agroflorestas e não significarem isso pelo viés da resistência política. Por fim, amadureci a ideia de que a ânsia de encontrar famílias agricultoras unidas, fortemente politizadas e firmes num projeto de resistência aos padrões da agricultura convencional, era absolutamente hipotética e não poderia ser assumida enquanto premissa básica. O contato com esses agricultores mostrou que existe, na escolha pelo sistema agroflorestal, dois elementos ou motivações importantes. O primeiro é a postura ideológica do agricultor consciente de sua resistência ao agronegócio e à lógica extensiva do monocultivo. O segundo é a identificação deste agricultor com questões ambientais direcionadas à sustentabilidade. Em geral, ambos encontram-se na base das motivações à adoção da agrofloresta como forma – ou uma das formas – de cultivo. O que muda de um caso a outro é a composição resultante do peso dado a cada um desses fatores. Grosso modo, é essa composição que produz um gradiente de sentidos à prática agroflorestal na região, revelando

agricultores mais ou menos politizados e mais ou menos preocupados com questões de cunho ambiental. Afora essas motivações e disposições de cunho subjetivo, é imprescindível apontar para fatores concretos relacionados a essas experiências de reconversão produtiva: a presença e atuação das Ongs e a crise na cultura canvieira.

Figura 2 – Área de estudo



Fonte: IBGE – Malha Municipal Digital (2001)

Nesse último capítulo apresento a experiência de cinco famílias agricultoras de agroflorestas. Inicialmente, a ideia de articular essa pesquisa de campo se fundamentava no contato com a ONG Centro Agroecológico Sabiá, talvez a principal (ao menos a mais antiga) ONG atuante no meio rural pernambucano. Entre outras ações, seu trabalho envolve a capacitação de agricultores em práticas agroflorestais, a organização de feiras livres, a promoção de intercâmbios entre famílias e a garantia de assistência técnica com regularidade, sempre no sentido de promover a agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. No entanto, após algumas tentativas de contato, não obtive retorno, o que me levou a optar por outros caminhos que me colocassem em contato direto com os agricultores de agroflorestas. Um desses caminhos foi procurar representantes de outras instituições atuantes no meio agrário pernambucano, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Ação Social Paróquia Palmares (ASPP), a Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) e a ONG Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). Todas essas instituições – umas mais outras menos – comportam em suas agendas o estímulo a práticas agroflorestais como alternativa ao cultivo convencional.

O outro caminho foi procurar estes agricultores diretamente nas feiras livres agroecológicas. Combinadas, essas duas estratégias permitiram uma visão geral, mas bastante consistente, da questão agroecológica na Zona da Mata. Parte dessa vivência de pesquisa aparecerá, ao longo deste capítulo, apenas como pano de fundo: não entrevistei todos os agricultores com os quais conversei, nem me proponho a explorar em demasia as entrevistas feitas com os diversos representantes dessas organizações de atuação social. Esse conjunto de conversas informais e entrevistas me serviu de baliza para a compreensão de um contexto mais geral e no qual se inserem os cinco casos apresentados adiante, cada um referente a uma família de agricultores, por sua vez habitantes de cinco municípios da Zona da Mata: Palmares, Tracunhaém, Chã Grande, Vitória de Santo Antão e Ribeirão (ver Figura 2).

A ideia de procurar esses agricultores diretamente nas feiras agroecológicas tem seus motivos: Pernambuco é o estado brasileiro que mais oferece feiras agroecológicas aos

consumidores. Segundo balanço fornecido pela Rede de Agricultura Sustentável¹, ao todo, são 33 feiras distribuídas pelas três mesorregiões do estado. O Rio Grande do Sul, com 28 feiras, e Rio de Janeiro, com 23, são os outros Estados que lideram esse ranking no Brasil. A distribuição geográfica das feiras em Pernambuco também não é equilibrada: a maior parte delas se concentra na Zona da Mata e na região metropolitana do Recife², que abarca treze feiras (ver Figura 3). Essa expressiva ocorrência de feiras desse gênero é um indicativo da mobilização de agricultores e ONGs em torno da questão agroecológica no Estado. Essas feiras são organizadas e “fiscalizadas” pelas mesmas ONGs que trabalham com as famílias produtoras, muitas vezes em parceria com cooperativas ou associações agrícolas locais. Ao todo, atuando no estado de Pernambuco, existem cerca de dez ONGs atuantes na linha de promover a capacitação de agricultores em torno de práticas agroecológicas, acompanhando e fornecendo visitas técnicas às famílias. Esse rico capital social, aliado a fatores tais como a densidade demográfica da região, a proximidade à capital do Estado e a existência de um grande mercado consumidor de produtos orgânicos, certamente contribuem para a maior concentração de iniciativas em torno de projetos agroecológicos na Zona da Mata pernambucana (quando comparada às demais mesorregiões). Paralelo a esses fatores, um outro aspecto que parece influir diretamente nesse panorama é a história agrária e a estrutura fundiária da região.

Figura 3: Cidades pernambucanas onde ocorrem feiras agroecológicas



Fonte: dados da Rede de Agricultura Sustentável sobre base cartográfica do IBGE - Malha Municipal Digital (2001)

¹ A rede de agricultura sustentável configura-se como uma lista virtual de discussão. Seu sítio na internet dispõe de várias fontes de informação a respeito da prática agroecológica no Brasil, incluindo artigos científicos, vídeos, relatos, teses e dissertações, entre outros; e serve aos usuários como canal de encontro e trocas. <http://www.agrisustentavel.com/rede.htm>

² Por questão de localidades e distância, é natural pressupor que, neste caso, os agricultores residem e produzem na Zona da Mata.

A concentração de terras na Zona da Mata gerou um histórico de luta agrária, transformando a agricultura familiar na região em uma das partes do conflito. A atuação de movimentos sociais ligados à luta pela terra e à reforma agrária é bastante forte na região. Muitas das famílias de agricultores, hoje fixadas em assentamento, passaram por um processo penoso de luta pela terra. Talvez mais do que em qualquer outra região do país, na Zona da Mata pernambucana a agricultura familiar se reveste de uma aura de politização. Ser agricultor familiar nessa região é muito mais do que simplesmente se enquadrar a uma forma de organização produtiva, mas ocupar uma posição de resistência.

Tabela 1 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar

| | | NÚMERO | | ÁREA | |
|----------------------------|-----------------------------------|----------|--------------|----------|--------------|
| | | Unidades | Percentual* | Hectares | Percentual** |
| Brasil | | 4367902 | 84,4 | 80250453 | 24,32 |
| Nordeste | | 2187295 | 89,13 | 28332599 | 37,48 |
| NORDESTE | Maranhão | 262089 | 91,31 | 4519305 | 34,79 |
| | Piauí | 220757 | 89,97 | 3761306 | 39,57 |
| | Ceará | 341510 | 89,63 | 3492848 | 44,09 |
| | Rio Grande do Norte | 71210 | 85,74 | 1046131 | 32,82 |
| | Paraíba | 148077 | 88,52 | 1596273 | 42,2 |
| | Pernambuco | 275740 | 90,47 | 2567070 | 47,24 |
| | Alagoas | 111751 | 90,61 | 682616 | 32,38 |
| | Sergipe | 90330 | 89,79 | 711488 | 48,06 |
| | Bahia | 665831 | 87,43 | 9955563 | 34,12 |
| Mesorregiões em Pernambuco | Sertão Pernambucano | 79404 | 91,9 | 1228111 | 61,33 |
| | São Francisco Pernambucano | 26264 | 87,7 | 488145 | 56,6 |
| | Agrreste Pernambucano | 133150 | 90,94 | 707394 | 40,11 |
| | Mata Pernambucana | 29884 | 88,23 | 117947 | 16,87 |
| | Metropolitana de Recife | 7038 | 86,42 | 25473 | 23,99 |

*Em relação ao total de estabelecimentos agropecuários

**Em relação à área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Esse é um cenário perfeito para a convergência de atuação dessas ONGs dedicadas à capacitação de agricultores para a adoção de técnicas agroflorestais de cultivo. Tanto é assim, que muitas dessas instituições desenvolvem seus trabalhos junto a famílias articuladas em movimentos ou organizações coletivas (seja no presente seja aquelas que um dia já estiveram). Essa experiência prévia de articulação facilita inclusive a aceitação do agricultor em relação

aos projetos das ONGs de capacitação agroflorestal. A agroecologia, muito mais do que simples conjunto de métodos de lavoura, é também impregnada de ideologia e senso de resistência, incorporando novos elementos ao sentido da luta política pela terra. Onde antes a agricultura familiar representava a resistência ao latifúndio e à dominação política, hoje esse acréscimo de estratégias agroflorestais de cultivo veio adicionar o sentido da resistência à monocultura, aos métodos ambientalmente insustentáveis de produção agrícola e à dependência econômica em relação às usinas, que colocava a plantação de cana-de-açúcar como única saída economicamente viável de garantia de renda ao agricultor familiar da região.

Tabela 2 – Produção de cana-de-açúcar em Pernambuco, por mesorregiões (2006)

| | | Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) | % | Quantidade produzida (Toneladas) | % |
|--------------------------|---------------------------|---|------|----------------------------------|------|
| Mesorregião pernambucana | Mata | 8095 | 67,4 | 14097017 | 84,2 |
| | Metropolitana | 1755 | 14,6 | 2318451 | 13,8 |
| | Agreste | 1067 | 8,9 | 288582 | 1,7 |
| | Sertão | 995 | 8,3 | 42635 | 0,3 |
| | São Francisco | 90 | 0,7 | 1090 | 0,0 |
| | TOTAL (Pernambuco) | 12002 | | 16747775 | |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

A agricultura familiar é, sem dúvida, o tipo de agricultura predominante em Pernambuco. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 – o primeiro a considerar a *agricultura familiar* como variável³ – 90,47 % dos estabelecimentos agropecuários recenseados no Estado são dessa categoria, ocupando uma área equivalente a quase metade da área total dos estabelecimentos, ou 26,15% da área total do Estado (ver Tabela 1).⁴ Esses valores colocam Pernambuco entre os estados do Nordeste onde a participação desse tipo de agricultura é mais significativa – tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada. Dentre todas as mesorregiões, a Mata pernambucana é aquela onde a participação da agricultura familiar

³ O Censo considera como agricultor familiar todo aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não possuir área superior a quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; ter a renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; dirigir seu estabelecimento com sua família.

⁴ IBGE. Censo Agropecuário 2006. Ver www.sidra.ibge.gov.br

corresponde à menor área. Uma primeira explicação para esse fato seria a histórica permanência de sua vocação canavieira, centrada no latifúndio e no monocultivo: de acordo com o mesmo censo, 84,2% de toda a cana produzida no estado foi plantada nesta mesorregião (ver Tabela 2).

Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários que plantaram cana-de-açúcar nas microrregiões da Mata Pernambucana, por grupos de área total (2006).

| Grupos de área total | | Número de estabelecimentos na microrregião (A) | Número de estabelecimentos que plantaram cana na microrregião (B) | % de (B) em relação a (A) | % de (B) em relação ao total de (B) |
|----------------------|----------------------------|--|---|---------------------------|-------------------------------------|
| MATA SETENTRIONAL | Produtor sem área | 974 | 4 | 0,4 | 0,4 |
| | Mais de 0 a menos de 10 ha | 7238 | 714 | 9,9 | 68,3 |
| | De 10 a menos de 100 ha | 703 | 192 | 27,3 | 18,4 |
| | De 100 ha e mais | 241 | 136 | 56,4 | 13,0 |
| | TOTAL | 9156 | 1046 | 11,4 | 100 |
| VITÓRIA DE S. ANTÃO | Produtor sem área | 619 | 3 | 0,5 | 0,51 |
| | Mais de 0 a menos de 10 ha | 7892 | 472 | 6,0 | 79,86 |
| | De 10 a menos de 100 ha | 682 | 103 | 15,1 | 17,43 |
| | De 100 ha e mais | 63 | 13 | 20,6 | 2,20 |
| | TOTAL | 9256 | 591 | 6,4 | 100 |
| MATA MERIDIONAL | Produtor sem área | 1879 | 439 | 23,4 | 6,80 |
| | Mais de 0 a menos de 10 ha | 10369 | 4111 | 39,6 | 63,66 |
| | De 10 a menos de 100 ha | 2692 | 1641 | 61,0 | 25,41 |
| | De 100 ha e mais | 519 | 267 | 51,4 | 4,13 |
| | TOTAL | 15459 | 6458 | 41,8 | 100 |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Entretanto, uma análise mais detalhada de sua produção canavieira aponta para as particularidades das três microrregiões que a constituem. A Tabela 3 descreve quantos foram os estabelecimentos de cada classe de área que plantaram cana-de-açúcar. Uma primeira observação a respeito desses dados é a constatação de que na Mata Sul há mais estabelecimentos dedicados ao plantio de cana que nas outras duas microrregiões: são quatro em cada dez, ao passo que na Mata Norte esse número é de apenas um. Valor ainda menor encontramos para a microrregião Vitória de Santo Antão, onde a plantação de cana-de-açúcar encontra relativamente poucos estabelecimentos adeptos. A segunda observação importante refere-se à participação de cada classe de tamanho no cultivo canavieiro. Nas três microrregiões, dentre todos os estabelecimentos que plantaram cana, a maioria era composta

por pequenas propriedades (até 10 hectares), muito provavelmente do tipo agricultura familiar. Isso mostra que, até certo ponto e no que se refere à mesorregião em questão, a associação exclusiva entre latifúndios e o plantio de cana-de-açúcar é, em princípio, ilusória. Em termos relativos, o mais comum é a cana ser plantada por pequenos proprietários de terras. Por outro lado – e uma vez que latifúndios e minifúndios são categorias ligadas à área – a questão deve também ser considerada a partir do ponto de vista da superfície ocupada para o cultivo da cana-de-açúcar. Afinal, qualquer pequena variação na participação da classe de maior área total (estabelecimentos maiores que 100 hectares) é suficiente para produzir efeitos muito mais sensíveis nesse panorama: basta um estabelecimento de 500 hectares plantando cana para produzir, na paisagem, o mesmo resultado que dezenas ou centenas de pequenas propriedades produziriam com esse mesmo cultivo.

A mesma Tabela 3 fornece algumas poucas pistas nesse sentido, permitindo vislumbrar algumas diferenças entre o cultivo de cana nas microrregiões Mata Setentrional (Norte) e Mata Meridional (Sul). Na primeira, apesar de apenas 11,4% dos estabelecimentos agropecuários plantarem cana-de-açúcar, dentre os que assim fizeram, 13% eram maiores que 100 hectares, ao passo que na segunda, esse valor correspondia a 4,13%. Na Mata Norte, o cultivo da cana encontra-se mais concentrado aos grandes estabelecimentos, enquanto na Mata Sul o cultivo é mais “democrático”, o que se observa também pela participação relativamente expressiva dos produtores sem terra própria para plantar: 6,8%, ao passo que nas demais microrregiões esse valor não alcançou 1%. Essas diferenças podem parecer poucos significativas, mas seu resultado sobre a área ocupada com a monocultura canavieira merece atenção. O gráfico 1 traça o histórico da área proporcionalmente ocupada pela lavoura canavieira ao longo das duas últimas décadas, em cada uma das microrregiões, ou seja, o quanto da superfície total de cada uma delas esteve ocupada no plantio da cana. Apesar das variações, nota-se facilmente que ao longo de todo esse período as três microrregiões mantiveram constância no rankings das porcentagens: a Mata Norte liderando, seguida da Mata Sul e, por último, a microrregião de Vitória de Santo Antão, com porcentagens médias, para o período, de 47%, 35% e 22%, respectivamente.

Porcentagens em relação à área total de cada microrregião

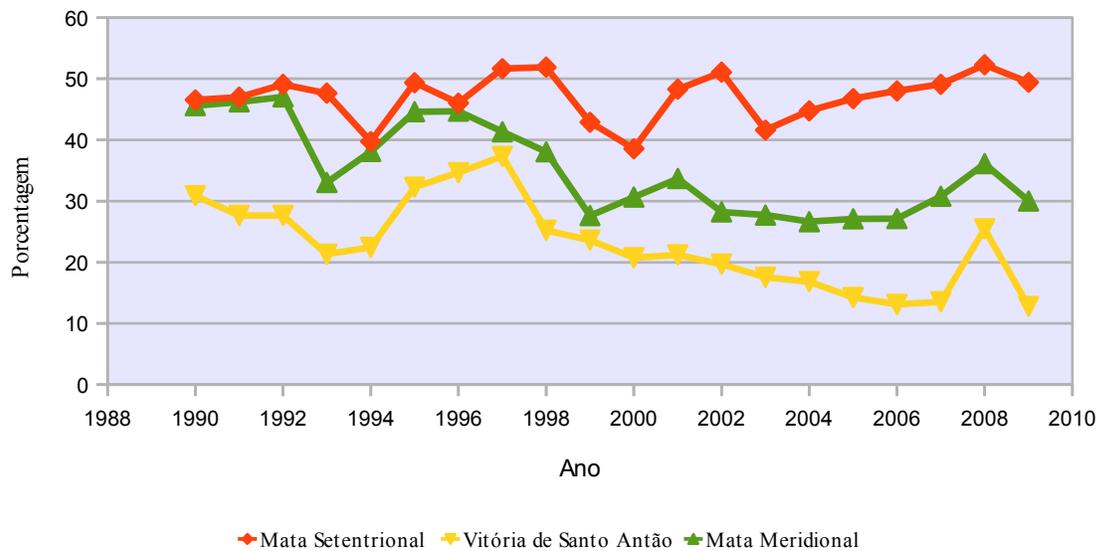


Gráfico 1 – Área plantada de cana-de-açúcar nas microrregiões da Mata pernambucana (1990-2009)

Fonte: IBGE/Sidra – Produção agrícola Municipal

Portanto, podemos concluir em linhas gerais que na Mata Norte o cultivo da cana é mais presente na paisagem, embora concentrado em número menor de estabelecimentos de grande porte, enquanto na Mata Sul seu cultivo se dá de maneira significativa em todas as classes de tamanho, inclusive naquela dos produtores sem área. Já na microrregião intermediária de Vitória, a cana tem pouca expressão enquanto atividade econômica. A Tabela 4 mostra que, em comparação às outras duas microrregiões, a maior parte da área total dos estabelecimentos é utilizada na pecuária e criação de outros animais; para a lavoura temporária, categoria que inclui o cultivo canavieiro, essa cifra mal alcançou a metade da observada nas Matas Sul e Norte. Outro valor que merece destaque é o referente à área dedicada à horticultura e floricultura, correspondendo a praticamente 12% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 4 - Número e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica

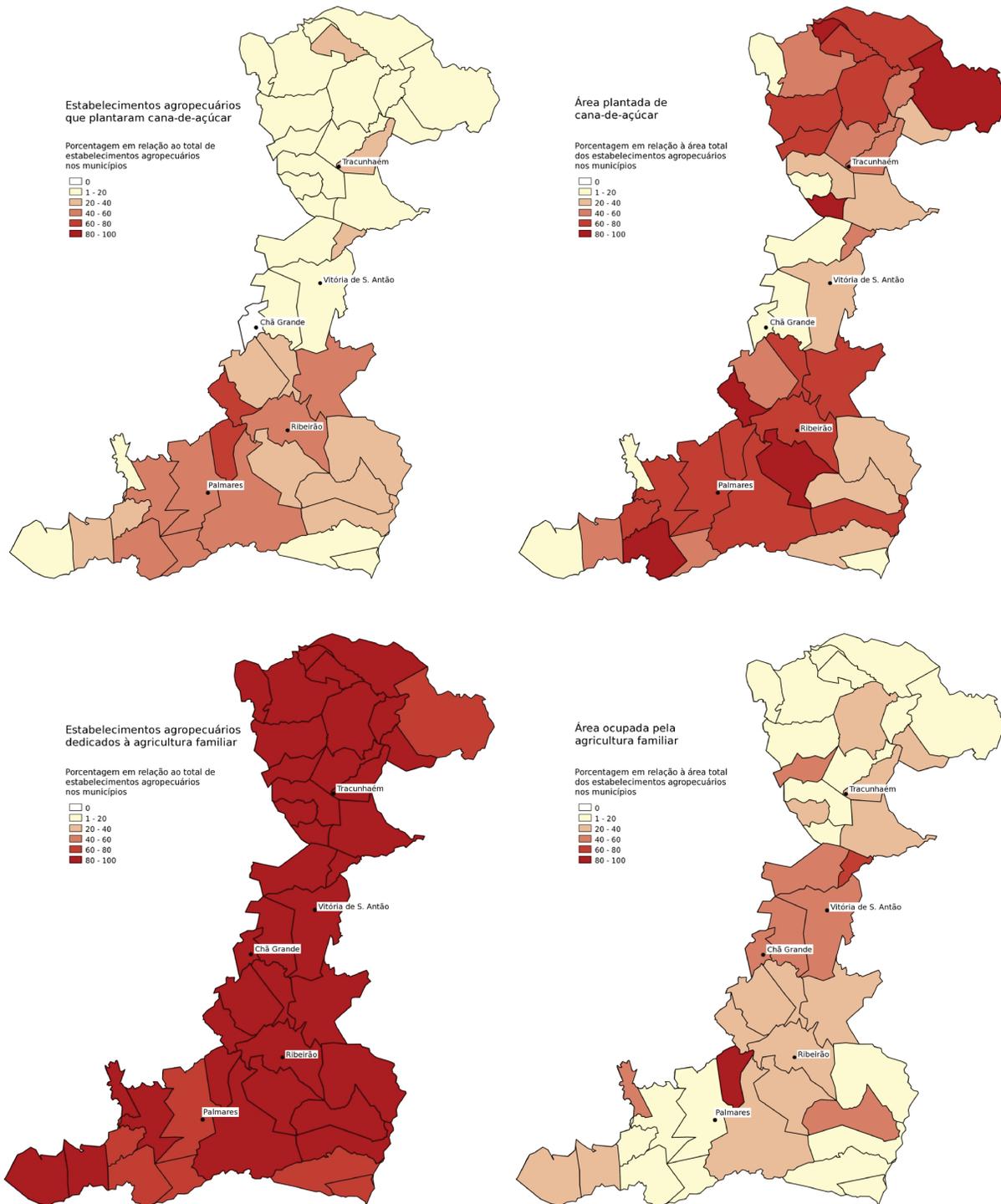
| Microrregião Geográfica | Grupos de atividade econômica | Número de | | Área dos | |
|----------------------------|-------------------------------|---|-------|---|-------|
| | | estabelecimentos agropecuários (Unidades) | % | estabelecimentos agropecuários (Hectares) | % |
| MATA SETENTRIONAL | Lavoura temporária | 3790 | 41,39 | 152775 | 74,64 |
| | Lavoura permanente | 1050 | 11,47 | 10645 | 5,2 |
| | Horticultura e floricultura | 1305 | 14,25 | 2742 | 1,34 |
| | Pecuária e criação | 2924 | 31,94 | 35391 | 17,29 |
| | Outros | 87 | 0,94 | 3140 | 1,53 |
| VITÓRIA DE S. ANTÃO | Lavoura temporária | 3255 | 35,17 | 15763 | 30,99 |
| | Lavoura permanente | 996 | 10,76 | 5324 | 10,47 |
| | Horticultura e floricultura | 2169 | 23,43 | 6052 | 11,9 |
| | Pecuária e criação | 2774 | 29,97 | 23161 | 45,53 |
| | Outros | 62 | 0,66 | 570 | 1,12 |
| MATA MERIDIONAL | Lavoura temporária | 8673 | 56,1 | 322508 | 72,69 |
| | Lavoura permanente | 2694 | 17,43 | 50392 | 11,36 |
| | Horticultura e floricultura | 1051 | 6,8 | 10314 | 2,32 |
| | Pecuária e criação | 2931 | 18,96 | 58320 | 13,15 |
| | Outros | 110 | 0,72 | 2132 | 0,48 |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

A Figura 4 resume a participação e a abrangência geográfica do cultivo canavieiro e da agricultura familiar na Zona da Mata pernambucana, separando os valores por município, destacando aqueles escolhidos para a realização do trabalho de campo. Abaixo, seguem breves descrições de cada município visitado, em conjunto com narrativas elaboradas a partir de entrevistas colhidas com os agricultores (que concordaram com a divulgação de seus nomes). O foco das descrições são as atividades agrícolas de cada município.⁵ Já as narrativas são textos simples, que conseguem traçar, em linhas gerais, qual é o entendimento dessas pessoas acerca de seus sistemas produtivos e do rumo que toma a agricultura na Zona da Mata pernambucana.

⁵ IBGE. Censo 2010/Produção Agrícola Municipal 2009/Censo Agropecuário 2006. Ver www.ibge.gov.br/cidadesat e www.sidra.ibge.gov.br

Figura 4: Lavoura canieira e agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006) e Malha Municipal Digital (2001)

NARRATIVAS

Palmares: Severino Mendes da Silva

Situado na Zona da Mata Sul (Meridional), Palmares é um dos municípios mais antigos e tradicionais de Pernambuco. Foi criado como distrito, subordinado ao município de Águas Pretas em 1868 e elevado à categoria de cidade em 1878. Distante 108 Km de Recife, é atualmente formado pelos distritos sede (Palmares), Santo Antônio dos Palmares e pelo Povoado da Usina Serro Azul. Sua área territorial é de 339 Km², por onde se distribui uma população de 59.524 habitantes, dos quais 79% reside na cidade, onde o principal setor empregatício é o comércio (IBGE - Censo Demográfico, 2010). Hoje, 59% dos moradores de Palmares se dedicam a essa atividade. No campo, segundo o Censo Agropecuário de 2006, a principal atividade econômica é a agroindústria sucroalcooleira, correspondendo a 72% da área total dos estabelecimentos, ou a 93% de toda área plantada com lavoura temporária. Mandioca e abacaxi são os outros cultivos que, juntos, correspondem a 7% da área plantada com lavoura temporária. A pecuária e a criação de outros animais também são atividades relativamente representativas (14% da área total dos estabelecimentos rurais de Palmares).

Severino Mendes da Silva, mais conhecido como Biu, tem 60 anos, é casado com Maria José Figueira da Silva, 60. Ambos são residentes na cidade de Palmares, no distrito de Serro Azul. São proprietários de um sítio de 20 hectares, dos quais mantém 1 hectare em cultivo de agrofloresta. A renda da família vem da aposentadoria de Biu e da agricultura. Biu e Maria José moram numa pequena casa de alvenaria. O conjunto de sítios não se caracteriza como assentamento de reforma agrária, mas sua organização é parecida. As casas e os lotes estão dispostos em formato de agrovila. As casas são geminadas, formam juntas uma vila residencial, separada do conjunto de lotes de terra. O distrito de Serro Azul originou-se das terras de engenho que pertenciam à usina homônima. Vinte e dois engenhos chegaram a fazer parte desta usina, fornecendo-lhe cana para produção de açúcar e álcool. Foram eles: Camevou, Camevousinho, Liberdade, Aratinga, Fertilidade, Floresta, Serra Azul, Moscou, Aliança, Mágico, Verde, Mearim, Canário, União, Riachuelo, Penderaca, Vista Alegre, Tambor, Almirante, Rosa Murcha, Barra do Dia e Pará. A partir da década de 1960, a usina

vivenciou muitos momentos de crises, tendo recebido ajuda financeira do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e esteve algumas vezes à beira da falência. Em 1982, seu último dono, Fernando Antônio Torres Rodrigues, foi desapropriado e as terras tiveram sua administração transferida à Cooperativa Agrícola Tiriri⁶.

Figura 5: Biu em seu sistema agroflorestal; colhendo abacate



⁶ Fundada em junho de 1963, a Cooperativa Agrícola Tiriri foi muito atuante na região de Cabo de Santo Agostinho, mas chegou a atuar também em outras regiões. Sua proposta era comprar terras de usinas e engenhos quase falidos e repassá-las aos agricultores familiares. Estes, utilizavam a área para produção de alimento, mas se comprometiam a continuar plantando cana-de-açúcar, que seria vendida sob intermediação da Cooperativa. O controle político da Cooperativa quem detinha era o padre Antônio Melo, que chegou a candidatar-se a governador de Pernambuco em 1982. Atualmente, na região em que a Cooperativa Tiriri mais tem associados (Cabo de Santo Agostinho), o clima é de incerteza para os agricultores associados. Em 1982 a cooperativa vendeu suas terras para a empresa Suape que, hoje, ameaça o despejo (mediante indenização) das famílias. Tudo para viabilizar a construção do Porto de Suape.

Biu, como tantos outros agricultores da região, cresceu num engenho de cana-de-açúcar. Sua família era moradora de um engenho do município de Escada, também da Zona da Mata Sul. Por toda vida plantaram cana-de-açúcar para ser moída no engenho, até que, com a morte de seu avô, Biu assumiu a chefia da família e se “recusou a plantar cana para senhor de engenho”, como ele mesmo diz. Associando-se à Cooperativa Agrícola Tiriri, Biu recebeu seu lote de terra e chegou a Serro Azul em 1978, com dezenove anos. Segundo o acordo feito entre a cooperativa e seus associados, 60% da área produtiva de cada lote deveria ser ocupado por cana-de-açúcar para o fornecimento da Usina Serro Azul e os restantes 40% poderiam ser cultivados com “lavoura branca”, ou seja, mantimentos. A venda da cana às usinas era, portanto, intermediada pela cooperativa. Dessa forma, Biu plantava cana-de-açúcar e alguma lavoura de subsistência, especialmente banana e outras fruteiras: “Já cheguei a moer 1400 toneladas de cana em 1989”, diz ele. No seu entendimento, entretanto, isso nunca foi garantia de bom retorno financeiro, especialmente após a extinção do IAA, durante o governo Collor. Se até esse momento Biu tinha a venda de sua produção garantida pelo governo e ainda intermediada pela cooperativa, a partir de 1990 a situação mudou radicalmente, ficando ainda pior com a falência da Serro Azul, a principal usina da região:

“Tinha sábado que eu não tinha nem a feira. A usina não pagava e eu ficava feito louco, pra pagar o trabalhador que trabalhava pra mim. E fazia minha feira só na segunda. Quando a usina Serro Azul quebrou eu decidi que não ia mais plantar cana. Porque, imagine: com a usina já era essa dificuldade, imagine sem usina. Aí eu parei com a cana e continuei com minha banana”.

Esse foi o começo da transformação de seu sistema produtivo, que há quinze anos não produz mais cana-de-açúcar. Nesse meio tempo, mais especificamente em 2002, Biu foi contatado pela ONG FASE, organização bastante ativa em Pernambuco, voltada à capacitação agroflorestal de agricultores familiares. Abraçou a proposta de mudar sua lavoura e abandonar definitivamente a produção de cana-de-açúcar, implementando parcelas de sistema agroflorestal em sua propriedade.

Nenhum dos sete filhos de Biu moram com ele e Maria José. Seis estão empregados em usinas da região e um deles trabalha na construção da rodovia transnordestina. Biu comenta, sem esconder sua revolta, a respeito das armadilhas do trabalho em torno da cana-de-açúcar.

“Não tenho nenhum filho aqui comigo. A culpa é da monocultura da cana. Eu mesmo nasci na monocultura da cana, que acaba levando os nossos filhos. A vida aqui é essa. Falta uma articulação pesada e o sistema da cana é muito forte, acaba levando todo mundo. Quando eu deixei de plantar cana, mudei meu sistema para SAF, meus filhos já estavam empregados e aí é mais difícil de mudar. E então eu fiquei sozinho (...) Mas, se eu tivesse começado com o SAF há 30 anos, eles não teriam saído daqui não. Eles não teriam saído porque aqui teriam como arrumar dinheiro (...) E eu fico pensando como estarão as coisas daqui a 20 anos. Os velhos vão embora e quem vai plantar comida? Da onde vai vir alimento?”.

A esposa de Biu, Maria José, também não tem condições de ajudá-lo com o trabalho agrícola. Sua saúde é frágil por conta da diabetes e de doenças do coração.

O discurso de Biu é assim, inflamado. Cheio de indignação, culpa a monocultura da cana-de-açúcar pela pobreza e pela fome de tantas famílias da Zona da Mata.

“[Eu] Plantava cana para fornecer para usina. Mas, eu não conseguia tirar meu sustento. A cana dá muito dinheiro mas come tudo. A multinacional come todo o dinheiro do agricultor familiar. Eu mesmo, que sou filho da cana, me lembro que na minha juventude...lá por 1964...todas as matas começaram a ser substituídas pela monocultura. Todo mundo se animou, porque a cana realmente dá dinheiro, e naquele tempo não era preciso adubar a terra (a mata tinha acabado de ser derrubada). Mas com o tempo, toda a riqueza do solo foi se acabando e hoje só se produz cana com muito agrotóxico. Com todos esses insumos, vai-se embora todo o dinheiro. Esse ano, por exemplo, a cana foi vendida a um preço bom, mas acaba ficando na mesma. A mão de obra também é cara, então não compensa. A moagem está até parando agora na região. Eu não tenho mais cana. Há 15 anos que não tenho. E tenho dinheiro para pagar gente pra fazer alguns serviços para mim, mas não arranjo quem faça. Enquanto quem só planta cana, não tem dinheiro nem pra comprar um adubo. Nesse processo, os agricultores são induzidos (...) Aqui eu desafiei. Eu desafio os produtores de cana, porque veja só: eu conservo minha saúde, conservo o meio ambiente, o solo, conservo tudo, né? Mas, infelizmente é um confronto que é a minoria. Aqui no assentamento, 10 começaram com agrofloresta, em parceria com a FASE, mas só ficou eu. Mas a gente vê que o processo tá aumentando muito. No sertão é diferente porque não tem tanta monocultura...Agora, onde tem monocultura, como aqui na Zona da Mata, ainda é difícil esse desafio”.

Biu começou a implementar seu sistema agroflorestal numa área de 36m². Atualmente ele possui 1 hectare preenchido por agrofloresta, com planos de expandir o sistema. Do restante da propriedade, boa parte já está tomada por mata. São áreas que estão em pousio há muito tempo, praticamente ao longo desses quinze anos em que Biu deixou de plantar cana. Para começar a implantação do SAF, Biu abre algumas clareiras e planta suas mudas de cultivo, quase sempre começando com bananas.

“Eu vou fazendo uma picada aqui, duas braças quadradas e planto o pé da banana e aí eu vou começando. Ela nasce sem a sombra. Daqui há um ano ela tá produzindo uma banana agroecológica, boa, de qualidade e preservando a natureza. Este é o meu processo, minha única ferramenta é o facão”.

A produção de Biu é destinada ao consumo da família e à venda na feira livre de Palmares, uma das cidades pernambucanas com feiras agroecológicas semanais. A feira é montada ao lado da tradicional feira convencional e é pequena, composta por pouco mais de dez barracas. No entanto, Biu não participa da feira agroecológica. Sua venda é feita na feira convencional. Apesar da insistência da ONG FASE (uma das instituições que dá apoio à feira agroecológica), Biu prefere manter-se na feira convencional para não perder sua clientela cativa de tantos anos. Essa permanência também se justifica pela venda de produtos não-orgânicos, produzidos por outros agricultores e que Biu revende. Em média ele leva 500 reais de mercadoria, todos os sábados e diz que a duração da feira agroecológica (em geral mais curta do que a da feira convencional, que dura o dia inteiro) não seria suficiente para vender a mercadoria. Sua estratégia foi então dividir, na mesma banca, os produtos agroecológicos dos convencionais. Segundo ele, os agroecológicos são vendidos rapidamente e num instante acabam. Biu lamenta não ter ninguém que possa trabalhar com ele, ou seja, vender na feira convencional enquanto ele adere à feira agroecológica: “uma pena não ter nenhum filho meu aqui comigo na agricultura”.

Segundo seus cálculos, nos períodos de grande produtividade, sua agrofloresta chega a render mais de três salários mínimos mensais: “tem fase que tá tudo embolado mesmo”, querendo dizer que há épocas do ano em que seu SAF produz várias frutas diferentes, um pouco de cada, totalizando muita produção. “Um SAF bem planejado nunca está sem produzir nada”, diz Biu. “Há épocas melhores, outras piores, mas sempre tem o que comer e o que vender”. De acordo com ele, no começo da implantação há maiores dificuldades em termos de produtividade, o que exige persistência e planejamento para seguir com a implantação e manejo do sistema agroflorestral.

“Eu, quando comecei, não tinha nada, era a terra pelada. Agora tá bonito, mas também, já faz sete anos. Agora, pra implantar aqui eu tive um certo problema. A gente vai logo plantando três tipos para já poder ir se alimentando. Planta coco, laranja, pensando nos prazos curtos, médios e longos. Isso que a senhora está vendo é o que deu a longo prazo, que é a última fase. Aí você tem que plantar o médio e curto, que é feijão, milho, banana comprida, macaxeira. Assim você vai plantando e já pode comer ou ganhar um dinheirinho.

Agora, a agrofloresta aqui já tá formada, já tá feita, mas na implantação é isso: você vai plantando coisas que rapidamente poderá comer ou vender. E é devagar. É um evangelho, é demorado. Agora, depois que vêm os frutos, é uma maravilha”.

Biu também não deixa de enxergar benefícios ambientais que a agrofloresta trouxe ao solo, além de amenizar a temperatura, aumentar a umidade e melhorar suas condições de trabalho:

“A gente vê que o solo fica úmido, bem mais úmido. Pra implantar isso aqui eu plantei sombreiro. Aí eu ia podando e deixando cair na terra, protegendo o solo. Essa terra aqui não prestava pra nada. Hoje o solo é rico. Aqui eu trabalho o dia todinho na sombra, sem problema (...) Para mim, o que apita é só barriga cheia e tranquilidade. Quando eu chego aqui parece que eu tô no céu. Os pássaros cantando...Mas o povo quer ver muito dinheiro. Aqui eu tenho dinheiro, só que é devagar. É um dinheiro continuado, que não tem fim, que não acaba nunca”.

Ao ser questionado sobre o futuro de sua agrofloresta, Biu mais uma vez demonstra tristeza por não ter quem aprenda a lógica agroflorestral e dê continuidade a seu trabalho. Além de vangloriar-se da sua condição autônoma e digna.

“Eu gostaria que alguém continuasse meu trabalho. O trabalho aí tá feito, né? Aqui dava pra todo mundo sobreviver, mas não dá pra forçar não, né? Cada um tem seu caminho. Cada qual é livre. E eles podem pensar que aqui falta isso ou aquilo. É porque hoje o que a nação pensa é bem diferente de mim. A nação só pensa em dinheiro. Eu, com meu sistema novo, não penso nisso não. Eu quero é ter minha vida controlada, comendo todo dia. Aí tô rico! E sem ser submisso a ninguém”.

Ribeirão: Pedro José

Município da Zona da Mata Sul (Meridional), Ribeirão foi antigo distrito de Gameleira, elevado à categoria de cidade em 1928, constituído apenas do distrito sede. Naquele mesmo ano, o distrito de Caxangá foi anexado ao município. Posteriormente, outros dois distritos foram anexados: Arapibú e Estreliana, sendo este último originário do povoado localizado no entorno da usina Estreliana. Em 1969 este seria extinto e seu território anexado ao distrito sede. Em divisão territorial datada de 2005, Ribeirão é constituído de três distritos: distrito sede (Ribeirão), Arapibu e José Mariano (ex-Caxangá), abrangendo uma área de 288 Km². Sua população consta de 44.445 habitantes, dos quais 76% habitam o meio urbano, segundo o Censo Demográfico 2010.

A produção agrícola, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, constitui-se prioritariamente de cana-de-açúcar, cujas lavouras ocupam 96% de toda a área plantada com lavouras temporárias e a 67% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. O restante da terra cultivada produz abacaxi, maracujá, mamão, goiaba, coco-da baía, borracha, banana e mandioca, sendo esta última a mais representativa.

Residente do município de Ribeirão, Sr. Pedro tem 67 anos e é casado com Dona Edinalva, 49. Moram juntos, mais dois filhos, no assentamento Águas Claras. Seu lote, de 8 hectares, foi batizado de “Paraíso das Flores”. Sua casa é espaçosa, feita de alvenaria.

Pedro chegou na área – que atualmente é o assentamento Águas Claras – em 1992, para incorporar-se à ocupação feita por famílias agricultoras. Antes disso, trabalhou como assalariado no corte da cana por muitos anos. As famílias acampadas no local contavam com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), da Comissão pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Segundo Pedro, toda a extensão de terra do assentamento pertencia originalmente à SUDENE que, quando “quebrou”, foi destituída de suas posses. A partir deste momento, a terra passou a ser posse da Usina Estreliana, uma das maiores do Estado de Pernambuco. A FETAPE foi quem entrou com o pedido de destituição da terra, uma vez que a usina Estreliana devia grandes somas ao Estado.

Pedro diz que quando entrou na terra, como assentado, já sabia que não queria mais plantar cana-de-açúcar. No entanto, ainda chegou a produzir e fornecer cana para as usinas locais, até levantar recursos para investir em sua parcela. “Fui logo plantando coco, pé de manga e outras várias coisas diferentes”. No entanto, foi em 2003 que Pedro diz ter tomado a decisão de investir em sistemas agroflorestais. Seu primeiro contato com experiências desse tipo foi no sítio de um colega, conhecido como Sr. Paciência, que o convidou a visitar o funcionamento de um SAF.

“Um colega me convidou para uma visita e quando voltei já fui implantando minha agrofloresta (...) Comecei com uma pequena área de macaxeira, manga, sombreiro, fruta-pão, acerola, banana, coco, laranja, caju, feijão de porco, feijão guandu e abacaxi”.

O processo de transição – do canavial convencional para o sistema agroflorestal – foi acompanhado pela equipe do Centro Sabiá. Pedro disse que seu filho, Erivan, também foi importante neste processo, dando-lhe apoio e incentivo para transformar seu sistema de cultivo. Pedro é quem, sozinho, cuida de toda a produção do sítio. Um de seus filhos trabalha como assalariado numa usina da região. O outro, Erivan, mora na Paraíba, onde estuda para ser técnico agrícola. Ele diz receber a ajuda dos filhos esporadicamente para fazer mudas ou ajudar em alguma colheita, mas a maior parte do trabalho diário fica mesmo por sua conta, enquanto sua esposa, Edinalva, se concentra nos afazeres domésticos. Pedro sempre trabalhou com agricultura, assim como seus pais e avós. Seu pai, diz ele, vivia como um cigano, sem documento, sem carteira profissional, mudando frequentemente de lugar, sem moradia fixa. Sua vida era trabalhar em terra de usina, morar em parcelas cedidas, fazer roçados de subsistência e cortar cana-de-açúcar. Hoje, Pedro consegue ter na agricultura sua principal fonte de renda da família, complementada ainda por sua aposentadoria. Sua principal preocupação é com a alimentação da família, ou seja, primeiro a colheita vai para a mesa e só então o excedente é vendido na feira livre de Palmares, aos sábados.

O sítio da família é muito diverso, com uma enorme variedade de cultivos. A área de agrofloresta cobre 2,5 hectares da propriedade, onde predomina a fruticultura (limão, cajá, acerola, manga, coco, ingá, cacau, abacaxi, laranja, limão, abacate, etc) e a cultura de flores tropicais. Pedro também dedica-se ao que chama de “pomar de madeira” (sabiazeira, nim, cedro, pau d'alho amarelo e roxo), ou seja, ao cultivo de árvores não frutíferas seja para enriquecimento da diversidade florística dos sítios seja para fornecer madeiras úteis em pequenas construções, na fabricação de ferramentas e na manutenção cotidiana do sítio. Parcelas de lavoura branca (macaxeira, feijão, inhame, milho) também estão presentes na propriedade, além de uma pequena área (0,5ha) plantada com cana-de-açúcar orgânica. A criação de animais é feita ao redor da casa e inclui galinhas de capoeira, patos e gansos, que são alimentados com os frutos da agrofloresta. Pedro construiu também um viveiro de mudas onde atualmente existem cerca de 5 mil de mudas de espécies florestais, que ele vende ao projeto Pró-Mata. Atualmente, Pedro é membro da Associação dos Agricultores Agroflorestais de Ribeirão (AFLORA). É também bastante ativo na Comissão Agroecológica da Mata Sul

(CAMS). Sua experiência é uma das mais importantes referências agroecológicas na Zona da Mata. Em 7 anos de trabalho na sua parcela, Pedro já recebeu inúmeras visitas, assim como participou de intercâmbios e visitas a outras experiências agroflorestais. Pelo destaque que recebe seu trabalho e sua experiência em agrofloresta, hoje Pedro é um agente multiplicador desses conhecimentos, servindo mesmo como exemplo aos agricultores que iniciam agora suas agroflorestas e referência a pesquisadores e estudantes interessados no tema.

Figura 6: Pedro em seu SAF; viveiro de mudas florestais (abaixo)



Ao mesmo tempo em que é reconhecido externamente pelo seu trabalho, no âmbito do assentamento Pedro já enfrentou diversas vezes a zombaria de seus colegas assentados. A grande maioria das parcelas do assentamento ainda fornece cana-de-açúcar para as usinas da região, o que torna fácil a tarefa de identificar, mesmo da estrada, qual é a parcela de Pedro: uma ilha de mata em meio a muitos hectares de cana-de-açúcar. De acordo com ele, há uma dificuldade por parte dos outros agricultores em entender e aceitar que sua “floresta” lhe gere renda. Esse preconceito muitas vezes se disfarça em anedota.

“Outro dia um companheiro veio me perguntar quantas feiras meu filho Erivam tinha feito, depois de lhe ver plantando uma área de sombreiro. E eu logo retruquei: quantas vezes ele lhe pediu o que comer?”

Quando questionado a respeito do funcionamento do SAF, especialmente sobre seu retorno financeiro, Pedro fala sobre a importância do planejamento, do manejo do sistema e relativiza a noção de “riqueza”.

“Outro fator importante é a renda. Eu, por exemplo, tenho parcelas de SAF aberto, que produz certos tipos de frutas e me dá renda. Eu mexo no sistema para que eu consiga ter renda e preservar a natureza. Eu podo os pés de graviola, por exemplo, de acordo com o que eu quero que cresça no meu sistema. E as sobras de folha já fazem parte do sistema também (...). Tem que trabalhar com planejamento, tem que prever o tempo de baixa produção. Porque se você planta seis bananeiras, a renda que isso dá no final é boa, além do sujeito ter o que comer. Você viu meus cachos de banana? Eu não tenho do que reclamar. Tenho somente que dizer que eu estou feliz (...) O SAF é como uma mãe de família, que quando tem seus filhos, jamais os abandona. A produção demora mesmo para começar, mas quando dá, o sujeito nunca mais vai passar fome (...). Não é de cara que o SAF começa a dar. Deve ter planejamento. Existem coisas que dão em curto prazo, como macaxeira, verdura, batata. Outras culturas são mais demoradas. As fruteiras demoram mais. Manga, cajá, com 2 anos você já colhe. Eu tenho várias mangueiras aqui. Quando está no tempo delas, tem dia que eu colho caixas e caixas de manga. Agora me diga, isso não é riqueza? Eu sempre tenho algum dinheiro no bolso. Pode ser muito, pode ser pouco, mas não nos falta nada”.

Seu discurso é carregado de postura ideológica e política, destilando uma aguda percepção a respeito do papel da cana-de-açúcar em Pernambuco e do papel que ele próprio desempenha enquanto agricultor “agrofloresteiro”, não medindo palavras ao comparar sua situação com a do agricultor familiar que, iludido, planta cana-de-açúcar para as usinas na confiança de ter um retorno financeiro garantido e satisfatório.

“Eu já quase apanhei aqui dentro, mas digo a verdade sempre! A cana é a maior tradição aqui na Zona da Mata. A tonelada de cana, ano passado, custava 30 reais. Até o agricultor familiar terminar de vender, já estava devendo. Isso, para mim, não vale nada. O que me vale é ter a barriga cheia”.

Outro elemento importante em seu discurso diz respeito às questões ambientais e aos “benefícios” dos Sistemas Agroflorestais neste quesito: “sistema agroflorestal começa em preservar a natureza, as margens dos rios, em não botar veneno, em não fazer queimada”. Por fim, resta dizer que Pedro se emociona muito ao contar sua história e, especialmente, ao mostrar sua propriedade, quase toda ocupada por “mata”. Sobre o futuro que imagina e deseja para seus filhos, responde: “Eu creio que eles irão continuar o nosso trabalho. Isso é o que eu vou deixar para eles, para os netos. Eu dou o exemplo pra eles e digo para eles nunca abandonarem isso aqui. Se eles quiserem abandonar, eu faço um documento e entrego a terra ao estado, à CPT, ao Centro Sabiá. Eu desejo que eles continuem na agricultura. O trabalho que tivemos para formar isso aqui não foi pouco. Você vê o pessoal saindo de um lugar, indo pra outro, sem nada dar certo. Se eu pudesse, morria aqui e era enterrado ali, no pé daquela mangueira. Eu tenho muito amor a isso aqui”.

Chã Grande: Oto Barreto Silva

Município da Zona da Mata, Chã Grande é um dos municípios que compõe a microrregião de Vitória de Santo Antão. Até 1963, era distrito subordinado ao município de Gravatá. Atualmente, já elevado à condição de cidade, Chã Grande se compõe apenas do distrito sede. Segundo o Censo Demográfico 2010, sua população é de 20.020 habitantes, distribuídos numa área de 85 Km². A população urbana representa 68% da população total.

A produção agrícola de Chã Grande é bastante representada pela pecuária e criação de outros animais, que corresponde a 52% da área total dos estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário 2006). Apenas dois estabelecimentos cultivam cana-de-açúcar no município, correspondendo a 12% da área total dos estabelecimentos. Mandioca, abacaxi, maracujá, manga e banana ocupam o restante da área total.

É em Chã Grande que Oto reside com sua sua família, no núcleo urbano do município. Possui três filhos ainda crianças e sua esposa é enfermeira hospitalar. Oto trabalha num sítio familiar de 2,5 hectares adquirido em 1993 por seu pai, que é aposentado da marinha. Seus pais e uma irmã residem no sítio, onde Oto também já morou por vários anos antes de se mudar para a cidade, em busca de educação para os filhos. Na época em que seu pai comprou a

propriedade, Oto cursava engenharia mecânica em Recife, já com alguma experiência de trabalho em empresas siderúrgicas. Nesse tempo, a frequência com que visitava o sítio foi se intensificando e Oto acabou tomando gosto pela atividade agrícola. Depois de concluído seu curso de graduação, mudou-se definitivamente para a propriedade. Inicialmente, a produção do sítio se resumia à horticultura, prioritariamente destinada ao consumo doméstico, com o excedente sendo vendido em feiras orgânicas. O conhecimento prático que adquiriu ao longo desses anos iniciais, aliado ao seu envolvimento com a questão da produção orgânica, fez com que Oto chegasse a ser convidado a trabalhar na ONG SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), onde permaneceu por dois anos. Atualmente a produção de Oto não recebe acompanhamento institucional, além do que é feito pela certificadora. No entanto, Oto mantém laços estreitos com as equipes técnicas da SNE e da SERTA (a visita, inclusive, foi mediada por Adjar, técnico agrícola da SNE). As benfeitorias do sítio são muito bonitas e confortáveis, a família possui carros e boa infraestrutura para produção da cachaça e também para moradia. Enfim, a diferença social que existe entre Oto e os demais entrevistados não se expressa somente por sua educação formal e produção agrícola sofisticada, mas também na estrutura de sua propriedade.

Atualmente, a principal produção do sítio é a cachaça Sanhaçu, a única cachaça orgânica certificada do estado de Pernambuco e a principal fonte de renda para Oto e sua irmã que reside no sítio. Além deles, o irmão mais velho figura como o terceiro sócio da marca. Morando em Manaus e trabalhando na região portuária, é o único que não dependendo diretamente da cachaça como fonte de renda.

Além da plantação de cana que serve à produção de cachaça, Oto mantém no sítio uma parcela de 1 hectare ocupada por cultivo agroflorestal. Este, traz renda direta para a família, mas produz diversas frutas para consumo doméstico, servindo ainda como estratégia útil para o reflorestamento das áreas degradadas. A motivação de Oto e de sua família para apostar num sistema agroflorestal vem especialmente de suas preocupações ambientais. Segundo conta, na época em que seu pai comprou o sítio, o solo encontrava-se completamente degradado, mas eles já estavam decididos a não usar adubos químicos e a plantar sem uso de agrotóxicos. De início, desconheciam informações a respeito da implantação de sistemas agroflorestais e esse

tipo de conhecimento foi sendo adquirido por Oto na medida em que foi tomando contato com outros agricultores já experientes em sistemas agroflorestais. Paralelo a isso, Oto também leu bastante sobre o assunto, pesquisando e estudando o funcionamento de uma agrofloresta, participando inclusive de congressos na área. Hoje, seu sistema agroflorestal tem mais de quinze anos e já está bastante crescido e sombreado, comportando algo em torno de vinte tipos de fruteiras e tantos outros de espécies florestais. Bodes e galinhas são as criações do sítio. Os bichos ficam soltos e não há caráter comercial nessa atividade. Oto brinca que o sítio, na verdade, serve de criadouro para animais selvagens também.

“Costumamos dizer que criamos também alguns bichos soltos. Aqui você acha coelho, teju, timbu, raposa, uma infinidade de passarinhos. Nosso sítio virou um oásis no meio da loucura que temos em volta. Você precisa ver o formigueiro que se formou na entrada do sítio. É enorme e, logicamente, as formigas vão comer o roçado dos outros, porque aqui o ambiente já está mais equilibrado”.

Do passado do sítio, Oto sabe um pouco: a terra formava, com outros lotes vizinhos, uma única propriedade partilhada entre vários herdeiros. O sítio de Oto corresponde a uma dessas parcelas. E a terra, segundo Oto, já vinha há muitos anos sendo exaurida pelos cultivos de fumo, chuchu, cana-de-açúcar, além da sua transformação em pastagens. Oto explica que esses três gêneros e por último a pecuária, representam, nesta mesma ordem, o quatro principais ciclos econômicos de Chã Grande desde a sua fundação.

“Ele [o herdeiro da propriedade] era agricultor de subsistência e diz que havia muita mata no entorno do sítio. Tinha muita sucupira. Tudo foi derrubado para plantar fumo, que foi a primeira cultura de Chã Grande, depois chuchu e depois, cana-de-açúcar. A cana de açúcar, quando começou a ficar improdutiva, tudo aqui virou pasto. Depois irei te mostrar umas fotos. Era um horror. Quando vim aqui pela primeira vez, eu disse: pai, você vai comprar isso aqui? e ele falou: é assim que eu quero, quero reconstruir o lugar, quero trabalhar”.

Para definir sistema agroflorestal, Oto recorre à ideia de equilíbrio e segue com justificativas ambientais, sempre associadas ao bem estar dos homens, dos agricultores:

“Para mim, SAF é equilíbrio. Ele busca equilibrar o sustento do homem e da natureza. E isso, de forma permanente, porque não adianta eu plantar vários hectares de soja ou cana pensando na produtividade. Ela irá durar poucos anos. A produção começará a cair, a pessoa complementa com insumos químicos, até que um dia a produção é quase zero mesmo. Transforma-se tudo em pasto, e quando nem o pasto for produtivo, a terra é vendida e o sujeito vai morar na periferia de uma cidade qualquer. O SAF tem uma lógica contrária. A produtividade é melhorada ano após ano. Inclusive, a maior dificuldade que tivemos se deu no

começo, porque a produtividade era muito baixa. Então, se você inicia o SAF numa área degradada, a produção será mínima. Por isso, é necessário que se tenha outra fonte de renda para manter um nível mínimo de vida, para que se tenha o que comer. No começo a produtividade realmente é baixa. Essa foi a nossa principal dificuldade”.

Figura 7: Oto (esq.) em sua cachaçaria; divisa entre a propriedade de Oto (esq.) e a de seu vizinho; abaixo, duas imagens do seu SAF.



Antes de se decidirem pela produção de cachaça, Oto e sua família cogitaram outras formas de aumentar a renda da família, como beneficiar os produtos da agrofloresta. “Você sabe, o produto *in natura* vale X, o produto beneficiado, vale 5X. Isso dá trabalho, você precisa seguir normas da vigilância sanitária, precisa investir, mas é o que dá um ótimo resultado”. Pensaram em compotas, doces, polpa de frutas, palmito em conserva e enfim, optaram pela produção de cachaça orgânica.

“Primeiro porque a cana é uma cultura adaptada à região. Pensamos em fazer derivados da cana. O grande benefício da cachaça é que ela não tem prazo de validade. Fomos pesquisar, fizemos cursos, viajamos para Minas. Isso tudo tem 3 anos. Levamos um ano para levantar a fábrica e legalizá-la”.

A cana-de-açúcar que serve de matéria-prima à destilaria é produzida em canavial próprio (5 hectares arrendados), mas ele também compra cana-de-açúcar orgânica produzida por agricultores familiares da região. O arrendamento, segundo ele, não tem mais valido a pena. Oto relata que a área já foi incendiada algumas vezes e diz que, em tempos de falta de emprego, os próprios trabalhadores rurais temporários incendeiam plantações de cana para, em seguida, serem contratados para o corte. A cachaça Sanhaçu é certificada pela Certivida, empresa de certificação orgânica. Seu processo de fabricação não gera resíduos além da fumaça da caldeira. Todos os subprodutos são utilizados dentro do próprio sítio. Mesmo o bagaço da cana e o vinhoto – composto que, sem tratamento, é altamente tóxico para o solo e para as águas – servem para adubação do canavial próprio e das hortaliças que são cultivadas para o consumo doméstico. Atualmente, a cachaça Sanhaçu conta com um belo sítio na internet e é vendida a consumidores de todo o país. Trata-se de um produto sofisticado, muito valorizado economicamente. Além de ser orgânica, a cachaça Sanhaçu vende ao seu consumidor a ideia de um processo de fabricação especial, muito bem pensado e controlado:

“A cana-de-açúcar é moída com no máximo 24 horas depois de cortada e fermentada em dornas de inox com leveduras desenvolvidas e multiplicadas naturalmente. A destilação ocorre em alambiques de cobre, o que propicia características especiais de aroma e sabor (...) A cabeça e a cauda da cachaça, que são cachaças de má qualidade, são destiladas novamente em um outro alambique (coluna de álcool), e transformadas em vinagre de álcool”⁷.

⁷ www.sanhacu.com.br

A mão de obra é familiar e também contratada. Há dois funcionários no sítio que trabalham exclusivamente na produção da cachaça, outros quatro que são trabalhadores sazonais, responsáveis pelo cultivo da cana-de-açúcar, e ainda outros quatro que são vendedores. No sistema agroflorestal há um funcionário que ajuda o pai de Oto, e que segue suas recomendações de manejo. Mesmo sendo atividade secundária na propriedade, Oto entende a agrofloresta como uma boa alternativa para a agricultura familiar. Na realidade, ele a enxerga como uma oportunidade para o homem rural permanecer no campo produzindo alimentos, desde que seja antecedida por um bom planejamento. Caso contrário dificilmente a família prosperará.

“A agrofloresta é uma boa opção! Com ressalvas. Pra começar, você tem que vender direto para o consumidor. Isso é fundamental. Se você for parar na mão de atravessador, esqueça. Se puder beneficiar, melhor. O que for: pimenta, doces...Mas com certeza, o SAF é a solução para o homem permanecer no campo, para se manter produzindo no campo (...) Planeje bem o seu sistema e, se a área estiver totalmente degradada, você tem que ter outra fonte de renda, aposentadoria, bolsa família, qualquer coisa. Outra coisa: vai vender aonde? Não adianta começar a produzir sem saber onde vai vender. Tendo tudo isso muito bem planejado, procure saber o que seu cliente quer. Não adianta eu fazer cachaça numa cidade onde quase todo mundo é evangélico. Ou plantar banana para vender numa feira onde já tem muita banana. Outra coisa fundamental: tem que diversificar. A sustentabilidade está aí. Tem que ter umas 15 culturas. Pense que o banco de feira mais movimentado é aquele onde o cliente vai e consegue comprar quase toda a sua lista de itens”.

A agrofloresta é também, para Oto, uma escolha que exige postura de resistência ao agronegócio, a medida que sua lógica está na contramão da lógica extensiva do monocultivo. No sítio da família, Oto recebe visita de muita gente: estudantes, professores, pesquisadores, apreciadores de cachaça. A razão para tanto interesse, segundo ele próprio, vem da importância que a questão ambiental vem ganhando. “A produção de orgânicos e a postura ecologicamente correta estão na moda, não são mais vistas como coisa de maluco. Da mesma maneira que cachaça não é mais coisa de bebum”.

Vitória de Santo Antão: José Severino da Silva

Antiga vila de Olinda, Vitória de Santo Antão é o município mais importante da microrregião homônima. Foi elevada à cidade em 1843 e atualmente é composta pela sede (Vitória de Santo Antão) e o distrito de Pirituba. Sua área territorial é de 372 Km², onde vivem

130.540 habitantes, 87% dos quais vivem no meio urbano. O cultivo da cana-de-açúcar corresponde a 22% da área total dos estabelecimentos agropecuários e a 98% da área cultivada com lavouras temporárias (Censo Agropecuário 2006). Pouco mais representativo que a lavoura canavieira é a pecuária, que corresponde a 36% da área total dos estabelecimentos. No restante de área plantada, cultivava-se batata doce, abacaxi, limão, mamão, maracujá, coco-da-baía e banana.

Conhecido como Seo Heleno, José Severino da Silva reside no assentamento Cacimba. Heleno tem 63 anos. Viúvo há pouco tempo, vive no seu lote de 5 hectares junto com seus seis filhos. Antes de ser assentado, Heleno era morador do engenho Cacimba, trabalhando em parcela de terra cedida e cortando cana para o engenho durante o período de safra. Desse período, guarda a imagem de uma condição de vida muito ruim: não havia garantia de futuro (permanência) na terra e o pagamento era incerto. “Já trabalhei de graça, sem receber pagamento. Ou recebia com muito atraso”. O engenho sobreviveu a várias crises até que parou de moer e passou simplesmente a fornecer cana para as usinas da região. Anos depois, a terra foi arrendada e então, segundo Heleno, a situação dos trabalhadores piorou ainda mais. Em 1997, um grupo de trabalhadores rurais ligados ao Sindicato Rural de Vitória de Santo Antão ocupou as terras do engenho Cacimba, que na ocasião pertencia à Pitu (famosa marca regional de cachaça “não-orgânica”). Nessa época as terras já se encontravam em estado de decadência produtiva e o engenho era praticamente improdutivo. O acampamento durou cinco anos, até que o INCRA desapropriou a área em favor dos ocupantes. Heleno está no lote desde 2002 e demonstra grande afeição por seu sítio. Trabalha sozinho na lavoura, não empregando mão de obra, entretanto, sem poder contar com a ajuda dos filhos.

Inicialmente, logo após ser assentado, Heleno continuou por algum tempo cultivando cana-de-açúcar, além de plantar algumas lavouras de subsistência e poucas fruteiras. Suas práticas sempre seguiram os moldes do que se tornou convencional na região, com uso de insumos químicos, queimadas e nenhum reaproveitamento de matéria orgânica. A passagem do cultivo convencional para o orgânico se deu em 2006, após o contato de Heleno com a equipe da Secretaria Nordestina de Ecologia (SNE), por meio do projeto *Corredor da Farinha*, cujo principal objetivo é fortalecer a mandiocultura orgânica nos municípios de Pombos, Vitória de

Santo Antão, Glória do Goitá e Feira Nova – todos localizados na Zona da Mata – levando aos agricultores informações sobre as consequências nocivas do monocultivo convencional para o solo e para a saúde de suas famílias, ao mesmo tempo disseminando conhecimentos sobre o cultivo orgânico da mandioca, tais como suas formas de manejo, as técnicas de combate à podridão radicular,⁸ a intermediação das vendas, o uso de casas de farinha etc. Esse foco central na mandiocultura é apenas a porta de entrada e o pretexto para um trabalho mais amplo de orientação a respeito da importância e dos benefícios do enriquecimento dos sistemas de cultivo, visando a sustentabilidade econômica e ambiental dos sítios e a diversificação da produção doméstica por meio do estímulo ao policultivo. Foi justamente nesse âmbito que Heleno se viu estimulado a apostar nas práticas orgânicas de cultivo e a se interessar pelos princípios agroflorestais.

Hoje, ao invés da cana-de-açúcar, ele produz alimentos orgânicos, diversificando os gêneros de lavoura. Os produtos que colhe alimentam sua família e o excedente, por enquanto, é vendido na feira agroecológica de Vitória de Santo Antão e em outra de Recife, sendo que esta está pensando em abandonar. “Não dou conta mais. É muito trabalho para eu sozinho. Tem hora que eu preciso descansar”. Nenhum de seus filhos quer permanecer na agricultura, fato que Heleno lamenta profundamente, por não ver quem continue seu trabalho. Aqueles que já tem idade para trabalhar, estão empregados na cidade. “Eles podem não querer, mas foram criados com isso, são filhos da terra”. Quanto a seus vizinhos, Seo Heleno mostra os canaviais que cercam seu lote.

“É fácil saber onde termina minha propriedade e começa a do vizinho, a dele é só cana, tá vendo? E a minha é esse monte de coisas (...) Muitos desses agricultores nem moram aí. Nem pode dizer que sejam agricultores, né? Plantam cana e moram na cidade, tem outro emprego e tudo... não têm comida nessas terras (...) O assentamento tem o seu lado bom e o seu lado ruim. Eu trabalho minha terra, tiro meu sustento da natureza e amo muito essa vida. Mas vários outros não ligam pra nada disso. Plantam cana, vendem a qualquer preço para as usinas e trabalham em Vitória”.

⁸ A podridão radicular é a doença mais limitante do cultivo de mandioca na região Nordeste. As lavouras atingidas podem ter grande perda na produtividade. Os agentes causadores da doença são fungos que se beneficiam do clima quente e úmido e colonizam as raízes já maduras, apodrecendo-as, deixando-as moles e mal cheirosas. As medidas “orgânicas” de controle da doença envolvem o uso de variedades resistentes, associado à rotação de culturas, manejo do solo e ao enriquecimento da agrobiodiversidade do sistema.

Figura 8: Heleno (foto de Ticiano Lapenga); abaixo, duas imagens de seu SAF



Seo Heleno planta de tudo um pouco: coco, laranja, feijão verde, batata, milho, quiabo, abacaxi, manga, hortaliças, limão, macaxeira, jerimum e banana são alguns dos cultivos, sendo sua principal produção a mandioca, justamente por conta do projeto Corredor da Farinha. Em

seu sítio há ainda módulos reservados à experimentação de variedades de cultivos e técnicas de adubação orgânica, onde ele busca introduzir novas variedades, mediante troca de sementes com outros agricultores, e onde realiza seus experimentos particulares visando aprimorar seu sistema. Há muitas árvores plantadas no sítio, muitas delas de espécies florestais, e várias dividindo espaço com os cultivos temporários. Nesse processo, uma parte da área de seu lote já se encontra reflorestada. A adoção do sistema de consórcio entre árvores e cultivos de lavoura temporária busca reaproveitar as sobras da poda e o capim arrancado como cobertura de proteção do solo e adubo:

“Olha aqui, como é úmido! Antes minha terra era seca, dura. Hoje eu uso folha de bananeira, mato, resto das podas e vou deixando tudo aqui, cobrindo a terra. Não falta água e nem minhoca nessa terra! (...) E de pensar que antes eu queimava tudo. Hoje tenho vontade de pedir o bagaço da cana dos vizinhos para usar de cobertura”.

Por conta dessa sua motivação em torno dos sistemas orgânicos de cultivo e de sua atuação destacada, Heleno consta atualmente como parceiro da SNE no projeto *Corredor da Farinha*. Ele é tido pela equipe da SNE como um agricultor modelo e um multiplicador das propostas do projeto, atuando localmente como formador de opinião e referência importante para outras famílias do assentamento.

O assentamento Cacimba faz fronteira com outro assentamento do INCRA, chamado Açude Grande. Ambos foram regulamentados na mesma época e abrigam famílias do mesmo acampamento original. Açude Grande é um assentamento maior, que fica no caminho para o assentamento Cacimba e onde há mais famílias agricultoras ligadas à SNE pelo mesmo projeto *Corredor da Farinha*. Lá, a situação entre os agricultores é de grande conflito. Quando o assentamento foi regulamentado, os assentados criaram a Associação dos Agricultores de Açude Grande, que intermediava o diálogo entre o INCRA e as famílias. Após uma rixa ideológica (fundamentada justamente nas diferenças e atritos entre os agricultores “ecológicos” e os que plantam cana-de-açúcar), a Associação foi desmembrada e hoje fala-se, informalmente, na Associação I e na Associação II, embora legalmente elas não existam separadas. Para efeitos legais, a Associação original continua sua relação com o INCRA, mas para os agricultores a divisão é clara. A Associação I é composta por 24 agricultores, todos

diretamente ligados ao projeto *Corredor da Farinha*. São agricultores que já não plantam cana-de-açúcar ou que plantam pouco, em pequenas parcelas de terra. Já a Associação II, é formada por agricultores resistentes às ideias de sustentabilidade e ao abandono do monocultivo canavieiro. Na ocasião de minha visita, Seo Heleno e Adjar Neto (técnico agrícola da SNE) me levaram até uma área do assentamento Açude Grande que havia sido reflorestada com mudas de árvores nativas (em maio de 2008) por agricultores da Associação I, em parceria com outros agricultores simpatizantes do assentamento Cacimba, entre eles, o próprio Heleno. A área havia sido incendiada recentemente, por ação criminosa, já que o fogo teve início com despejo de óleo inflamável, carbonizando toda a terra da área plantada, bem como as mudas que já estavam grandes, na altura do peito de uma pessoa média. Pouca coisa restou do plantio.

Tracunhaém: José Cícero de Melo

Município pertencente à Zona da Mata Norte (Setentrional), Tracunhaém já foi distrito de Nazaré da Mata, tendo sido elevado a município em 1963. Seu território compreende 118 Km² e sua população, segundo o Censo Demográfico 2010 é de 13.050 habitantes, sendo que 84% da população total reside na área urbana.

Sua produção agrícola é basicamente representada por lavouras temporárias, segundo o Censo Agropecuário 2006. Dessas, 53% estão ocupadas por cana-de-açúcar e o restante da terra é cultivada com feijão, batata doce, mandioca e milho. A pecuária é a segunda atividade mais representativa, correspondendo a 18,15% do total de área dos estabelecimentos. As lavouras permanentes correspondem a apenas 0,41% do total de área dos estabelecimentos, e produzem manga, laranja, coco-da-baía e banana.

José Cícero de Melo, ou simplesmente Cícero, tem 53 anos e é casado com Luisa Melo, de mesma idade. Eles têm uma filha, chamada Nzinga, de 21 anos. Os três moram juntos no assentamento Chico Mendes, em Tracunhaém. O modelo de organização do assentamento Chico Mendes é o formato de agrovila, sendo que para cada casa possui meio hectare de quintal, ficando os lotes separados das casas. Há dois tamanhos de lotes: uns com sete e os outros com 8,5 hectares. O de Cícero tem 8,5 hectares.

Cícero e sua família chegaram ali em 1997, juntamente a outras 300 famílias que, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocuparam o terreno antes pertencente aos engenhos do Grupo João Santos. A maioria das famílias ficou acampada em barracas de lona preta. No entanto, segundo Cícero, algumas abandonaram a iniciativa por conta da extrema truculência com que foram recebidos pelos latifundiários; outras foram embora porque o terreno, já exaurido pela cana-de-açúcar, pouco alimento produzia. Para aquelas famílias que resistiram, o acampamento durou nove anos. Nove anos de muito conflito.

“Dado momento nós tivemos que articular assembleia legislativa, ouvidoria agrária nacional, ministério público. Isso para mediar e para que nós não fossemos vítimas da truculência que muitos latifundiários do nordeste costumam agir no dia a dia”.

Até que a posse da terra fosse dada aos agricultores, algumas ordens de despejo foram emitidas e, nesses casos, as famílias seguiam temporariamente para a cidade de Independência, acampando nas margens da estrada, pois tinham conhecimento de que os primeiros 40 metros para cada lado da pista (PE-41) são de propriedade do governo do Estado. Vivendo nessa situação, impossibilitados de plantar alimento suficiente, as famílias dependiam de cestas básicas doadas pelo INCRA e também pelo comércio da cidade de Araçoiaba. Entre uma ordem de despejo e outra, as famílias voltavam aos engenhos do Grupo João Santos, insistindo na desapropriação das terras. Esse processo marcou uma das mais conflituosas reivindicações por terra do estado de Pernambuco. Muitos agricultores foram vítimas de perseguição, ameaças e violências. Casas e lavouras foram queimadas por capangas, algumas vezes aliados à Polícia Militar.

As terras foram desapropriadas pelo INCRA em 2003 e os assentamentos levaram mais alguns anos até que fossem regularizados. Inicialmente, cada família ergueu sua própria casa, com paredes de pau-a-pique⁹. O terreno outrora pertencente ao engenho Penedinho, tornou-se o assentamento Nova Canaã, enquanto o terreno do Engenho Prado deu origem a outros três

⁹ A casa de pau-a-pique, também conhecida como taipa de mão, é construída com antiga técnica construtiva. Trata-se de erguer paredes com madeiras verticais fíncadas no solo, entrelaçá-las com vigas horizontais e arrematar ambas como pedaços de cipó, ou qualquer outra fibra resistente. Após erguidas essas paredes “vazadas”, seu preenchimento com barro úmido requer cuidado para que, depois de seca, a parede não venha a rachar. Esse tipo de construção é uma alternativa à alvenaria industrial e bastante comum no Norte e Nordeste do Brasil.

assentamentos: Chico Mendes I, Chico Mendes II e Ismael Felipe. Há poucos anos, os assentamentos Chico Mendes I e II foram unificados em um único, onde mora Cícero e sua família.

Figura 9: Cícero em frente a sua casa; imagens de seu SAF (abaixo)



Cícero explica que, geralmente, o módulo dos assentamentos na Mata Norte oscila entre 7 e 8,5 hectares e que cada movimento escolhe sua própria metodologia para nortear a divisão entre os assentados. “No caso, a CPT escolhe pelo sorteio, para que ninguém seja privilegiado. Primeiro vem o INCRA, faz a medição das parcelas e depois disso é feito o sorteio. Aí, cada família assume sua parcela depois do sorteio. Não há privilégio pra ninguém, todos tem direitos iguais”.

Antes de serem assentados, Cícero e sua esposa, Luísa, eram posseiros de um terreno em Abreu e Lima. Um terreno que havia sido ocupado por muitos anos por outras famílias agricultoras que somente plantavam para o próprio sustento. A área de trabalho de Cícero e Luísa era a menor da ocupação e, por isso, mal conseguiam tirar da terra alimento suficiente para o consumo doméstico. Como também sempre foram ligados à luta pela reforma agrária (apoiaram outras ocupações, ajudaram assentamentos a se organizar) e nutriam certo fascínio pelo dia a dia de um agricultor acampado, Cícero e Luísa não hesitaram em aceitar o convite da CPT para ocupar o Engenho do Prado.

“Sempre estivemos ligados à luta pela reforma agrária. Nossa origem está no meio rural. Aí apoiamos o assentamento de Pitanga, de Ubu, do Roca, Maraguape também. Mas a gente sempre quis, o sonho da gente era dar uma contribuição mais efetiva à luta da reforma agrária. Então, quando apareceu o convite da CPT pra gente vir pra cá, a gente não pensou duas vezes (...) Nos assentamentos que nós apoiamos, a gente ia lá e voltava depois, mas queríamos viver o dia a dia debaixo da lona preta, sentindo na pele o que sofre o trabalhador que luta pela terra. Então a única maneira era ocupar a terra”.

Cícero, além de agricultor, é formado em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua como professor de Ciências no Projeto *Saberes da Terra*, uma conquista dos assentados com apoio do Governo Federal, atendendo ao ensino fundamental em todos os assentamentos da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), e também em áreas indígenas, quilombolas e algumas comunidades de pescadores. Cícero é vinculado ao *Saberes da Terra* como educador e leciona no assentamento Nova Canaã, vizinho ao assentamento Chico Mendes. Sua atividade de professor, junto da agricultura, compõe a renda total da família.

Cícero utiliza seu lote para finalidades diversas, sendo a principal produção a macaxeira, seguida do inhame, feijão, milho, batata, jerimum, maracujá e batata doce.

Atualmente está iniciando a implantação de sistemas agroflorestais. Há três anos plantou as primeiras mudas de fruteiras (manga, acerola, pitanga, caju, jaca, entre outras) e espécies florestais nativas (angico, jatobá, aroeira, paineira, entre outras). Tão logo as mudas atingiram a altura em que já faziam sombra, a área foi deixada em pousio e uma nova área era usada para o cultivo de lavoura branca temporária. A essas áreas já sombreadas, Cícero chama de “sítio”. A produção primeiramente vai para a mesa da família. O excedente é vendido na feira convencional de Tracunhaém ou de Araçoiaba. Nenhum tipo de insumo químico é usado em sua lavoura e toda a adubação é orgânica, feita especialmente com esterco de cabra, produzido no assentamento vizinho de Nova Canaã. Tão pouco usa herbicida e o controle das ervas é feito manualmente, com a enxada. Por algum tempo, Cícero tentou o plantio de hortaliças no sítio, mas a atividade foi abandonada em função da escassez de água, que é um problema em quase todo o assentamento Chico Mendes. Quanto às sementes, algumas Cícero consegue guardar, outras não. As de feijão, por exemplo, ele já considera como crioula¹⁰, pois há anos vem selecionando sementes para o próximo plantio. Mas, as de milho, não são guardadas por servirem de alimento às suas criações de quintal (patos e galinhas).

“Temos sempre, todo ano, que comprar a semente do milho, que infelizmente desconhecemos a procedência. Mas, de todo jeito, lutamos para não comprar o milho transgênico. Até porque a gente sabe o seguinte: plantando milho transgênico num ano, não se tem semente no outro ano. O sonho da gente é fazer como estão fazendo alguns agricultores da Paraíba: um banco de sementes crioulas”.

Cícero também faz rotação de áreas: quando nota diminuição da fertilidade do solo, deixa a área em descanso; intercala duas safras de inhame com o plantio de feijão de porco, pois sabe que o inhame libera compostos que impedem o crescimento sucessivo de uma nova safra. Além disso, costuma fazer alguns consórcios de plantas, como milho, feijão, macaxeira e batata doce, todos plantados juntos numa mesma área de cultivo.

¹⁰ Sementes crioulas são aquelas conservadas e melhoradas pelas famílias agricultoras. A melhoria da variedade ocorre a medida que o agricultor seleciona as melhores sementes de um plantio e as guarda para o próximo, de forma que plantas mais adaptadas nascerão do próximo plantio. As sementes crioulas são adaptadas localmente, por isso geram plantas mais resistentes e menos dependentes de insumos químicos. Consolidando também uma importante estratégia familiar, as sementes crioulas garantem ao agricultor novas safras resistentes (sem a compra de sementes industrializadas), diversificam o sistema produtivo e são a chave para a soberania alimentar de sua família.

“A gente tem um sonho de fazer a mandala, mas ainda não conseguimos fazer. A mandala envolve viveiro de peixes, criação de animais e plantação. O próprio esterco dos animais vai para a plantação, que também se comunica com o viveiro de peixes”.

Cícero diz fazer uma agricultura intuitiva, sem seguir regras rígidas de espaçamento entre plantas ou maneiras preestabelecidas de preparar o solo, mas baseada na sua experiência empírica. Por conta própria, Cícero pesquisa variedades resistentes, mistura cultivos e vai assim construindo sua gama de conhecimento prático. Outra atividade importante em seu lote é a apicultura, que na verdade trata-se de uma atividade coletiva. As caixas de abelha ficam espalhadas pelo assentamento e são organizadas saídas de coleta e encontros para o processamento do mel. A centrífuga e o decantador ficam guardados na casa de Cícero, mas seu uso é comunitário, o que inclui o uso das ferramentas por outros grupos de apicultores que vêm surgindo nas redondezas do assentamento. A apicultura é uma das atividades que mais lhe satisfaz, ocupando sua cabeça com ideias a respeito de como melhorar e aumentar a produção, como melhorar a flora oferecida às abelhas, além dos planos de criar um logotipo e uma marca para o mel e capacitar novos apicultores. Para ele a apicultura propicia uma boa chance de manter mais jovens no assentamento, uma vez que a tendência, segundo ele é cada vez mais os jovens saírem à procura de emprego na cidade. A empolgação de Cícero ao falar sobre a apicultura vem da própria atividade, que ele considera prazerosa, mas também por envolver o caráter coletivo com que a colheita e processamento do mel são feitos no assentamento, o que lhe faz recordar dos anos de acampamento, quando quase todas as atividades eram feitas em mutirão, coletivamente. Hoje, ele lamenta que tal hábito tenha se perdido depois que as famílias foram morar em suas parcelas de terra.

“Na época de acampamento a gente ainda desenvolveu atividades em mutirão, mas na hora em que a gente passa pra parcela, muitos dos aprendizados não acontecem mais. Não acontece mais de nos juntarmos para plantar na parcela de um, depois na de outro (...) Eu lamento, porque o mutirão é uma maneira de fortalecer a luta. Jamais a gente conquistaria uma terra de qualquer latifúndio se não fosse coletivamente, vários trabalhadores e trabalhadoras organizados e com determinação. E pra gente é uma tristeza quando a gente sabe que o caminho é a prática coletiva, mas quando se conquista a parcela, perde-se um pouco disso daí...”.

Foi nos encontros dos apicultores que Cícero ouviu as primeiras informações sobre sistemas agroflorestais. Ele faz questão de dizer que ainda é muito iniciante em assunto de agroecologia e agrofloresta, reconhecendo que há agricultores bem mais capacitados e

adiantados do que ele. Suas experiências em agroecologia, seus plantios consorciados e as tentativas não convencionais de melhorar a produção ainda ocorrem de forma intuitiva, muitas vezes alimentadas por conversas e troca de ideias entre outros agricultores. Cícero não recebe orientações técnicas ou capacitação em agricultura agroecológica, tampouco estabelece parceria com alguma ONG dedicada ao assunto.

Cícero reconhece a dificuldade que é tirar sustento de um sistema agroflorestal mas, elenca estratégias de sobrevivência para que o agricultor familiar mantenha-se, ao menos, alimentado, enquanto a agrofloresta cresce e se desenvolve: “Eu acho que a curto prazo realmente não se consegue tirar sustento [do SAF]. Deve-se ter outras culturas de alimento, animais de pequeno porte e as abelhas”. Apesar da baixa produtividade inicial, ele enxerga a agrofloresta como uma ferramenta valiosa para as famílias agricultoras.

“Sem dúvida nenhuma, a agrofloresta é uma alternativa para o agricultor familiar. Acima de tudo, você pensando na agroecologia e pensando em agregar valores. Se você vender os produtos *in natura*, é mais difícil, mas se você começa a agregar valores, essa renda aumenta bem mais e com certeza a gente tem condições de ficar na terra com dignidade”.

A dimensão ambiental trazida com a agroecologia também compõe seu discurso:

“Outra coisa que deve ser declarada é que ou a gente se preocupa com o planeta, ou as próximas gerações vão sofrer consequências enormes. Então na hora em que eu penso a agroecologia e a agrofloresta, eu penso também nesse sentido, de mostrar outro modelo possível de agricultura. É possível você tirar o sustento sem agredir o meio ambiente, garantindo às gerações futuras um ambiente mais equilibrado, que eles não tenham que ver algumas espécies de animais e vegetais só no retrato”.

A escolha pela agrofloresta como forma de cultivo comporta, ainda segundo ele, um forte componente político ao se opor à agricultura expansiva, monocultora, latifundiária e capitalista. Essa dimensão política consiste no seu principal ponto de identificação com a agroecologia. Mais do que simples método de agricultura, ela é ferramenta de resistência..

“É como postura de resistência que a gente pensa na agroecologia e agrofloresta. São dois modelos que se confrontam; do outro lado está o agronegócio, que só pensa em lucro, assassina o planeta com agrotóxicos e destruição de matas. Nós fazemos uma agricultura familiar camponesa e estamos de um outro lado, plantando agricultura orgânica e fazendo agroecologia e agrofloresta”.

Atualmente Cícero e sua família moram em uma casa de alvenaria, fornecida pelo INCRA a todos os assentados. No entanto, eles fizeram questão de não derrubar a casa que moraram anteriormente, aquela com paredes de pau-a-pique. “Ela nos serve de depósito, é onde armazenamos sementes, colheitas, ferramentas. E também ficamos com ela para sempre lembrar dos tempos difíceis, para lembrar de dar valor ao nosso trabalho, à nossa luta”. A sala da casa da família é repleta de livros, quase todos de orientação marxista e revolucionária. Quanto ao futuro de seu lote, Cícero sonha com algumas benfeitorias, com a criação de peixes e com uma agroindústria de medicamentos fitoterápicos. À sua filha, ele deseja um futuro rural, neste mesmo sítio, dando continuidade ao trabalho agroecológico e à dedicação ao movimento de luta pela terra. Ela que já ajuda no trabalho agrícola corresponde ao desejo do pai. Na realidade, seu desejo se estende à toda juventude rural. Cícero lamenta muito a falta de vontade dos jovens em permanecer no campo, preferindo mudar para a cidade:

“Recentemente tinham jovens bem desanimados pela falta de política pública para os assentamentos, pra garantir que os agricultores e os filhos de agricultores tenham condições de viver e tirar seu sustento do campo. E a gente conversa com esses jovens e os convidamos para participar do grupo de apicultores e outras iniciativas dentro da agricultura orgânica, mostrando a eles que eles podem tirar seu sustento sem sair do campo. Depois dessa conversa eles ficaram bastante animados e estão ingressando no grupo de apicultores e fazendo outras tarefas com a gente na agricultura. Então, eu não penso só na minha filha, mas nos jovens em geral. Aqui é o lugar deles, não tem que sair pra cidade para tirar o sustento. Aqui eles têm condições de tirar o sustento deles e futuramente de suas famílias”.

As cinco narrativas acima descritas tangenciam questões comuns, mencionadas por todos os agricultores e que são importantes para entendermos a percepção que eles próprios expressam a respeito de suas vivências com suas agroflorestas. A primeira, e sem dúvida a principal delas, é a postura ideológica da resistência; seja ela a resistência ao agronegócio, ao monocultivo, à cana-de-açúcar; seja ao latifúndio, à dependência econômica e à falta de perspectivas ao agricultor familiar; seja ainda à tradição canavieira da região, à degradação ambiental que acarreta; seja, enfim, aos costumes e técnicas que estes agricultores herdaram

sobre o fazer agrícola. Em todos esses níveis, a compreensão que esses cinco agricultores demonstram ter sobre suas agroflorestas destila essa resistência, afinal, o que esses exemplos mostram é que um agricultor familiar não adota a agroecologia apenas como receita técnica de cultivo, mas como forma de se opor a uma situação a qual se quer confrontar. Até porque – e aqui entramos na segunda questão comum às narrativas – a viabilidade econômica de um SAF não se manifesta na mesma velocidade que a de um cultivo temporário, já que, grosso modo, um SAF maduro seria algo equivalente a um consórcio de lavouras permanentes. Os primeiros ganhos com a venda e consumo dos produtos agroflorestais surgem aos poucos, podendo ser antecipados ou postergados de acordo com as espécies que compõe o sistema. Frutas de rápida produção, como maracujá, mamão, limão, abacaxi e banana dão algum retorno financeiro relativamente ligeiro, assim como madeiras de crescimento acelerado, tais como bracatinga, ingá, louro, eritrina e sombreiro. Já fruteiras como manga, abacate, jaca, acerola, pitanga, coco e goiaba demandam tempo para começar a render economicamente. As formas de manejo também podem determinar o aumento da produtividade, uma vez que o favorecimento das interações biológicas entre os componentes do sistema influem diretamente sobre a produção de cada um deles.

“Nesse contexto, deve-se ter claro que o benefício econômico é consequência de interações biológicas favoráveis entre os diversos componentes do sistema. Assim, torna-se impossível dissociar os diversos elementos que constituem um SAF: sua sustentabilidade socioeconômica vai depender diretamente de sua sustentabilidade ambiental (...) Sua maior ou menor viabilidade econômica irá depender de um manejo mais intensificado na área para a produção agrícola e de preços satisfatórios para venda no mercado”.¹¹

Apesar de ser o único, dentre os cinco agricultores citados, a não depender diretamente de seu SAF para sobreviver, Oto enfatiza a necessidade do planejamento de uma agrofloresta, no qual o principal fator a se considerar é o tempo. Antes de pensar em sobreviver com um SAF a ser implantado em área desmatada e de solo degradado, um agricultor familiar precisa contar com uma fonte de renda alternativa, ao menos nos primeiros anos após a implantação. Antes disso, ele deve garantir-se com criações, hortaliças e plantios anuais, de ordem não florestal, como macaxeira, milho, inhame, cará, jerimum e feijão, ou com benefícios do tipo

¹¹ Elisângela Rodrigues, Laury Cullen Jr, Tiago Beltrame, Antonio Moscolliato, Ivan Crespo da Silva. “Avaliação econômica de sistemas agroflorestais implantados para recuperação de reserva legal no Pontal do Paranapanema, SP”, *Revista Árvore*, vol. 31, n. 5, setembro/outubro 2007, pp. 941-948. p. 945.

aposentadoria, pensões ou benefícios do governo. O manejo e o planejamento são elementos que permitem ao agricultor priorizar, conforme seu interesse, a produtividade de cultivos específicos, garantindo a produtividade constante ao longo do ano.

Os exemplos de Pedro e Biu não deixam dúvidas de que é possível obter renda com cultivos agroflorestais. Suas agroflorestas, bem desenvolvidas e muito sombreadas, já lhes garantem boa parte do sustento, além de compor significativamente a renda familiar. No entanto, são exemplos de agroflorestas implantadas há mais de quinze anos! De outro lado, as experiências de Cícero e Heleno, com seus sistemas ainda iniciais, mostram que o lucro de um SAF não é imediato e depende diretamente da maturidade do sistema. Ao mesmo tempo, a comparação entre esses dois pares de experiências mostra que a satisfação e o afeto do agricultor com seu sistema agroflorestal crescem também proporcionalmente com o passar dos anos. Em parte isso está diretamente ligado à concretização do retorno financeiro, mas também de um retorno que não é calculado apenas em termos monetários. Uma agrofloresta é o resultado de um investimento, mas não de um investimento financeiro (como um empréstimo do PRONAF), e sim de um investimento de paciência, suor, sacrifícios e convicções do agricultor que nela resolveu um dia investir.

A viabilidade econômica de um sistema agroflorestal responde basicamente, portanto, a cinco fatores interligados: 1) seu tempo de existência; 2) a diversificação do sistema; 3) a qualidade do manejo que recebe; 4) a paciência e as convicções do agricultor em manter-se firme nesse tipo de escolha; e por fim 5) a existência de um mercado e de consumidores que valorizem esse tipo de produto.

O terceiro aspecto presente nas cinco narrativas é a preocupação desses agricultores com a sustentabilidade ambiental. Essa visão que enxerga a atividade agrícola como potencialmente capaz de gerar uma qualidade ambiental é unânime nos discursos desses agricultores agroecológicos e em parte isso parece estar diretamente relacionado ao contato com instituições que lhes dão assistência técnica ou política, a maioria delas com vocação claramente ambientalista. Em decorrência disso, os agricultores visitados realmente incorporam a figura do agricultor conservacionista que prega uma mudança de paradigma, acreditando que, ao criar uma agrofloresta, esteja “agindo positivamente sobre o manejo da

paisagem, dos grandes processos naturais, realizando o que pode-se chamar de vontade do planeta, ou do universo, ao invés de orientar-se por objetivos imediatos como lucro e a máxima rentabilidade”.¹²

Oto, especialmente, é quem mais enfatiza os benefícios ambientais relacionados aos sistemas agroflorestais e isso está diretamente relacionado às suas motivações iniciais para implantar seu SAF, quais sejam, a vontade de recompor parte da mata nativa de Chã Grande, de reestruturar o solo e de trazer de volta a fauna que outrora habitava as terras do sítio. No seu caso, a viabilidade econômica do sistema é fator secundário; sua família não depende diretamente do SAF para viver, embora obtenha dele produtos para o consumo doméstico. A cachaça Sanhaçu, cujo rótulo não deixa dúvidas tratar-se de um “produto da agricultura familiar”, lhe garante retorno financeiro.

Para os demais, a questão ambiental divide espaço com a importância da dimensão econômica e social da agroecologia. Oto não tem origem rural e seu sítio foi adquirido por processo legal de compra. Sua história de vida não envolve a participação em movimentos sociais de luta pela reforma agrária, embora ele reconheça a importância estratégica da agrofloresta como elemento de motivação à permanência do agricultor familiar no campo e de forma digna. Entretanto, sua identificação com o tema se dá claramente por outra via: a da sustentabilidade ambiental, conforme já dito.¹³ Já para Pedro, Bui, Cícero e Heleno a satisfação em falar das mudanças ambientais trazidas com seus sistemas diversificados (solo úmido, temperatura fresca, sombreamento, presença de animais nativos, ausência de pragas, entre outras) não é maior do que o contentamento que demonstram em relação à vida que levam e à satisfação de tirarem boa parte de seus sustentos da agrofloresta, o que, no contexto de suas histórias particulares de vida é constatação que assume inegável peso político. Esses quatro agricultores são exemplos bem sucedidos, em uma primeira instância, da luta dos agricultores familiares da Zona da Mata pela terra. Porém, mais do que simplesmente conquistar seu pedaço de chão, eles fizeram disso o trampolim para a busca de soberania alimentar¹⁴ e aumento da renda familiar, ao contrário do que afirmam ser a realidade da maioria dos demais

¹² Manfred von Osterroht. *Fundamentos Existenciais e Filosóficos*. Agroecologia Hoje, 15 jul/ago, 2002. pp. 7-8. p. 7.

¹³ Vale lembrar que Oto já fez parte da equipe técnica da Ong Serviços de Tecnologia Alternativa (Serta).

colegas de luta, que permaneceram na tradição do cultivo canavieiro, à mercê das usinas e das oscilações de mercado, sem autonomia quanto ao próprio sustento.

O componente ideológico de cunho político anda, portanto, fortemente associado à ideologia de cunho ambiental que embasa a opção desses agricultores pela agrofloresta, ou simplesmente, pela agroecologia. Essa combinação atribui a eles aquilo que os diferencia dos demais agricultores familiares da região, ou seja, seu ecologismo de resistência. Nesse caso, a resistência se dá contra a lógica do agronegócio – tão presente na Zona da Mata – materializada na paisagem dominada pelos canaviais, no contexto político das oligarquias latifundiárias e da dependência econômica dos pequenos agricultores às usinas sucroalcooleiras. Tradição agrícola da região, a cana-de-açúcar antes cultivada em latifúndios, hoje é também produto da agricultura familiar da Zona da Mata pernambucana, tida por muitos (e certamente por todos os agricultores pesquisados) como a responsável pela pobreza em que vive grande parte das famílias do campo. A cana serve a essas famílias como uma espécie mista de poupança e loteria: o agricultor planta sabendo que irá vender; seja a um preço alto ou a um preço baixo, mas irá vender. A demanda das usinas é constante, toda a produção tem escoamento. Há, portanto, várias questões envolvidas na escolha dos agricultores familiares pela monocultura da cana-de-açúcar: primeiramente, uma questão cultural fortemente introjetada no corpo e na mente do agricultor que por toda a vida trabalhou em canaviais; há também a questão econômica que leva o agricultor a plantar cana pela garantia da venda; e por último, mas não menos importante, a falta de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar da região e que levem em conta seu contexto específico. Segundo Geovanni, técnico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Palmares, os agricultores querem parar de plantar cana, mas falta incentivos por parte do governo. Segundo ele, linhas de crédito do tipo PRONAF ou financiam a plantação de cana na agricultura familiar ou acabam sendo uma

¹⁴ O conceito de soberania alimentar se pauta no direito dos países e das pessoas em definir suas próprias políticas produtivas e alimentares. Ele se realiza a medida que a agricultura, voltada para o abastecimento das próprias famílias agricultoras e para mercados internos, tem caráter diversificado, orgânico e se baseia na capacidade produtiva dos povos rurais. Capacidade essa que se expressa na policultura, na escolha de alimentos adaptados à região e na preservação dos recursos naturais e genéticos. Ver Eduardo Sevilla Guzmán, “Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria”. *Agroecología*, Universidade de Murcia, vol. 1, 2006. pp. 7-18.

armadilha, pois, ao aceitar o empréstimo, o agricultor perde a autonomia para decidir o será cultivado.

“O fato é que nunca houve política pública para a agricultura familiar (...) a cana não é só uma questão cultural, é falta de política também (...) o subdesenvolvimento da região mantém o sistema de produção da cana. Por exemplo, o ex-prefeito de Palmares mantinha quase trezentos trabalhadores em situação escrava. Enquanto houver cana, haverá pobreza. Hoje, há duas destilarias de álcool em Serro Azul, e mais de vinte previstas para toda a Zona da Mata. Tudo para fortalecer a economia canavieira que é comandada pelos figurões da política regional.”

Já para Francisco de Assis, secretário da prefeitura de Água Preta (município vizinho a Palmares), a questão da cana-de-açúcar na agricultura familiar é outra. Segundo seus dados, a Diocese de Palmares¹⁵ possui o maior número de assentamentos de reforma agrária de Pernambuco. Para ele,

“Há uma dificuldade imensa de transpor o costume dessas famílias de plantar cana-de-açúcar. Os agricultores alegam falta de assistência, mas não é bem assim. Os agricultores continuam plantando por comodismo e porque existe a garantia da venda do produto para as usinas. Enquanto outros tipos de cultivos não necessariamente são vendidos. Junta isso à falta de hábito do agricultor de fazer contas, contabilizar os ganhos e os gastos (...) a cana é ilusória e poucos agricultores veem isso.”

Ainda de acordo com Geovanni, 90% dos assentamentos de reforma agrária na Zona da Mata Sul trabalham com a monocultura da cana-de-açúcar. A ideia de Alier, de que “o movimento pela coleta seletiva de lixo urbano somente poderia nascer ali onde as lixeiras estavam cheias de plástico e papel”¹⁶, serve de analogia para pensarmos o lugar da agroecologia na Zona da Mata pernambucana: um movimento de agricultores organizados em torno do plantio de alimentos e da diversificação das lavouras, somente poderia nascer numa região tão dominada pela monocultura extensiva. É realmente, na contraposição às forças do capital que alguns agricultores familiares da Zona da Mata pernambucana conseguem estruturar formas de luta e resistência para garantir sua sobrevivência, a permanência na terra, alimentos de qualidade e a reprodução de sua condição social.

¹⁵ Diocese é a unidade geográfica mais importante da divisão territorial organizada pela igreja católica. Arquidiocese é uma Diocese de destaque reconhecido, geralmente em função de sua dimensão territorial ou importância histórica. A Diocese de Palmares foi criada em 1962, tendo como primeiro Bispo Dom Acácio Rodrigues Alves, e limita-se ao norte com a Arquidiocese de Olinda e Recife, ao sul com a Arquidiocese de Maceió e a oeste com a Diocese de Garanhuns.

¹⁶ Juan Martinez Alier. “O ecologismo dos pobres” (trad. Francisco Mendonça), *RA'E GA, O Espaço Geográfico em Análise*, vol. 1, 1997. pp. 7-21.

A agrofloresta é uma dessas estratégias, não há dúvidas. No entanto, há quem diferencie dois movimentos agroflorestais paralelos, nos quais estão embutidos paradigmas distintos. De um lado há o que chamam de SAF “florestal”, encabeçado por iniciativas de alguns setores governamentais e de organizações do terceiro setor que trabalham na capacitação de agricultores, reconhecendo-os como experimentadores e contribuintes do processo, uma vez que seu conhecimento prático também embasa a formulação do sistema. Geralmente, referem-se a sistemas muito complexos e diversificados, que combinam técnicas adaptadas da agricultura indígena com os conhecimentos práticos do agricultor, além de incorporar novas tecnologias pesquisadas em universidades e centros de pesquisa agroecológica. Em contrapartida, haveria o SAF “agronômico”, aquele pouco complexo, composto por não mais do que quatro cultivos diferentes. Sua abordagem considera tecnologias pesquisadas em estações científicas, levadas ao agricultor de forma fechada, praticamente um pacote imposto sem possibilidade de redesenho.¹⁷ É importante considerar essas diferenças entre sistemas agroflorestais para não vestirmos experiências distintas com a mesma roupagem paradigmática.

Há uma grande diferença entre um sistema agroflorestal implementado para segurança alimentar da família e aquele voltado para a produção de um cultivo diferenciado, apenas por ser valorizado no mercado de consumo. A diferença entre eles não é apenas biológica, visto que o primeiro modelo possui maior número de interações ecológicas, resultado de sua maior agrobiodiversidade. A diferença é também social e ideológica. Esses SAFs “simplificados” representam uma inovação técnica – mais vantajosa ambientalmente do que a monocultura pura – mas que não contribuem à permanência dos agricultores familiares no campo ou à sua soberania alimentar. Em outras palavras, os SAFs ditos “agronômicos” não representam necessariamente uma postura de resistência à lógica de subordinação ao capital e de sua reprodutibilidade, por não questionarem a dinâmica mercantil capitalista, mas a engrossam com novos ingredientes e mediações societárias. A sua prioridade é aproveitar um lucrativo nicho de mercado, enquanto a prioridade do SAF “florestal” é alimentar famílias, permitindo que continuem produzindo para si e para mercados locais. Como exemplos de SAFs

¹⁷ Robert Miller, *Construindo a complexidade: o encontro de paradigmas agroflorestais*. Disponível em http://ipcp.org.br/storage/EA/Agroecologia/Construindo_a_complexidade-Robert_Miller.pdf. S/data. p. 1.

“agronômicos” temos os cultivos de café, cacau, banana, e de palmito juçara, todos cultivados à sombra, gerando produtos diferenciados, muitas vezes para exportação. Como exemplos ideais de SAFs “florestais” temos os de Biu e Pedro. Não raramente, os SAFs “agronômicos” estão associados à categoria sociológica que alguns autores chama de “novos rurais”.¹⁸ São geralmente pessoas de origem urbana que optaram por morar no meio rural, produzindo produtos beneficiados, de alto valor agregado e muito rentáveis economicamente. Algo talvez semelhante ao que Oto pratica na produção de cana-de-açúcar e de cachaça, ou seja, paralelamente a sua pequena agrofloresta.

O componente ideológico é, portanto e conforme explorado até aqui, o fator por excelência a nortear a escolha desses agricultores pela agrofloresta e, posteriormente, a perpetuarem suas motivações em torno dessa prática. É ele que permite compreender o entendimento que os agricultores têm de suas próprias experiências e de seus papéis na sociedade enquanto agricultores. O que varia é o valor dado por cada um deles às diferentes modalidades dessa ideologia. Da experiência de Cícero, por exemplo, fica evidente sua identificação com a luta pela reforma agrária e com os movimentos sociais. A agroecologia é compreendida por ele através dessa chave interpretativa da luta política no campo, ou seja, como uma boa estratégia para o agricultor se manter na terra e conseguir bem alimentar sua família, sem depender de insumos externos. Neste caso, os benefícios ambientais são quase consequências; não têm a mesma relevância que a conquista da terra e do direito de produzir. Para Oto, a relação é inversa: apesar de não possuir qualquer histórico de participação em movimentos de luta pela terra, o seu discurso ambientalista e ecológico é muito afinado e consistente. O que principalmente lhe atrai na proposta agroflorestal é sua capacidade de reflorestar, de reestruturar o solo e de diversificar a terra.

Já nas narrativas de Biu, Pedro e Heleno, essa relação entre ideologia política e ideologia ambientalista aparece de maneira diferente. Não falta a esses três agricultores a vivência na luta agrária, porém, esse não é o único, tampouco o principal elemento de suas trajetórias que eles mobilizam para se definirem. A preocupação ambiental assume, por outro

¹⁸ Ver Marco Antonio Verardi Fialho, Agricultura familiar, produção orgânica e “novos rurais”: um estudo de caso no sul do Brasil. In: *Identidades sociais – Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A. 2005. pp 109–126.

lado, um peso identitário, ao servir de símbolo que os distingue da maioria dos demais companheiros de assentamento. Somado a isso, a rentabilidade econômica de suas produções agroflorestais (e no caso de Heleno, agroecológicas) parece reforçar seus entendimentos do caráter holístico de seus trabalhos na terra, como se houvesse uma clara relação entre a preservação da natureza e a garantia do sustento pela agricultura. Uma coisa se alimentaria da outra: trabalha-se a terra de acordo com os princípios agroecológicos e ganha-se, conseqüentemente, o sustento. A conquista dessa soberania alimentar, por sua vez, permite que continuem a trabalhar a terra, reafirmando continuamente suas condições sociais de agricultores familiares agroecológicos e produtivos, em comparação aos demais companheiros de luta agrária e que permaneceram na lógica do cultivo da cana. Assim, a comparação que frequentemente fazem entre o momento atual – o tempo da agrofloresta – com os “tempos de cana-de-açúcar”, em todas as suas mais variadas formas, é a própria manifestação da ideologia mestra por trás de suas escolhas agroflorestais: a ideologia da crítica e da resistência à obsessão cultural pela cana-de-açúcar, tal como atribuem à maioria dos vizinhos e demais colegas de assentamento; ao governo que financia muitos canaviais da agricultura familiar; ao quadro de êxodo rural e pobreza em que vive a maioria dos agricultores familiares de suas regiões; enfim, a ideologia que resiste àquilo que um dia foram e à vida que um dia levaram.

Um último ponto a ser destacado dessas narrativas refere-se ao tema da reprodução social e à percepção de futuro desses agricultores pesquisados, principalmente em relação ao destino desejado para seus filhos:

“o projeto que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram”¹⁹

Os agricultores agroecológicos estudados nesta pesquisa podem ser considerados satisfeitos com seus modos de vida, enquanto a avaliação que fazem da situação que os circunda seja negativa. Nesse contexto, a permanência no campo, com dignidade, parece se constituir na principal saída de futuro para os filhos. Quando se referem à cidade, todos, à exceção de Oto, esboçam julgamentos igualmente negativos, relacionando a opção pelo êxodo

¹⁹ Oleg Stanek, As estratégias familiares. In: *A agricultura familiar*. Hugues Lamarche (coord). Campinas: Editora da Unicamp. 1998. p. 119.

a valores materialistas e à desvalorização da vida rural. Quando relativizam o conceito de riqueza, brincando a respeito do real valor de uma penca de bananas ou de uma caixa de mangas, por exemplo, estão afirmando a satisfação de viver uma vida simples, porém autônoma e realizadora. Sem exceções, em todas as narrativas percebe-se o desejo desses agricultores de que seus filhos sejam seus herdeiros não apenas no patrimônio e nos lotes, mas também que prossigam o trabalho agroflorestal e agroecológico que iniciaram. Pedro é quem demonstra maior segurança sobre a continuidade de seu trabalho, uma vez que seu filho Erivam não apenas se interessa, como foi seu grande incentivador a época em que implantava o SAF. Oto, em relação aos demais, tem uma relação diferente com a vida no campo, uma vez que ele próprio não reside no sítio da família, mas na cidade de Chã Grande. Apesar dos filhos ainda muito pequenos, também nutre o desejo de vê-los um dia cuidando do sítio, da caçaçaria e manejando o SAF, sem que isso implique necessariamente na migração deles para o meio rural. Cícero, da mesma forma, procura envolver sua única filha nas atividades ligadas ao sítio, ao mesmo tempo que incentiva seus estudos. Sua vontade é um dia vê-la dando continuidade ao projeto de diversificação das lavouras e às atividades de apicultura. Biu e Heleno, por outro lado, são os mais desanimados em relação a esse ponto, não por deixarem de compartilhar esse desejo, tampouco por não terem filhos, mas sim pela falta de interesse dos seus herdeiros em perpetuar o trabalho a que vêm se dedicando. Parte daqueles em idade de trabalhar foram engrossar as estatísticas do êxodo rural e atualmente estão empregados na cidade. A outra parte, embora residindo próximos aos pais, dedicam-se ao cultivo da cana-de-açúcar. Em termos de compreensão das estratégias de reprodução camponesa, as experiências de Biu e Heleno reforçam ainda mais o caráter ideológico que permeia essa filosofia de cultivo, afinal, não é a falta de terra para deixar aos descendentes o que lhes preocupa, mas a falta de herdeiros para suas ideologias.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar na Zona da Mata pernambucana é uma forma social de produção em profunda transformação, com tendências a perder de vista características importantes e que lhe são caras, tais como a capacidade de autossustento do grupo familiar e a permanência dos agricultores no meio rural. Essa pesquisa, ao abordar o contexto de agricultores familiares dedicados ao cultivo em sistemas agroflorestais, mostra que essa transformação também se dá em sentido contrário: o que esses cinco agricultores fazem, cada qual a seu modo e uns mais que outros, é subverter o paradigma agrário vigente na região, buscando garantir sua soberania alimentar por meio de uma agricultura ecológica. A agrofloresta é entendida, então, como alternativa, pois possibilita aos agricultores aquilo que a cana-de-açúcar, em séculos de existência na Zona da Mata, não os garantiu: permanecer na terra com dignidade. Naturalmente, esse quadro de transformação exige do agricultor a capacidade de abandonar muitas de suas técnicas agrícolas – já costumeiras, aprendidas ao longo de toda a vida – e de adotar práticas inovadoras, de plantios jamais experimentados por eles ou por seus antepassados. Um método de cultivo onde os plantios se dão misturados, além de incorporar ao sistema espécies arbóreas, e que em nada se parece com uma típica lavoura de cana-de-açúcar. Enfim, algo muito diferente do que se conhece por agricultura na região.

É importante notar – e essa dissertação começou com essa questão – que essas práticas novas podem, inicialmente, não fazer parte da bagagem cultural desses agricultores, que em sua maioria nasceram e foram criados na doutrina da cana-de-açúcar, mas remontam aos tempos de uma agricultura anterior, buscando inspiração em roçados indígenas, por exemplo. A agroecologia busca em sistemas agrícolas antigos (ditos também tradicionais) práticas de plantio, possibilidades de consórcio entre espécies, variedades resistentes, formas de aproveitamento de resíduos, dentre outras estratégias. Trata-se de um conhecimento que, aliado à nova produção de tecnologia sustentável e à experiência empírica do próprio agricultor, forma o arcabouço técnico agroecológico. Um conjunto de práticas que faz da agroecologia uma ciência moderna que, no entanto, “não tira os olhos do passado”. Foi neste sentido que tracei, no primeiro capítulo, uma comparação entre roças de coivara, tal como

descritas por viajantes e cronistas do passado, e a agrofloresta contemporânea. Não no sentido de anunciar a coivara como o sistema agroflorestal de outrora, ou vice-versa, mas aproveitando a primeira para pensar a segunda, ou seja, de identificar o que há de relevante, do ponto de vista sociológico, nas semelhanças que os sistemas compartilham, bem como a distância histórica existente entre eles. De um lado a coivara, feita por colonos e indígenas sem morada fixa, fundamentando para muitos – inclusive para os viajantes aqui citados – uma sociedade desorganizada e *bárbara*, que não se pautava na aglomeração racionalizada dos homens, tampouco em preceitos religiosos e morais. Do outro, a agrofloresta, que surge como alternativa agroecológica e se direciona ao agricultor familiar, no sentido de possibilitar sua permanência no campo e seu autossustento alimentar. Ao contrário da coivara, a agrofloresta representa uma das vertentes do que se pode considerar de mais inovador na agricultura. Inovador, porém contrário às tendências da agricultura industrial – embasada na homogeneização das paisagens rurais, no uso de insumos químicos e nos monocultivos extensivos –, o sistema agroflorestal é um dos símbolos da sustentabilidade e de uma agricultura ecológica, ao mesmo tempo em que garante dignidade ao produtor e alimentos saudáveis ao consumidor.

No que diz respeito às técnicas, a agrofloresta e a roça de coivara também não são idênticas, a começar pelo abandono da área de cultivo, no caso da coivara, enquanto a agrofloresta surge arborizando sítios, levando a mata para dentro das propriedades. De toda forma, o paralelo comparativo entre os dois sistemas evidencia outro ponto de contato, embora com explicações distintas: a necessidade da mata para que haja cultivo. Mesmo nos domínios da Mata Atlântica, quando ela não era como se encontra hoje, nem tudo era floresta. Também havia campos naturais e outras áreas com bem menos ocorrência de espécies arbóreas. No entanto, os roçados eram feitos preferencialmente em meio à mata. A qualidade da floresta denunciava a qualidade do solo e essa máxima servia igualmente à lógica dos monocultivos extensivos, que também substituíam áreas outrora florestadas. Acontece que a coivara, sendo um cultivo de pousio, depende da mata também para a regeneração do solo. Não há adubação adicional que não seja pela recomposição da floresta, o que muitas vezes demanda uma espera de décadas. A coivara, enfim, é um sistema de plantio em clareiras abertas no meio da mata.

Algo bem distinto do desenho de uma agricultura de monocultivo extensivo, onde a mata é simplesmente eliminada, mas também um tanto distante do que hoje são as tecnologias agroflorestais, na qual a interação com a floresta se dá de maneira mais imbricada e a mata cumpre papel essencial no desenvolvimento dos estágios sucessionais, além de propiciar uma redução significativa de pragas. Apesar das diferenças, há portanto uma proximidade possível de ser enxergada entre o método antigo da coivara e os da agroecologia moderna, desde que se tome o monocultivo extensivo e as soluções da Revolução Verde como contraponto. A busca da agroecologia por práticas tradicionais de cultivo – e nesse caso a coivara talvez seja sua mais longínqua ancestral – não implica numa adoção sem crítica e critério, mas passa pela atribuição de novo sentido, muitas vezes acabando por vestir técnicas obsoletas com a roupagem da inovação e da sustentabilidade, mostrando o que há de vanguarda naquilo que já foi tradicional.

A agroecologia – sempre subentendendo-se a corrente *florestal*, não a *agronômica* – também se define pela sua dimensão social, oferecendo modelos práticos e princípios adaptados à lógica familiar e, geralmente, aos pequenos sítiantes. Seu objetivo máximo é garantir a permanência da agricultura familiar no campo, produzindo de maneira diversificada e sem o uso de aditivos. Na Zona da Mata de Pernambuco essa função social da agroecologia se expressa fortemente, muito em decorrência do cenário agrário da região, que há séculos reserva ao agricultor familiar papel subordinado e submisso à sua grande atividade econômica: a plantação e industrialização da cana-de-açúcar. A implantação dos primeiros canaviais e engenhos já se deu em bases excludentes, que não se alteraram com a modernização da produção. Desigualdade que se expressa primeiramente na grande concentração de terra e na pobreza da população local. Dentre as inúmeras características que fazem do contexto agrário da Zona da Mata um contexto ímpar, duas foram analisadas com alguma profundidade neste trabalho: a longevidade com que perdura a estrutura dicotômica e hierarquizada da sociedade local e, na contrapartida, a enorme demanda por reforma agrária na região. Desde o século XVIII, à agricultura familiar – praticada por lavradores livres e pobres – só resta ocupar áreas marginais aos canaviais e tentar resistir à insistência das oligarquias em expulsá-los das terras ou de dificultar-lhes o trabalho. Posteriormente, o sistema de morada, sustentado pela presença

de uma massa de agricultores pobres impossibilitados de recusar trabalho nos engenhos de açúcar, manteve a distância social e econômica entre os trabalhadores e os senhores-de-engenho, mantendo também a cultura de alimentos subordinada à economia da cana.

É nesse contexto conflituoso que surge a organização de agricultores em movimentos sociais de luta pela terra. Pernambuco é o estado da federação que mais concentra ocupações de terra desde a década de 1990 e 70% dos assentamentos implantados pelo INCRA no estado estão na Zona da Mata. A questão aqui é que a elevada e histórica concentração de terra rendeu, além de benefícios para a oligarquia, uma resposta popular em termos de ocupações e conflitos. Aliada à decadência e ao endividamento de muitos engenhos e usinas da região, essas ocupações passaram a representar novas oportunidades para a agricultura familiar, uma vez que vários latifúndios vieram a se tornar áreas de assentamento. Pois se a agricultura familiar vem encontrando brechas para ressignificar seu papel na Zona da Mata, a agrofloresta entra nesse processo como uma maneira agroecológica desses agricultores manterem-se no campo e alcançarem seu autossustento alimentar. Na maioria das vezes as iniciativas agroflorestais conectam-se em rede e são catalisadas por organizações não-governamentais que, em parceria com as famílias agricultoras e órgãos públicos, desenvolvem suas atividades no meio rural com a proposta de fortalecer a agricultura familiar e disseminar a ideia da diversificação produtiva e da preservação ambiental.

A partir da análise de cinco experiências agroflorestais, esta pesquisa tentou identificar alguns fatores de grande influência sobre a implantação e manutenção de sistemas agroflorestais na Zona da Mata pernambucana. Em outras palavras, tentou compreender aspectos do modo de vida desses agricultores que se relacionam com suas agroflorestas, seja como causa ou consequência destas; tentou entender também a percepção que esses agricultores fazem de suas experiências agroflorestais. O primeiro fator identificado – e certamente o mais importante deles – é a postura de resistência. Resistência que se expressa na oposição ao agronegócio e à monocultura, ao latifúndio, à submissão econômica e à degradação ambiental. Em todos esses níveis, a resistência desses agricultores se aplica em algum grau e se faz muito presente em suas falas, mostrando que a adoção da agroecologia realmente não se expressa apenas no plano técnico, mas também no plano ideológico e de

oposição política. A preocupação ambiental desses agricultores também é um elemento importante nessas iniciativas agroflorestais. A intenção de gerar melhorias ambientais é unânime nos discursos dos agricultores e certamente foi, se não criada, estimulada pelo contato dos agricultores com as Ongs de fomento agroecológico. Na realidade, observa-se que o componente ideológico de cunho político anda intimamente associado à ideologia ambiental. A opção pela agrofloresta, ou simplesmente, pela agroecologia, se pauta nessa postura resistente e ambientalista, e conseqüentemente denota aquilo que torna esse grupo de agricultores tão diferentes da maioria que os cercam: seu ecologismo de resistência.

Assim, conclui-se que o componente ideológico é, sem dúvida, o grande motivador e orientador da escolha desses agricultores pela agrofloresta. É ele que permite compreender o entendimento dos agricultores a respeito da sociedade em que vivem, do contexto histórico da Zona da Mata e da inserção de suas experiências agroflorestais em ambas. O que oscila nos discursos dos agricultores é a importância atribuída a cada uma das dimensões dessa ideologia, de acordo com o histórico de vida e o contexto particular de cada um deles. Para alguns a agroecologia se justifica principalmente pelo viés social e político, representando uma estratégia fundamental para o agricultor se manter no campo sem submeter-se à economia da cana-de-açúcar. Nestes casos, os benefícios ambientais são bem-vindos, mas não alcançam a mesma ordem de relevância atribuída à conquista da terra e ao direito de produzir. Para outros, a relação é inversa. O ambientalismo embutido no discurso agroecológico é a grande motivação de sua escolha pela agrofloresta. Observa-se também, numa terceira via, agricultores que, embora enxerguem as relações da agrofloresta com debates políticos e ambientais, não elege um ou outro como bandeira principal. Neste trabalho, esse grupo é representado por dois trabalhadores de origem rural que vivenciaram a luta pela reforma agrária e que dão muita ênfase à satisfação de terem sua terra e de conseguirem se manter nela com dignidade. No entanto, esse aspecto não diminui o entusiasmo em falar da dimensão ambiental de seus sistemas e modos de produção. A preocupação ambiental, neste caso, também assume peso identitário ao servir de elemento diferencial desses agricultores em relação aos vizinhos e à maioria dos agricultores familiares.

A viabilidade econômica, naturalmente, é questão igualmente importante para esses agricultores e que resulta, grosso modo – do tempo de existência do sistema agroflorestal – e da persistência do agricultor em mantê-lo –, do tipo de manejo que é feito, da diversificação do sistema e da existência de um mercado consumidor. Por fim, a reprodução social e a perspectiva de futuro foram outros elementos abordados. Assume-se que aquilo que desejam aos filhos espelha a satisfação pessoal dos agricultores em trabalhar a terra da maneira como fazem. A permanência no campo com a garantia do autossustento parecem ser as principais – e mais desejadas – saídas para o futuro dos filhos. O desejo de manterem seus filhos na terra e, ideologicamente, no mesmo caminho agroecológico é sintomático da satisfação que esses agricultores sentem em viver de maneira simples, porém autônoma e realizadora. Neste caso, a principal questão em torno da reprodução social não se prende somente aos processos de transferência fundiária, mas também à reprodução ideológica de uma filosofia de vida e de cultivo.

Da análise de todos os aspectos acima listados, confirma-se o uso do sistema agroflorestal enquanto ferramenta de resistência e afirmação da agricultura familiar e ecológica. É realmente na contraposição às forças do capital que os agricultores visitados – e outros tantos da Zona da Mata pernambucana – conseguem estruturar formas de luta e resistência para garantir sua sobrevivência, a permanência na terra, o uso sustentável dos recursos, a produção de alimentos de qualidade e a reprodução de sua condição social e do modo de vida de sua família. Se antes o histórico de conflitos agrários já colocava a agricultura familiar numa posição naturalmente resistente ao latifúndio e à dominação política, hoje as estratégias agroecológicas incrementam esse cenário com a perspectiva de resistência à monocultura, à degradação ambiental e à dependência econômica da agricultura familiar.

Num ambiente dominado pelo monocultivo, que já não se concentra exclusivamente nas grandes propriedades, mas, ao contrário, está presente em boa parte das unidades produtivas familiares, a emergência das iniciativas agroflorestais trazem à discussão novas estratégias de cultivo, novo perfil de movimento social agrário e novas dimensões de soberania alimentar. A agroecologia contribui com modelos agrícolas e práticas bastante diferentes daquelas tidas como padrão no meio em que vive a maioria dos agricultores da região.

Diferentes por sua concepção sistêmica da unidade produtiva, por prezar pelos ciclos ecológicos dos recursos naturais, por apresentar ao agricultor a possibilidade de uma agricultura ao mesmo tempo simples, do ponto de vista de seus princípios e técnicas, e sofisticada pela diversidade e benefícios que acarreta. Os movimentos sociais exercem forte papel neste cenário de adoção dos novos princípios, uma vez que têm percebido cada vez mais a importância de se articularem não somente pela conquista da terra, mas também pela produção e comercialização alternativa (beneficiamento de produtos, cooperativas de produção e venda, feiras livres e o contato com Ongs são alguns exemplos). É na adoção dessas novas formas de praticar agricultura que as famílias reafirmam um aspecto deteriorado – especialmente na Zona da Mata pernambucana –, mas ainda característico da agricultura familiar: sua capacidade de autossustento alimentar. A questão da soberania alimentar é de fundamental importância ao debate atual sobre a agricultura familiar brasileira, estando sempre presente quando o assunto é a diversidade de estratégias familiares e as múltiplas funções do campesinato.

Dessa forma, a agrofloresta no contexto em que foi estudada, parece surgir com um novo modelo produtivo. O tipo de manejo relacionado a este modelo é muito diferente – se não contrário – ao que vem sendo feito na terra da Zona da Mata desde o descobrimento do Brasil. Esta forma de lidar com a terra, para ser compreendida, exige que os agricultores se desfaçam de boa parte da bagagem cultural agrícola que aprenderam em seus corpos e mentes desde que nasceram. O sistema agroflorestal busca recriar formas tradicionais de cultivo e incrementá-las com o conhecimento prático do agricultor e com novas tecnologias, erguendo sistemas produtivos diversificados e altamente adaptados à região (tão ou mais adaptados do que a própria cana-de-açúcar). Sua aplicação definitivamente não se dá apenas em seu plano técnico e prático, mas também ideológico e político. O que quer dizer que os agricultores que a adotam não estão apenas sobrevivendo como podem, mas reproduzindo – à sombra do agronegócio – um modo de vida crítico e autônomo, bem como a ideia de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Suas agroflorestas não representam o arcaísmo das práticas antigas, mas são símbolos contemporâneos de resistência à expansão da monocultura extensiva. São filhas do embate histórico entre a cana-de-açúcar e os homens pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

AMBROGI, C.; CABRAL, X. “A monocultura avança sobre a floresta” in *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 24, julho 2009, p. 12-13.

BESSA, S. “Frutos da Caatinga – A agricultura dos pequenos produtores” in *Caderno Especial, Diário de Pernambuco*, 17 de junho de 2008.

_____. “Seu Noé e suas quatro faculdades” in *Caderno Especial, Diário de Pernambuco*, 17 de junho de 2008.

FAO (Food and Agriculture Organization). *The tropical forestry action plan*. Rome: UN Food Agricultural Organization, 1985

IBGE. Censo Demográfico, 2000/2010/Produção Agrícola Municipal 2009/Censo Agropecuário 2006. Dados disponíveis em www.ibge.gov.br/cidadesat e www.sidra.ibge.gov.br

INCRA/Superintendência Regional em Pernambuco. *A questão da reforma agrária em Pernambuco e no Brasil*. Brasília, 2002.

MDA/INCRA. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*, 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas>

MÜLLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1923.

SILVA, M. “O arcaico e o novo na Amazônia” in *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 24, julho 2009, p. 6-7.

CAROS AMIGOS, ano XIII, n. 148. “Entrevista com Marina Silva”. São Paulo: Casa Amarela. Julho/2009.

Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Publicação Oficial do Arquivo do Estrado de São Paulo, s.d. (DI):

- Alvará de 2 de Dezembro de 1720. vol. 11.

- Alvará de 9 de maio de 1748. vol. 73.

- Carta ao conde de Oeiras de 13 de dezembro de 1766. vol. 73.

- Carta ao conde de Oeiras de 22 de setembro de 1765. vol. 72.

- Carta ao conde de Oeiras de 30 de julho de 1765. vol. 72.

- Carta ao conde de Oeiras, 23 de dezembro de 1776. vol. 23.
- Carta para Lourenço Ribeiro de Andrade da vila de Curitiba de 21 de maio de 1767. Vol. 67.
- Carta Régia de 9 de novembro de 1709. vol. 47.
- Provisão Régia de 11 de Agosto de 1738. vol. 47.

BIBLIOGRAFIA

- ALIER, J. M. “O ecologismo dos pobres”, *RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise*, vol. 1, 1997. pp. 7-21. Tradução de Francisco Mendonça.
- ALMEIDA, M. W. B. “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 2, 2007, p. 157-186.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980.
- _____. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco” In: Andrade, M. C. De; Redwood III, J.; Fiorentino, R. *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU/UFPE, 1982.
- _____. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Massangana (FUNDAJ), 1989.
- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1979.
- BLOCH, M. *A terra e seus homens*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 2001.
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987.
- _____. *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. Transaction Publishers, 2005.
- BOURDIEU P. “Das regras às estratégias” in Bourdieu, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 77-95.
- _____. “O camponês e seu corpo”. *Revista de Sociologia Política*, vol. 26, jun 2006, pp. 83-92.
- CAIRO, N. *Guia prático do pequeno lavrador*. São Paulo: Vieira Pontes & CIA, 1938.

- CALDAS, E. C. *A agricultura portuguesa através dos tempos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. “Perspectivas para uma nova extensão rural agroecológica”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 1, jan/mar 2000. p. 16-37.
- _____. *Extensão rural e Agroecologia*. Brasília: MDA, 2007.
- CARDOSO, C. F. *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARMO, M. S. do. “A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável” in Ferreira, A. D. D.; Brandenburg, A. (org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.
- CARVALHO, H. M. de. *Sementes – Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHAYANOV, A. *The Theory of Peasant Economy*. Illinois: The American Economic Association, Homewood, 1966.
- CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CUNHA, E. da. *Contrastes e Confrontos*. Porto: Livraria Chandron, 1923.
- DABAT, C. R. *Moradores de engenho*. Recife: UFPE, 2007.
- DANIEL, João. (1722-1776) *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Belém: Contraponto. vol. 2. 2004.
- DEAN, W. *A ferro e fogo – a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- DENEVAN, W. M. *Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes*. New York: Oxford University Press, 2001.
- DIAS, J. *Os arados portugueses e suas prováveis origens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- DORNAS FILHO, J. *Aspectos da economia colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1958.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

- FRAGOSO, J. L. “A roça e as propostas de modernização da agricultura fluminense do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, vol. 6, n. 12, mar/ago 1986, p.125-150.
- FRANCO, M. S. C. *Os homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1938.
- _____. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- GARCIA JUNIOR, A. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. “A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 154-189.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre:UFRGS, 2001.
- GOMES, J. C. C E BORBA, F. S., “Limites e possibilidades da Agroecologia como base para sociedades sustentáveis”. *Ciência e Ambiente - Práticas Agroecológicas* (Santa Maria), vol.29, 2004, pp. 5-14.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GOTSCH, E. *O renascer da agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.
- HAMASAKI, C. S. O setor sucroalcooleiro e seus trabalhadores: emprego e pobreza na Zona da Mata de Pernambuco. Recife, UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, UFPE.)
- HARDIN, G. “The tragedy of the commons”. *Science*, vol. 162, n. 3859, 1968, pp. 1243–1248.
- HECHT, S. “A evolução do pensamento agroecológico” in Altieri, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 26ª edição. 1998.
- HOURANI, A. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- INCRA/Superintendência Regional em Pernambuco, A questão da reforma agrária em Pernambuco e no Brasil. Brasília, 2002.
- JACOBI, P. “Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão” in Cavalcanti, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 384-390.
- JOLLIVET, M. “A 'vocalção' atual da sociologia rural”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, out 1998, p. 5-25.

- LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar I – Comparação internacional: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LANLY, J. P. *Tropical Forest Resources*. Rome: FAO, 1982.
- LANNA, M. P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995.
- LIMA, R. C. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. Livraria Sulina. 2ª edição. 1954.
- LOURENÇO, F. A. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Unicamp, 2001.
- MARCÍLIO, M. L. *Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista – 1700–1836*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 2000.
- MARJOTA-MAISTRO, M. C. Ajustes nos Mercados de Alcool e Gasolina no processo de Desregulamentação. Piracicaba, ESALQ, 2002. (Dissertação de Mestrado, ESALQ/USP).
- MARTINS DIAS, G. *Depois do latifúndio – continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- MAY, P. “Viabilidade financeira, renda familiar e serviços gerados pelos SAFs” in May, P.; Trovato, C. (coord.). *Manual agroflorestal para a Mata Atlântica*. Brasília: MDA, 2008.
- MAY, P.; TROVATO, C. M. (coord.). *Manual agroflorestal para a mata atlântica*. Brasília: MDA, 2008.
- MCGRATH, D. G. “The role of biomass in shifting cultivation”. *Human Ecology*, v. 15, n. 2, 1987, p. 221-242.
- MDA/INCRA, *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>
- MILET, H. A. *A lavoura da cana de açúcar*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.
- MILLER, R. *Construindo a complexidade: o encontro de paradigmas agroflorestais*. Disponível em http://ipcp.org.br/storage/EA/Agroecologia/Construindo_a_complexidade-Robert_Miller.pdf. S/data. p. 1.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MONTEIRO, A. R. A.; PORTELLA, M. O. de. “A coivara no Brasil colônia: percepções sobre irracionalidade, ócio, nomadismo e selvageria” in *Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações* (CD ROM), Florianópolis, 2010.

- MORAES, M. A. F. D.; SILVEIRA, L. T. “A Comercialização do Álcool Combustível no Período Posterior à Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro” in *Anais do 41º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Juiz de Fora, 2003.
- MOREIRA, R. M. Transição agroecológica: Conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP-Brasil. Campinas, Unicamp, 2003. (Dissertação de Mestrado, Unicamp).
- MOTTA, M. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NORDER, L. A. C. “Questão agrária, agroecologia e questão territorial”. *Lutas & Resistências*, vol. 1, set 2006, pp. 107-120.
- NOVAES, N.; MURRIETA, R. S.; ADAMS, C. “A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação”. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 3, n. 2, maio/ago 2008, p. 153-174.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São paulo: HUCITEC, 1986.
- OSTERROHT, M. von. “Fundamentos Existenciais e Filosóficos”. *Agroecologia Hoje*, n. 15, jul/ago 2002, pp. 7-8.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crise ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PAIS LEME, P. T. de A. *História da Capitania de São Vicente; com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores pobres e livres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- PAULA PAIXÃO, M. J. de. No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canvieira. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. (Dissertação de Mestrado, UFRJ).
- PENEIREIRO, F. “Sistemas agroflorestais e pousio melhorado como alternativa à agricultura de corte e queima”. Publicado originalmente em *Agriannual 2002 – Anuário da agricultura brasileira*. Disponível em http://www.agrofloresta.net/bibliotecaonline/agrofloresta_cortequeima_peneireiro.htm.
- PIERUCCI, G. *A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- PINTO, E. “Introdução”, in *O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco – Conferências e debates no Simpósio realizado, por iniciativa do IJNPS, em maio de 1963 (Recife)*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 28, março/abril 1960 in Prado júnior, C. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 15-85.
- PRIMAVESI, A. *Manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. de. “Do rural e do urbano no Brasil” in Szmrecsányi, T.; Queda, O. (org.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 160-176.
- RODRIGUES, A.; EWERS, R.; PARRY L.; SOUZA JUNIOR, C.; VERÍSSIMO, A.; BALMFORD, A. “Boom-and-Bust development patterns across the Amazon deforestation frontier”. *Science*, vol. 324, n. 5933, 2009, p. 1435-1437.
- RODRIGUES, E.; CULLEN JR, L.; BELTRAME, T.; MOSCOCLIATO, A. e SILVA, I. C., “Avaliação econômica de sistemas agroflorestais implantados para recuperação de reserva legal no Pontal do Paranapanema, SP”, *Revista Árvore*, vol. 31, n. 5, setembro/outubro 2007, pp. 941-948.
- ROSA, M. “Biografias e movimentos de luta por terra em Pernambuco”. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 1, junho/2009, p. 157-180.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.
- SEVILLA GUZMÁN, E. “Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria”. *Agroecología*, Universidade de Murcia, vol. 1, 2006. pp. 7-18.
- SEVILLA GUZMÁN, E. “A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas”. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, vol. 3, n. 1, jan/março 2002. p. 18-27.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. “Sustainable Rural Development: from industrial agriculture to agroecology” in Redclift, M.; Woodgate, G. *The International Handbook of Environmental Sociology*. UK: Edward Elgar, 1997. p. 83-100.

- SHIKIDA, P. F.; BACHA, C. J. “Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 1, jan/mar 1999, p. 69- 89.
- SIGAUD, L. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais” in SINGER, P. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____ *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____ “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 20, jul/dic 2004, pp. 11-23.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SOLARI, A. B. “O objeto da sociologia rural”, in Szmrecsányi, T.; Queda, O. (org.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 3-14.
- SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C. *Principles of rural-urban sociology*. New York: Henry & Company, 1929.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VARNHAGEM, F. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- VEIGA, J. E da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.
- _____ “Prefácio” in: Ehlers, E. *Agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 1999, pp. 9-11.
- WANDERLEY, M. N. B. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____ “A Modernização Sob O Comando da Terra: Os Impasses da Agricultura Moderna No Brasil”. *Ideias*, v. 3, n. 2, 1996, pp. 25-54.
- _____ “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos sociedade e agricultura*, n. 15, out 2000, pp. 87-145.
- _____ “A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural”. In Giarracca, N. (org.). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001, pp. 31-44.
- WARREN, C. R. “Perspectives on the ‘alien’ versus ‘native’ species debate: a critique of concepts”. *Progress in Human Geography*. v. 31, n. 4, 2007, pp. 427-446.
- WOLF, E. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo (trad. Lígia Osório Silva). *Crítica Marxista*, nº 10, jun. 2000, p. 12-29.